

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

ENSINO DE HISTÓRIA E NAÇÃO NA PUBLICIDADE DO MILAGRE
ECONÔMICO – Brasil: 1969 –1973

Autor: Luis Fernando Cerri

Orientadora: Profa. Dra. Ernesta Zamboni

Este exemplar corresponde à redação
final da tese defendida por Luis
Fernando Cerri e aprovada pela
Comissão Julgadora.

29/03/2000

Ernesta Zamboni

(orientadora)

COMISSÃO JULGADORA:

Maria Helena B. Capelato

[Signature]

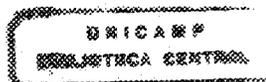
[Signature]

UNICAMP

BIBLIOTECA CENTRAL

SEÇÃO CIRCULANTE

2000



2000

UNIDADE	30
N.º CHAMADA:	1/01/1998
	C336e
V. Ex.	
TOMBO BC/	41927
PROC	96-278/00
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	RS 11,00
DATA	30/08/00
N.º CPO	

CM-00147000-9

IB ID 276907

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

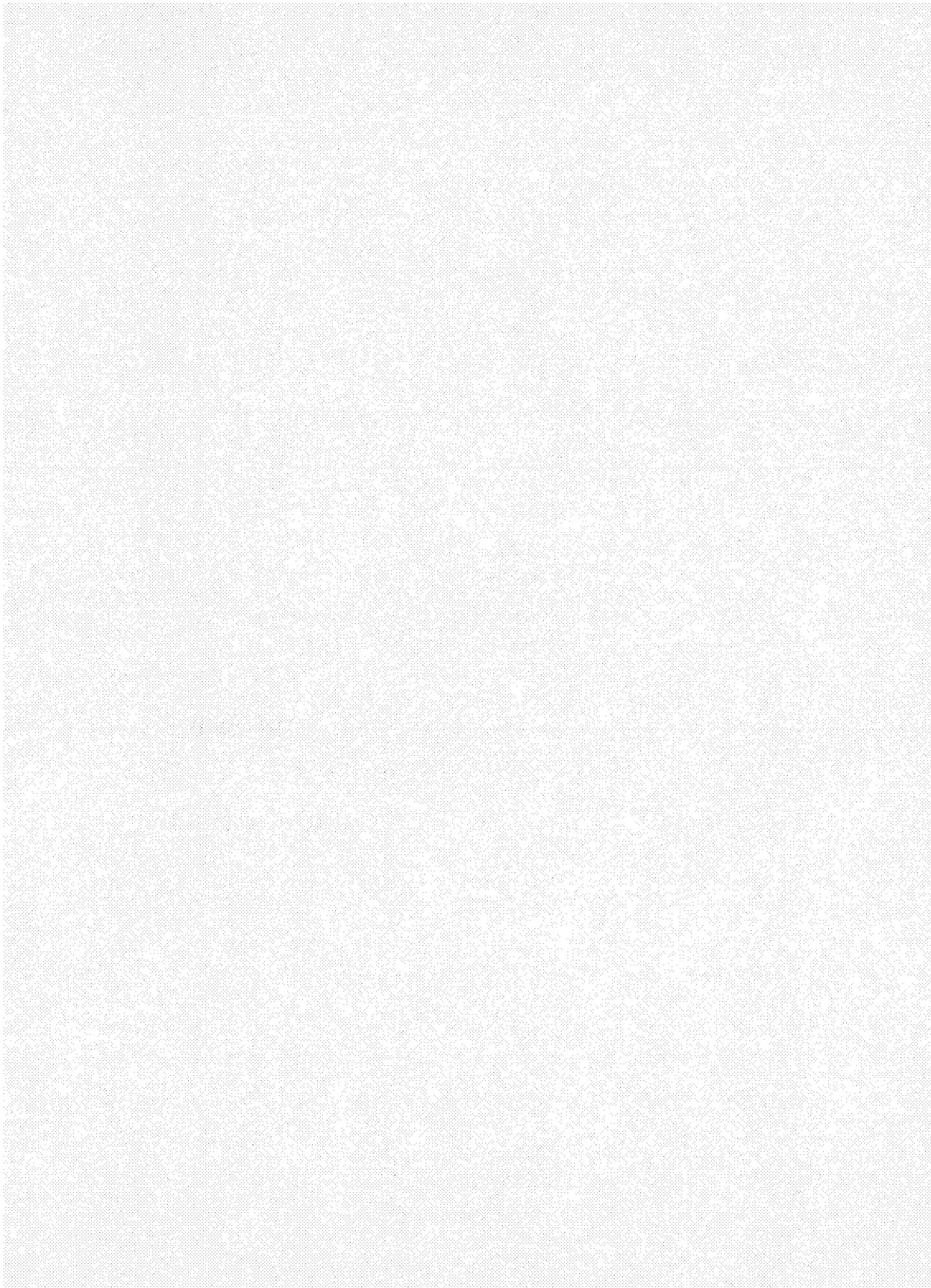
C336e Cerri, Luís Fernando.
Ensino de história e nação na propaganda do "milagre econômico" – Brasil : 1969 –1973 / Luís Fernando Cerri. --
Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador : Ernesta Zamboni.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. História – Estudo e ensino. 2. Propaganda política.
3. Nacionalismo. 4. Identidade social. 5. Brasil – História –
1964-1985. I. Zamboni, Ernesta. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

Para a Lou, a Malu e a Ceci,
meu jardim.



UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas participaram de alguma forma da elaboração deste trabalho, e os agradecimentos sempre nos expõem ao risco de não mencionarmos todas elas. Por isso, agradeço antecipadamente todas as pessoas que de alguma forma colaboraram na elaboração deste trabalho.

Inicialmente, agradeço à Ernesta por todos esses 10 anos em que pude contar com a sua orientação, seja como minha professora de estágio supervisionado, como orientadora do mestrado e do doutorado - em que fui agraciado com o seu incentivo e a sua crítica sempre solidária - mas principalmente como amiga, que sempre acreditou em mim mais do que eu mesmo.

Agradeço também ao Gpememo – Grupo de Pesquisa Memória – História – Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp, pelos momentos – poucos, pela minha situação profissional, mas extremamente significativos – em que pude contar com a discussão coletiva sobre o meu trabalho. Especialmente à Carminha, com quem partilhei leituras, textos, idéias, angústias e esperanças. Ainda nesta parte dos agradecimentos coletivos, as minhas colegas na área de Ensino de História do Departamento de Métodos da Universidade Estadual de Ponta Grossa cobriram minhas aulas durante meu afastamento integral em boa parte do ano de 1998. Neste meu Departamento, a profa. Maria Antonia de Souza leu e comentou parte do trabalho e sugeriu fecundas leituras dos depoimentos. Os colegas do Departamento de História da UEPG ajudaram-me também na discussão de algumas partes do texto, em nossas discussões na linha de pesquisa sobre identidade e história. A professora Eloísa Hofling e o grupo de pesquisa de políticas públicas discutiram o texto que funcionou como embrião desta tese. Eloísa e a professora Maria Helena Capelato fizeram considerações substanciais para o andamento da pesquisa no exame de qualificação.

Sem o atendimento cordial da Nadir e dos demais funcionários da Secretaria de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNICAMP, esta tese não teria se concretizado. O

mesmo pode ser dito da Jô e dos demais funcionários do setor de Hemeroteca da Biblioteca Central da UEPG.

Por meio da rede mundial de computadores, pude ainda contar com a leitura e as sugestões de Carlos Fico (Rio de Janeiro), Jorge Freitas (Portugal) e Tzvi Tal (Israel). Suas críticas e contribuições foram muito importantes para o encaminhamento do trabalho. Pelo mesmo meio, do Institut National de Recherche Pédagogique (Paris), François Audigier e Nicolle Tutiaux-Guillon foram muito gentis em esclarecer dúvidas sobre seus textos e em indicar outros sobre a temática do ensino da história e identidade, que acabaram tendo um importante papel entre minhas referências teóricas.

Sempre é bom afirmar que a responsabilidade pela idéias deste trabalho recai sobre o autor.

Enfim, agradeço a cada um dos depoentes por terem compartilhado comigo frações de suas vidas e memórias, e pela disposição em colaborar para o desenvolvimento desta pesquisa. A meus pais, pelos esforços que fizeram para manter-me em pé no início desta caminhada, com o que testemunharam para mim parte importante do significado da maternidade e da paternidade. Agradeço à minha esposa pela dedicação, companheirismo e compreensão com que sempre me brindou, e às minhas filhas, que “atrapalhando” a elaboração da tese, nunca me deixaram esquecer do que realmente é essencial.

RESUMO

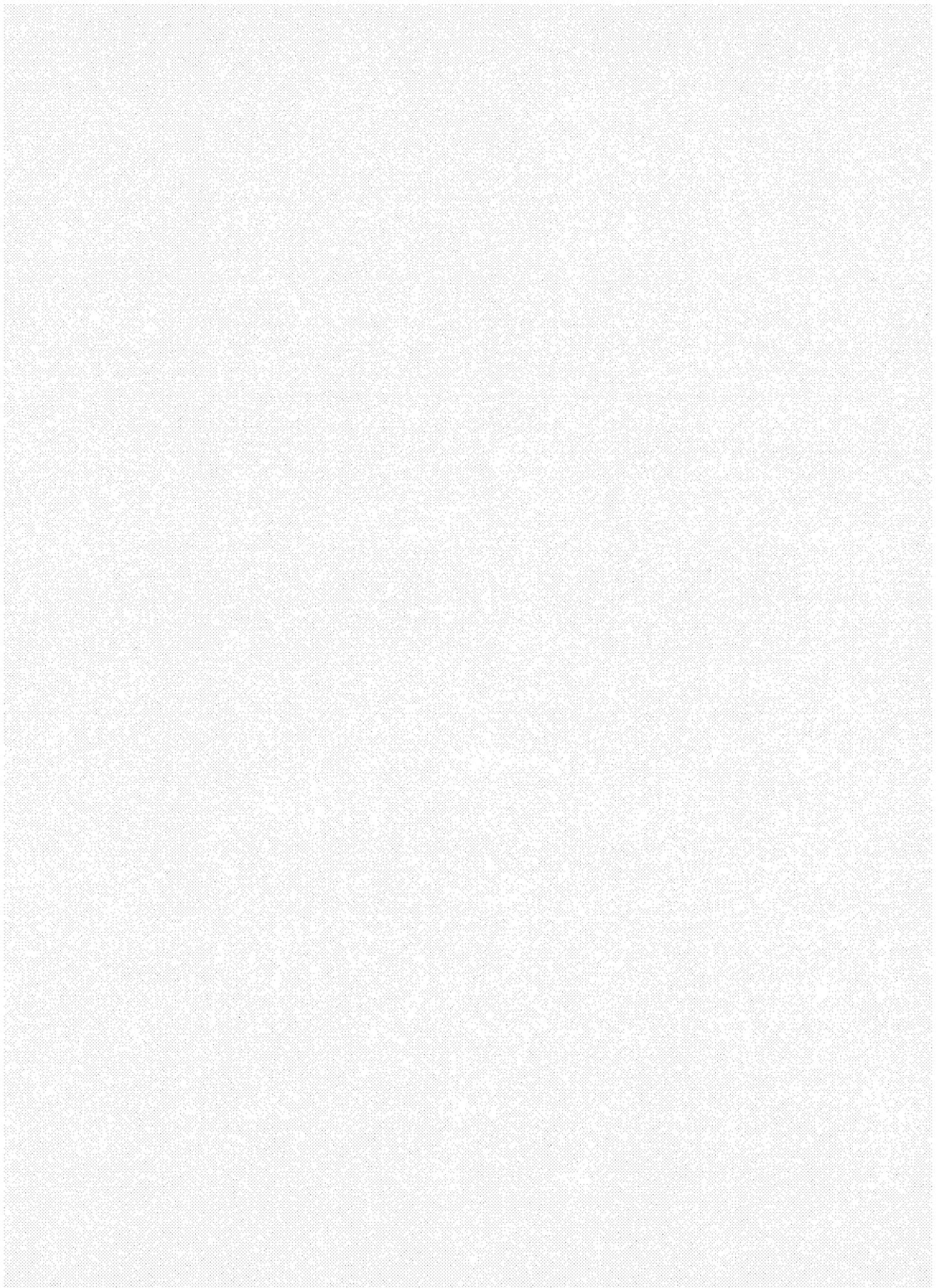
A ação da publicidade referente a temáticas políticas sobre a formação da consciência histórica é o objeto desta tese. Levantaram-se as peças publicitárias de instituições públicas e privadas no período do chamado “milagre econômico” publicadas em revistas de circulação nacional, selecionando as que eram relativas a três temáticas básicas para a formação da identidade nacional: o sujeito, o tempo e o espaço relativos à nação brasileira, tais como aparecem nestes discursos publicitários. Segue-se a análise algumas peças selecionadas referentes a cada uma das temáticas, procurando destacar os seus mecanismos de disposição e transmissão de informações, argumentos e valores, tanto no aspecto verbal quanto icônico.

O passo seguinte, para investigar a recepção destas mensagens, foi apresentar algumas das peças analisadas à apreciação de um grupo de depoentes que participavam do universo populacional para o qual essas publicações eram destinadas, estabelecendo assim entrevistas onde suas memórias, percepções e opiniões puderam ser registradas, permitindo realizar aproximações e traçar considerações sobre a história e a nação ensinadas e aprendidas neste período.

ABSTRACT

The action of the advertising in reference to political themes over the making of historical consciousness is the subject of this thesis. We've searched for announcements of public and private institutions at the period of the “milagre econômico”, that appeared at national wide magazines, selecting the ones that were relative to the three basic themes to the making of national identity, as they appear at the publicitary discourses. Next, the analysis of some selected announcements concerning to each one of the themes, looking for to detail the mechanisms of disposition and transmission of informations, arguments and values, as much at the verbal as at the iconic aspects.

The following step, to investigate the reception of those messages, consisted on to present some of the analysed announcements to the appreciation of a group of interviewed people who participated of the populational universe that was the target-public of those publications, establishing interviews where their memories, perceptions and opinions could be registered, allowing to realise approaches and make considerations about the nation and the history that were taught and learned at this time.



SUMÁRIO

Introdução	1
Primeira Parte	
Cap. 1 – Imagens do Brasil na publicidade.....	15
Cap. 2 – O Brasil – sujeito	33
Cap. 3 – O Brasil e o tempo	57
Cap. 4 – O Brasil e seu espaço	77
Em síntese: a nação ensinada	98
Segunda Parte	
Cap. 5 – Trajetória metodológica	104
Cap. 6 – Diálogos sobre o sujeito Brasil	140
Cap. 7 – Diálogos sobre a nação e o seu tempo	190
Cap. 8 – Diálogos sobre o espaço e a nação	221
Considerações Finais	249
Anexos	
Anexo I – Lista das peças publicitárias recolhidas junto às fontes.....	262
Anexo II – Questionário inicial.....	267
Anexo III - Estrutura prévia das entrevistas realizadas.....	274
Anexo III – Universidade Aberta à Terceira Idade – Ponta Grossa.....	276
Bibliografia	280

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “Fato N° 1 - Nunca se plantou tanto no Nordeste ...” (O Cruzeiro)	p. 24
Figura 2 – Frase do presidente Médici em anúncio da Goyana S.A.	p. 29
Figura 3 – Plásticos e adesivos da semana da pátria de 1970	p. 37
Figura 4 – “O Brasil espera que cada um compre suas obrigações”	p. 39
Figura 5 – “O próximo que falar em gigante adormecido leva uma bordoadá dêle ...”	p. 42
Figura 6 – “Um gigante entra na era nuclear: Brasil”	p. 45
Figura 7 – Cartazes de alistamento – Estados Unidos, Revolução de 1932 e Integralismo	p. 46
Figura 8 – Capa de cartilha de Moral e Civismo: o Brasil é você	p. 49
Figura 9 – “90 milhões continuam em ação”	p. 52
Figura 10 – “A independência do Brasil nas mãos de todos nós”	p. 54
Figura 11 – “Até 1964, o Brasil era apenas o país do futuro”	p. 62
Figura 12 – “7 de Setembro de 1822: Nesse dia foi plantada a melhor semente deste país”	p. 63
Figura 13 – “Presidente Médici: o futuro chegou. Estamos aí.”	p. 65
Figura 14 – “Ontem hoje e sempre” – Cartaz da FIESP/CIESP/SESI/SENAI	p. 68
Figura 15 – “Ontem hoje sempre Brasil” – Cartaz oficial do dia da Pátria de 1971	p. 69
Figura 16 – “País do agora, aquele abraço.”	p. 71
Figura 17 – “Lutamos primeiro pela independência”	p. 73
Figura 18 – “O Brasil começa no mar”	p. 81
Figura 19 – Faixas ou centros formadores de fronteiras, segundo Jaime Cortesão	p. 83
Figura 20 – “Quantos elos tem aquela corrente pra frente?”	p. 86
Figura 21 – “Presidente: o símbolo da Villares quer ter uma conversa séria ...”	p. 87
Figura 22 – “A última viagem de D. Pedro”	p. 88
Figura 23 – “Mais Brasil para o homem ocupar”	p. 92
Figura 24 – “O desafio deste século pede mais que a sua coragem ...”	p. 95

INTRODUÇÃO

A Revolução venceu a desordem, a hiperinflação e a imoralidade que se plantara na administração pública. A Revolução restabeleceu o respeito à autoridade e o respeito da autoridade por si mesma. Muitas vezes se tem dito e repetido que a Revolução é irreversível, e eu sinto a razão desta verdade na nova consciência de Brasil que nestes anos se formou.

Emílio Garrastazu Médici. Nova consciência de Brasil.
(Mensagem lida em rede nacional de rádio e televisão em 31/03/1970).

Poderíamos ter começado com outra epígrafe. Talvez alguma estrofe de Vinícius de Moraes ou Drummond de Andrade, em seus poemas que tratam o sentimento patriótico. Certamente estaríamos trazendo autores de lembrança consensualmente mais simpática, algo que não trouxesse logo de cara a referência a um período lamentável da história, no que se refere, por exemplo, aos direitos humanos, à liberdade de expressão, à democracia em geral. Mas esta frase do presidente Médici apareceu-nos como a ideal, porque coloca exatamente o problema que este trabalho quer discutir: a consciência de Brasil formada durante o regime militar, sua reversão ou não nos dias atuais, sua permanência ou não. Até que ponto esta consciência formada pela propaganda dos governos dos generais (bem como a propaganda de seus colaboradores na sociedade civil) ainda está presente entre nós, interferindo sobre as relações entre as pessoas, sobre a história que se ensina e que se aprende, dentro e fora da sala de aula? Até que ponto ela ainda constitui obstáculo no longo e lento processo de construção de uma sociedade democrática? Enfim, até que ponto esta consciência nos constitui, chegando a participar dos nossos pensamentos e atos, a ponto de não nos apercebermos dela?

Trata-se de uma consciência histórica, e intrinsecamente identitária, como é histórica (no duplo sentido de datada e de algo que faz referência ao tempo histórico) toda identidade político-territorial. Por enquanto, a consciência histórica é como um objeto num quarto escuro: embora não o possamos vislumbrar, sabemos que existe por ocupar um determinado espaço, o que lhe dá

a característica de algum condicionamento sobre a nossa movimentação neste quarto. Podemos, então, conceituar a consciência histórica primeiramente por este “espaço” que ela ocupa, ou seja, pelos condicionamentos que impõe à vida social, pelas condições das quais participa no processo de estabelecimento dos grupos humanos e de seu inter-relacionamento. Referimo-nos, em primeiro lugar, à necessidade humana de estabelecer significados para o(s) grupo(s) do(s) qual(is) se participa, significados que se encontram – não exclusivamente – no passado, no presente e no futuro que se constrói e que se imagina para a coletividade¹. Desta forma, a consciência histórica é o nome que estamos atribuindo a esses significados que são construídos em (por) cada grupo humano sobre si próprio, caracterizando-se no tempo e no espaço.

O espaço que a consciência histórica ocupa nas relações humanas pode ser percebido por diversos elementos, mas o principal (e provavelmente aquele do qual os demais derivam) é a identidade coletiva, ou seja, tudo aquilo que possibilita que digamos *nós* (e *eles*). Dessa consciência participam as imagens, idéias, objetos, valores que os participantes julgam serem os seus atributos específicos (sendo que o primeiro deles é o nome), bem como um (ou mais) mito de origem, que funciona como o legitimador da existência do grupo² (e, na maior parte dos casos, de suas relações hierárquicas). Em suma, a consciência histórica constitui a parte preponderante da resposta à pergunta: quem somos nós?

É de consciência histórica que Marc Ferro está falando ao declarar, em seu famoso livro *Falsificações da História*³, que “a imagem que temos de outros povos, e até de nós mesmos, está associada à história tal como se nos contou quando éramos crianças. Ela deixa sua marca em nós para toda a existência.”⁴

¹ Para Agnes HELLER, em *Uma teoria da história*, que retomaremos adiante, estar no tempo e no espaço e uma compreensão dada pela noção de mortalidade e pela noção de coletividade: só há significado em estar aqui e agora porque sabemos que um dia não mais estaremos (seremos não-tempo e não-espaço), e porque sabemos que há o gênero humano, e que outros estiveram e estarão, antes e após nós. Estas são as percepções que acompanham o homem desde o seu surgimento enquanto ser racional, e que fundamentam a necessidade de uma consciência histórica.

² HELLER, op. cit., p. 16

³ Lançado originalmente em 1981, na França, sob o título de *Comment on raconte l'Histoire aux enfants à travers le monde entier*. Por tê-la à mão, utilizo-me da edição em espanhol do Fondo de Cultura Economica, de 1990, do México, cujo título é a tradução literal do título em francês.

⁴ p. 9. Tradução nossa.

Para Heller, a consciência histórica tem diversos estágios, que vão desde o momento em que um dado grupo cria as normas, substituindo com elas os instintos – em que o sistema mítico do grupo legitima-o e significa, para ele, a origem do universo, e em que o grupo é identificado à humanidade – até o momento em que num dado grupo, após se ter tomado consciência de que a humanidade transcende o dito grupo, concebe-se o mundo como histórico, no sentido de construção humana (desencantamento) relativizando a própria cultura a partir de outras, no tempo e no espaço, até a consciência de que a história não marcha indelevelmente para o progresso (diante de eventos como o Holocausto, a explosão da bomba atômica sobre Hiroxima, o Gulag ...), que a racionalidade e a ciência não dão conta da evolução humana e de que o futuro é missão de cada um e de todos. Nesse percurso, teríamos chegado à configuração contemporânea da consciência histórica.

Para Hans-Georg Gadamer, este seria o momento de maior angústia da humanidade. Ele considera que apenas a atual configuração da consciência histórica seria consciência histórica por excelência, sendo que nos outros momentos essa consciência não se verificaria. Para isso, define-a como “o privilégio do homem moderno de ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião.”⁵ Devemos relativizar esta definição e considerá-la referenciada no pequeno grupo que, dentro de cada sociedade, teve acesso tanto a educação formal quanto a uma formação humanista e laica, bem como à informação mundializada, e que é capaz de pensar desta maneira. Portanto, o que Gadamer chama de consciência histórica é algo restrito, e o atributo que ele põe a ela adiante (“uma posição reflexiva com relação a tudo o que é transmitido pela tradição”⁶ assevera sua condição de estágio atingido por alguns seres ou subgrupos humanos. Seu contrário seria, provavelmente, a “inconsciência” histórica, ao passo que na leitura de Heller, não é possível pensar nesta oposição (com ou sem consciência histórica), mas sim numa multiplicidade de consciências em diversos estágios. Se não tomarmos a leitura de Heller dentro de uma chave etapista ou evolucionista, podemos imaginar que não é possível que apenas alguns seres humanos tenham chegado à consciência histórica ou que a mesma seja algo a ser atingido – pois ela é inerente ao gênero humano, seja qual for a situação cultural de cada grupo

⁵ GADAMER. **O problema da consciência histórica**, p. 17.

⁶ id, *ibid.*, p. 18.

ou pessoa. Pelo contrário, a consciência histórica existe em várias etapas que, concluímos, podem coexistir pela característica multicultural das sociedades contemporâneas.

É o que sugere a leitura de *A História Viggiada*, de Marc Ferro, em que o autor admite, em cada sociedade, a existência de diversos focos da consciência: as instituições (em outras palavras, a história oficial, legitimadora da dominação), os setores de oposição ao poder (que compõem o que Ferro chama de contra-história) e outros focos esparsos.

Mas ainda não é esta a compreensão de consciência com a qual nos sentimos razoavelmente a vontade para trabalhar. Trata-se de fugir tanto à oposição de Gadamer (consciência / não – consciência) quanto de Ferro (poder / resistências), para retomar uma idéia que vem do conceito de senso comum em Antonio Gramsci ⁷: o que as pessoas em geral pensam é fruto de uma sedimentação histórica: idéias, valores, imagens ligadas à dominação ideológica em períodos anteriores não desaparecem com a desestruturação das classes dominantes e da estrutura de poder anterior. Pelo contrário, seus fragmentos permanecem, com intensidade variável sobre a forma das pessoas se definirem e compreenderem o mundo. Portanto, a “filosofia das multidões” ⁸ não responde somente à ideologia dominante do tempo e do espaço no qual existe, mas também de outros fatores que a fazem incoerente, fragmentária e conservadora, mas ainda assim com um núcleo de “bom senso” que precisa ser desenvolvido pelo pensamento crítico dos intelectuais orgânicos para alcançar a transformação social. Essa idéia nos auxilia a imaginar um quadro em que múltiplas consciências históricas convivem: desde as que entendem a história como um jogo divino em que o ser humano só aparece como instrumento quase desprovido de capacidade autônoma de ação até as que atribuem a uma determinada classe a tarefa de transformar a história e assim realizar o interesse da humanidade como um todo.

Em suma, o conceito de consciência histórica neste trabalho é composto pela incorporação da idéia de que existem diversas formas de conceber o grupo em relação ao tempo, idéia esta implícita nas etapas da consciência histórica de Heller ; de Ferro, incorpora-se a idéia de que diferentes consciências históricas coexistem numa mesma sociedade; por fim, recorremos a

⁷ *Concepção dialética da história*, *passim*.

⁸ É a expressão de Antonio Tavares de JESUS ao comentar o senso comum, em sua obra **Educação e Hegemonia No Pensamento de Antonio Gramsci**, p. 47.

Gramsci para afirmar que, da mesma forma que no senso comum, as concepções que formam as consciências históricas são compostas tanto por representações dominantes contemporaneamente quanto pela permanência de outras, que tiveram maior importância em outros momentos históricos.

Evidentemente, não podemos pensar que estamos diante de uma babel de consciências históricas que se furtem a qualquer condicionamento geral, pois isto implicaria em não considerar a existência do poder, de grupos socialmente dominantes e de seu esforço em generalizar suas visões sobre a sociedade no tempo. Também significaria compreender que, se as consciências históricas e as identidades político-territoriais com as quais se ligam fossem radicalmente distintas entre si, sem diversos pontos comuns, estaríamos falando de diversas sociedades, e não de uma única sociedade cujas trocas, materiais e simbólicas, perpassam todos os cidadãos; há a necessidade de imaginar (pelo menos) um denominador comum. Aquele esforço, composto pela utilização majoritária do sistema educacional e de comunicação de massa, resulta em uma uniformização mínima dos pensamentos sobre a identidade e a história, que determina os pressupostos e o cenário em que esses pensamentos se desenvolvem. Cremos que se trata, pelo menos no caso brasileiro, da propagação da ideologia nacional, que poderíamos compreender metaforicamente como a gramática a partir da qual as diferentes consciências históricas cunham seus textos. A nação é o denominador comum, enquanto mobilizadora e subordinadora das várias consciências históricas em convívio na sociedade brasileira, convívio esse possibilitado pela nacionalidade enquanto identidade comum⁹.

Esta tentativa de elaboração de um sistema teórico que dê conta minimamente da problemática da consciência histórica devolve-nos, então, à oposição que se pode perceber a partir da extrapolação da definição de Gadamer, entre uma situação de plenitude da consciência histórica e uma situação em que as pessoas não a tenham atingido (ou, como preferimos, que as outras consciências históricas sejam distintas da que se caracteriza por: uma postura de reflexão perante a tradição, compreensão da historicidade e da relatividade das opiniões). No forjar de um padrão para as consciências históricas das massas, estaria presente o trabalho da ideologia

⁹ Ressalvamos ainda que a nação e a nacionalidade são processos em construção e submetidos à dinâmica histórica, exatamente por isso incompletos e inacabados.

dominante, utilizadora de elementos em geral diversos dos que compõem a consciência histórica descrita por Gadamer; entre eles, destaca-se a ideologia nacional, e podemos mesmo arriscar que a nação cumpre o papel que nas sociedades primitivas era atribuído a um mito de origem sobrenatural. Numa sociedade laicizante, a nação preenche o espaço identitário deste mito de origem, mas nem por isso incompatibiliza-se com o pensamento que atribui as realidades empíricas a forças não-naturais: pelo contrário, como afirmamos, apenas dá as condições (ou estabelece os termos) para que as diferentes formas de compreensão do grupo no tempo encaixem-se no padrão identitário dominante, que é o nacional (ao menos no período que esta pesquisa aborda).

Cumpra afirmar, ainda, que o terreno da consciência histórica (aquela que dá o padrão para todas as que trazem elementos diversos oriundos da sedimentação histórica, que mencionamos) é um terreno móvel, dinâmico. Assim, se fazemos determinadas afirmações para o período que estudamos, as mesmas não serão necessariamente válidas para outros. Demanda outros estudos a idéia de que a nação estaria deixando, no momento atual, de ser o padrão, o denominador comum da consciência histórica.

Retomemos Ferro. Em uma frase que citamos acima, ele fala sobre a história que nos foi contada quando éramos crianças, no contexto de um livro que procura compilar as manipulações da história presentes nos materiais didáticos ao redor do mundo. Partindo de um enfoque parecido, embora restrito ao caso francês, Suzanne Citron discute a formação da consciência histórica nacional através dos livros didáticos elaborados durante a 3ª República, e que compõem um padrão que – nota a autora – reproduz-se até os dias de hoje¹⁰. Isso nos faz recuperar um fio neste novelo: qual é a relação desta temática com a metodologia do ensino da história? Em que ponto do debate sobre a pesquisa do ensino de história essa reflexão se insere?

Em primeiro lugar, retomamos o argumento de que o conhecimento crítico sobre o que ensinar (e dos critérios que articulam este conjunto de conhecimentos) faz parte da metodologia

¹⁰ **Le Mythe National: L'Histoire de France en question**, especialmente a Introdução, em que a consciência histórica é especificamente abordada. No decorrer da obra, a autora busca recuperar a historicidade dos conteúdos ensinados como forma de crítica à consciência histórica constituída pelo ensino da História nas bases nacionais e tradicionais.

do ensino, na medida em que constitui a discussão dos objetivos e dos conteúdos, que, se não se situa no exato momento da relação de ensino-aprendizagem entre professor e aluno, é um momento prévio indispensável, que o professor pode vivenciar como objeto ou como sujeito. Nosso posicionamento acompanha os que defendem que todo professor é um intelectual crítico e transformador, e é para este objetivo de contribuir para que o professor exerça seu ofício com maior consciência e possibilidade de intervenção sobre os objetivos e conteúdos inerentes ao seu ofício que se coloca este estudo.

Para Klaus Bergmann, a didática da história vai muito além da discussão sobre métodos e técnicas, e o estudo da formação e da dinâmica da consciência histórica faz parte de seu campo ¹¹.

Ainda quanto ao aspecto da metodologia do ensino da História, a discussão sobre a construção da consciência histórica – através do presente estudo de caso – pretende contribuir para a compreensão das determinações que agem sobre professores e alunos, e constituem alguns dos limites para as experiências inovadoras que procuram aperfeiçoar o ensino da disciplina. É importante compreender a história que se aprende fora da relação pedagógica escolar, porque ela é apenas um dos momentos do aprendizado da História por parte dos alunos: muitos dos seus conceitos sobre o tempo, sobre identidade, sobre o passado, são aprendidos antes, fora e concomitantemente ao ensino formal. Os alunos, portanto, chegam à aula de História carregando concepções, noções, idéias, conceitos, preconceitos e informações cujo aprendizado não foi controlado pelo professor ou pela escola, mas que teve origem na experiência pessoal, no convívio com os mais velhos e seus conhecimentos, no contato diário com os meios de comunicação de massa, notadamente a televisão. Contribuir para a compreensão desses processos não-formais de aprendizado da História é útil em vários aspectos, notadamente para identificar eventuais fatores que determinam ou minam os limites de aprendizado e condicionam a compreensão da História, bem como para informar um processo educativo que se pretenda crítico, criativo e transformador.

Do ponto de vista da pesquisa do ensino de história, este estudo pretende contribuir para uma ampliação do campo, incluindo também os processos educativos que ocorrem através dos meios de comunicação de massa, considerando que este é um dos desafios contemporâneos para

¹¹ Este posicionamento é expresso no artigo A História na reflexão didática.

esta área da pesquisa em Educação, na medida em que o século que se avizinha parece indicar um crescimento do papel das diversas mídias na formação educacional dos cidadãos, ocupando espaços cada vez maiores dentro e fora da escola. O ponto de partida desta ampliação está nos estudos que no decorrer da década de 1980 e 1990 tiveram um importante papel no assentamento das bases do estudo da História do ensino da História no Brasil, e cuja preocupação central esteve no estudo de diversos aspectos da disciplina (currículo, material didático, objetivos, utilização político-ideológica) em relação ao seu contexto de origem ¹².

Este trabalho organiza-se em duas partes: a primeira aborda a enunciação de imagens e idéias sobre a nação brasileira, e a segunda preocupa-se em discutir a recepção das mesmas, sempre considerando que um momento é inerente e participante do outro.

O recorte cronológico da primeira parte vai de 1969 a 1973. Resolvemos nos limitar a esse período por concentrar um momento de euforia, de otimismo nacional, em que as mensagens sobre a nação e a nacionalidade aparecem em grande número e variedade. A baliza inicial é o primeiro ano de vigência do AI-5 (que entra em vigor em 13 de dezembro de 1968), o que caracteriza o período em foco como de extrema centralização do poder político no Executivo, de acentuado estreitamento (quase obstrução) dos canais formais de participação política e de suspensão dos direitos civis do conjunto da população para a obra de neutralização ou extermínio das forças de oposição não-consentidas ao regime, cuja radicalização está intrinsecamente ligada a esta conjuntura. O marco final é o ano de 1973, em que ocorre o primeiro choque do petróleo, originando uma crise internacional que mina as bases do crescimento econômico acelerado deste período, iniciando sua decadência. Este marco final traz, uma das principais raízes da situação que também caracteriza o recorte, que é o crescimento econômico que sustenta um surto de otimismo e de manifestações nacionalistas integradas aos interesses de legitimação política do regime.

Por um lado, essa legitimação se dá através do critério do desempenho econômico do país, em vez dos valores e instrumentos clássicos de representação política ¹³, ainda que parte dos

¹² Cf. Maria de Fátima S. DIAS e Luis Fernando CERRI. História do ensino de História e História da América.

¹³ Cf. RAPOSO, Competição política desestabilizadora: a crise do Estado. In: _____ (org.), 1964 - 30 anos depois, p. 27.

mesmos seja ao menos formalmente mantida. Por outro, não se pode secundarizar a propaganda política, uma vez que a capitalização política do crescimento econômico depende da atribuição de um sentido e de um sujeito ao qual ele seja creditado, da mesma forma que a crise e a estagnação precisarão ser explicadas para a opinião pública como de responsabilidade de outros agentes que não o governo ou o regime. Este período recortado caracteriza-se, no aspecto econômico, por uma grande dinamização da economia, expressa em elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, que é antecedido por uma política econômica austera e relativamente impopular de saneamento do Estado, realizada durante o governo de Castello Branco, pela ação das figuras de Roberto Campos e Otávio Bulhões¹⁴. O nosso recorte encerra-se, após o crescimento recorde do PIB em torno de 14 % no ano de 1973, com a primeira crise do petróleo, que encerra todo um ciclo e um modelo de crescimento econômico nacional baseado na importação maciça de petróleo e derivados, ciclo este que se iniciara nos anos 50.

Politicamente o período pode ser caracterizado como o de ápice do fechamento político, ainda que consideremos que todo o período dos governos militares é marcado por uma série de violações da democracia e dos direitos civis, desde a efetivação do golpe até o período da abertura. Indicativos deste fechamento são a eleição de Costa e Silva para suceder Castello Branco, expressão da modificação do grupo de maior poder dentro do Estado, colocando em segundo plano os militares com maior compromisso legalista, a imposição do AI-5 e, dentro do recorte que esboçamos para o nosso trabalho, temos a sucessão de Costa e Silva por Médici através de um “golpe dentro do golpe” que evita que o vice de Costa e Silva, Pedro Aleixo, assumo o poder. Este período é sucedido pela crise de credibilidade do governo, que se expressa em sua derrota nas eleições de 1974 e no retorno ao poder do grupo comprometido com o retorno à democracia com a eleição de Ernesto Geisel, que faz da distensão política um de seus objetivos programáticos. O período recortado, que corresponde em grande parte à presidência de Médici, participa também da “utopia autoritária” que chega ao paroxismo com a ascensão de Costa e Silva, pela qual os estratos militares no poder consideravam a missão de redimir o país como talhada para os militares, uma vez que eles eram pensados por esta parte da corporação como

¹⁴ O próprio CAMPOS destaca a sua participação na fase de ajuste econômico que antecede o “milagre” no artigo Planejamento e mercado na economia brasileira. In: RAPOSO (coord.) op. cit.

“superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade e retidão moral.”¹⁵

Em termos sociais, segundo Velloso, o período pode ser descrito por dois elementos: a concentração de renda, em parte originada dos benefícios e subsídios a setores empresariais privilegiados pelo modelo de crescimento econômico; em contrapartida, devido aos altos índices deste mesmo crescimento, opera-se o início da inclusão social, ligado à efetivação de um amplo mercado de consumo de massas¹⁶.

Optamos por abordar o período a partir das fontes publicitárias, encontradas nas revistas informativas semanais ou quinzenais, tanto pela facilidade que encontramos de acesso às mesmas (o que não se dá, por exemplo, com o suporte televisivo) quanto por constituírem um veículo destinado ao principal sustentáculo do nacionalismo ufanista deste período (e também um dos grandes beneficiários do crescimento econômico obtido), que são as camadas médias, cuja importância para a formação da opinião pública é assaz conhecida.

Na pesquisa documental para esta primeira parte, percorremos as coleções das principais revistas informativas¹⁷ que circulavam no período: *Cruzeiro*, *Fatos e Fotos*, *Manchete*, *Veja e Visão*. Apenas estas duas últimas foram usadas como fonte para seleção de peças publicitárias, por motivos que explicitaremos no primeiro capítulo. Escolhemos as peças publicitárias como fonte porque concordamos com a proposição de que a publicidade é uma porta privilegiada para o imaginário das sociedades, uma vez que deve falar a ele para que tenha sucesso em sua função primordial, de comunicar e vender idéias e produtos. Para Barthes, a mensagem publicitária age a partir de reservas do imaginário, cuja produção relaciona-se com a convivência social e o processo

¹⁵ D'ARAÚJO et al. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*, p. 9.

¹⁶ João Paulo R. VELLOSO. *A Herança de 1964: uma visão dos anos 90*. In: RAPOSO (coord.) *1964 - 30 anos depois*, p. 67.

¹⁷ Estamos compreendendo por revistas informativas aquelas cujo formato é caracterizado pela paridade entre texto e ilustrações (e que em alguns casos – como a *Fatos e Fotos* e *Manchete* – as ilustrações geralmente ocupam mais espaço que o texto) e que não são produzidas tendo em vista um público segmentado. Nesse sentido, diferenciam-se de revistas femininas ou masculinas, bem como de revistas que se organizam a partir de interesses segmentados (como profissões, *hobbies*, etc.)

de educação que produz o enquadramento social dos indivíduos ¹⁸. Desta forma, elementos do imaginário (no nosso caso do imaginário nacional), incrustados na propaganda estatal ou civil, “saltam aos olhos” do leitor, pois é para isto que essas peças da comunicação de massa são feitas.

Para a segunda parte, preocupada com a recepção e com a reelaboração dessas mensagens por parte dos cidadãos, optamos por contar com depoimentos orais de um grupo de colaboradores, a partir de sua leitura de algumas das peças publicitárias que foram analisadas na primeira parte do presente estudo. Desta maneira, propiciamos a utilização da fonte publicitária como mediação para a memória e a enunciação da consciência histórica (em sua parcela relativa à nacionalidade), aproveitando-nos da sua condição de suporte de elementos verbais e não-verbais que trazem consigo um legado involuntário exemplar do pensamento autoritário brasileiro neste período, através do qual se pode realizar a sua análise e a sua crítica. Valemo-os, neste trabalho, da qualidade instigante desta articulação entre as imagens da identidade nacional trazidas pela fonte publicitária e sua leitura pelas fontes orais inspirados na defesa da complementaridade entre história oral e iconografia no estudo das memórias coletivas, feita por exemplo por Ana Maria Mauad ¹⁹. Esta autora argumenta que as imagens, amplamente compreendidas como representações que descrevem a informação e ocorrem num meio espacial, têm muito em comum com a memória, que se constrói socialmente mediatizada pela palavra e pela imagem. Parece-nos, portanto, que esta proximidade entre os meios de elocução da memória que se constituem no ato do recordar, e os meios (as peças publicitárias) que escolhemos como instigadoras desse mesmo recordar, formam uma combinação propícia para que o imaginário nacional seja verbalizado e discutido.

Temos, portanto, neste trabalho, duas fontes preparadas pelo pesquisador, que produzem várias vozes que se agrupam em dois grandes grupos derivados dessas fontes: as vozes da publicidade / propaganda (que são os meios cristalizados das vozes de outros sujeitos) e as vozes dos nossos interlocutores imediatos. A essas vozes, adiciona-se a voz do pesquisador, procurando dialogar com as demais em busca de respostas para as suas indagações. De saída, é preciso declarar que o lugar do pesquisador não é entendido como isento ou como superior, mas apenas

¹⁸ Roland BARTHES. *Société, imagination, publicité*, p. 513-514

¹⁹ no texto *História, iconografia e memória*.

como um outro lugar: daí a inexistência da pretensão de opor ciência ou verdade à ideologia ou à alienação. Se há alguma pretensão presente, é a de olhar essas várias elocuições por um ponto de vista que possa identificar os processos de elaboração, explorar as contradições, recuperar historicidades e, enfim, tecer uma fala crítica e, neste sentido, contra-ideológica (dentro da compreensão de que a ideologia é um processo que faz o pensamento tender para a unicidade, a generalização, a atemporalização, que destrói –ou digere, reduz, assimila e neutraliza – a diferença, a alternativa, a alteridade, compondo uma coerção estrutural ao pensamento).

A diferença de tamanho entre os capítulos na segunda parte deste trabalho deve-se inicialmente ao fato de termos destacado um número maior de figuras para a temática do sujeito, mas também pelo respeito às especificidades de cada parte dos depoimentos, que eram desiguais entre si.

Por fim, será possível perceber que não nos preocupamos em distinguir rigidamente o uso dos termos propaganda e publicidade. Ainda que alguns autores como Sáfady e Figueiredo tenham diferenciado as situações em que os termos são cabíveis (ou seja, a propaganda refere-se primordialmente à divulgação de uma idéia ou conceito, enquanto a publicidade refere-se à divulgação de produtos), admite-se que esta separação não é rígida, o que é ainda mais válido para a temática que escolhemos, em que produtos vendem-se junto a idéias e conceitos e vice-versa.

PRIMEIRA PARTE

ítulo 1

IL NA PUBLICIDADE

a: como se ensina a nação brasileira para uma lida? Evidentemente, esta questão requer uma co meio de comunicação e de formação dos endizado da identidade nacional existe desde o o está ocorrendo desde o momento em que a s (no caso brasileiro, especificamente, em que valer para situações semelhantes, mas não para estacam o papel da língua na construção das idade deste código o que define uma nação ²⁰, ao surgimento da idéia da nação como uma as mesmas dentro da comunidade política nos as da nobreza, do Estado (administrativa), da padronização da língua aumenta a eficiência ento que Balibar chama de etnicidade, ou seja, o (a língua nacional, geralmente resultado da processo de alfabetização das massas, semi-

línguas oficiais, na obra **Educar o cidadão?**, p. 10, cipal fator de coesão e identificação. Os nacionalidade, substituindo-a pela opção política de ritório francês multilíngüe, conforme aponta Eric

tação ocidental desta datação.

r cita Karl W. Deutsch como um dos principais ria da comunicação.

relacionada a outras identidades com as quais disputa a prioridade na hierarquia de pertencimentos que forma cada pessoa. Por ser uma comunidade imaginada, a nação não é um objeto estático, mas algo em constante mudança, e por isso as imagens que portam consigo uma caracterização da comunidade nacional, afetam a idéia que se faz da mesma no tempo. Assim, duplamente instável, pela nação modificar-se historicamente e pelas imagens dela terem estarem dependentes dos arranjos feitos por pessoas e grupos, a identidade nacional não pode ser tratada - por quem quer compreendê-la como fenômeno social - como um dado substantivo e singular. Pelo contrário, é adjetivada conforme e através dos sujeitos e contextos históricos nos quais é construída.

Assim, se compreendermos que ensinar história é, entre outras coisas, informar e formar sobre os passados que identitariamente nos dizem respeito, não é equivocado afirmar que os meios de comunicação, quando abordam direta ou indiretamente a nação e a identidade nacional, ensinam história, informam e qualificam a nação, e nisso necessariamente abordam esse objeto numa perspectiva temporal. Assim, ao atingirem o indivíduo ao mesmo tempo em que ele aprende a língua, antes portanto da socialização feita na escola, os meios de comunicação constituem uma teia de noções sobre a identidade nacional que coloca-se como uma espécie de linguagem prévia: é a partir dela que os mestres terão que trabalhar, partindo de seus termos, idéias, sensações; os seus elementos serão as ferramentas da comunicação, condicionando-a. O poder educativo, portanto, desse ensino não-escolar da história, não pode ser desconsiderado na história da disciplina, também porque ele se estende por toda a vida do cidadão, paralelo ou muitas vezes substituidor do trabalho feito pela escola e pela disciplina História.

Mas a comunicação de massa não inventa nem inaugura a identidade nacional por si mesma. Quando aborda esta temática, até para que seja compreensível, precisa partir das imagens preexistentes entre a população, ainda que pretenda agir sobre elas para comunicá-las. Por exemplo, leiamos a seguinte frase de Roberto DaMatta: "*Caso eu falasse em elegância no vestir e no falar, no gosto pelas artes plásticas, na visita sistemática a museus, no amor pela música clássica, na falta de riso nas anedotas, no horror ao carnaval e futebol etc., certamente estaria definindo outro povo e outro homem.*"²⁷. Embora essas características não definam necessariamente cada um dos brasileiros, e que os arranjos efetivos sejam muitos mais complexos e plurais (não excluindo nem mesmo essas

²⁷ DaMATTÁ. *O que faz o Brasil, Brasil?*, p. 18

“exóticas” características identitárias apontadas), há uma determinada imagem de povo e de homem brasileiro, que pode ser reconhecida a partir da apresentação de alguns de seus elementos. Uma descrição de um personagem, como a feita por DaMatta, se ocorresse numa peça publicitária designando um brasileiro, ela só teria efeito enquanto paródia: provocaria o riso que é despertado pela inversão da imagem esperada.

É a uma grande biblioteca virtual e coletiva de “imagens esperadas” sobre os mais diversos elementos do universo da significação das coisas com as quais convivemos que damos o nome de imaginário²⁸. Podemos alegorizar ainda com outras imagens do imaginário para expor a forma pela qual ele é compreendido nesse trabalho: um repertório de imagens em nossa mente, que acaba por compor uma gramática específica, que possibilita arquivar não todas as coisas com as quais entramos em contato, mas sim a sua imagem conceitual²⁹, um imenso almoxarifado intangível no qual se disponibilizam para novos pensares as imagens do que foi anteriormente pensado (ainda que a disponibilidade de imagens não seja livre, mas controlada socialmente, seja pelo uso, seja pela ação do poder); ou ainda, segundo Gilbert Durand citado por Pesavento, como “o capital pensante do *homo sapiens*”³⁰. Uma outra alegoria significativa seria o caleidoscópio: com os mesmos espelhos, o mesmo tubo, as mesmas pedras e contas, conforme o movimento que se imprime e o ponto de vista do observador, formam-se infinitos desenhos: os elementos, portanto, são comuns, são coletivos, mas a disposição (inclusive o aparecimento ou não) dos mesmos depende de quem olha, que pode ser, no caso do imaginário, um indivíduo ou um grupo.

²⁸ Para tanto, cremos que as visões sobre o imaginário a seguir, alguns exemplos do debate sobre essa categoria, são compatíveis com a definição aqui elaborada: José Murilo de CARVALHO, em **A formação das almas**, p. 10, afirma que a “*elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.*”; Bronislaw BACZKO, no verbete **Imaginação social**, p. 309, define o imaginário pela enumeração das tarefas sociais que cumpre: “É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma colectividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de ‘bom comportamento’, designadamente através da instalação de modelos formadores, tais como o do ‘chefe’, o ‘bom súbdito’, o ‘guerreiro corajoso’, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma ‘ordem’, em que cada elemento encontra o seu ‘lugar’, sua identidade e sua razão de ser.”;

²⁹ CAPRETTINI. **Imagem**, p. 179.

³⁰ Sandra J. PESAVENTO. Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário, p. 17.

A desvantagem dessas alegorias é criar a falsa impressão de que o imaginário é algo excessivamente distinto do real, oposto a ele. Ainda assim, e feita essa ressalva de que o real inclui o símbolo, a representação e a imaginação, essas alegorias mantêm seu valor por retirarem do imaginário o componente da subjetividade: ele não age sobre o homem e a sociedade, a não ser no sentido de que, enquanto ferramenta de comunicação, condiciona os meios pelos quais esta pode ocorrer.

A publicidade é um interessante instrumento de aferição do imaginário, compondo-se num objeto privilegiado para seu estudo, desde que sejam considerados três pontos que o : o imaginário não é idêntico para todos, ou seja, não dispõe seus elementos da mesma maneira para todas as classes sociais, níveis de educação, opções religiosas e outras (e, desse ponto de vista, seria melhor falar em imaginários); diferencia-se, ainda pelo aspecto regional, realizando-se de diferentes maneiras conforme a região ou país na qual as pessoas vivem, considerando que o espaço e o meio são fatores a serem considerados na apreciação do pensamento coletivo (e nesses sentido é possível falar em imaginários nacionais); e enfim - como qualquer criação humana, e portanto histórica - não permanece o mesmo com o passar do tempo, transforma-se dentro de uma relação complexa e dinâmica com a sociedade na qual realiza-se, bem como com as suas mudanças. Esse caleidoscópio, portanto, não é formado de contas coloridas ou pedrinhas brilhantes, mas por uma galáxia em movimento. Para Anna Figueiredo, a publicidade, para sua própria eficiência e sobrevivência, opera com idéias e valores que encontram ressonância no público alvo: “(...) o que a publicidade faz é apropriar-se dessas imagens e valores, incorporados por toda a sociedade ou por determinada parte dela, e adaptá-los às suas necessidades comerciais, reforçando-os ou atribuindo-lhes novo significado.”³¹, e portanto este objeto permite “apreender o imaginário em movimento”³².

O processo de propagar algo por um vetor a um determinado objetivo, que no senso comum geralmente se chama indistintamente de publicidade ou propaganda, é discriminado por alguns autores em duas grandes vertentes que recebem respectivamente esses nomes. Sáfady, por exemplo, separa e ao mesmo tempo traça os paralelos entre a propaganda e a publicidade: sendo que ambas está colocado o objetivo de mercantilizar, pela circulação de marcas e patentes, a

³¹ FIGUEIREDO. “Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”, p. 19.

³² Id., *ibid.*, p. 21.

propaganda caracteriza-se por divulgar idéias ³³, ao passo que a publicidade pode ser caracterizada pela função de difundir mercadorias específicas ³⁴. Ainda que a amplitude dessa distinção seja relativa, ela pode nos possibilitar a inferência de que a propaganda geralmente tem uma carga acentuadamente política, no seu sentido amplo, na medida em que faz referência a razões que estão ligadas à convivência coletiva, enquanto a publicidade tem uma referência a razões de ordem muito mais individual ou restrita ao pequeno círculo do convívio das pessoas.

A escolha específica das propagandas em revistas deve-se a dois motivos. Em primeiro lugar, porque a revista oferece imagens fixas, que são o meio por excelência da propaganda, segundo Sáfady. É na imagem fixa que se desenvolve, antes de mais nada, a forma do produto, seja ele uma marca, uma patente ou uma idéia, e é na forma que se realiza o conjunto de elementos que identifica o objeto da propaganda como tal, distinguindo-o de quaisquer outros. A imagem fixa nas propagandas estabelece a comunicação visual por excelência, pois através dela “o produto / veículo comunica-se com o sujeito por intermédio de elementos referenciais **não dinâmicos**, desprovidos de **animação**. Tanto maior o potencial de comunicação do produto / veículo quanto maior sua capacidade de (...) deflagrar o referencial interior dinâmico.”³⁵. Ou seja, a imagem fixa é o referente inicial, porque estimula uma associação com uma série de outras imagens, e termina por sugerir uma imagem dinâmica, resultante da ação do conjunto de imagens que o sujeito já leva consigo a partir do arsenal que adquiriu no seu processo de aprendizagem social. Arsenal este que - embora Sáfady não use o termo, podemos chamar de imaginário. Evidentemente, a imagem móvel também caracteriza-se por mobilizar elementos do imaginário, entretanto a imagem fixa tem uma força especial de comunicação pois faz essa mesma mobilização contando com menores recursos expressivos, ou seja, ela fornece imagens mais acabadas, restringindo o trabalho do indivíduo em imaginar, ao contrário da imagem fixa, cuja característica é disparar neste indivíduo a imaginação, fazendo com que recorra ao seu “estoque” pessoal, que é um arranjo particular do “estoque” coletivo. Não é à toa que as marcas são quase que absolutamente imagens fixas, e conservam seu amplo poder comunicativo.

³³ Publicidade e propaganda. p. 44.

³⁴ FIGUEIREDO. op. cit. p. 18.

³⁵ SÁFADY. op. cit, p. 16.

Em segundo lugar, as peças publicitárias ³⁶ publicadas nas revistas foram privilegiadas no presente estudo levando em consideração a ligação orgânica e histórica da ilustração com a revista enquanto meio, notadamente no final do século XIX e no século XX. As revistas que passam a assumir a feição que hoje conhecemos como tal, surgem como *magazines* nas quais se pode ver e ler um pouco de tudo, e a imagem – inicialmente a ilustração, depois a fotografia – tem um papel constitutivo nesse meio ³⁷. É na revista, também, que o publicitário tem condições de exercer com maior qualidade visual o seu trabalho, dadas as amplas possibilidades técnicas e criativas que não se encontram, a não ser muito atualmente, nos jornais e outros suportes da imagem fixa. As revistas, de periodicidade no mínimo semanal, submetem as agências a um ritmo um pouco menos febril que os jornais e os leitores a um ritmo de leitura mais tranquilo, do que se deduz que a peça publicitária confeccionada para a revista conta, a princípio, com um grau maior de elaboração. O que leva a crer que, neste âmbito que estamos circunscrevendo, a revista seja a fonte mais indicada. A isso tudo some-se que a periodicidade mais espaçada das revistas sintetiza o discurso publicitário de um período, “enxugando” suas manifestações sem perder a abrangência, e facilitando sobremaneira o trabalho do pesquisador.

Pois bem. Anna Figueiredo aponta, estudando as peças publicitárias nas revistas brasileiras do período de 1954 a 1964, que existe uma progressiva decadência do argumento de caráter coletivo, social, geralmente ligado ao *élan* desenvolvimentista. Esse apelo, que procurava vender o produto ou serviço apelando à consciência de participação do consumidor no desenvolvimento do país, passa a ser paulatinamente substituído, na visão da autora, por um apelo individualista, e que projeta a felicidade pessoal não mais no sucesso da coletividade, mas no sucesso individual e no consumo de determinados produtos. Desloca-se o eixo, portanto, do apelo ao cidadão para o apelo ao “eu” ³⁸, chegando mesmo ao ponto de transferir para o consumo as realizações da esfera política, como a democratização, por exemplo. Argumenta a autora que esta é uma das pontes para a mobilização política dos brasileiros das camadas médias para o apoio ao golpe de Estado

³⁶ Estamos entendendo por peças publicitárias os anúncios em si, não importando se o seu teor, de acordo com a diferenciação que adotamos, é predominantemente publicitário ou propagandístico.

³⁷ Roberto CIVITA. *As Revistas*. p. 217.

³⁸ FIGUEIREDO, op. cit., p. 130 e *passim*.

que instituiu o regime militar, já que estas são convencidas de que a continuidade do governo Goulart constituiria uma ameaça comunista, classificada coletivamente por essas camadas como abjeta limitação ao ato que levaria à realização por excelência do ser humano, o ato de consumir livremente.

Mas o que nos chama a atenção é a permanência, no período que estudamos, do apelo ao cidadão, em algumas peças publicitárias oficiais e privadas. Longe de ter sido superado pelo apelo de felicidade via consumo pessoal, o apelo político em sentido amplo permanece em várias peças publicitárias em revistas destinadas a essas mesmas camadas médias e setores mais altos das camadas do proletariado. Esse fenômeno é concomitante com a febre otimista / nacionalista / ufanista então verificada, ligada aos altos índices de crescimento econômico nacional, urbanização, fortalecimento dos setores secundário e terciário da economia e acesso da classe média a bens de consumo e duráveis, conhecido no conjunto como “milagre econômico”. É a adesão (ainda que momentânea e parcial) da sociedade a um determinado projeto nacional informado por uma visão de Brasil elaborada pelo alto, e que transparece na publicidade para permanecer alimentando essa adesão. Por este motivo, optamos por selecionar, entre as peças que continham esse caráter político, as que desenvolviam seu argumento dentro da temática da nação, e conseqüentemente da identidade nacional.

Trata-se de peças que não visavam num primeiro momento a venda de seus produtos, serviços e marcas, mas sim a associação das mesmas com o modelo de nação majoritário no momento, seja pela emergência do que Gracioso chama de “marketing de relacionamento”³⁹ (o marketing de produtos industriais que visa primeiramente criar uma relação de confiança entre vendedores e consumidores), seja pela necessidade mercadológica de atingir algo (o otimismo, o orgulho nacionalista) que está no topo do “*inventário de interesses*” do consumidor, nos dizeres de Sáfy. E a valorização da identidade político-territorial (a condição de brasileiro), neste momento, constitui um dos elementos mais bem posicionados na hierarquia de pertencimentos que forma a identidade do consumidor. Definitivamente, não se pode pensar a propaganda como apenas o apelo para o consumo de produtos: deve-se considerar o caráter “educativo” destas peças que não pretendem vender produto material algum, e mesmo das que pretendem, já que

³⁹ Marketing no Brasil: evolução, situação atual, tendências, p. 90.

muitas vezes se anuncia para a população em geral produtos que a grande maioria não poderá consumir.

Esse quadro do “*imaginário em movimento*” é captado por uma parte significativa das peças publicitárias que, no caso das revistas, concentra-se principalmente na *Veja* e na *Visão*. Não que as demais revistas de então não venham a trazer em suas páginas anúncios com apelo referente à identidade nacional naqueles momentos de euforia, mas seu caráter é distinto. Em outros semanários noticiosos, inclusive de maior circulação, a freqüência deste tipo de anúncio é muito mais reduzida, e o caráter de apelo político, ao coletivo, à nacionalidade e à nação é mais diluído.

Na *Manchete*, as imagens da nação e o chamamento ao comportamento cívico então valorizado é feito em algumas reportagens, principalmente em datas e períodos propícios, como a semana da pátria; de resto, o que há é geralmente uma leitura mais leve, um grande espaço para as fotos e desenhos, e quase nenhuma peça publicitária com o caráter que procuramos. A publicidade segue um caráter muito mais intimista, dirigido à satisfação pessoal e felicidade através do consumo, dando continuidade à tendência estudada por Anna Figueiredo ⁴⁰.

De uma forma geral, pode-se dizer que o mesmo ocorre com a outra revista noticiosa que divide a liderança de vendas, naquele momento, com a *Manchete*. Na *Cruzeiro*, encontra-se um tipo de anúncio posto pela própria direção editorial da revista, cujo teor é o de apoio ao governo e louvor aos avanços econômicos, numa campanha em que as várias peças terminavam com a seguinte assinatura / tomada de posição: “*Mensagem de confiança e otimismo dos ‘Diários Associados’ no progresso do Brasil*” (figura 1). Trata-se de um tipo de propaganda em que o fator conjuntural, de apoio ao governo estabelecido, supera o apelo ao Brasil e à identidade nacional, que interessam mais de perto para a investigação aqui desenvolvida. Mas, fora esta campanha claramente oficial, em que o que fala mais alto é o fascínio da estatística, dos grandes números, das cifras grandiosas isoladas de seu contexto, a *Cruzeiro* - como a *Manchete* - caracteriza-se principalmente pelos anúncios despolitizados e voltados ao consumidor, e muito pouco ao cidadão. Exceção deve ser feita à edição especial n. 37, de 13 de setembro de 1972, comemorativa do Sesquicentenário da Independência, na qual, ao longo de 290 páginas, encontram-se 13 anúncios “politizados”, voltados à temática da nação, sua história e o

⁴⁰ op.cit.

Os Diários Associados
apresentam os fatos...
para que você
não fique "por fora"
do progresso
brasileiro!

O CRUZEIRO
6 de março de 1969

eis o fato

Nº 1

Nunca se
plantou tanto
no Nordeste...
Planta-se agora
uma fábrica
por dia!

Impressionante, não? É um fato palpitante e encorajador, é de encher de entusiasmo todo brasileiro: está se construindo, em média, uma fábrica por dia no Nordeste. E veja este ângulo humano do assunto: até há pouco, as poucas favelas que existiam em São Paulo tinham 80% de sua população flutuante composta de nordestinos. Agora, já quase não existem ali nordestinos favelados. Os trabalhadores nordestinos estão se fixando no próprio Nordeste, nas novas fábricas que ali começam a funcionar todos os dias. E quer mais fatos sobre o Nordeste de hoje?



Eis um outro fato importante:
750 Baías da Guanabara foram
descobertas no Nordeste!

Pois, há um ano e meio, os técnicos brasileiros da SUDENE descobriram lençóis de água doce no sub-solo nordestino, no montante de 3 trilhões

de metros cúbicos, ou seja, o equivalente a 750 Baías da Guanabara. 720 poços já foram perfurados e 95% responderam com água.

E isto também é um fato: já há dois anos, 4.000 homens trabalham, por conta do Ministério do Transporte, na construção de novos portos no Nordeste e na ampliação de outros. Estes portos são: Ilhéus, Salvador, Aratu, Maceió, Sergipe, Pernambuco, Cabedelo, Natal, Mucuripe (Ceará) e Itaqui (Maranhão).

Você estava "por dentro" desses assuntos?

comportamento esperado do cidadão brasileiro. Entretanto, por tratar-se de um fenômeno isolado na linha da revista, optamos por trabalhar apenas sobre as séries colhidas na *Veja* e na *Visão*, também porque 6 das 13 peças dessa edição da *Cruzeiro* aparecem nas revistas cujos anúncios foram selecionados para análise e para as entrevistas.

A revista *Veja*, principalmente, é um exemplo da comunicação de massa de caráter modernizado, empresarial, em contraposição aos órgãos de imprensa tradicionais, de propriedade familiar e marcadamente “ideológicos”. Origina-se em uma *holding* que é a Editora Abril, a partir de uma lógica voltada para o mercado, na qual a vendagem e a conquista do leitor superam as preocupações com a defesa de um ou outro ponto de vista político. Neste sentido, não se encontra na *Veja* o tipo de anúncio que mostramos acima, publicado na *Cruzeiro* (figura 1): a lógica de mercado reza que interessa atingir e agradar o maior número possível de leitores, que compõem uma massa heterogênea. Um posicionamento contundente a favor ou contra um determinado tema (como é o caso da política de desenvolvimento do governo, e no fundo do próprio regime, como aparecem na campanha dos Diários Associados) pode afastar os leitores que têm posicionamento político contrário. O tipo de veículo de comunicação configurado na revista *Veja* é o que o regime militar favoreceu, em detrimento dos “órgãos de propriedade familiar e relativamente independentes”⁴¹; com base nesta afirmação, podemos inferir que esta política não - declarada dos governos militares está em consonância com o caráter desmobilizante e despolitizante do regime instituído em 64, e principalmente a partir do recrudescimento de 68 / 69.

É preciso considerar, ainda, que em termos de contexto, é neste período que a publicidade consolida sua presença, pois assume em definitivo o caráter de sustentáculo financeiro da indústria cultural que se consolida, sendo que os investimentos nesta área quase triplicam entre 1970 e 1974⁴²; neste mercado publicitário, o Estado é um personagem significativo pelo seu caráter de grande anunciante, mas também de “príncipe” cortejado nos anúncios de empresas e instituições interessadas em mostrar sua fidelidade aos “princípios revolucionários” e em obter oportunidades de relacionamento econômico com o governo.

⁴¹ Juliana GAZOTTI. **Imprensa e ditadura: a revista *Veja* e os governos militares (1968 - 1985)**, p. 30.

⁴² idem, *ibidem*, p. 32.

Portanto, se compreendemos a revista como o contexto das peças publicitárias analisadas e as mesmas como o meio principal de sustentação financeira da revista, precisamos considerar que, como qualquer meio de comunicação, as revistas *Veja* e *Visão* estavam no período submetidas ao poder de censura do Estado, não só aquela declarada, mas também a uma outra muito mais grave, que é a econômica, que vai desde a ameaça de restringir as verbas publicitárias para os órgãos de imprensa independentes ou contrários ao regime até a criação de dificuldades ou facilidades para concessão de crédito, liberação de importação de equipamentos ou matéria - prima, consoante o grau de docilidade perante as linhas impostas pelos governantes. As discordâncias quanto a estas linhas tiveram que ocorrer através de primorosos exercícios de sutileza, em que a crítica confundia-se com a bajulação ou a reprodução das falas dos ocupantes do poder.

A compilação dos anúncios “politizados” possibilitou notar uma tendência geral, a partir da qual traçaremos algumas considerações. A maior parte das referências imagéticas à nação e à nacionalidade que foram compiladas não são propagandas pagas diretamente pelo Executivo (e sua agência oficial de propaganda, a Aerp – Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República), mas sim propagandas de empresas estatais e privadas. Excetuando-se os cartazes de 7 de setembro e os dos aniversários do golpe de 1964, ou a festa do Sesquicentenário da Independência ⁴³, que geram repercussão na imprensa sem que o governo pague por ela (é o caso de dois cartazes, publicados em reportagens da revista *Veja*, que podem ser computadas como peças financiadas pela iniciativa privada, ainda que tenham sido elaboradas sob orientação oficial), a grande maioria das aparições é feita por outros agentes que não o executivo federal. Nas revistas que selecionamos para compor a série documental a ser analisada nesse trabalho, a *Veja* e *Visão*, de um total de 83 anúncios selecionados ⁴⁴, 18 são campanhas oficiais e o restante são materiais publicados por entidades não governamentais, principalmente empresas (vide Anexo I).

⁴³ Ou ainda as publicações do próprio governo, como as revistas do MEC, em cujos custos não figura o pagamento da publicidade, mas apenas a elaboração, impressão e distribuição do material, como os cartazes.

⁴⁴ Note-se que esse total refere-se ao número de peças publicitárias, e não corresponde ao número de aparições, que pode ocorrer mais que uma vez no mesmo veículo de comunicação, ou ainda pode aparecer em mais que um deles.

Essa predominância não é gratuita, mas está afinada com a política de relações públicas levantada pelo Governo Federal no período, marcada pela indisposição da propaganda governista com o oficialismo das mensagens, na busca de uma marca própria que se pretende diferente daquela do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo ⁴⁵. Desta maneira, o governo ou o governante pouco aparecem. Mesmo na série de anúncios de origem estatal, a apenas dois atribuímos como autor o governo federal, e ainda assim pela absoluta ausência de referências, constando apenas o logotipo do sesquicentenário. As demais dividem-se entre empresas estatais (Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil, Companhia Siderúrgica Nacional) e, em menor número, ministérios ou órgãos a eles ligados.

Há uma rede informal de difusão de idéias capitaneada pelo Estado (no sesquicentenário, por exemplo, as empresas privadas aderem ao uso do logotipo oficial nas suas peças publicitárias), mas que encontra respaldo e iniciativa em diversos setores da sociedade civil (em grande parte os que planejaram e desencadearam o golpe de 64), compondo múltiplos focos de emissão de idéias e imagens atuando em sintonia, uma cadeia de produtores e mobilizadores de imaginário mantida pelo capital estatal e privado, uma “cadeia nacional” (explorando o triplo sentido da expressão - como rede de emissores, como rede que produz um determinado discurso sobre a nação e como rede que legitima a supressão das liberdades). Não se pode afirmar, entretanto, que essa rede seja formado por “nós” iguais: há um “nó” mais espesso, que representa o Estado.

É contraproducente aos “governos da Revolução” (que chegam ao poder empunhando, entre outras, a bandeira da austeridade e do combate à corrupção) gastar grandes verbas com a propaganda e assim contradizer-se com o próprio discurso moralista; todavia, ela é essencial para garantir um amplo consenso político, sem o qual a legitimidade desses governos de eleições restritas, atos arbitrários e impopulares e acentuado controle social fica comprometida. A saída é contar com a parte privada da “cadeia nacional”, isto é, à colaboração moral e financeira de indivíduos, grupos e empresas que beneficiam-se direta ou indiretamente do apoio ao governo, às suas medidas ou à propagação das suas composições ideológicas. Assim, empresas particulares repetirão slogans de cartazes e materiais de propaganda oficiais, multiplicarão frases de discursos dos presidentes (vide a figura 2), utilizarão imagens “canônicas” do regime em sua propaganda

⁴⁵ cf. Carlos FICO. **Reiventando o otimismo**. p. 96.

institucional, e, no caminho recíproco, frases e imagens colocadas pela publicidade privada serão aproveitadas na estatal ⁴⁶. É comum, por exemplo, a propaganda sintonizada com o regime por parte de empresas - mesmo multinacionais - que atuam em grandes obras do governo, como a construção da hidrelétrica de Itaipu, da rodovia Transamazônica, da usina nuclear de Angra dos Reis. Podemos mesmo imaginar empresas utilizando a propaganda como uma peça no jogo cujo objetivo é abocanhar uma parte da ação econômica coordenada pelo Estado.

O emissor / retransmissor desta “cadeia nacional” pode ser, então uma instituição que se beneficia de um favorecimento do governo, ou que o pleiteia, diante de um regime de extrema centralização no poder Executivo, das decisões e do poder de distribuição dos recursos, ou ainda uma empresa simplesmente entusiasta da compreensão dominante sobre a nação (mas, convenhamos, este deve ser um caso mais raro). No caso das empresas estatais, o controle direto do poder Executivo é mais claro, menos mediado, mas essa lógica não é totalmente ausente. Colaborar com uma solicitação do poder central (onde está a caneta que demite e nomeia) é estabelecer com ele uma predisposição positiva. Isso, evidentemente, quando for possível tratar a questão nestes termos, já que os ocupantes dos diversos extratos do poder de Estado, neste momento, são oriundos da ampla coordenação do complexo Ipes/Ibad e/ou da Escola Superior de Guerra ⁴⁷, e não se trata de agradar ou não o poder central, mas realizar parte de uma tarefa decidida em comum.

Exemplo da colaboração privada na propaganda cívica é a organização das comemorações do dia 7 de setembro de 1970, em que o governo, além de organizar a festa, solicita apoio na divulgação do conjunto das comemorações e do seu significado para o país, e recebe uma resposta extremamente satisfatória, economizando grandes quantias pela doação de recursos e mantendo um posicionamento de austeridade ao recusar o pagamento de gastos extras ⁴⁸ com shows televisivos. O sucesso da participação popular no ritual cívico está ligado ao crescimento e estabilidade econômica e à vitória do Brasil na Copa do Mundo, mas a participação de burocratas

⁴⁶ Como é o caso do cartaz oficial do 7 de setembro de 1971, que é antecedido por uma campanha publicitária da FIESP/CIESP, cuja temática é “Brasil, ontem, hoje e sempre”

⁴⁷ cf. René A. DREYFUSS. 1964: **A conquista do Estado**.

⁴⁸ O DIA do Brasil ou de como um feriado se transformou numa festa. Veja, n. 105, p. 17-19, 9/9/70.

“...e que o homem do mais distante
pedaço do Brasil sinta na sua pele
e não na palavra dos outros, que os
dias melhores estão chegando.”

(PRESIDENTE GARRASTAZU MEDIONI)

goyana É SEUS RECONHECIMENTO DE TODO O BRASIL.
FAZEM SEUS HOSPITAIS DO FUNDIÇÃO.



Figura 2 - Publicidade na revista Visão, v. 36, n. 3, de 14/02/70, p. 100.

e empresários, ainda que beneficiada por esse clima de euforia coletiva, liga-se àquele mecanismo de sintonia, cuja vantagem ideológica era tirar aparentemente o governo do centro de emissão das mensagens patrióticas, fazendo com que parecessem apenas uma expressão do patriotismo geral, que o governo simplesmente coordena. É o que testemunha o jornalista da Veja, no que se refere ao agitado Dia da Pátria de 1970: “*Nas ruas, faixas verde-amarelas saudavam o Sete de Setembro em nome de empresas privadas, desde fábricas de água mineral até bancos de investimentos. Em Fortaleza, uma indústria de cerveja convidava o povo, pelo rádio e pela televisão, a comemorar a Semana da Pátria consumindo o seu produto*”⁴⁹. Assim, o que analisamos são mensagens e imagens que estão disseminadas por todo o corpo social, emitidas por uma multiplicidade de sujeitos, mas sobre as quais paira indiscutivelmente a sombra do Estado autoritário.

O objetivo desse levantamento quantitativo é reconstruir algumas temáticas centrais suscitadas pela análise dos mecanismos de convencimento utilizados pelas imagens, e a partir daí realizar algumas análises qualitativas em imagens exemplares ou mais expressivas. Das muitas linhas temáticas possíveis, optamos por centrarmo-nos em três delas: a subjetividade da nação⁵⁰, seu tempo e seu espaço. Essa escolha deve-se ao fato de que a identidade nacional calca-se neste tripé, ou seja, a qualificação do grupo político ao qual se pertence (o “nós”, que na modernidade expressa-se na nação), a memória, a história, a tradição que sustentam a unidade deste grupo e o espaço no qual ele se inscreve e existe.

Após a convivência entre diversas possibilidades de comunidade política, como a tribo, o clã, o reino, o império, a cidade-estado, no século XX assistimos à hegemonia do Estado Nacional como a comunidade política por excelência, de modo que ela acaba parecendo a única forma de estruturação da coletividade, a ponto de considerarmos estranho que uma pessoa não tenha uma nação, que mude de nacionalidade, ou que um grupo de pessoas possa existir sem pertencer a uma das nações. Isso cria uma naturalização tão forte da idéia que parece-nos inerente nascer

⁴⁹ Idem, p. 19.

⁵⁰ Em outras palavras, a quem nos referimos quando usamos o nome Brasil, nas mais diversas circunstâncias. As respostas podem ser muitas, e entre elas podemos elencar: uma vontade – subjetiva – formada pela soma das vontades individuais dos brasileiros, o governo (ou o Estado Nacional), um sujeito indefinido, abstrato e geralmente monumental, que está acima dos cidadãos de carne e osso.

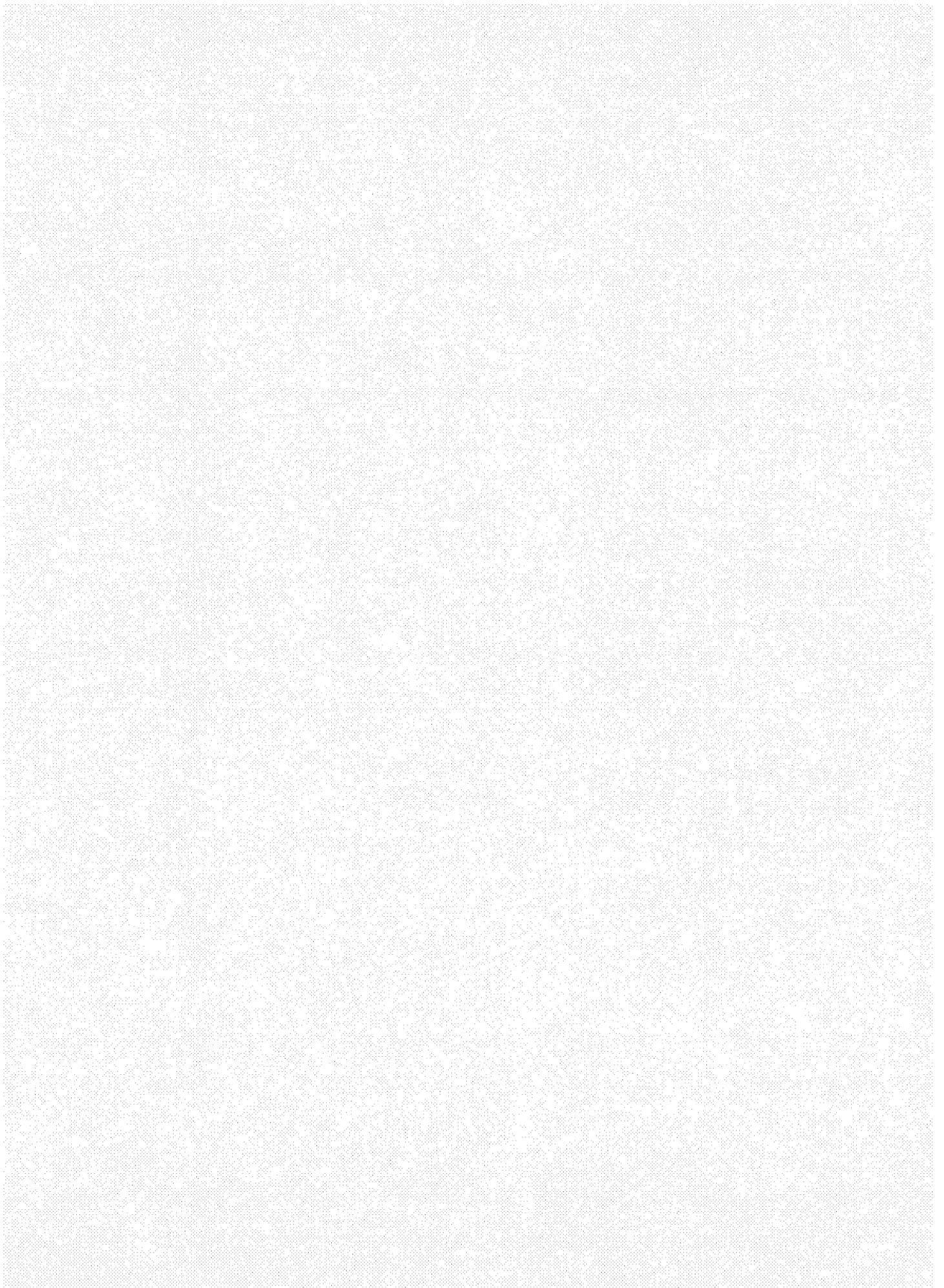
com uma nação, da mesma forma que nascemos com as características do gênero humano e as características étnicas.

Concordamos com o argumento de Anderson, pelo qual a nação é hoje percebida pelos indivíduos como um sentimento de não estar sozinho na humanidade, de pertencer a um grande grupo de semelhantes em meio à diversidade humana. Os participantes de uma nação não podem se conhecer todos entre si, pelo amplo número de componentes dessa forma de comunidade política, mas mesmo assim, na mente de cada um desses indivíduos está viva a imagem de sua comunhão⁵¹. Na perspectiva de Dumont, citado por Gonçalves, este grupo ao qual se pertence é a realização, no plano coletivo, da concepção moderna de indivíduo, ou seja, uma entidade autônoma e definida independentemente de suas relações com o todo: *“Segundo ele, a nação moderna é pensada como uma ‘coleção de indivíduos’ ou como um ‘indivíduo coletivo’ (...). De um modo ou de outro, a nação é identificada com indivíduos reais, sendo portadora dos mesmos atributos destes: caráter, personalidade, autonomia, vontade, memória, etc.”*. Essa coletividade representada é um dos grandes recursos ideológicos do nacionalismo, na medida em que generaliza para todas as classes as idéias de uma parcela dos indivíduos: a idéia de nação é um dos meios pelos quais a generalização, típica do discurso ideológico, ocorre. Para as outras duas linhas temáticas, Gonçalves continua: *“Do ponto de vista de seus ideólogos, a nação é pensada como uma unidade objetiva, autônoma, dotada de nítidas fronteiras territoriais e culturais e de continuidade no espaço”*⁵².

Em seguida, procuramos aprofundar a reflexão sobre o caráter de cada uma dessas linhas, bem como proceder a análise de algumas das peças mais expressivas ou representativas.

⁵¹ Benedict ANDERSON. *Nação e consciência nacional*. p. 14

⁵² José Reginaldo GONÇALVES. *Autenticidade, memória e ideologias nacionais*. p. 266.



Capítulo 2

O BRASIL – SUJEITO

E lá na montanha deitado dormindo
Campeia o gigante! – nem pode acordar!
Cruzados os braços de ferro fundido
A frente nas nuvens, e os pés sobre o mar!...
(Gonçalves Dias – O Gigante de Pedra)

Quando os formuladores e mantenedores da nação e sua ideologia - que no caso brasileiro estão concentrados no Estado ou em sua órbita ¹ - estabelecem que é possível e necessário escrever uma história nacional, e desde que se dedicam a fazê-lo, uma característica constante é a representação que coloca o “Brasil” como um sujeito, dotando-o de interesses, vontade própria, características distintivas, enfim, os atributos de um indivíduo composto pela soma e média dos cidadãos que o compõem ². Não se trata simplesmente de metonímia, ainda que este seja um recurso bastante significativo da propaganda: a história nacional, sob a ótica do pensamento nacionalista militante, mais que a “genealogia da nação”, é uma biografia da nação ³. Esta é uma

¹ Vários autores sustentam este posicionamento de que a nação brasileira enquanto expressão política não é o resultado de uma solidariedade cultural preexistentes, mas o contrário; entre eles destaca-se Demétrio MAGNOLI, na obra **O corpo da pátria**, em que estuda o processo de formação da nação brasileira durante o Império, sendo que a condição básica foi exatamente a existência de um Estado capaz de vender as disputas em relação ao território que reivindicava. HOBBSAWN, em **Nações e nacionalismos desde 1780** afirma que, no processo histórico de formação dos Estados Nacionais, ou a formação da nação (entendida como comunidade identitária) precede a formação do Estado, ou vice-versa. Neste segundo caso, que se aproxima da experiência histórica brasileira durante o período imperial, é o Estado o principal responsável pela formação da consciência nacional.

² Ou ainda soma de sociedade e Estado, ou uma entidade, uma força, um espírito exterior às pessoas que o realizam.

³ A primeira expressão vem de François FURET. **A oficina da história**. Já a consideração da história nacional como biografia aparece, por exemplo, em Rogério F. da SILVA, no livro **Colônia e Nativismo**, no qual o autor atribui a expressão a Antonio Gramsci.

característica comum nas falas acriticamente comprometidas com a identidade de seu próprio grupo ⁴.

Mas o que é o nome do grupo, senão um identificador comum? Colocar-se coletivamente sob um mesmo nome, mais que uma simples denotação (somos os nascidos em tal lugar, que tem um signo que o identifica), é uma conotação (somos os filhos do sol, somos o povo eleito) que estabelece a identidade do grupo pela referência a um atributo contido no nome. No caso brasileiro, o atributo contido no nome Brasil (uma madeira, uma feitoria, ou ainda uma narrativa mística européia de uma ilha bem-aventurada) é a centralidade da herança branca européia, sob a qual exclusivamente faz sentido o nome Brasil. Por quê não Ibirapitanga? O nome escolhido para a nação faz referência aos sonhos europeus, à matéria prima que interessava aos colonizadores e ao nome que estes lhe davam. É a partir dessa referência a Portugal, ao descobrimento, à colonização, que se estabelece uma linguagem básica de identificação e de continuidade histórica que permite alinhar governos, pessoas, movimentos políticos e sociais, conflitos, congraçamentos, em um agrupamento identitário denominado Brasil, que atravessa o tempo e circunscreve-se num espaço. Oriundo de um grupo inicialmente restrito, o nome recebe aos poucos a adesão dos demais, até passar a designar, para praticamente todos, o “aqui”, o “nosso” lugar.

A existência de um nome é o primeiro elemento para uma identificação que parte de uma das mais básicas pulsões humanas, que é a gregária. A nação é um dos arranjos coletivos possíveis (e historicamente dominante em determinados momentos) que permite ao homem despojar-se de seu isolamento e encontrar-se acompanhado de seus semelhantes, e, nesse sentido, é antes de tudo uma sensação de não estar sozinho em meio à humanidade. Nas palavras de Canetti: “*Tão logo ele é designado ou se autodesigna como tal [como membro de uma nação], algo mais abrangente penetra-lhe a imaginação, uma unidade mais ampla à qual ele se sente ligado.*”⁵. E, para Canetti, antes da língua, da

⁴ Eni P. ORLANDI, no artigo O discurso da história para a escola, analisa a descaracterização ou acobertamento do sujeito da história como característica linguística de boa parte dos textos didáticos do período, ao trabalhar sobre as descrições da transmissão do poder presidencial na ausência de eleições diretas. Suzanne CITRON, na obra **Le Mythe National**, analisa a construção histórica da história nacional francesa durante a 3ª República, através dos manuais didáticos, e constata essa personalização da nação, o que a leva a denominar esse fenômeno de “França – nação incriada”. Outro exemplo está na tese de Holien BEZERRA, **As artimanhas da dominação**, que constata a personalização do Estado de São Paulo na literatura paulista após e sobre a Revolução Constitucionalista de 1932.

⁵ Elias CANETTI. **Massa e poder**. p. 168.

história, do território, essa unidade significa, para o indivíduo, uma massa à qual ele se sente ligado e que, por sua vez, expressa-se por um ou mais símbolos de massa, ou seja, unidades coletivas que não são a massa, mas lembram-na, representam-na, “no mito e no sonho, no discurso e na canção”⁶. Ainda que esses símbolos não possam falar muito sobre cada indivíduo, têm um papel importante na comunicação entre os membros do grupo. Esses símbolos evocam uma série de idéias comuns que são sintetizadas e mais ou menos igualmente trazidas à cena quando o símbolo é evocado. Quando se agita uma bandeira nacional, por exemplo, o significado básico do símbolo é conhecido por quem o apresenta e por quem o vê, e se estabelece uma comunicação em que transitam idéias comuns ao emissor e ao receptor. No caso brasileiro é possível dizer que estabelecer esses símbolos é ainda uma tarefa que sofre a disputa dos que se propõem a traçar projetos coletivos. Implica dar uma resposta à pergunta identitária por excelência: “quem somos nós?”, à qual o nome da nação apenas começa a responder.

A construção da história nacional no Brasil (referimo-nos à narrativa) é um longo processo, iniciado com o surgimento do Estado Nacional no século XIX, passando por sucessivas reavaliações, como na proclamação da República, e permanecendo como um trabalho não terminado. Entretanto, a história nacional tal como é ensinada a partir dos currículos oficiais, apesar de ser apenas uma das histórias possíveis, é a história à qual os cidadãos aderem como sua, por opção de integrar-se ao grupo ou por absoluta falta de conhecimento de outras possibilidades de história com que identificar-se, inclusive a própria história experienciada em grupos menores. E cria-se, a partir de um processo educativo (escolar e extra-escolar), uma instável ligação, que é a memória histórica, ou seja, a generalização de um conhecimento obtido a partir de um determinado tipo de pesquisa histórica que tem a nação por critério essencial, ao lado de uma postura cientificista (que poderíamos identificar à Escola Metódica ou Tradicional), que acaba por um incorporar-se à memória coletiva como a lembrança de algo vivenciado pelo grupo todo. Com isso, a história nacional torna-se memória comum na qual será necessário fazer caber a

⁶ Idem, *ibidem*, p. 74.

multiplicidade e a diferença, assimilando-as quando possível ou aniquilando-as (pelo silêncio) quando colocam sob suspeita a unidade do trançado de narrações da história nacional ⁷.

É sob esta perspectiva de unicidade que a história nacional recorre à “personalização” do Brasil, o que fica muito claro no desafio feito pela propaganda do regime militar ⁸ : “Brasil, Ame-o ou Deixe-o” (figura 3). A nação é posta como sujeito da história, e para símbolo de massa é constituído (na complexidade de sujeitos e tempos do processo histórico de formação da nacionalidade) um indivíduo coletivo, com as atribuições que se confere, na modernidade, à condição individual: vontade, autodeterminação, capacidade de atuar sobre a natureza e os outros indivíduos, e que se move dentro da situação incômoda de ser o resultado de uma coletividade de indivíduos e, ainda assim, um “outro” indivíduo que se pode amar, deixar, receber prêmio ou punição.

Um dos efeitos desse mecanismo é facilitar a identificação entre a vontade da nação e a do regime vigente em cada conjuntura, o que transforma a oposição política a um projeto em oposição à coletividade nacional com a qual os indivíduos se identificam, e da qual, enquanto cidadãos, participam politicamente. A história recente é pródiga em exemplos: no Plano Cruzado (1996), os que aumentavam os preços eram contra o Brasil; após o mandato de Collor, em que o grande identificador foi “a modernidade”, um outro exemplo recente pode ser tirado da campanha presidencial de 1994, em que o candidato a presidente que seria eleito acusava o seu concorrente direto, Lula, de ser contrário ao Brasil por criticar o Plano Real, que na visão de Cardoso expressava o “interesse nacional”.

⁷ Patrice CANIVEZ. **Educar o Cidadão?** p. 122. Edgar DE DECCA. **Memória e Cidadania**. Nesse texto, o autor qualifica a ambigüidade ameaçadora deste fenômeno: “*nem memória, porque alheia à experiência do vivido, nem história, porque destituída de seu valor crítico com relação ao passado.*” (p. 133). Vale a pena, ainda, citar GUYON et al. **Des nations à la Nation**. : “*A memória seleciona os grandes episódios do passado, transforma os atores em heróis, oculta os eventos que prejudicaram a coesão do grupo (como guerras civis, grandes conflitos sociais, repressão do poder central, ocupação estrangeira...).* A memória do grupo legitima o presente, constitui uma visão ideal do grupo, alimenta seu imaginário.” (p. 47). Ressalvamos que logo a seguir os autores esclarecem que a memória de que falam não é passado, nem história, mas uma faculdade de reminiscência seletiva a serviço da unidade do grupo, portanto bastante semelhante ao que De Decca chama de memória histórica.

⁸ Trata-se, a rigor, de uma campanha para-estatal, originada no aparato de repressão política da Oban (Operação Bandeirantes, de São Paulo), mas que ganhou espaço rapidamente entre os apoiadores do regime, conforme esclarece FICO, op. cit., p. 101, indo inclusive contra a linha geral da propaganda da Aerp (Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República), que era de conciliação e harmonização.



Figura 3 - Plásticos e distintivos utilizados especialmente na conquista do Tri Campeonato Mundial de Futebol e na Semana da Pátria de 1970, reproduzidos na revista Veja 105, 9/9/70, p. 17.

Este trabalho de subjetivização da nação tem uma contrapartida natural, que é delimitar o campo dos que, embora nascidos no território nacional, não preenchem plenamente os requisitos da brasilidade comemorada naquele momento, e em conseqüência, pressupõe-se, não amam o Brasil e não prestam o devido culto a seus símbolos. Pelo contrário, denunciam no exterior a existência de violações dos direitos humanos, como D. Hélder Câmara, que sofreu um linchamento moral nos órgãos de imprensa alinhados com o regime quando denunciou internacionalmente a tortura no início da década de 70, ou como o cantor e compositor Geraldo Vandré, detido no aeroporto ao chegar da Europa, em 17 julho de 73, sob a acusação de incitar à subversão com suas músicas e de difamar o Brasil no exterior. Esse são exemplos do tipo de cidadão que deveria deixar o país, e para estes, que não “amavam o Brasil”, o convite a retirar-se do país é claro.

Essa campanha não era uma originalidade nacional: tratava-se da importação de uma campanha oficiosa lançada nos Estados Unidos, de condenação aos que protestavam contra o envolvimento do país na Guerra do Vietnã, para os quais se brandia o “*America, love it or leave it*”. Não é tarefa complexa identificar o “sujeito oculto” dessas frases, mas o caminho mais interessante é fazê-lo a partir da análise desses apelos, onde o sujeito se mostra involuntariamente. Isso pode ficar mais claro, no caso brasileiro que nos ocupa, com o próximo exemplo (figura 4).

Se tomarmos em conta a análise que Roland Barthes faz da linguagem publicitária, considerando que a mesma integra três mensagens integradas (a denotativa – a mensagem em seu significado bruto, sem interpretação, que é apenas a leitura do código linguístico ou imagético; a conotativa – composta de todos os sentidos “segundos” ou associados à mensagem denotativa, as interpretações da mesma; e por fim a referencial, que é a enunciação da marca do produto)⁹, poderemos perceber que neste anúncio, o texto de chamada, no aspecto denotativo, compõe na verdade um trocadilho entre “comprar” e “cumprir”, cuja função é associar os dois atos: a compra das ORTNs com o imaginário nacionalista, militarista e otimista do momento, em que o “Brasil” aparece como credor de obrigações a serem cumpridas / compradas. O trocadilho é a ponte da denotação para a conotação, em que se associa um produto vendido pelo Estado através da Bolsa de Valores de São Paulo à nacionalidade.

⁹ Societé, imagination, publicité, p. 510.

O BRASIL ESPERA QUE CADA UM COMPRA SUAS OBRIGAÇÕES.



Não só espera como gostaria de ver todos os brasileiros ganhando dinheiro com as Obrigações Recajustáveis do Tesouro Nacional. Elas oferecem, a curto prazo, três vantagens indiscutíveis: juros, correção monetária mensal e garantia do Governo Federal. E podem ser negociadas a qualquer momento na Bolsa de Valores de São Paulo. Essas três vantagens também podem ser resumidas nessas três palavras: lucro, segurança e liquidez. Consulte hoje mesmo uma das 134 Sociedades Corretoras membros da Bolsa de Valores de São Paulo. E ganhe dinheiro tranquilamente.

**BÔLSA DE VALÔRES
DE SÃO PAULO.**



Mas, então, quem espera que as ORTNs sejam compradas? O “Brasil” é um sujeito coletivo demasiado geral para se entreter com uma questão tão prosaica quanto papéis do Tesouro Nacional postos no mercado financeiro; quem se beneficia da venda desses papéis é a administração conjuntural do Estado, ou seja, o governo, e seus associados, no mercado financeiro. Assim, o sujeito “Brasil”, dotado de legitimidade, identificação com cada indivíduo brasileiro, e uma longa duração, é anteposto ao governo militar passível de questionamentos, exterior ao indivíduo, e de duração efêmera em termos históricos. A ocultação de um sujeito histórico específico por um sujeito abstrato e coletivo é sobretudo uma operação de legitimidade: identifica um governo (que é caracterizado pela parcialidade – não é a nação, mas parte dela - e por ser restrito no tempo) à totalidade e atemporalidade do “Brasil”, nome e símbolo de identificação de todo um grupo humano que assim se identifica. E é uma típica operação ideológica de generalização social de um pensamento, operação à qual o conceito de nação presta-se por excelência.

Perante esses exemplos, podemos afirmar inicial e provisoriamente, que no discurso nacionalista da história brasileira, o uso do termo e do conceito de “Brasil” serve como mecanismo de indeterminação dos sujeitos históricos por trás dos processos narrados; isso contribui com um sentimento e uma idéia de unicidade (essencial, como já se disse, ao sentimento nacional), e favorece também a possibilidade da maioria dos cidadãos aderir a essa história, assumindo-a como sua. Com esse proceder, generaliza-se para o passado coletivo as decisões, erros, vitórias, crimes, ganhos, que foram de alguns grupos específicos no decorrer da história. Uma das fontes, aliás, do anacronismo que permite a muitos discursos, de caráter pedagógico, na sua maioria, estabelecer um alinhamento dos sujeitos contemporâneos com personagens históricos, convertendo a todos em “nós”, ou “o nosso lado”.

Processos inconversíveis a esta lógica de tudo unificar e tudo reduzir ao mesmo, ao “nós”, onde aparece a clara divisão entre os membros da nação, como é o caso a Revolução Constitucionalista de 1932, são silenciados, ou descritos sumariamente apenas para não faltar com a “verdade” (já que os tecelões da história nacional prezam a cientificidade de seu trabalho), ou ainda reinterpretados (o que significa a diluição ou o esquecimento das evidências históricas

contrárias) de forma a estabelecerem-se como contribuições valorosas à nação ¹⁰ desviada de seu destino, e posteriormente reconduzida a ele com a conciliação dos envolvidos na guerra civil.

Se o Brasil é assim personalizado neste momento, a que imagem corresponderia esse leviatã? Os governos militares não criam uma imagem nova, mas mantêm a imagem do gigante, utilizada desde a consolidação da soberania do Estado nacional sobre o território e os seus principais traços fronteiriços ¹¹. A ênfase, entretanto, não é mais a de um gigante “pela própria natureza”, mas a adequação do gigantismo territorial a uma pretensão de gigantismo econômico, não mais passivo, mas ativo, operante, laborioso. É a conjunção, portanto, da imagem imperial da nação gigante com a ideologia do trabalho do Estado Novo, resultando num sujeito coletivo dinâmico, galvanizado pela política econômica do Estado. Como uma pessoa, este gigante teria reações humanas, como irar-se ao ser chamado de adormecido.

Este anúncio da figura 5 é sintomático do momento político em que vem à tona: ao mesmo tempo em que expõe a imagem do gigante como expressão do sujeito coletivo nacional, e considerando a associação entre o regime e a nação, apresenta a disposição dele em reagir violentamente contra seus detratores. Essa disposição é naturalizada e legitimada: o gigante está fazendo de tudo para o desenvolvimento da nação (de si mesmo, portanto) que beneficia a todos, e julgá-lo atrasado ou no rumo incorreto é credenciar-se para a bordoadada, figura para as violências e assassinatos ocorridas nos órgãos repressivos. Ao mesmo tempo em que parece uma frase bem humorada sobre o surto de desenvolvimento econômico, há uma ameaça sub-reptícia que se refere ao terror promovido sob a presidência de Médici (que atingia a todos sob a forma de boatos ou da experiência de algum conhecido que desaparecera¹²) aos que não seguem o “conselho” do gigante: “Pare de falar e trabalhe. Porque o futuro não existe até que você mesmo o faça. E o seu país é este, nos outros você não passa de um estrangeiro”. Nesta última frase,

¹⁰ Cf. Luis F. CERRI. *Non ducor, duco*, cap. 5. A Revolução de 32 é apenas um evento que nos ocorre pela proximidade como objeto de pesquisa e reflexão, mas a história é coalhada de exemplos de acontecimentos e processos que apontam para rumos completamente distintos daqueles que o Estado Nacional assumiu, e o “enfraquecimento” dos mesmos é condição para a redação da história nacional tal como é tradicionalmente escrita.

¹¹ A oficialização da letra do Hino Nacional, que inclui os versos “gigante pela própria natureza / És belo, és forte, impávido colosso/ E o teu futuro espelha essa grandeza ...”, data de 6 de setembro de 1922.

¹² O recurso ao terror imanescente aos desaparecimentos e torturas é descrito de forma exemplar no dossiê **Brasil: Nunca Mais** (1985), especialmente o cap. 7. O recente artigo de Marionilde Magalhães, *A lógica da supeição* (1998), é uma outra referência importante.

ainda, faz-se presente a matriz cultural do nacionalismo, pela qual a nacionalidade é adquirida pelo nascimento, não pela adesão politicamente consciente ¹³ num contexto de conquista da liberdade do indivíduo.

O PRÓXIMO QUE FALAR EM GIGANTE ADORMECIDO LEVA UMA BORDOADA DÊLE.

Qualquer gigante ficaria uma fera, no lugar dêle.

Há muito tempo que esse gigante acorda cedo, e trabalha até tarde.

Por isso, esperamos sinceramente que esta seja a última vez que alguém fala em gigante adormecido.

E, agora, a mensagem do nosso gigante:

"Pare de falar e trabalhe.

Porque o futuro não existe até que você mesmo o faça.

E o seu país é este, nos outros você não passa de um estrangeiro."

Norton Publicidade S. A.

A Agência do Ano.

São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte,
Pôrto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba.
25 anos fazendo barulho para acordar o gigante.

Figura 5 - revista Veja nº 105, de 9/09/70, p. 51

¹³ Cf. Lucía Lippi OLIVEIRA. A questão nacional na Primeira República, p. 31.

É interessante notar que, assinando esta concepção de nacionalidade está a agência publicitária (que é a mensagem referencial) cujo nome é uma rendição à importância cultural norte-americana. Chama-se Norton para tentar extrair deste nome de feição anglo-saxônica a credibilidade e competência que os compradores dos serviços de publicidade atribuíam aos profissionais e agências norte-americanas, apesar de estarmos tratando de uma das agências nacionais pioneiras ¹⁴! Não é de se estranhar que a Norton tenha conseguido na década de 60 as contas de publicidade da General Electric S.A. e de outras empresas multinacionais que financiaram o golpe de 64 através do complexo Ipes / Ibad, bem como parte das contas do governo federal, no início da década de 70 ¹⁵.

Esta peça publicitária radicaliza a separação entre o indivíduo coletivo que é o gigante e o indivíduo, o membro da nação, que supostamente o compõe, mas essa vinculação orgânica não é desprezada, já que é aproveitada no “conselho” de caráter agressivo. Em sintonia com o “Arme-o ou deixe-o”, essa agressividade é dirigida em especial ao dissidente, àquele que se aventura em comentar que o gigante está adormecido. Mas não se resume a eles, porque a condição de brasileiro não é posta como conquista, como prêmio ou privilégio, mas como uma imposição, como uma força do destino, contra a qual a vontade do indivíduo ou o seu direito de escolha nada podem. Nada mais distante do ideal revolucionário francês, liberal, de nação, no qual a nacionalidade resulta de uma escolha e da integração a uma comunidade que tem um projeto coletivo de convivência ¹⁶. Nada resta de cordialidade neste gigante apresentado, nada demonstra a hospitalidade e gentileza que por vezes se fala para caracterizar o povo brasileiro, o que distancia o gigante de seus pretensos componentes. Esse gigante tem mais a cara sisuda dos governantes, que aparece, apesar dos esforços propagandísticos em transformá-los em “homens simples” ¹⁷.

¹⁴ Fernando REIS. Sobre o colonismo publicitário e as publicações especializadas.

¹⁵ Cf. FIGUEIREDO, op. cit., p. 141, e FICO, op. cit., p. 114.

¹⁶ Cf., entre outros, Eric HOBSBAWN, op. cit. p. 32.

¹⁷ Fico, op. cit., p. 59 e ss. No caso específico de Médici, a jovialidade é uma conquista gradual da propaganda governamental conjugada aos sucessos no campo econômico e esportivo, ainda conforme Carlos FICO. Enterros, posses e aparições públicas de governantes. p. 87.

Este gigante não é representado graficamente. Fazê-lo seria criar um novo símbolo, evidenciando demais esta construção de um indivíduo que incorpora as características da nação: é importante que esse gigante permaneça como uma metáfora da coletividade brasileira, ainda que seu emprego demonstre que ele é algo mais ou algo além disso, com uma certa vontade independente e uma visão mais clara que os próprios brasileiros. Entretanto, a mão é a imagem que é capaz de representar este ser sem revelá-lo totalmente. Veja-se a propaganda sobre a implantação das usinas nucleares em Angra dos Reis (figura 6).

A mão é, segundo Canetti¹⁸, logo depois dos dentes, o primeiro símbolo do poder, pois é fundamental no processo de tomada da presa, equivalente humano do dilaceramento efetuado pelas garras de outros animais, o que também ocorre com o galho quebrado firmemente seguro, que origina o bastão e o aperfeiçoamento da capacidade de ataque e defesa, de manter afastados os inimigos e ameaças. Para esse autor, da mão segurando o bastão deriva o cetro enquanto o atributo de uma forma de poder. Entretanto, a mão pode ter outros significados: a mão com o indicador apontando é a origem psicológica das armas de arremesso, cujo objetivo é atingir algo ou alguém para tornar possível apropriar-se dele. Segundo Canetti: *“Não foi apenas como um todo que a mão atuou como modelo e estímulo. Também os dedos, isoladamente – e em particular o dedo indicador estendido –, adquiriram significado. Em sua extremidade, o dedo se afila e se arma de uma unha: foi ele o primeiro a proporcionar a sensação ativa do furar.”*¹⁹

O dedo apontado, na figura das ORTNs, é um símbolo de intimação, de intimidação, enfim, de mensagem extremamente fortemente voltada à pessoa isolada com seus pensamentos: a figura não fala para massas anônimas, fala ao indivíduo que vê a mensagem e cobra algo de sua consciência. O dedo cumpre a função de arma de arremesso, cujo objetivo a capturar é a consciência moral do dever no indivíduo, sem que se crie um absolutamente uma imagem nova: além das determinações quase biológicas na formação da sociedade humana que Canetti examina, e que permanecem de maneira não elaborada em nossas mentes, a peça publicitária utilizou-se de uma imagem cuja origem parece ser o pôster do artista americano James Montgomery Flagg, em

¹⁸ Op. cit., p. 210 e ss.

¹⁹ Op. cit. p. 218.

UM GIGANTE ENTRA NA ERA NUCLEAR: BRASIL.



Em Angra dos Reis, o Brasil começa a armar em 10 anos sua condição de grande potência, acrescentando a primeira usina nuclear do país. Nessa obra, que se antecipa à construção de usinas nucleares previstas para a década de 1990, a participação da nossa indústria é motivo de orgulho para todo brasileiro. Porque a Confab, Indústria 100% nacional, foi confiada a responsabilidade da fabricação de equipamento vital da usina a Vase de Contenção. É esse vaso que vai evitar o contaminação de reações nucleares da usina. Para construir o Vaso de Contenção, a Confab aprimora seu know-how tecnológico, além de criar pioneiramente, no Brasil, um rígido departamento de Segurança de Qualidade. Assim, contribuindo para a afirmação da tecnologia do país, a Confab corresponde aos ideais de nossos dirigentes e ao espírito do nosso país, discriminando um novo horizonte no despertar do gigante, esta insuadada a era nuclear brasileira.



CONFAB
INDUSTRIAL S.A.
PIONEIRA NA FABRICAÇÃO
DE EQUIPAMENTOS
NUCLEARES NO PAIS.

A Confab é sub-contratada da Chicago Bridge and Iron Co. Inc., para fabricar para PLUNA o Vaso de Contenção, cujas dimensões são: diâmetro: 52m, altura: refer. peso: 2.600t.

que o Tio Sam (um símbolo de massa americano?) aparece apontando para o incauto transeunte e convocando-o ao alistamento para lutar na Primeira Guerra Mundial: “*I want you to the U.S. Army*”. Esse cartaz foi adaptado, no Brasil, pelo menos por dois movimentos políticos: o MMDC, organização logística que apoiava as forças constitucionistas contra as tropas federais, na Revolução de 32, e a Ação Integralista Brasileira (figura 7). Cremos que estas aparições consolidam a relação dessa imagem com o significado de exigência de uma ação por parte do indivíduo que o vê.

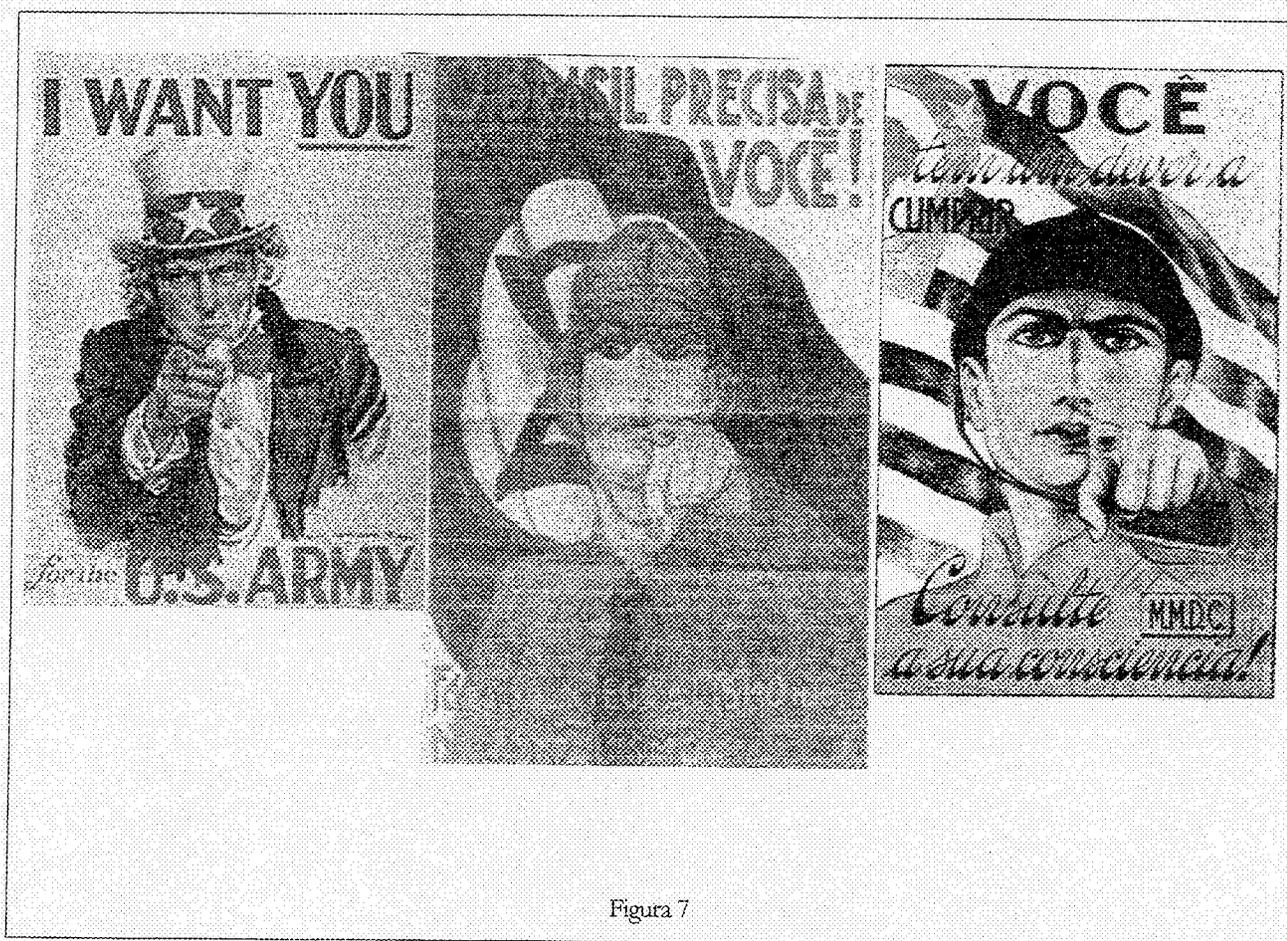


Figura 7

Por outro lado, a mão da propaganda sobre energia nuclear não exerce uma atitude agressiva. Pelo contrário, demonstra suavidade e cuidado, paciência, a capacidade de criação ou de transformação, como a mão do artesão que cria o vaso a partir do barro. É a outra vertente do significado da mão, a vertente construtiva que se configura pela primeira vez, novamente segundo Canetti, quando a mente humana em formação percebe a capacidade dos dedos

formarem um espaço capaz de conter a água, a areia, grãos, cinzas, num gesto que se constituiu como a raiz psicológica da criação dos utensílios.

Ainda é possível notar na figura um gesto de quem recolhe mas não contém, como se deixasse escapar algo por entre os dedos, mas o que escapa é a luz, metáfora da energia nuclear, que o gigante segura; mais que isso, a luz parece ser produto da própria mão do gigante, como que emanando dele, como uma dádiva que ele oferece. Há também uma interpretação possível, da energia nuclear como algo que ao mesmo tempo é belo e esclarecedor e temerário, difícil de ser contido e controlado, que ganhará vida própria depois de sua libertação, para construir ou para destruir. Isso, creio, reflete o fascínio perante a tecnologia de ponta, fascínio que comporta tanto o deslumbramento quanto o terror (não só da energia em si, mas do equilíbrio do terror da Guerra Fria, para o qual a energia nuclear tem um significado primordial), e tecnologia como símbolo da modernidade e do avanço, que por sua vez são imagens caríssimas à idéia de Brasil Grande. Para com essa energia, o gigante é gentil.

Portanto, o gigante Brasil nessas peças aparece representado pela sua mão, parte do corpo na qual se projetam as suas características e funções desejadas: a ação, o trabalho, a capacidade de criar e de transformar, bem como a capacidade de possuir, agredir e intimidar. É com referência a esse imaginário que a ideologia nacionalista do regime representa a nação como um gigante, cuja visibilidade não é posta, mas apenas sugerida pelas suas mãos.

A imagem do gigante é uma expressão ideológica da nacionalidade, no sentido proposto por Theodor Adorno, comentado por Eagleton: *“A troca de mercadorias efetua uma equação entre coisas que são, na verdade, incomensuráveis, e, para Adorno, o mesmo ocorre com o pensamento ideológico. Tal pensamento revolta-se diante da “alteridade”, do que ameaça escapar a seu sistema fechado, e o reduz violentamente à sua própria imagem e semelhança.”*²⁰

Pois, resumindo todas as diversidades no mesmo sistema, ao mesmo corpo de uma só vontade, como se estivessem efetivamente coordenadas entre si (a nação se propõe a ser isso, idealmente, e para que isso se realize é importante que se creia que isso já se realizou), a imagem do gigante quer eliminar a possibilidade de múltiplas vozes, estabelecendo um único e privilegiado sujeito da história, que a todos inclui em uma marcha unidirecional. A imagem do indivíduo

²⁰ Terry EAGLETON. *O que é ideologia*. p. 115.

coletivo traz consigo a metáfora orgânica do corpo, no qual apenas uma parte governa, e as demais executam estritamente o papel para o qual foram criadas, o que se aproxima da lógica da representação nacional, na festa cívica ou nas imagens, em que o múltiplo é reduzido ao mesmo, e o mesmo é afirmado e celebrado como condição de todos ²¹. O regime busca a sua legitimação como promotor de um sentimento de unidade, mas ao contrário dos totalitarismos, garante um espaço para que o indivíduo possa permanecer exercendo os seus interesses e vivendo a sua vida privada sem maiores devoções ao Estado além daquelas prescritas numa concepção desmobilizada e despolitizada de cidadania. A não - representação gráfica deste gigante, ou seja, a renúncia de seu uso como símbolo pode ser entendida como um indicativo da tensão entre a necessidade de um regime autoritário de celebrar a unidade da qual é expoente (menciona-se um determinado corpo do qual todos participam, o gigante) ao mesmo tempo em que se procura manter um lugar para a perspectiva liberal da liberdade do indivíduo.

Entretanto, o Brasil como indivíduo coletivo também é visto de forma mais intimista. Na figura 8, a cartilha de moral e civismo (controlada pela Comissão Nacional de Moral e Civismo, ligada ao MEC) identifica o pequeno cidadão ao país, indo na contramão da linha que viemos analisando até aqui: a nação não é mais representada como uma terceira pessoa, exterior a cada um, mas sim como si próprio: o Brasil não é ele, sou eu e você.

Esse “nós” é aqui qualificado: um país multirracial é a conotação do texto visual de quatro crianças de etnias diferentes, estudantes, hasteando uma bandeira brasileira. Embora o índio não esteja representado na figura (e isso é muito significativo diante do projeto geopolítico de integrar o índio à nação brasileira, causando assim o seu “desaparecimento” enquanto etnias definidas, implícito na Transamazônica e em seu projeto correlato de colonização), há uma evocação do mito nacional de origem das três raças (negro, branco e índio), popularizado através da expressão “cadinho de raças”. que pode ser considerado uma cosmogonia pela qual o Estado nacional procura legitimar-se. Magnoli é um dos autores que descreve o desenvolvimento deste mito, iniciando-se com o Império e o Romantismo literário que procura num indígena estilizado e idealizado a glória e a grandeza do passado nacional, fundindo-o com a trajetória do branco ²². O

²¹ Mona OZOUF. *L'École de la France*. p. 143.

²² op. cit., p. 100. O índio surge como símbolo da nacionalidade na literatura no final do século XIX, mas somente com o surgimento do Estado nacional é que será integrado a essa “cosmogonia” que estamos tratando.

negro, apesar de surgir como tema literário e de debate da intelectualidade desde a campanha abolicionista, foi tardiamente admitido para formar a tríade clássica e só ganhou representação nesta cosmogonia do Estado nacional nas décadas iniciais do século XX, quando as teorias racistas sobre sua inferioridade foram suplantadas pelas que defendiam o que viria a ser chamado de “democracia racial”.

**O FUTURO
É DAS CRIANÇAS.
A RESPONSABILIDADE
É NOSSA.**

O BRASIL E VOCÊ

A Comissão de Moral e Civismo, "O Brasil e Você" já está em mãos as bancas e livrarias.

É livro moderno, muito ilustrado e especialmente elaborado para o ensino primário.

Faz com que o aluno participe dos ensinamentos.

"O Brasil e Você" foi desenvolvido para a formação do caráter e para:

Estabelecer, de maneira organizada, os valores da cividade com o estudo da terra, do homem e das atividades nacionais.

Vem acompanhado do Manual de História para o 1.º do Apêndice de Exercícios para facilitar a aprendizagem dos alunos.

CARTILHA DE MORAL E CIVISMO
Para o curso primário

20 ANOS

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Figura 8 - revista Veja n. 91, de 3/06/70

Será preciso compreender que o Brasil é interno e externo a mim, eu, nós e um outro ainda, maior que todos nós (por isto a bandeira paira sobre as cabeças das crianças, que são a metáfora do povo brasileiro e de seu futuro). Esse outro tem exigências e mensagens que se dirigem a nós, como comprar ORTNs ou cumprir os deveres de alistamento militar, e portanto é outro, de fora que me fala. Entre eu e o gigante há uma mediação, não somos imediatamente o mesmo. Essa mediação precisa ser feita para que as insignificâncias, as pequenas estaturas de cada um, somadas e geridas pelo mediador, sejam o gigante. Esse mediador, que preenche o intervalo entre a pequenez de cada um e a estatura do gigante, é superior ao cidadão, capaz de realizar o que ele não pode fazer, por ignorância ou qualquer outra incompetência congênita. É, no passado, o grande homem, o herói que sintetiza o povo e age por ele em seu nome; é, no presente, o Estado, capaz de galvanizar as energias do gigante e, com a colaboração ordeira e pacífica do povo, levá-lo ao destino que merece por natureza, assentado entre os grandes do planeta.

Enfim, nessa esquizofrenia ²³ sobre o Brasil ser ele, eu ou nós, ou tudo ao mesmo tempo, resta ainda a sugestão que se faz para o padrão de relacionamento entre o indivíduo e o Brasil, consubstanciada sob a rubrica “civismo”. A atenção dada à necessidade do reforço a esse relacionamento entre o indivíduo e a coletividade, bem como o reforço às características desejáveis para ele acabam por estabelecer uma exterioridade da nação em relação ao indivíduo, como se pode analisar na figura 9.

Trata-se de um outro exemplo de esforço de obter o comprometimento individual com as causas do país. Num dos poucos anúncios publicados diretamente pela agência governamental de propaganda, fica dada a marca desse intimismo / intimação: “Você constrói o Brasil”. Aparentemente, uma mensagem democrática: a nação é fruto do trabalho de todos, e não do Estado como agente principal, como parecia na argumentação acima. Entretanto, olhando mais atentamente, que contribuição se espera do cidadão brasileiro na construção do país? Sim, porque, afinal, essa peça publicitária (e a campanha do Sesquicentenário da Independência como um todo) parte do argumento de que a Independência, enquanto ato fundador e condição de

²³ Ou então nessa concepção pós-moderna de indivíduo (mesmo coletivo), conforme a análise de Stuart HALL em **A identidade cultural na pós-modernidade**.

existência da nação, não é uma conquista do passado, mas uma realização constante e diária. Nada mais distante, entretanto, da idéia de Renan de que a nação é um plebiscito diário, pois mais se vê aí um dos cânones da doutrina da Segurança Nacional: o preço da liberdade é a eterna vigilância. Percebamos que a ação dos 90 milhões de habitantes é retratada por um jogador de futebol, um trabalhador rural, operários e uma professora ensinando seu aluno. Nenhuma assembleia, ninguém votando, nenhum ato coletivo, nenhuma multidão em marcha, apenas os atos cotidianos do trabalho. A marca das passeatas e manifestações de 1968 precisa ser apagada, pois o caráter questionador e de cidadania ativa e participante de que se revestiu contamina mesmo a imagem das passeatas de direita, como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que não é utilizada pela propaganda governamental. Trata-se de uma imagem nada politizante que está dentro do caráter de desmobilização das massas dos governos militares. É uma propaganda voltada ao individualismo colaboracionista: as fotos estão muito bem delimitadas, como a dizer que cada um faz a sua parte e fica no seu lugar²⁴. É o lugar da política, da participação, da crítica, da decisão? Não é o lugar dos 90 milhões. A ação desses 90 milhões (evocada pela música da Copa de 70), quando coletiva e unificada, é no máximo torcer pela seleção de jogadores de futebol.

Isso contribui para justificar a idéia anteriormente exposta, de que entre o conjunto dos brasileiros e o gigante que é o Brasil há um intervalo, que é preenchido pelo lugar e pelos agentes da política: o Estado e/ ou os próceres. Para essa compreensão da identidade nacional, o relacionamento desejável entre o indivíduo e o grupo é a passividade, a obediência, o cumprimento das próprias funções profissionais e sociais, a fé e a esperança de que os problemas sejam resolvidos por aqueles cuja função social é fazer a política (evidentemente, dentro da compreensão da Doutrina de Segurança Nacional, para a qual o momento de crise e de ameaça comunista à democracia é o momento extraordinário em que as forças armadas são chamadas a restringir a democracia para garanti-la); em suma, os valores que se cristalizaram para nós na palavra civismo. Para esta compreensão do relacionamento entre o indivíduo e a nação, a

²⁴ O que nos remete às frases muito ouvidas pelos que criticavam o regime: “estudante é pra estudar, padre é pra rezar, jogador é pra trazer a Copa do Mundo...”. A manifestação pública, as Comunidades Eclesiais de Base e outros espaços de participação parecem o lugar errado e a função deslocada das pessoas, para essa compreensão da sociedade. Isso se combate com a idéia de discurso competente, quer dizer, de instituição de lugares “autorizados” a emitir um discurso pretensamente verdadeiro sobre este lugar, cf Marilena CHAUI. **Cultura e Democracia**, p. 7.

NOVENTA MILHÕES COMEÇAM EM AÇÃO.



No campo e na cidade. Nas escolas e nas fábricas. Nas fazendas e nos escritórios. Nas usinas e nos laboratórios. No mar e nos 200 milhões e nas paradas multiplicadas. No Arco do Litoral.
A Independência é a soma de muitos vitórias.

Na hora em que se comemoram os 100 anos da Independência do Brasil, vale a pena lembrar que este é um dia pouco conhecido, mesmo nos dias em que se comemora o Brasil.
Com a sua história, o Brasil é um país orgulho e esperança.



Sequicentário da Independência. Você constrói o Brasil.

Figura 9 - revista Veja n. 201, de 12/07/1972, p. 6-7.

participação política é a não - participação, ou seja, no lugar de uma autêntica participação, o sentimento de unidade e do cumprimento do dever, numa relação afetiva virtual com os outros que, embora não os conheçamos, estão fazendo a sua parte²⁵. Fazer parte da coletividade é, como no princípio liberal, a procura individual do próprio interesse, sendo que a regulação se dá independentemente dos indivíduos.

Nesse mesmo sentido vai outra peça desta mesma campanha governamental relativa ao Sesquicentenário, em que os membros da nação aparecem isolados uns dos outros, realizando cada um uma tarefa distinta, com a consciência de que não se está sozinho, mas que os outros estão ao mesmo tempo realizando outras coisas pela coletividade (figura 10).

Novamente se apresenta a temática das mãos, desta vez não referentes a um sujeito abstrato: são mãos comuns, do cotidiano, do trabalho e do lazer de cada dia, mãos às quais a chamada atribui o dever de sustentar a independência da nação. Está presente nesta peça, também o isolamento das ações individuais em cada quadro, concomitante à consciência da existência simultânea de outras mãos, com a mesma identidade, consciência de que a massa nacional se faz presente. Não é a mão do gigante, capaz de coisas extraordinárias, como bordoar o conjunto dos descontentes, ou de carregar o poder gigantesco – como ele – da energia nuclear. São mãos pequenas, reduzidas à quase insignificância dos pequenos gestos e efeitos que criam, mas que são dignificadas nesta peça de propaganda como sustentadoras da independência. Presume-se que o façam na condição de partes da fantástica multiplicidade de pequenos elementos que formam a massa, simbolizada no gigante, mas o texto esclarece a condição pela qual isso se dá: “*Você constrói o Brasil. Com suor e fé. Trabalho e união. Orgulho e esperança.*”. Dos 6 atos que se colocam como construtores do Brasil, executados por essas pequenas mãos e seus donos, 4 têm um grau muito baixo de uma atividade que se expresse exteriormente: ter fé, unir-se, orgulhar-se e ter esperança são ações que ocorrem muito mais no interior do indivíduo, como resultado de um contraditório ato passivo, um agir em si sem agir no mundo, que não se expressa pelas mãos, a não ser em gestos simbólicos que não aparecem nas ilustrações. Só dois dos atos, suar e trabalhar – que

²⁵ Veremos adiante a importância da percepção moderna da simultaneidade como elemento essencial da compreensão do tempo característica do pensamento nacional.

significam um só – são sinônimo de ação do indivíduo, mais que sua passividade perante a natureza.



Figura 10 - Veja n. 206, de 16/08/72, p. 103-104.

É o ato do trabalho que permite às pequenas mãos representadas exercer a construção do Brasil e a consolidação da sua independência, o que nos remete novamente ao caráter despolitizado do pertencimento à nação brasileira neste momento em foco, inserido no contexto dos valores característicos da sociedade moderna: “o trabalho e a a eficácia, o progresso das técnicas e das ciências”²⁶. Ao mesmo tempo, o ato de trabalhar, que não é apenas uma decisão do indivíduo, mas muito mais um constrangimento pela necessidade de sobrevivência, é alçado à condição de participação política, no sentido de colaboração para a existência do grupo nacional.

²⁶ CANIVEZ, op. cit., p. 17. Adiante, continua: “(...) não somos, a nossos próprios olhos, cidadãos, mas sim trabalhadores e indivíduos, membros anônimos e intercambiáveis de uma sociedade (...)”.

Esse sentimento de colaboração substitui a participação política efetiva, tolhida pelo fechamento dos canais de acesso da população às decisões do Estado, através das restrições e ao livre embate e eleição das idéias e de seus representantes . Preenche o espaço da participação política positiva, criativa, consciente, nas decisões sobre o destino da coletividade, e praticamente transforma a necessidade em liberdade. Em última análise, a educação cívica tomou-se sinônimo da preparação para essas posturas pessoais e essa compreensão da própria brasilidade e do Brasil.

Talvez o sucesso parcial da educação cívica do regime militar tenha se dado por apresentar uma orientação clara e facilmente compreensível e factível sobre o papel do cidadão para exercer sua cidadania: ficar no seu canto, cumprir seu papel no sistema produtivo (trabalho, estudo, esporte) e apoiar – por meio de gestos simbólicos – não o regime mas “o Brasil”. Assim trata-se de um padrão de civismo que não clama a imitar na prática os tempos, atos ou pessoas heróicas e extraordinárias, como a Revolução Francesa, a guerra do Paraguai, Tiradentes, D. Pedro I, Caxias – apenas admirá-los. Com isso, resolveu-se, pelo menos provisoriamente, a dissonância entre o heróico e o extraordinário da memória histórica, e o normal e ordinário do cotidiano vivido pelas pessoas às quais se destinava essa propaganda. Não exige, como o nazismo ou outros, o sangue, mas tão somente a desmobilização, o trabalho, o ato cotidiano, a compra de ORTNs. Nunca é demais insistir que essa desmobilização das massas é uma das características que compõem o regime como autoritário ²⁷ e o diferenciam, por exemplo, da experiência ditatorial do Estado Novo. Pelo contrário, a cidadania (palavra na qual se cristalizaram os significados de uma relação ativa entre o indivíduo e o seu grupo político, nas décadas de 80 / 90) é mais facilmente substituível pelo seu contrário, ou seja, por um “niilismo cívico”, um pessimismo nacional, porque exige mobilização, exige movimento. O “civismo”, por outro lado, não tinha contrário: envolver-se era, em última análise, permanecer passivo, ainda que com uma atitude mental confiante e otimista, e não envolver-se também significava manter-se “no seu lugar”.

As imagens estudadas neste capítulo apontam para dois fatores que caracterizam o nacionalismo tal como é pensado e veiculado predominantemente no período. A impessoalidade que

²⁷ Essa desmobilização não ocorre apenas no aspecto da formação ou ação sobre a identidade nacional dos brasileiros, mas também e primeiro pela repressão, pela restrição ou eliminação de canais de participação política e pelo controle vertical do Estado sobre os sindicatos, herdado da estrutura corporativa anterior. Cf. Guillermo O'DONNEL. **Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários**. p. 21 e ss.

se expressa nas imagens do gigante é um indicativo de um regime autoritário que se distingue, por exemplo, do Estado Novo e sua tendência ao totalitarismo, que por sua vez é caracterizado pela culto à figura de um líder, pela mobilização das massas e pela sujeição do indivíduo à coletividade indistinta da massa, seja ela compreendida como nação, como raça ou o que o valha. Não há culto a um líder, mas a reverência à figura genérica do militar e dos atributos que se afirma lhe serem próprios, como a força, a firmeza, o patriotismo, a virilidade, a decisão. No que se refere à concepção de indivíduo e sua relação com a nacionalidade, o nacionalismo dentro do recorte deste estudo situa-se próximo ao pensamento liberal, tendência em que diverge também da perspectiva totalitária.

Capítulo 3

O BRASIL E O TEMPO

A condição de ser humano implica, *a priori*, a consciência de espaço e tempo. “*Nós somos historicidade: somos tempo e espaço*”¹. A nossa mortalidade é dada inicialmente como a consciência da morte: só somos mortais porque temos consciência de que pereceremos, de que seremos não-tempo e não-espaço. E a consciência de que o grupo precede e sobrevive à nossa morte é antes de individual, coletiva, porque não estar aqui e não ser só tem significado se outros estiverem e forem: “*A historicidade de um único homem implica a historicidade de todo o gênero humano. O plural é anterior ao singular (...)*”².

A ideologia nacionalista comporta um significativo componente temporal, pela sua própria condição de elemento da consciência histórica moderna. Nesse aspecto, inclui tanto representações de origem (através das quais procura estabelecer um fato ou processo no passado o mais distante possível, em busca da legitimidade do que é antigo, porque assim distante não se compreende como criação da sociedade que se utiliza dessa idéia, mas criação externa aos homens) quanto projeções de um determinado futuro ou destino no qual se realizam imaginariamente as características potenciais da coletividade. Nação e sua representação temporal seriam uma das muitas formas encontradas na história de satisfazer o espírito humano na sua necessidade de estabelecer uma origem e um futuro, que se ligam à sua própria consciência de ser humano. Outras formas, como o mito, e a religião têm uma função análoga, e por isso o espaço dessas formas, que a nação ocupa na modernidade, não sofre uma ruptura radical, mas uma transformação que conserva muito do religioso e do mítico.

A compreensão da nação enquanto unidade moderna de identificação de uma determinada comunidade política, econômica e social, demanda de seus membros uma apreensão específica do

¹ Agnes HELLER. *Uma teoria da história*. p. 14

² *Idem* *ibidem* p. 15

tempo. Não mais a compreensão medieval, em que a ligação entre os diferentes acontecimentos não é dada por uma seqüência temporal causal ou espacial, mas sim pela Providência Divina: para esta apreensão, o aqui - agora não é a transição entre o passado e o futuro, mas o momento em que ambos realizam o plano da salvação, que sempre existiu e que simultaneamente continua sendo cumprido no futuro ³. Um evento não é causado por outro por proximidade espacial ou temporal, mas sim pelo cumprimento da palavra de Deus: dessa forma, um evento pode ser causado por outro com o qual não tem qualquer relação temporal ou espacial, como o sacrifício de Cristo, que é prefigurado pelo sacrifício de Isaac. A isso, Anderson chama de simultaneidade longitudinal ao tempo, isto é, os eventos são unidos não por uma seqüência horizontal sucessiva de causa - efeito, mas pela sua ligação vertical com a Providência Divina ⁴. Trata-se de um tempo "cheio", isto é, preenchido pelo plano divino para o mundo, que vai se cumprindo. Nesse contexto, o que chamamos de historicidade é uma idéia possível: não se pensaria, por exemplo, em representar a Sagrada Família com traços semitas, porque não há a compreensão de que o nascimento de Cristo se deu em outro tempo, com outras condições históricas, ainda que se saiba que há um certo número de anos que separa o tempo que se vive do tempo da natividade. Uma representação de Cristo com traços caucásicos não é vista como não-autêntica, porque a concepção de tempo e de sociedade não permite a idéia de autêntico ou inautêntico, já que os papéis sociais correspondem inteiramente à essência de quem os desempenha ⁵.

Enquanto para essa apreensão do tempo não faz sentido a expressão "enquanto isso", para a apreensão moderna e para a possibilidade de existência da idéia de nação, esta expressão é fundamental. Considerando que a nação é uma comunidade imaginada, no sentido de que não é possível vê-la totalmente, travar relações com todos os seus membros, mas tão somente estabelecer uma imagem da ligação que há entre os membros desse grupo, a imaginação dessa comunidade só é possível quando se acredita numa ligação entre pessoas que não se conhecem e não se relacionam diretamente, que exercem suas atividades no mesmo tempo medido pelo relógio e pelo calendário sem que necessariamente se apercebam uns dos outros. É o tempo

³ Benedict ANDERSON. *op. cit.* p. 33.

⁴ *Idem*, *ibidem*.

⁵ José Reginaldo GONÇALVES. *op. cit.*, p. 265.

vazio e homogêneo que permite a idéia de uma nação que se movimenta através dele (ou durante ele)⁶.

A existência dos meios de comunicação de massa, como o jornal, fortalecem a criação desta nova compreensão da simultaneidade ao fornecer uma atividade (ler um jornal, ver um programa de televisão) que se sabe ser feita ao mesmo tempo por milhares de outras pessoas as quais não se conhece, mas com as quais se estabelece um elo de identidade. Assim, como mencionamos em outro ponto deste trabalho, compõe-se uma massa de tipo nacional. Uma de suas características é a possibilidade (e a necessidade) de existir sem um contato físico direto entre seus elementos. Também por isso justifica-se a escolha do recorte cronológico deste trabalho, que coincide com a implantação da tecnologia das redes de rádio e televisão nacionais, por satélite, cujo exercício consolida definitivamente a possibilidade de uma consciência nacional plena, no sentido da generalização de mensagens nacionais entre os indivíduos que pertencem à mesma sociedade.

O cruzamento entre nação brasileira e tempo traz pelo menos dois grupos temáticos para a discussão: o passado indefinido e o futuro utópico da nação, os dois grupos reunidos sob um significado especial do tempo para a comunidade nacional: a perenidade. Que aparece, por exemplo, nas afirmações básicas que são simbolicamente postas pelo conjunto dos participantes da festa cívica: *“nos honramos de ser os mesmos (entre eles), nós somos todos os mesmos (entre nós), nós somos sempre os mesmos que antes, nós permaneceremos os mesmos”*⁷.

A tradição de imaginar um futuro grandioso e radiante para o Brasil começa com Pero Vaz de Caminha. Carlos Fico retoma a linhagem de cronistas (principalmente durante o período colonial), literatos, cientistas sociais (principalmente do século XIX em diante) e outros intelectuais que contribuem para o imaginário do futuro do Brasil, retomado e refeito por exemplo no Estado Novo e sob o regime militar, ou ainda nos anos da presidência de Juscelino

⁶ Nas palavras de Anderson: *“A idéia de um organismo sociológico que se move pelo calendário através do tempo homogêneo e vazio apresenta uma analogia precisa com a idéia de nação, que também é concebida como uma comunidade compacta que se move firmemente através da história. Um norte-americano jamais encontrará, nem mesmo saberá como se chama, mais do que um pequeno número de seus 240.000.000 de compatriotas. Não tem idéia alguma sobre o que estão fazendo em qualquer tempo. Mas está absolutamente seguro de sua atividade constante, anônima e simultânea.”* (p. 35)

⁷ Mona OZOUF. *L'École de la France*. Tradução do autor.

Kubitschek⁸. A presença desse imaginário tem como substrato a recorrente postura de que novos regimes políticos ou determinadas correções de rumo podem fazer com que esse futuro se aproxime ou se realize⁹. Assim, os militares no poder não são os criadores ou utilizadores exclusivos desse imaginário sobre o futuro do país¹⁰, mas a sua atuação sobre o mesmo é destacada. Inclusive porque a desmobilização política da sociedade é uma das características do regime, e a idéia de que a nação realiza-se no futuro como um destino que se realiza é evidentemente uma idéia desmobilizante, que, apesar de reconhecer problemas, não vislumbra a possibilidade de que as diferenças sejam acertadas através do conflito: a nação ideal virá com o desatar dos nós por algum sujeito impessoal, como o tempo, ou o Brasil.

Ora, se há um imaginário de um futuro que sempre desmente os críticos e pessimistas, de uma dada teleologia da brasilidade, uma crença inconsciente e não formulada de uma força natural que empurra o país para seu futuro grandioso, um componente imaginário de que a história faz o Brasil caminhar para isso, os governos militares têm diante de si um privilegiado manancial de onde colher elementos de legitimidade. Inserir o regime neste movimento imaginário da história nacional rumo a um futuro é o que fazem a propaganda estatal e a rede dominante de sujeitos da sociedade civil que emitem mensagens referentes à condição nacional¹¹. Esta rede composta pela propaganda estatal e pelos seus aliados civis, elite econômica urbana e rural, nacional e internacional recorre ao imaginário, nas mensagens publicitárias que coordena, para selecionar a matéria-prima com a qual estas mensagens participam do fazer da ideologia. Neste ponto, entendemos a ideologia como a disposição de elementos do imaginário para forjar a legitimidade

⁸ Carlos FICO. **Reiventando o otimismo**. p. 76.

⁹ Idem, *ibidem*, p. 38.

¹⁰ Nas palavras de Fico: “Tais perspectivas sempre retornam em fases de alguma estabilidade econômica e / ou política - justamente porque não são simples *instrumentalizações* ideológicas, e sim porque se fundam num imaginário secular que não é de todo imotivado nem desconectado do “poder efetivo” (op. cit., p. 77)

¹¹ A multiplicidade de sujeitos, além dos militares, que fazem o poder durante esse período é abordada por vários autores, entre eles Guillermo O'DONNELL, op. cit.; Juan LINZ. *Regimes Autoritários*; René DREYFUSS, op. cit.

ocorre com o novo governo instalado, condição que permite a realização do futuro no presente. A naturalização, ao lado do ação de retirar do fenômeno seus determinantes históricos e atemporalizá-lo, é um importante recurso de legitimação ideológica das instituições. Utiliza-se a predisposição social de julgar legítimas as coisas socialmente dadas como naturais, dentro do mesmo imaginário que leva o indivíduo a optar por um remédio ou comida “natural” como melhor, ou que leva a considerar intolerável o comportamento homossexual, por ser um ato “contra a natureza”, ou ainda que leva parcelas da população homossexual a se regozijar com pesquisas científicas que apontam a hipótese da determinação genética da homossexualidade ou para a evidência do comportamento homossexual entre animais.

Esta legitimação através da natureza e do natural vem no sentido de transmitir a compreensão de que a tomada do poder pelos militares em 1964 não significou um rompimento da ordem democrática, mas um elemento de continuidade no desenvolvimento do país. Este trabalho de convencimento por meio de símbolos é importante para um regime consolidado, entre outros fatores, pela edição do Ato Institucional n. 5, mas cuja origem deveu-se a um golpe de força que levou a uma situação em que os militares recém-chegados ao poder reconheciam-se como não tendo nenhum projeto político positivo. O que os congregara e mobilizara, em termos de projeto, era apenas o anticomunismo e o combate à corrupção, mas precipitados principalmente pelo que interpretavam como a escalada da desordem e a ameaça ao respeito à hierarquia militar, com o apoio do presidente ¹³.

Trata-se de um apelo, também, às idéias seculares da natureza espetacular do Brasil como o motivo de seu destaque, ou mesmo superioridade entre as nações, que não se realiza no presente por uma fatalidade, mas que se realizará no futuro, dado o potencial existente, idéias que encontram seu coroamento na obra do Conde Afonso Celso que introduziu o uso do termo “ufanismo”. A expressão “país do futuro” é um mote que ganhou dimensão nacional e internacional durante o Estado Novo, com a obra “Brasil, país do futuro”, de Stefan Zweig, na qual retoma o elenco de singularidades e positivities nacionais ¹⁴.

¹³ O trabalho de pesquisa de D' Araújo et al. **Visões do golpe - A memória militar sobre 1964** traz depoimentos de militares envolvidos no golpe (ainda que não em sua liderança central) em que essa precaridade de projeto é praticamente unânime.

¹⁴ Cf. FICO, op. cit., p. 30.



Figura 11 - Cartaz comemorativo dos 5 anos da Revolução de 1964, publicado no editorial da revista Veja n. 30, de 2/04/1969

Mas essa rosa da peça de propaganda não seguirá o curso natural de murchar e secar? Não do ponto de vista de quem emite o discurso composto pela peça, porque essa rosa é enfocada em apenas dois momentos de seu ciclo, o botão e a flor aberta, e aos demais momentos não se faz referência; ao contrário de uma rosa natural, essa rosa metafórica da nação não tem um começo, um fim e um recomeço, não obedece a um ciclo. Por ser uma rosa da história¹⁵, e não da natureza, seu tempo é linear e irreversível, seu início é dificilmente identificável, e seu fim não é visível.

A ligação entre a história nacional e a natureza / o ciclo dos seres vivos é também o motivo central da peça reproduzida na figura 12, em que uma empresa de reflorestamento compara a independência nacional ao plantar de uma semente, que frutifica nos estados que compõem a nação. Faz publicidade de seus serviços e propagandeia uma metáfora da história nacional que revela o viés determinista pelo qual ela é enxergada. Neste viés unilinear, um determinado fato

¹⁵ Mais exatamente da compreensão ocidental / européia / moderna do tempo e da história.

histórico pode ser posto como seminal, como uma origem de outras sementes cujo desenvolvimento dará o fruto dos estados da federação. Enfim, se conhecemos a semente, poderemos conhecer a planta: se qualificamos o fato, poderemos deduzir suas conseqüências, numa lógica que inclui tudo num mesmo, que é típica da história nacional tal como se constituiu originalmente.

7 de Setembro de 1822. Nesse dia foi plantada a melhor semente deste país.

Independência ou morte. Há 150 anos estas palavras foram as sementes que formaram este país mais respirável para todos. A natureza esperará que o Brasil seja assim o seu destino: com raízes firmes e indestrutíveis de um alicerce forte, a sombra amigável da paz e do triunfo do progresso.



COMPANHIA FLORESTAL LTDA. - São Paulo, Rua Anchieta, 19 - Vila Anchieta - CEP: 05311-000 - Tel: (011) 3071-3100 - Fax: (011) 3071-3124
Rio de Janeiro: Rua Marquês de São Carlos, 117 - Anexo - CEP: 22251-900

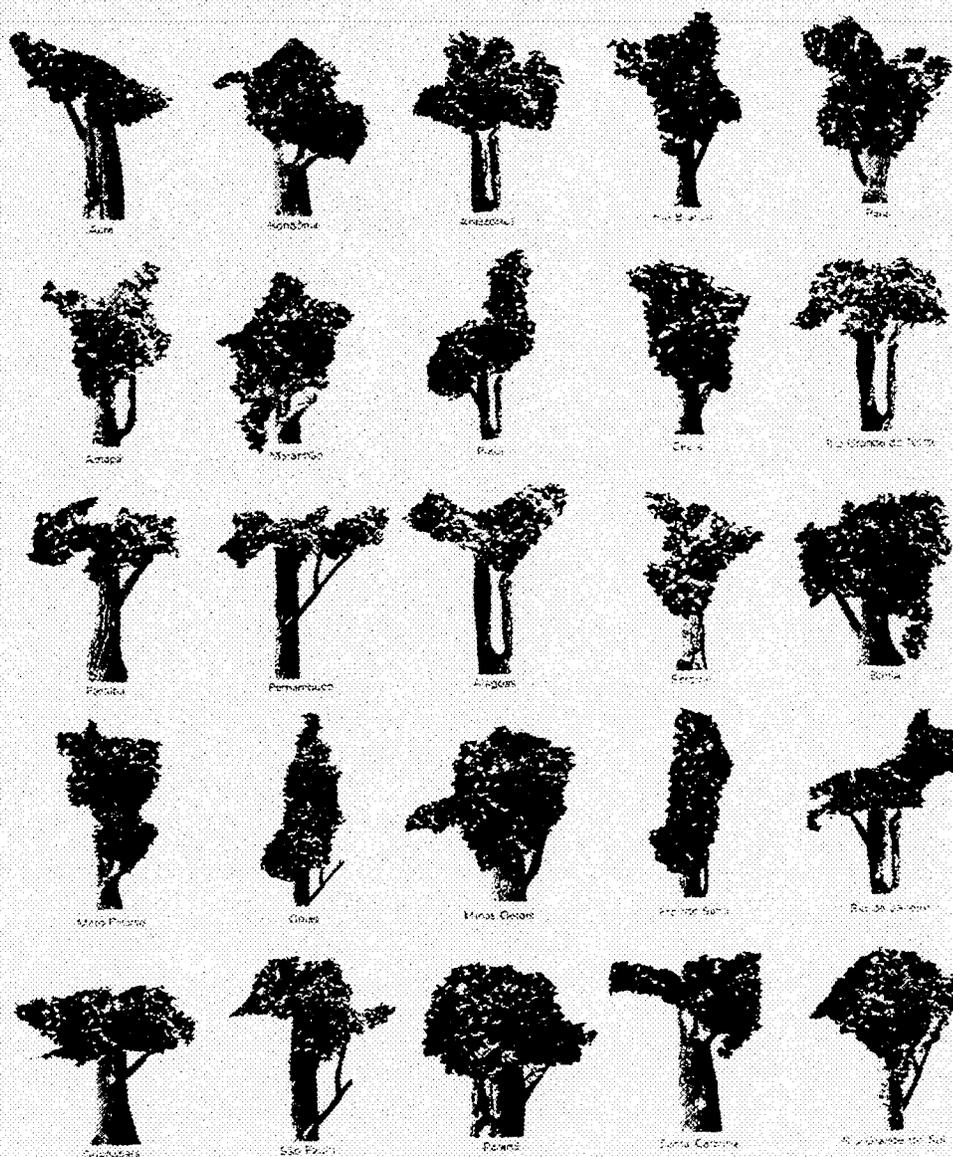


Figura 12 - Revista Veja n. 210, de 13/09/72, p. 25.

Nessa concepção da história, o presente está contido no passado, e o passado contém o presente tal qual ele é. O Brasil como o conhecemos (ou conhecíamos na época em que esta peça vem a público) já estaria predestinado, pois entende-se a história como ocorrendo numa linha única, e não como uma pluralidade de alternativas e projetos dos quais um sai vencedor, mas cuja vitória é sempre provisória.

Outra imagem que remete à relação entre a nação e seu tempo indeterminado é a criança, imagem que também se liga à metáfora biológica da existência do grupo, mas que introduz também as idéias de juventude e de um potencial a se realizar, bem como a idéia de presença do futuro já se realizando no presente. A imagem da criança como representação do futuro coletivo é bastante comum, e integra o “lexico” de imagens tipicamente utilizadas pela propaganda política. Da lista de peças que foram selecionadas para este estudo ¹⁶, várias se utilizavam deste significado da imagem da criança, e podemos mesmo recorrer à experiência de cada um de nós como participantes da comunicação de massa e lembrar do uso cotidiano desta significação.

Um dos exemplos, para o período que trabalhamos, está na figura 13. Tendo a Companhia Siderúrgica Nacional como mensagem referencial, sua preocupação é vincular a empresa ao futuro que se faz presente do “milagre brasileiro”: esta vinculação é produzida, entre outros elementos, pela frase (“Estamos aí”) e pelo grupo de crianças que aparece na foto, algumas com instrumentos musicais. A conotação, tendo tanto o apoio do texto quanto os perfis dos equipamentos da siderúrgica ao fundo, como “moldura”, é a de que a CSN tanto produz aço para que este futuro se realize quanto cuida de cultivar a educação das crianças a ela ligadas (filhas de funcionários). Como dissemos, num nível mais profundo encontra-se a vinculação entre a imagem da criança e o futuro coletivo, e o grupo de crianças é destacado por uma distorção da imagem que faz com que as mesmas sejam destacadas no primeiro plano, aumentando a área central da fotografia e diminuindo a área de suas bordas, mas sem fazê-las desaparecer, pois este segundo plano faz referencia à empresa estatal.

¹⁶ Vide anexo 1.

Esta publicidade reproduz também a fala oficial, agindo como caixa de ressonância dos argumentos do Poder Executivo, evocando as palavras de Médici de que a independência não foi o “grande ato de um passado morto”. Pegando o gancho desta fala, o texto costura a sua mensagem publicitária (a CSN contribui para a independência do Brasil, porque esta não está morta / acabada, mas está sendo feita). Nesse trajeto reaparece aquela concepção que evidenciamos acima: a história nacional congrega a todos e torna o mesmo fatos diversos: ela é o fio condutor no qual as crianças aparecem como a garantia da continuidade do grupo, que se associa à marca em questão (a empresa pública que assina a peça) através da frase principal: “o futuro chegou / estamos aí” (as crianças e a empresa, ambos índices do futuro).

Essa linearidade da nação no tempo, essa perenidade dela aparece destacadamente nos cartazes seguintes (figuras 14 e 15), em que a tônica está na eternidade da nação, uma impressão de perenidade que põe atemporal a nação compreendida na representação. Note-se que a propaganda da FIESP / CIESP / SESI / SENAI é anterior ao cartaz do Dia da Pátria, e a inspiração comum é notória, o que expressa uma via de mão dupla na formação das imagens da nacionalidade entre a sociedade civil e a agência de propaganda do governo. Isso não chega a expressar toda a realidade, na medida em que a Assessoria Especial de Relações Públicas era um órgão que, através de concorrências e concursos, estabelecia parte de seu material de propaganda, jazendo em seu âmbito o poder de seleção sobre o que se afinava ou não com a linha ideológica do governo (no caso do cartaz reproduzido na figura 15, a produção é da agência Mercur Publicidade S.A., que comemora, entre outros, o sucesso de ter sido contratada pelo órgão governamental para elaborar o cartaz, que é claramente inspirando na peça anterior ¹⁷). Assim, não é possível compreender o regime militar e seus atos comunicativos como resultado apenas da ação do “governo”, mas sim de uma ampla articulação de interesses privados nacionais e internacionais, somados a uma doutrina internacional de contenção do avanço do comunismo, coordenada pelos militares que se instalam no Estado e a tecnocracia que os acompanha.

Designando a nação, a sua bandeira, reforçada pela presença imediata do seu nome: o Brasil é como um organismo coletivo que atravessa o tempo, e mais que surgido no passado, é algo que tem duração eterna. A mensagem verbal transmite isso, pois não traz a trilogia “ontem, hoje,

¹⁷ Essa informação é da própria agência, num anúncio próprio publicado na revista Veja n. 175.

amanhã”, que, ainda que se compreenda que cada uma dessas palavras não significa apenas o período limitado de dias (o dia de ontem, de hoje ...), mas o passado, o presente e o futuro, a utilização de “sempre” para fechar a trilogia está posta para garantir uma interpretação que não limite o tempo da nação, mas que, pelo contrário, indique a eternidade. O imaginário da eternidade tem uma raiz religiosa muito significativa, e a própria idéia de algo que, como o tempo, tenha origem indeterminada e presença constante e exerça uma ligação vertical entre os eventos, é colhida no imaginário religioso, na concepção de tempo medieval e cristã. Não é portanto fortuita a paráfrase da afirmação bíblica (da carta de São Paulo aos Hebreus) de que Jesus Cristo é o mesmo, ontem, hoje e sempre. Evidentemente, o que se colhe do imaginário religioso neste caso é a idéia de eternidade como elemento transcendente do pensamento religioso, e não exatamente a compreensão conjuntural do tempo típica das sociedades medievais; isso nos dá um exemplo do aspecto fragmentário e de múltiplas heranças da consciência histórica que é integrada por “restos” de imagens e ideologias anteriores, como o senso comum tal como o compreende Gramsci.

O símbolo nacional é substituído, no cartaz governamental, pelo arco-íris, numa nova referência à natureza, e conseqüentemente à perenidade e exterioridade ao social e suas divergências internas. Além disso, o arco-íris é uma imagem de ligação, de continuidade, com a vantagem de que tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada são etéreos, sem concretude, como o início e o fim da comunidade nacional. Segundo Fico ¹⁸, o arco-íris é explicado pela Aerp como símbolo da solidariedade entre as diversidades (de classe, de religião, de pessoas) inerentes ao país, solidariedade capaz de superá-las, numa mensagem que é ao mesmo tempo um apelo e uma afirmação da solidariedade como elemento de um pretenso “caráter nacional brasileiro” ¹⁹, marcado como o arco-íris, pela convivência harmônica de todas as cores, que são aí a metáfora das diferenças. A referência é a idéia de democracia racial, que se afina com a ideologia nacional enquanto seu componente, já que esta ideologia não é supressora das diferenças, unificadora, totalitária. Admite a diferença desde que ela não faça o conjunto entrar em

¹⁸ Op. cit., p. 126.

¹⁹ Fico analisa que os crescentes apelos em favor da paz e do congraçamento social e político são um recurso para a alocação do governo ao lado do “bem” e da concórdia, da família e da compreensão entre os diferentes, ao passo que seus opositores subversivos são alocados no campo do “mal”, do contrário de todos esses valores.



ONTEM, HOJE E SEMPRE

Ontem era a esperança.

Hoje, a certeza de estarmos construindo um grande país.

Com trabalho. Com amor. Crendo na boa vontade entre os homens e entre os povos.

E sempre será assim.

Como ontem e hoje, seremos sempre, antes de tudo, brasileiros.

E como brasileiros, continuaremos acreditando no trabalho. No amor. Nos padrões democráticos das nossas insti-

tuições. No respeito entre os homens. No respeito entre as nações. No entendimento entre os homens. No entendimento entre os povos.

Sempre, como ontem e hoje, continuaremos crendo em todos os valores que dignificam o homem. E engrandecem os povos.

Em todos os valores representados desde os primórdios da nacionalidade, pelo símbolo da Pátria, que hoje reverenciamos.

Creemos no homem.
Creemos no trabalho.
Creemos no amor.
Creemos no Brasil.

São as palavras de fé que a Indústria de São Paulo traz, no Dia da Bandeira, ao povo. Aos trabalhadores. Aos empresários. A juventude, especialmente a juventude que estuda e à que trabalha.

As mesmas palavras de fé em nossos destinos, reiteradas sempre pelo Presidente Médici em todos os seus pronunciamentos.

São Paulo, 18 de novembro de 1970

Theobaldo De Nigris

Presidente da

Federação e Centro das Indústrias de São Paulo
Diretor Regional do Serviço Social da Indústria - SESP
Presidente do Conselho Regional de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI



contradição interna, ou seja, assume o diferente e só quando ele é radicalmente outro, esquece-o ou deturpa-o em sua essência que dilacera a harmonia imaginária.

No anúncio da FIESP para o dia da bandeira, essas imagens são verbalizadas: o passado é o lugar da esperança e o presente o lugar da certeza do grande país (e é nesse sentido que o futuro se faz presente); a idéia de eternidade da comunidade nacional e da primazia da identidade nacional sobre qualquer outra identidade expressa-se nas palavras “Sempre será assim. Como ontem e hoje, seremos sempre, antes de tudo, brasileiros”. Uma profissão de fé no sentimento grupal, no seu destino, na sua duração imaginária infinitamente mais longa que a duração vivida pelo grupo.



A idéia de país do futuro, a potência que se realiza no presente que acelera o tempo e alcança o porvir aparece com outra denominação na figura 16. Nela, com o mesmo sentido, o Brasil é o país da atualidade, pois de seu ponto de vista não faz mais sentido falar em país do

futuro, expressão superada pelos saltos dados por todos os setores da economia, que se expressam distribuídos na representação cartográfica do país (cujo significado analiso em outro ponto desse texto). Indústria, petróleo, pecuária, agricultura, pesca (em voga pela reivindicação da soberania brasileira sobre 200 milhas de águas territoriais) preenchem o mapa, que não traz a divisão política, mas a representação do relevo e da hidrografia do recorte que traçou. Isso pode ser interpretado como uma menção à idéia de que a realização do futuro no presente, é um cumprimento da natureza da nação, em sua trajetória de grandeza e pujança.

Quanto mais antigo parecer o Brasil, melhor para sua compreensão como realidade a-histórica, e portanto legítima por não resultar da parcialidade e historicidade de ações humanas próximas dos que vivem o presente. Daí a idéia de “descobrimento”, ou seja, a idéia de que o Brasil já existia, e foi incorporado à história pela chegada dos portugueses; daí também a idéia de Brasil - Colônia, expressão que subentende que não havia outra possibilidade história para a América Portuguesa além da de tornar-se Brasil. Todavia, no rigor historiográfico, considera-se que não é pelo posterior que se explica o que vem antes: não é porque a colônia portuguesa tornou-se Brasil em 1822 que ela sempre foi um Brasil potencial, aguardando ser desembrulhado pelo evento de um Estado próprio. Mas não é de rigor historiográfico que se trata aqui, mas de formação da consciência histórica.

As múltiplas possibilidades de nação que se descortinaram - inclusive o projeto da Inconfidência, tido pela história tradicional²⁰ como exemplo máximo de brasilidade *avant la lettre* - ou são silenciadas ou são integradas como primícias da nação que efetivamente se realizou. Aqui não tratamos de uma imagem que a propaganda militar tenha trabalhado, mas de uma compreensão da história bastante generalizada, e sem a qual essa propaganda não teria êxito ao tratar dos aspectos identitários no passado, e que por isso aparece no imaginário nacional também nesse período. Trata-se da divisão de toda a história nacional entre “nós” e os “outros”, estabelecendo no primeiro grupo todos os personagens e atitudes que desempenharam de um modo ou de outro um papel a favor da construção e consolidação do Estado nacional brasileiro. Essa ordenação permite as idéias de continuidade e de um organismo que se move no tempo,

²⁰ Um dos múltiplos exemplos possíveis é o letreiro inicial do filme “Independência ou Morte”, de Carlos Coimbra, lançado em 1972 e elogiado por Médiç, que vincula numa linha única a Inconfidência e a Independência, por mais que os inconfidentes tenham sido punidos pela avó de D. Pedro I.

ainda que colocando no mesmo barco pessoas com uma concepção completamente diferente de tempo, de mundo, de lealdades coletivas e de pertencimento territorial, permite a homogeneização das histórias pessoais fazendo a congruência entre o escravo ou o português que combate os holandeses no Nordeste e o descendente de imigrantes italianos do final do século XIX como um mesmo povo, em que as pessoas do presente têm determinados personagens selecionados pela história oficial como antepassados, independentemente da sua origem geográfica, étnica, cultural

PAÍS DO AGORA, AQUELE ABRAÇO.

Quando comemoramos os 100 anos... (text partially obscured)

Se você crescer... (text partially obscured)

ELCLOR

GRUPO INDUSTRIAL ELCLOR
Sede: Avenida Santos 2301 - S. Paulo

GRUPO INDUSTRIAL ELCLOR S.A.
PREFEITO RAIMUNDO MACHADO DE A.
RUA SERRA, 2301 - S. PAULO - SP
TEL. (011) 508.1000 - FAX (011) 508.1001
CNPJ 06.708.000/0001-00

Figura 16 - Revista Visão v. 15, n. 29,
de agosto de 1970 (edição especial), p. 324.

de si próprio e de sua família. Assumir um tal passado como o passado próprio e de milhões de outras pessoas é certamente um ato de imaginação, um ato simbólico de adesão a um contrato de esquecimentos em direção a um passado comum, escrito na história nacional, que por sua vez pressupõe a existência da nação como destino antes da nação como efetividade ²¹.

É possível verificar uma amostra do papel desse uso identitário da primeira pessoa do plural para os eventos do passado na figura 17. Estabelece-se com ela uma identidade e continuidade entre os interesses nacionais dos moradores de Recife na década de 70 e os interesses de seus habitantes no século XVII, ao arrepio de qualquer consideração da historicidade. Afirmar que se lutou primeiro pela independência do Brasil em pleno século XVII significa colaborar com o artifício ideológico da projeção da nação para o passado, que já existiria, mais que como potencialidade, como desígnio histórico a ser cumprido no tempo.

Significa também considerar que portugueses não são dados como estrangeiros, voltar ao domínio português é um equivalente da independência, o que está em consonância com o nome do país: o Brasil é antes de mais nada, fruto de um interesse geopolítico de Portugal. Esta seria a conformação do mito das três raças ²², na qual as contribuições são desiguais: negros e índios, além da contribuição genética, ofereceriam uma contribuição secundária a uma nação modelada a partir das instituições políticas, culturais, econômicas e religiosas portuguesas.. Afirmar que o retorno ao domínio português significa independência é algo que só tem significado para os colonos brancos, e implica assumir, também, que Portugal e Brasil eram um corpo político só, ainda que com estatutos políticos distintos, e, seguindo esse raciocínio, a proclamação da independência em 1822 significaria não a libertação, mas o surgimento da nação brasileira. Esse raciocínio choca-se com o espírito das comemorações do Sesquicentenário da Independência (ao qual essa peça publicitária está integrada), para a qual o aniversário é da Independência, e não da nação, pois a primeira não é condição necessária para a existência da segunda. O ato de desligamento conduzido por D. Pedro não é visto como o primeiro passo para o longo e

²¹ Esse “contrato social (...) sobre a base de uma memória comum” é comentado por Canivez, op. cit., p. 122 e ss.

²² MAGNOLI, op. cit., p. 98 e ss., comenta que a “mitologia da comunhão étnica” passou por diversas fases até sua consagração definitiva com Gilberto Freyre no século XX, mas teve na interpretação de Varnhagen e outros historiadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sobre a insurreição pernambucana um dos seus grandes momentos. Os líderes nativistas André Vidal de Negreiros (branco), Henrique Dias (negro) e Felipe Camarão (índio) aparecem como símbolos precursores da comunhão étnica voltada para a construção da nacionalidade brasileira.



Figura 17 - Revista Visão v. 40 n. 4, de 24/02/1972, p. 143.

inconcluso processo de construção da nação, mas o rompimento dos laços e a chegada da plenitude da afirmação da soberania de uma nação que já está pronta enquanto tal em 1822 (desenvolvê-la e salvá-la do impulso centrífugo dos aventureiros e subversivos é outra história)²³.

²³ Sobre o argumento de que o processo de construção nacional, ideológica, material e territorialmente, inicia-se no Império, algumas referências estão em Demétrio MAGNOLI, op. cit.; Jaime CORDEIRO. Ensino de história e identidade nacional; Lúcia Lippi OLIVEIRA. **A questão nacional na Primeira República**; Dante Moreira LEITE, **O caráter nacional brasileiro**. Sobre as idas e vindas na construção da imagem de D. Pedro I, ver Iara Lis C. SOUZA. **A pátria coroadada**.

Essa peça é rica ainda por nos colocar diante da forma como opera a história oficial, que seleciona o acontecimento institucionalmente interessante e silencia sobre o que dissona, conforme o interesse político predominante em cada período. Refiro-me à Revolução Pernambucana 1817 que, em termos de relação com Portugal, aproxima-se da independência de 1822, porque proclamou e manteve por alguns meses uma independência em relação à Coroa Portuguesa que estava, aliás, instalada no Brasil naquele momento. Um problema com este acontecimento para a incorporação à história nacional / oficial nacional, é a realização de uma independência regional, que não se coaduna com a sua perspectiva fechada que encara a história como o passado de uma dada circunscrição geográfica, no caso o território nacional na situação em que se encontra contemporaneamente. Mas essa não é a questão central que desabilita a Revolução Pernambucana, afinal a Inconfidência Mineira também não tinha pretensões de independência de todo o atual território nacional ²⁴. O que a “desabona”, a nosso ver, é o componente popular que age de maneira autônoma e chega mesmo a desestabilizar e enfraquecer a liderança do movimento, compondo um quadro de muitas vozes dissonantes, que é o oposto da metáfora que a história nacional / oficial quer fazer valer, oposto do que oferecem as batalhas de expulsão dos holandeses do Nordeste, em que pobres, índios, negros, senhores, governantes e tropas portuguesas atuam na mesma direção, representando ou prefigurando a imagem ideal da nação desejada pelas camadas que a dominavam e dominam.

Não basta que a nação seja anterior ao seu surgimento na ordem mundial (porque no caso brasileiro, como já defendemos em outro ponto desse trabalho, o Estado antecede largamente e realiza o surgimento da nação), ao surgimento da própria identidade nacional em si. É preciso, para a plena eficiência da ideologia nacionalista, que ela exista como imperativo, ou da natureza ou de culturas anteriores. Só assim fará sentido perpetuar o termo “descobrimento” para a chegada dos portugueses ao litoral do que viria a ser o Brasil. Esta interpretação do Brasil como desígnio natural está presente na obra de Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica do Brasil*, com a inspiração

²⁴ Para José Murilo de CARVALHO em *A formação das almas*, a Inconfidência sobreviveu como um símbolo aceitável pelas elites principalmente por não ter realizado seu intento, mas por ter permanecido apenas como promessa de liberdade sufocada por um traidor, que leva o líder ao martírio, atingindo em cheio o imaginário cristão, significativo para a população brasileira.

de Jaime Cortesão e o que este considera como zonas geográficas propícias à formação das fronteiras, anteriores à ação diplomática ou bélica do Estado nacional (que discutiremos na análise das imagens espaciais do Brasil). Esta ideologia se alimenta de narrativas lendárias como a da preexistência de uma unidade cultural entre os índios da região que viria a ser o Brasil, expressa numa “língua geral”, e de uma unidade geográfica composta pelas terras sobre as quais o Estado nacional viria a exercer sua soberania, a “Ilha-Brasil”, mitologias analisadas por Magnoli²⁵.

As comemorações do Sesquicentenário da Independência, motivadoras de boa parte das peças publicitárias que analisamos, compõem-se de eventos que orbitam em torno da marcha dos restos mortais de D. Pedro I pelo território nacional (voltaremos a abordar esse assunto ao tratar da relação entre o espaço e a identidade nacional), promovida pelo governo Médici, e que culmina com o seu sepultamento no monumento à independência nos jardins do Museu Paulista (Museu do Ipiranga).

Os restos mortais de D. Pedro I chegam ao país dentro da arrumação simbólica que a justa a data de chegada para um outro aniversário: o 22 de abril. Este, como vimos, com o sentido de fundação, que D. Pedro completa com a libertação. Com o retorno do libertador e com o encerramento do ritual de peregrinação de seus restos, a nação se completa e se plenifica simbolicamente, em consonância com os dizeres do cartaz do 5º aniversário de 31 de março de 1964: “Até 1964 o Brasil era apenas o país do futuro. Então o futuro chegou”. Com a chegada de D. Pedro e a chegada do futuro, completam-se os tempos, fecha-se o ciclo: o salvador, que já esteve entre nós, volta para que se cumpra a promessa da plenitude, do encontro, da harmonia, numa óbvia referência, novamente, ao imaginário cristão.

A ideologia procura, portanto, reestruturar o imaginário e apelar à inauguração de um tempo novo em folha, que é uma imagem cara na política nacional, legitimadora por excelência por negar o passado imediato de supostos erros e desvios (ainda que se louvem as glórias de um passado mais distante) e por pretender instaurar o futuro que realiza a verdadeira vocação nacional: a grandeza.

²⁵ Demétrio MAGNOLI. *op.cit.*, especialmente o Capítulo 2.

Esses dois pólos nas imagens do Brasil - a nação que já existe potencialmente desde tempos ancestrais, e a nação que realizar-se-á em toda a sua plenitude no porvir, são expressões de um mecanismo fundamental da ideologia, o estabelecimento da a-historicidade de si mesma, num movimento de “petrificação do tempo”, ou melhor, de colocação da idéia de nação fora do tempo ²⁶. Negar a história e o que ela traz, a mudança, o imprevisto, o extraordinário, é fundamental para que as representações da ideologia sobre os fenômenos que ela explica tenham o efeito desejado sobre as pessoas.

²⁶ Marilena CHAUI. *Cultura e democracia*. p. 4.

Capítulo 4

O BRASIL E SEU ESPAÇO

Já foi possível um dia visualizar toda uma comunidade política, o conjunto de seus membros no desenvolvimento de um ato coletivo. Cristian Meier lembra que possivelmente a última que tenha sido possível de abarcar inteira com a vista foi a polis grega, em que o cidadão podia enxergar na totalidade durante uma assembléia ou reunida em armas, pronta para a batalha. A comunidade não precisava ser representada, não precisava ser trazida ou sintetizada em uma imagem, por ser assim visível. As nações, entretanto, mesmo as menores, são comunidades políticas impossíveis de se perceber na totalidade: “(...) *com exceção, talvez, em grandes partidas de futebol por ocasião do gol, quando os torcedores, em frente do espetáculo televisivo ou no estádio de futebol, irrompem em júbilo.*”¹.

Por menor que seja a nação, dificilmente poderemos ver todos os seus membros reunidos, ou vislumbrar seu território sem que ele se estenda para além do horizonte, e a multidão que se junta nas praças públicas ou nos eventos esportivos é uma pálida referência aos milhões que compõem o grupo; também por isso, a nação precisa ser representada por símbolos que traduzam o grupo todo e seu lugar. Meier indica o hino, a bandeira e os brasões como os símbolos que possibilitam apreender a nação. Seguindo a pista dada por Audigier e outros ², a imagem do mapa do território sobre o qual o Estado - nação exerce sua soberania é um outro símbolo de representação do grupo e de sua identificação que pretendemos analisar a seguir.

A representação espacial da nação é elemento, para cada indivíduo, na representação de si mesmo. Ela torna-se uma das condições a priori da comunicação entre os cidadãos e os grupos sociais, não suprimindo todas as diferenças, mas relativizando-as e subordinando-as, de forma que a diferença simbólica entre “nós” e os estrangeiros seja a diferença que mais importa e que seja reconhecida como irreduzível. É o que se pode chamar de transformação imaginária das fronteiras exteriores do Estado em fronteiras interiores, as primeiras sentidas como projeção e

¹ Cristian MEIER. Sobre o conceito de identidade nacional, p. 338.

² La place des Savoirs scientifiques dans les didactiques de l’histoire et de la géographie.

proteção de uma personalidade coletiva interior, que permite a cada um habitar o tempo e o espaço do Estado como um lugar onde sempre se esteve e sempre se estará “consigo”³. Se considerarmos a nação como um tipo especial de massa, a integração com ela se opera por meio de símbolos, e, quando se completa, o indivíduo “ultrapassa as fronteiras de sua pessoa”⁴.

O mapa da nação é um instrumento cuja importância na formação cívica dos estudantes e demais indivíduos tem proporções tão grandes quanto a ausência de estudos e consciência sobre essa importância. A história é pródiga em trazer exemplos nos quais o mapa é desenhado ao sabor de interesses geopolíticos e constitui-se como um item essencial na educação de um cidadão disposto a comportamentos desejáveis para o poder, como o famoso “morrer pela pátria”. Isto pode ser constatado, por exemplo, nos mapas da Argentina desenhados e autorizados pelo Instituto Cartográfico Militar, que incluem as Malvinas e boa parte da Antártida, ou nos mapas produzidos pelos chineses no período dos conflitos sino-soviéticos, em que os territórios soviéticos reivindicados pelo Estado simplesmente aparecem como integrando o território chinês. Nesse casos, o que está posto é a cartografia do desejo de Estados Nacionais com tendências imperialistas, e a educação desse desejo nos cidadãos, de maneira que o território representado apareça como natural, óbvio, pelo qual quaisquer sacrifícios (inclusive o da própria vida) são admissíveis. Compreensível, entretanto, porque o primeiro passo da definição das fronteiras de um Estado nacional⁵ é exatamente esse: o da projeção do território que se reivindica. O segundo passo é a obtenção do direito de ocupá-lo, o que pode ocorrer de maneira pacífica, após um processo de colonização, por exemplo, e um acordo entre as partes adversárias, ou através do conflito militar em que a vontade de integrar um pedaço de terra ao território nacional é imposto ao adversário pela força das armas. E o último momento, então, é o processo de demarcação das diades, em que os Estados em questão estabelecem os pontos geográficos por onde passam as linhas que os separam.

Pelo menos oficialmente, e malgrado uma velada rivalidade com a Argentina na liderança da América do Sul, o Estado brasileiro sob os militares não manifesta uma política exterior de expansão do território, mas nem por isso é menos válido o significado da representação espacial da nação na educação dos cidadãos, estejam eles na escola ou não. Assimilar o mapa até considerá-lo como uma emanção e um direito natural faz parte essencial do trabalho educativo

³ Etienne BALIBAR. *La forme nation: histoire et idéologie*, p. 129.

⁴ CANETTI, op. cit., p. 18.

⁵ Cf. MAGNOLI, op. cit.

para a obtenção de um determinado comportamento cívico, conjunturalmente considerado como imprescindível para a existência e continuidade do grupo enquanto tal ⁶, até porque uma série de questões sobre a garantia da posse do território está posta neste momento.

A compreensão das formas espaciais como produtos históricos, como espaço humanamente produzido, é cara à Geografia contemporânea ⁷. Entretanto, agindo também sobre a consciência do espaço, a ideologia nacionalista produz o inverso desta compreensão, pondo o espaço ocupado pela nação como um dado natural.

O desenho formado pelo mapa político-administrativo está inscrito na consciência coletiva, é facilmente reconhecido pela ampla maioria das pessoas como indicativo do país, da nação, do povo, do governo. A utilização da imagem deste mapa para fins de incremento da identidade nacional não passa despercebida. Por exemplo, a metonímia que faz a figura do hexágono designar a França, e que é utilizada dentro do discurso nacionalista do período de Charles de Gaulle, é o objeto de estudo de Marie-Claire Robic ⁸, e seu papel na educação do cidadão é comentado por Yveline Fumat ⁹. Sua caracterização como “Lugar de memória” é feita por E. Weber¹⁰. Fenômeno recente, em torno da década de 1960, o recrudescimento da representação (e do reconhecimento) da identidade nacional francesa sob a figura do hexágono está ligado a eventos diversos, como o processo de descolonização (que demandava um nacionalismo “para dentro” do território) e a diminuição da importância das fronteiras numa conjuntura em que já se preparavam as bases para a união européia. Na década de 70, o hexágono converte-se plenamente num logotipo, e é assumido pela publicidade tanto estatal quanto privada. Mais que um logotipo ou uma simplificação cartográfica, porém, o hexágono, construído lentamente como uma das possibilidades de modelização do mapa político francês pela cartografia, passa a significar uma malha de soberania nacional, passando a significar um “lugar particular de interação espacial com o exterior”.

Podemos, sem sombra de dúvida, incluir entre as imagens que se prestam estruturalmente à ideologia nacional, o mapa habitual dos contornos do Brasil, reproduzido e ensinado

⁶ Para Paulo KNAUSS, estamos diante de uma perversão, que transforma o espaço, que é um fato conceitual, num fato sensível: “*A perversão reside na assimilação pelo conhecimento comum da imagem do espaço como dado e não como construção. Procede-se assim, a dissimulação da operação socialmente demarcada. Em sendo imagem do espaço, mapas e plantas são produtos de sua circunstância histórica e complexa*”. Imagem do espaço, imagem da história, p. 135.

⁷ No Brasil pode-se citar, por exemplo, Antonio Carlos R. MORAES, no livro *Ideologias geográficas*.

⁸ Sur les formes de l'Hexagone.

⁹ L'éducation du citoyen à partir de quelques cartes de France.

incansavelmente, inclusive através de um molde plástico vazado do qual todos guardamos alguma lembrança, junto com as memórias de nossa educação primária ¹¹. Este desenho é formado a partir de dois critérios: pelo desenho das costas litorâneas e pelo das fronteiras terrestres. O significado de cada um desses critérios não é o mesmo: em tese, as fronteiras terrestres, que só tardiamente consolidam-se ¹², são criação gradual do Estado brasileiro e dentro delas este estabelece sua soberania. Formam um desenho histórico e “abstrato”, na medida em que envolvem a seleção arbitrária de marcos cartográficos e acidentes naturais para representar as díades, ou seja, linhas que delimitam o encontro do território de dois Estados. Só existem nos mapas, nos tratados, na abstração.

Se o critério fosse somente as delimitações históricas de território, deveriam figurar, a partir do 1º de junho de 1971, o contorno das 200 milhas de mar territorial, reivindicadas pelo governo Médici, que originaram um conflito diplomático com os Estados Unidos e outros países, a apreensão de barcos pesqueiros de outras nacionalidades dentro deste território reivindicado. Ou seja, um símbolo poderoso do nacionalismo e da afirmação do poder e da soberania do Estado governado pelo general Médici curiosamente não é utilizado na propaganda do regime, ou melhor, não aparece graficamente representado nos mapas do Brasil usados na propaganda. É claro que referências a esse ato de soberania não deixam de aparecer, como na propaganda da Petrobrás na figura 18, providencialmente publicada na revista *Veja* comemorativa do 7 de Setembro de 1972, Sesquicentenário da Independência do Brasil, mas o mapa - símbolo não inclui esta porção marítima do território, o que transmite a sensação de que ela não existe na prática, apenas nos tratados e acordos. Este mapa - símbolo é um mapa das terras brasileiras emersas, e não exatamente do território sobre o qual a soberania é exercida.

¹¹ A utilização desta imagem não data deste período. Referindo-se a um outro momento de ditadura, o Estado Novo e a campanha da “Marcha para o Oeste”, Alcir LENHARO defende que “*Não é meramente casual o recurso de mostrar um visual definitivo da Nação, um desenho geográfico que se repete constantemente nos mapas, uma geografia do Poder que só pode ser apreendida e interiorizada por todos a partir do sentimento de comprometimento e de participação em um só e memorizando espaço territorial nacional.*” (p. 57)

¹² Cf Magnoli, 1997, cap. VI, em que o autor descreve o processo de definição das fronteiras como estendendo-se até o início do século XX, e a sua demarcação (que é a conclusão da horogênese) ainda em curso em alguns pontos.

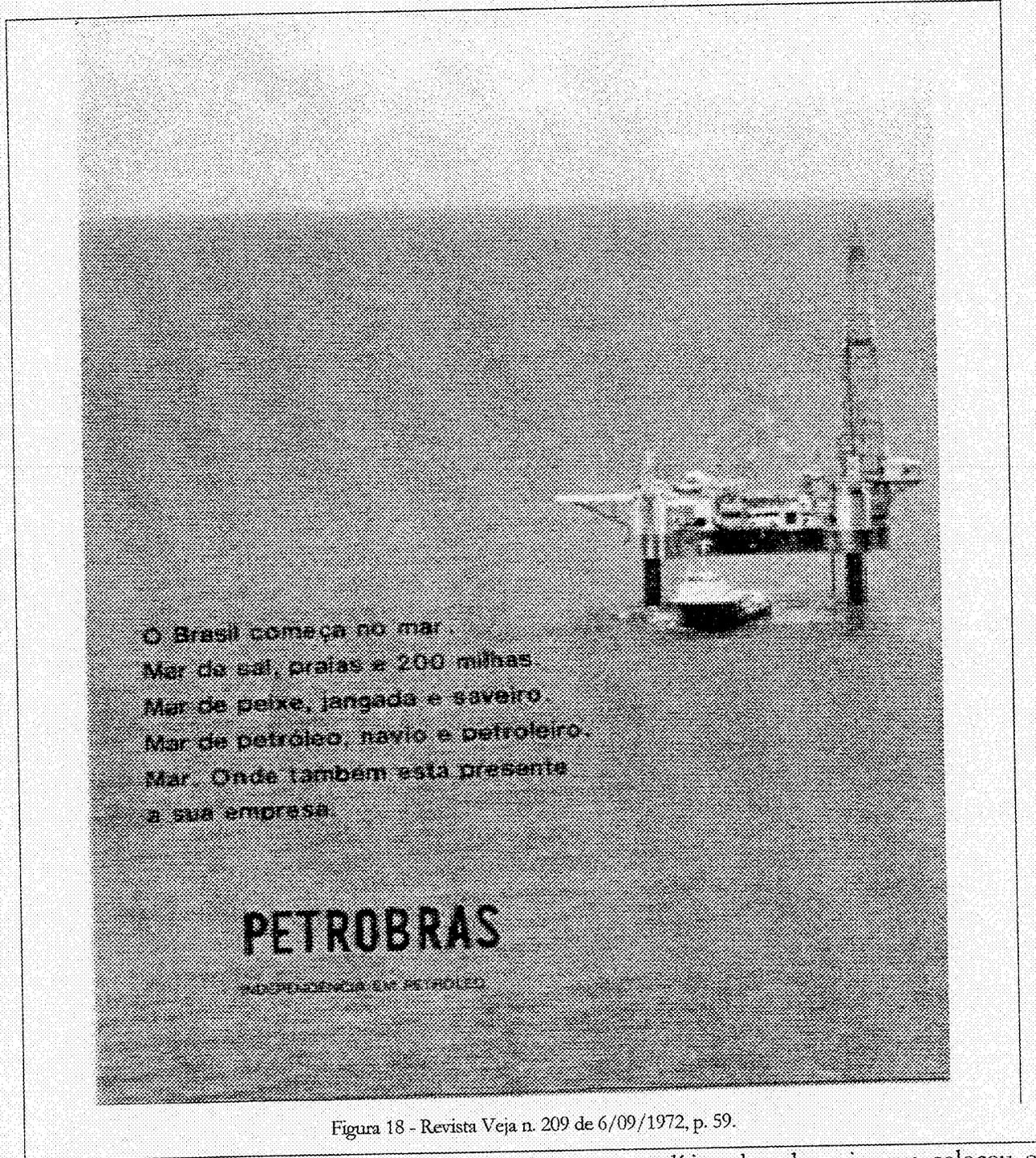


Figura 18 - Revista Veja n. 209 de 6/09/1972, p. 59.

E o mar territorial, poderoso evocador de um ato político de soberania, que colocou o governo brasileiro a discutir na mesma estatura com os países desenvolvidos como Japão, França e Estados Unidos, não é incorporado ao mapa que se vê nas escolas, na publicidade, na propaganda ideológica do regime. O mar, um significativo símbolo de massa, como adiante veremos, sem deixar de ser explorado ideologicamente no período, não pode se integrar ao símbolo constituído pelo mapa das terras emersas, exatamente porque, se isso ocorresse, romper-

se-ia o aspecto canônico deste símbolo, introduzindo um estranhamento capaz de levar a uma reflexão que, ocorrendo em cada cabeça, dificilmente poderia ter suas conclusões controladas.

Neste mapa - símbolo, o desenho das costas evoca a idéia de perenidade da nação remetendo ao tempo geológico, ao desenho fixo, ainda que os territórios litorâneos tenham sido palco de disputas durante o período colonial (França Antártica e Equinocial, “Invasão” Holandesa e Confederação dos Tamoios, por exemplo) e o período imperial (notadamente a Confederação do Equador), em que a soberania sobre o conjunto do litoral não estava consolidada. A referência a um desenho esculpido pela natureza é um mecanismo de naturalização na representação nacional, pois, recordemos, o recurso à natureza constrói uma forte legitimidade, já que liga a construção histórica da nação a um desígnio que independe dos partidarismos e interesses particulares da história humana, bem como confere-lhe uma aura de ancestralidade que torna mais sólidas e respeitáveis as tradições inventadas.

Por outro lado, o contorno ocidental do mapa “canônico”¹³ é o resultado da ação militar, diplomática e geográfica do Estado Nacional. Entretanto, isso não impede a “naturalização” dessas linhas. O expoente desse processo é Jaime Cortesão, citado por Golbery do Couto e Silva¹⁴, que argumenta que boa parte das fronteiras ocidentais resultam de acidentes geográficos “intransponíveis” que já prenunciavam, antes mesmo da presença humana na América, um grande Estado sul-americano, que o surgimento do Brasil concretizou (figura 19), idéia claramente imune ao fato de que um obstáculo natural, longe de ser uma fronteira pronta, não tem o seu significado histórico dado pela natureza, isto é, a conformação do espaço não decide pelos homens o significado que terá para sua sociedade. Desta maneira, um rio profundo pode significar um obstáculo intransponível, uma possibilidade de desenvolvimento, uma defesa contra o inimigo, etc., dependendo da especificidade do grupo humano que com ele entra em contato.

¹³ Segundo Elias Thomé SALIBA, no texto *As imagens canônicas e o ensino de história*, as imagens canônicas são aquelas marcadas pela sua condição de estereótipos e pelo caráter coercitivo, que resulta da sua intensa aparição e repetição: “(...) começamos a perceber como a imagem com a qual nos acostumamos – a imagem canônica – era coercitiva. Coercitiva porque nos impunha uma figura reproduzida infinitamente em série, tão infinitamente repetitiva que não nos provocava mais nenhuma estranheza, bloqueava nossa possibilidade de uma representação alternativa, ou seja, não nos levava mais a distinguir, a comparar – em suma, não nos levava mais a pensar.” (p. 438)

¹⁴ *Geopolítica do Brasil*, p. 66.



Enraizada no imaginário medieval e colonial da Ilha - Brasil, esta compreensão do Estado nacional e de seu território contamina o mapa usual do país e é transmitida juntamente com ele e suas variações.

O mapa do Brasil, exaustivamente visto, copiado e estudado pelos escolares, é também continuamente projetado na retina do conjunto dos brasileiros, e remete à identidade única dos que partilham o mesmo espaço. Esta insistência no desenho compósito das fronteiras “naturais” e históricas termina por naturalizar a construção política da nação. O mapa assim constituído projeta-se no tempo e ganha ares de antigüidade, parecendo ser eterno, resultante de forças geológicas, anterior à sua conformação atual, que data do início do século¹⁵.

Tão forte é esta noção que não é absolutamente estranho encontrar nos livros didáticos, e mesmo nas questões de vestibular, o contorno que o Brasil adquire no século XX ilustrando o território brasileiro durante o império ou o território colonial português (por exemplo, por trás da linha de Tordesilhas). Este uso reforça a idéia da nação brasileira como destino da comunidade

¹⁵ Magnoli esclarece: “Qual é a origem das fronteiras brasileiras? Como vimos, o discurso nacional virtualmente rejeita essa indagação, isentando o corpo da pátria de qualquer condicionamento histórico e fazendo-o emanar da natureza. Esta noção, não importa o quão absurda pareça quando assim posta, encontra-se profundamente enraizada

nacional, desígnio da natureza, e o espaço entre o ponto onde estamos e a fronteira ocidental como “espaço vazio” a ser preenchido pela colonização.

Esta utilização do mapa político significando a nação foi largamente utilizada pelos governos militares, por exemplo, nas peças para a televisão produzidas pela Presidência da República nos mandatos de Médici e Geisel. Peças como as sobre o consumo de petróleo e derivados (em desenho animado), os filmes sobre as cidades do interior, os videoclipes com mensagem de final de ano (“*Hoje, eu quero paz no meu coração...*”), o desenho animado sobre Pindorama ou com o *jingle* “Este é um país que vai pra frente”, e outras, tinham como “assinatura” ao final não um símbolo que evidenciasse a sua origem (o Estado), mas um mapa político do Brasil que se formava após a projeção das cinco pontas de uma estrela, que dirigiam-se às cinco regiões do país, com a estrela posicionando-se na localização da capital, Brasília. O mapa, carregando a idéia de nação, é interposto entre o espectador e a assessoria da Presidência, verdadeira criadora dos filmes; parece que quem fala ao espectador por meio das peças de propaganda é o próprio Brasil representado no mapa: a estrela em Brasília lembra apenas vagamente a idéia de um governo central.

A forma desse desenho usual do território pode recortar outras imagens, conferindo a estas as qualidades e características que se atribui àquele (figura 17), de forma a identificar coisas, pessoas e idéias com a idéia geral de nação. Essa figura ganha portanto a concretude de um limite que nos circunscreve, e portanto nos une: nesse sentido, o mapa amplifica seu caráter identitário, estabelecendo mais uma vez a ligação entre território - nação - nós. O mapa torna-se o *continente*, e é como se a imagem que assume a forma dele dissesse ao observador que ela constitui o *conteúdo* da nação, que o que ali aparece recortado diz, faz e é o Brasil.

O movimento de identificação através do mapa é explícito na figura 20. Neste anúncio, referente ao Censo Populacional de 1970, financiado por uma série de empresas particulares, podemos observar a identificação da coletividade nacional ao mapa do Brasil, utilizando como reforço a popularíssima frase de canção alusiva à copa mundial de futebol daquele ano. É interessante notar que os quadrinhos (pela própria característica estrutural desse meio de comunicação que pode também ser chamado de arte seqüencial, aparentada do cinema) estabelecem um movimento, uma evolução, que vai do mapa como pequena parte de uma interrogação ao mapa como supressor da dúvida a partir de seu crescimento. Subliminarmente, temos a idéia de que as dúvidas ou resistências ao governo, à capacidade de superação do subdesenvolvimento do Brasil estão

se dissipando conforme superam-se os prognósticos negativos e se revelam os dados do “milagre econômico”: no fim desse caminho, quando o país tornar-se rico e existirem condições para “dividir o bolo”, os pontos de interrogação serão irrelevantes, principalmente se levamos em conta que cada brasileiro a ser recenseado é um elo de uma “corrente (símbolo por excelência da união e da ausência de divergências) pra frente”. Nessa imagem conjugam-se, portanto, imaginários de identificação coletiva, de representação do espaço nacional e sobre o futuro do Brasil.

A figura 21 atesta a capacidade do mapa usual do território nacional em simbolizar a identidade entre Estado, nação, povo, território e conceitos correlatos, a figura. Nela, o presidente e seu povo são representados pelo mapa, e travam um diálogo imaginário com a empresa Villares, representada por seu logotipo. O mapa passa a equivaler, nesta peça, a um logotipo da nação, a um signo que remete a uma determinada coletividade. Esta imagem contribui ainda para a identificação entre povo e governo como constituintes de uma única entidade, tema caro ao do regime e muito visado pela Aerp¹⁶ pelo seu potencial de legitimação da ordem imposta pelos militares no poder. O governo, mais especificamente o chefe do Executivo, são representados através do mapa como interlocutores legítimos do povo para o diálogo com a empresa; se considerarmos que quem emite essa mensagem é a Villares, temos aí uma indicação importante sobre os pressupostos do relacionamento entre Estado e iniciativa privada neste momento. Não basta, entretanto, que o mapa seja visto. É preciso que ele seja experimentado e vivenciado pela população, e isto se faz através do ritual comemorativo da grande data nacional, o 7 de setembro, amplificado pelo seu Sesquicentenário em 1972. Os festejos incluíram o repatriamento dos restos mortais de D. Pedro I e sua peregrinação cívica por todas as regiões do Brasil. Assim, simbolicamente, o libertador vai ao encontro de toda a nação, e neste movimento colabora com outra idéia muito cara ao imaginário nacional inovado pelos militares, o tema da integração e da unidade nacionais. Na figura 22, podemos acompanhar o mórbido trajeto que traça uma linha de identificação e de unidade, como um fio que costurasse a integração das diversidades nacionais, ou contornasse simbolicamente o perímetro do território, concretizando linhas naturais (o litoral) e “um pouco menos naturais” (as fronteiras com outros países)¹⁷.

¹⁶ Cf. Fico, op. cit. p. 127.

¹⁷ A “volta ao mapa” é um recurso bastante usado como prática de nacionalização simbólica de movimentos, como a afirmar, pelo ritual em si, que o movimento ou comemoração é relativo a todos, e não apenas às pessoas e regiões que o organizaram. Ao percorrer aproximadamente as “fronteiras exteriores”, busca participar das “fronteiras interiores” às pessoas que participam da nação. No Brasil, outros dois casos em que essa “volta ao mapa” ocorre é



Quantos elos tem aquela corrente prá frente?

Ajude a responder, colaborando com o Censo 70.

Atlas Copco Brasileira S.A.
Alltype Empresa de Tipos e Fotografia Ltda.
Bansulvest - Banco Industrial de Investimento do Sul S.A.
Bardella S.A. - Indústrias Mecânicas
Camera Press Ltda.
Construtora Auxiliar S.A.
Creditum S.A. - Crédito, Financiamento, Investimento
FNI - Fábrica Nacional de Implementos

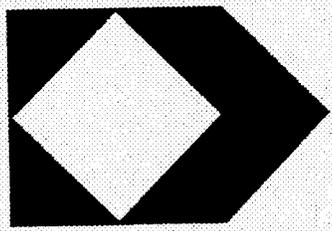
Fator Publicidade Ltda.
Hyster do Brasil S.A.
Jorge Kalil Associados
Lastris S.A. - Indústria de Artes Gráficas
Lettera Fotoletras Ltda.
Reago - Indústria e Comércio S.A.
São Paulo Hilton Hotel
Válvulas Schrader do Brasil S.A.

Figura 20 – Veja 104, de 2/09/70, p. 51

durante a série de comícios da campanha das Diretas Já, e a planejada volta da chama do descobrimento, nas comemorações do “Brasil 500”, organizada pela Rede Globo de Televisão.

PRESIDENTE: O SÍMBOLO DA VILLARES QUER TER UMA CONVERSA SÉRIA COM SEU GOVERNO E SEU POVO.

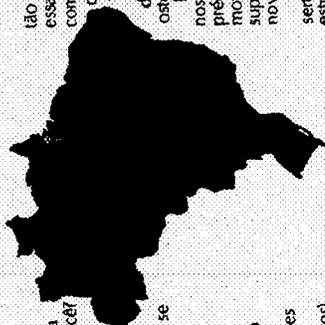
"O Brasil só vai pra frente à noite, quando os brasileiros estão dormindo e não atrapalham."
"Deus é brasileiro."
"Neste país, só tem eu e você para trabalhar. E é bom você começar, porque eu estou cansado de fazer tudo sozinho."
"País essencialmente agrícola."
"Brasileiro só pega no basquete quando é campeão mundial."
"Cada vez, sobra mais mês no fim do meu ordenado."



"A diferença entre o Brasil e os Estados Unidos é que os Estados Unidos bota, bota, bota..."
"Só está faltando uma lei no Brasil. A lei que manda a gente obedecer às outras leis."
"Brasil, capital Buenos Aires."
Por mais engraçados que possam parecer, esses ditos e essas tralças, que fazem parte de uma época de nossa história, são tristes. Quase trágicos.
A nação revela, na autocrítica típica dos povos, um desalento das mil promessas feitas e nunca cumpridas. Outras nascem da visão distorcida da imprensa política.

A integração nacional com marcap na Transamazônica e na Cuiabá-Santarém.
A poupança atingindo níveis nunca alcançados em toda a nossa história e com uma taxa de investimentos que estabelece uma harmonia superada apenas por dois ou três países do mundo.
A educação colocada em termos prioritários, em todos os níveis.
A assistência creditícia ao campo e a fixação do trabalhador rural em seu meio, ampliando-lhe as garantias de um viver mais digno, trazendo, por isso mesmo, a dinamização de um dos fatores do aumento da produtividade.
A integração social, a justa distribuição das riquezas como alvo, a ordem, a paz.
Aquêlé é o Brasil velho, desordenado e sem vontade de viver.
Ése, o Brasil novo.
Não vai ser fácil apagar a imagem daquele País. Além da aparente alegria da troça havia uma tristeza imensa.
Um país rindo, sem ter do que rir.
Agora, é fazer um país sério, que tenha do que rir.

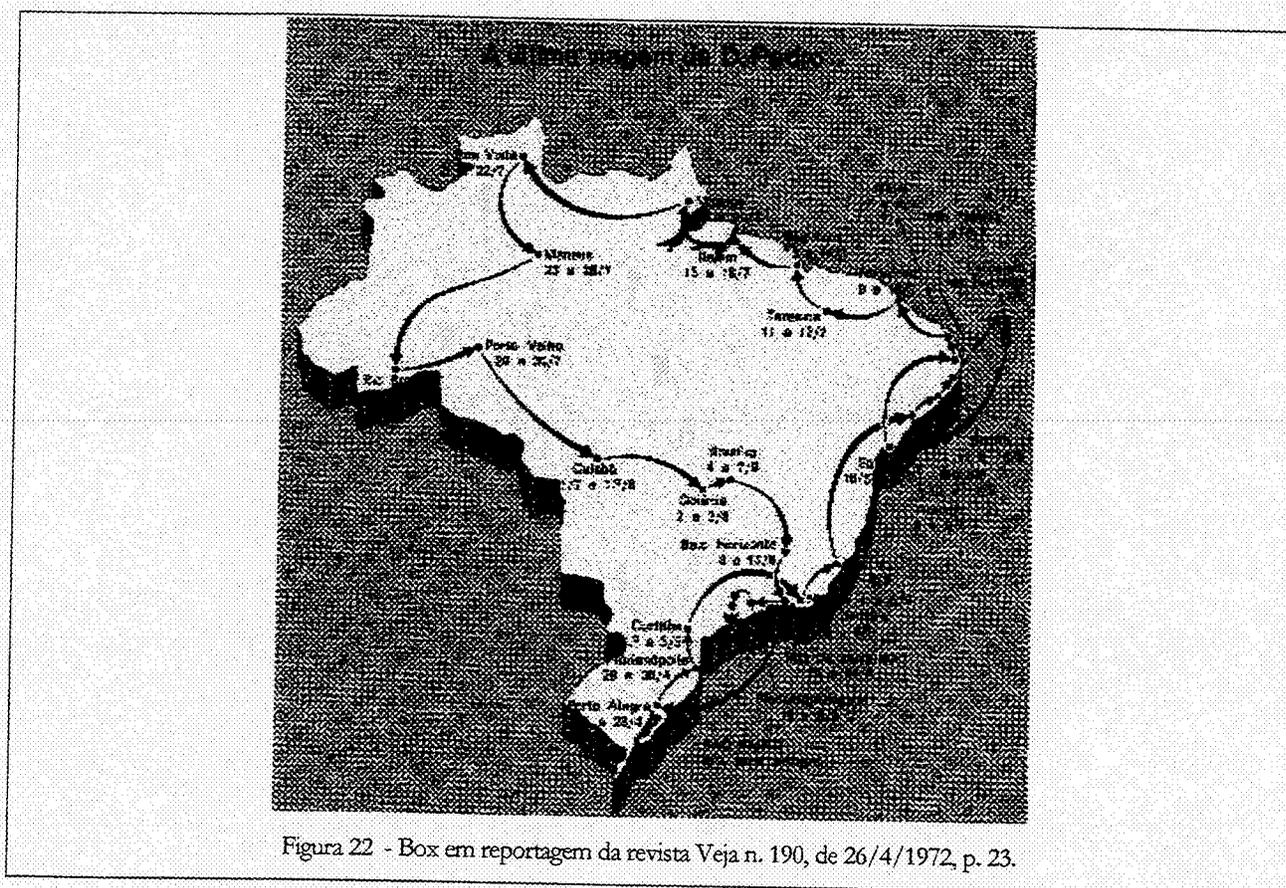
É JUSTO QUE SEU GOVERNO E SEU POVO TENHAM ESTA CONVERSA SÉRIA COM A VILLARES.



PRESIDENTE:
Para falar dêsse jeito na página oposta, quem é você?
VILLARES:
Somos 3 empresas e 4 complexos industriais. E a poupança tem toda razão de ser. Até hoje, ao se falar em Villares, a grande maioria pensa "nossa companhia que trabalha com aço".
Somos um pouquinho mais.
Somos Indústrias Villares Elevadores e Equipamentos), somos Aços Villares e somos Ferramentas Villares. Estamos há mais de 50 anos trabalhando a sério.
E somos brasileiros.
PRESIDENTE:
Como é que você sabe que também não contribuiu para o nascimento daquelas traidoras humanísticas?
VILLARES:
Exportamos aço para a Alemanha e os Estados Unidos. Exportamos outros produtos para 13 países do mundo, entre os quais os dois já citados e mais a Inglaterra, França, Austrália, Portugal, Argentina, México, África etc. Fabricamos aços especiais, fundidos, forjados e laminados, cilindros para laminação, autopeças, elevadores, escadas rolantes e garagens automáticas. Além

tão importantes quanto essa. Constituímos uma comunidade de trabalho com 10.000 funcionários, entre os quais 400 estão no controle de qualidade e 300 ostentam nível universitário. Nossos equipamentos, nossos produtos, estão em prédios e fábricas, movimentam indústrias, suprem com matéria-prima novos empreendimentos.
E estão na cidade, no serão, na abertura de novas estradas, na criação de novas fontes de energia. Investindo em pesquisas e em laboratórios, avançamos cada vez mais no rumo da mais atualizada tecnologia.
PRESIDENTE:
já que a conversa é séria, como vão os impostos?
VILLARES:
Recolhemos 86 milhões o ano passado. E investimos na SUDAM, SUDENE, SUDEPE, EMBRATUR e REFLORESTAMENTO.
Temos projeto próprio na área da SUDAM, em abrangendo 39 mil hectares.
PRESIDENTE:
E o que a Villares pretende do futuro?
VILLARES:
Modestamente, ordem e progresso.

controles e conjuntos de tração para trilômbus e para carros de metrô, pontes rolantes, guindastes e motores marítimos. Temos o "know-how" mais avançado do mundo, através de acordos com as maiores empresas internacionais.
É um pouco difícil achar motivo para piadas nesse quadro.
PRESIDENTE:
Como é que a Villares se entrosa no "tempo de construir"?
VILLARES:
Pela prática. Há tempo que só fazemos isso, por força dos ramos industriais em que operamos.
Nossa linguagem básica é a siderurgia. Nenhum país constrói sem ela. E por força também de outras coisas



Esta peregrinação também tem um outro significado complementar, que é o de unificar as múltiplas histórias e possibilidades de história sob o manto de uma só narrativa, a da história nacional tal como se define na perspectiva oficial. Assim, o ato central da biografia da nação, a Independência, é experimentado de alguma forma por todas as histórias pessoais, familiares e regionais que até então não tinham nenhum contato direto com aquele momento histórico, exceto pela história ensinada nos livros didáticos e cerimônias cívicas. D. Pedro I e a Independência são incorporados por exemplo ao Acre, que ainda não participava do território nacional em 1822, ou ao Nordeste, que em parte formou a Confederação do Equador como uma alternativa de Independência mais popular que a proclamada pelo Imperador. A similaridade com o imaginário cristão, com a idéia de relíquia, com a idéia de peregrinação, são patentes, evidenciando mais um exemplo que confirma a tese de que o nacionalismo ocupa os espaços de exercício da identidade

do grupo deixado pela religião durante a modernidade, como uma religião pagã do Estado nacional¹⁸.

O desenho do mapa político-administrativo, enquanto símbolo - expressão da nação, remete a um imaginário de grandeza construído desde o império¹⁹, onde a monarquia é associada à manutenção da unidade territorial e à criação de um país continental²⁰ vista como um valor em si. Grandeza que se associa à riqueza e à condição de terra prometida, que destaca o Brasil das demais nações do mundo, que é o fator de orgulho da história nacional, tal como a vê o grupo de intelectuais ligado à Revista do Brasil, iniciativa da família Mesquita (O Estado de São Paulo) depois encampada por Monteiro Lobato. O estudo de Tânia de Luca coloca em cena alguns dos nomes desse grupo, para os quais “*não parecia suficiente exaltar as dimensões do país, eles achavam necessário torná-lo o maior do mundo.*”²¹. Esta autora estuda a maneira pela qual a integridade e o gigantismo do território nacional tornaram-se uma referência obrigatória no processo de educação dos cidadãos, pela sua potencialidade de erigir uma perspectiva positiva em relação à nacionalidade, sua história e seu espaço. E dessa maneira essas considerações integraram-se no projeto pedagógico das elites para as massas, que se efetivou progressivamente, conforme novos estratos da população chegavam à escola.

Se pensamos o regime militar como o momento em que a educação praticamente se generaliza para a população, tanto no sistema escolar quanto através dos meios de comunicação de massa, é possível afirmar que as falas desse período sobre o gigantismo e as virtudes do espaço ocupado pela nação tiveram um papel bastante relevante na constituição dos padrões de identidade nacional que perduram até hoje. Já se mencionou uma das linhas dessas falas, que é a questão do mar territorial. Outra, com um apelo igualmente poderoso, é a fala que se refere à Amazônia e sua integração.

Assim, não só nos discurso e na propaganda política, mas também nos grandes planejamentos e na ação governamental cotidiana, a ditadura do período em estudo ataca a

¹⁸ BALIBAR e WALLERSTEIN. **Race, Nation, Classe: les identités ambigües**, p. 130. HOBBSBAWN, op. cit., p. 108.

¹⁹ Ou, para maior rigor, desde a colônia, período em que portugueses e espanhóis inoculam suas expectativas de encontrar o Jardim do Éden, evocado pela exuberante natureza americana, cf. Sérgio Buarque de HOLANDA. **Visão do Paraíso**.

²⁰ Magnoli, op. cit., p. 85

²¹ **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação**, p. 87.

temática do componente espacial da identidade nacional: o mapa é vivenciado e internalizado pelo noticiário que coloca em foco, dia a dia, as ações em torno do mar territorial de 200 milhas e do desbravamento da Amazônia, posta como grande desafio, como última fronteira a ser integrada à nação. Não por acaso, o mar e a floresta são dois importantes símbolos de massa. Ambos são compostos por pequenas unidades que, sozinhas, pouco significam, mas reunidas às suas semelhantes, formam massas gigantescas, na exata dimensão do gigantismo que se propõe para o sujeito coletivo da identidade brasileira.

Canetti tem uma belíssima imagem que destaca o imenso abismo que há entre a importância da gota, débil, frágil e a imponência do mar, que entretanto só existe da união de todas as gotas: *“Mergulhe-se a mão na água, erga-se a mão novamente e contemplem-se as gotas escorrendo isoladas e débeis por ela. A compaixão que se sente é como se elas fossem pessoas desesperadamente sós. As gotas só **contam** quando não se pode mais contá-las, quando se dissolvem totalmente no todo.”*²². O mar é o modelo de toda massa, e a força desse símbolo está presente no significado propagandístico do estímulo à pesca e ao ato de ampliação do mar territorial: a coesão das ondas do mar expressa a sensação de condescendência com os outros quando se está reunido na massa: uma sensação de que todos compõem um, como se não existissem mais individualmente, como se todas as coisas que separam um do outro se desfizessem, compondo uma dependência mútua da qual emana uma sensação formidável de força. Despertar essa sensação e mantê-la sob controle é uma situação bastante interessante para qualquer poder, principalmente para um Estado autoritário que sustenta-se em grande parte na restrição e manipulação dos canais de participação efetiva no poder.

O símbolo de massa do mar passa a participar mais intensamente da propaganda política do regime, e, mesmo não sendo representado no mapa usual do território nacional, confere um sentido novo ao desenho das costas litorâneas, envolvendo-as com um sentido de união, de força, de pertencimento, de integração, transferidos do significado do mar enquanto um símbolo da massa que é a nação. *“O Brasil começa no mar”*, afirma o anúncio da Petrobrás, atribuindo esse sentido de uma fronteira dinâmica e integrada ao sentimento de um espaço que “nos” pertence, que faz parte do que somos enquanto coletividade; conquistar e manter esse espaço é dignificar o

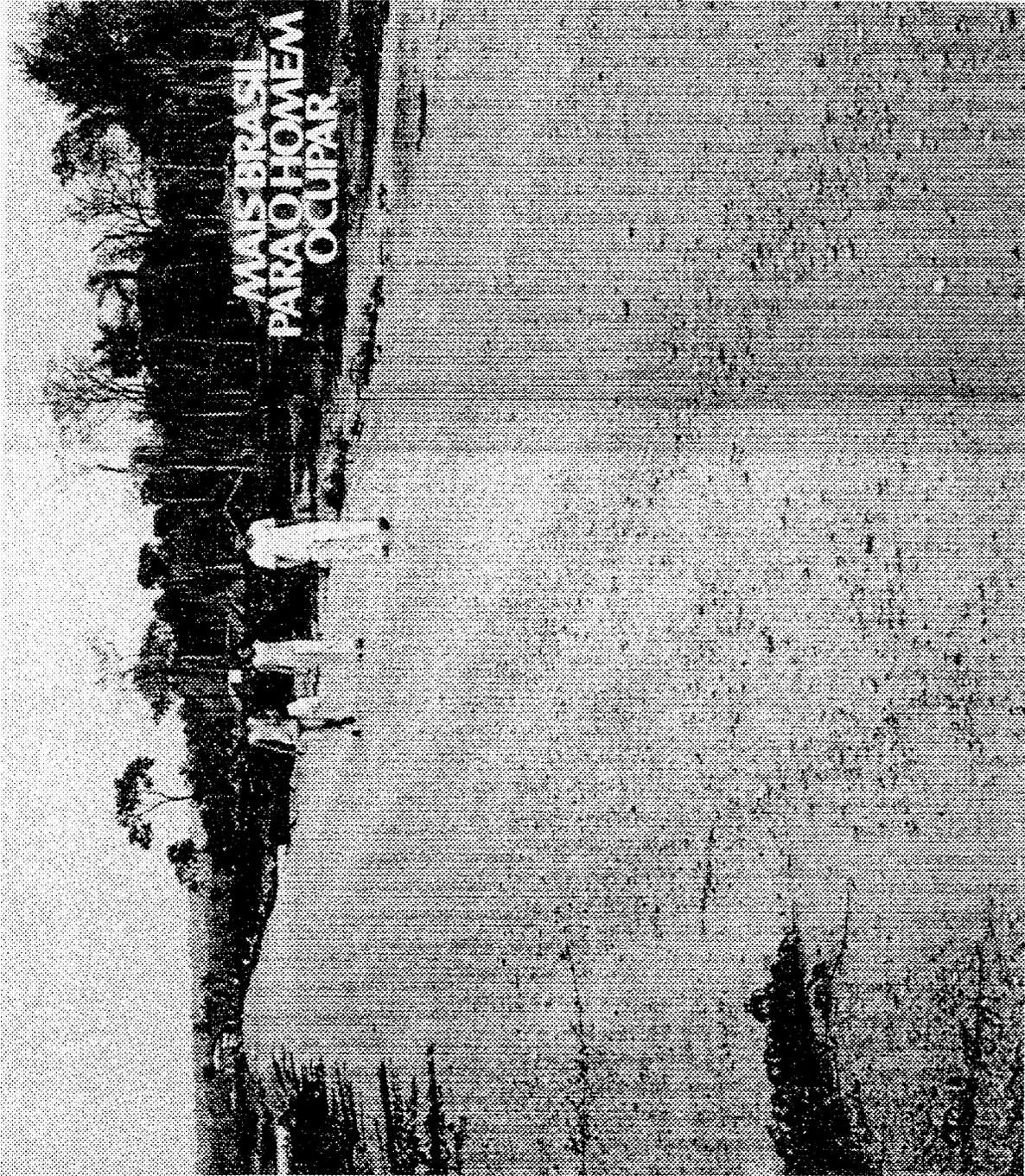
²² op. cit., p. 80.

conjunto, e especialmente a classe dirigente, tradutora e executora firme e competente dos anseios do grupo, tanto no aspecto moral, quanto econômico, e também no identitário, unindo o mar simbólico da massa nacional ao mar físico que lhe pertence.

No outro extremo do território que se entende como corpo da nação, as fronteiras são em sua maior parte “preenchidas” pela presença de uma floresta densa e desafiadora, que é outro símbolo de massa, que cumpre costurar definitivamente ao conjunto formado pela nação, para que dele não se dissocie. A floresta amazônica adensa o significado da fronteira oeste, mas aparece não como algo a ser passivamente incluído, mas como um desafio a ser vencido e subjugado, e para isso é necessário que esse símbolo de massa seja reduzido a algo familiar e dominável. Esse é o sentido de “civilizar” a Amazônia, tomando-a às feras, aos índios, às doenças, à mata fechada.

Antes de mais nada, é preciso torná-la aparente para a nação, para que esta se conscientize de sua existência e significado. A decisão governamental de cortar a região com uma rede de estradas, bem como tomar uma série de medidas civilizadoras / colonizadoras, naturalmente acaba atraindo a atenção da sociedade civil, e a representação da floresta vai tomando forma na propaganda.

Para Canetti, a floresta pode aparecer como um símbolo da devoção, já que é o modelo do templo que envolve a pessoa com as suas colunas e convida a olhar para cima e louvar a proteção que se estabelece, ou então como o símbolo do exército, o conjunto de unidades que não cede



Em tempo acelerado, a indústria entrega ao país a primeira etapa da maior obra rodoviária já concluída no Brasil:

o **lote 10** da **rodovia** fechada, está atirando o primeiro tijolo de uma estrada os brasileiros e Brasil do futuro a **Itaipava**.

Os **homens** e as **mulheres** que ocupam a obra estão trabalhando em **Itaipava**.

Os **homens** e as **mulheres** que ocupam a obra estão trabalhando em **Itaipava**.

Os **homens** e as **mulheres** que ocupam a obra estão trabalhando em **Itaipava**.

Os **homens** e as **mulheres** que ocupam a obra estão trabalhando em **Itaipava**.

Os **homens** e as **mulheres** que ocupam a obra estão trabalhando em **Itaipava**.

Os **homens** e as **mulheres** que ocupam a obra estão trabalhando em **Itaipava**.

Os **homens** e as **mulheres** que ocupam a obra estão trabalhando em **Itaipava**.

Os **homens** e as **mulheres** que ocupam a obra estão trabalhando em **Itaipava**.

Construtora Mendes Junior SA

Escritório: Rua...
 Caixa Postal...
 São Paulo, SP...
 Telefone: (011) 307-1111

Figura 23 - revista Veja n. 213, de 4/10/72, p. 45-6

terreno, que não pode ser movido, que para derrotar é preciso ceifar suas unidades uma a uma. Ninguém foge, ninguém cede terreno, só é possível destruir, e não é possível fazer recuar. A floresta sombria, desconhecida e ameaçadora é um exército adversário a ser vencido, e isso é feito pelas estradas que rompem a unidade maciça das florestas e semeiam vilas de colonização, queimadas e pastagens. A preocupação preservacionista não se faz presente, porque não estava colocada na agenda da época²³, em que a natureza ainda aparecia como recurso inesgotável, pelo menos no imaginário brasileiro, mas também porque a floresta, apesar de significar a riqueza, não era aliada, mas obstáculo a vencer, igualar à identidade do restante do país, abrir clareiras nas planícies para que a luz pudesse invadir tudo e permitir ao homem civilizado o exercício do seu trabalho, como nas outras regiões, enfim, em uma palavra (muito cara à propaganda da época): integrar.

Cumprir recordar que essa temática da ocupação dos “espaços vazios” não é original, embora o seja o toque dado pelo governo Médici. Já no Estado Novo, a identidade nacional era trabalhada em conjunto com um projeto geopolítico, que teve na “Marcha para o Oeste” o seu grande lema e em Cassiano Ricardo o seu maior ideólogo. Já neste momento, o mapa das fronteiras e da costa aparece como um símbolo de caráter educacional²⁴.

Tratava-se, nos dizeres da propaganda da figura 23, de aumentar o Brasil, tomando espaço à floresta, que aparece derrotada, tombada, com o chão nu predominando as tímidas árvores que margeiam o tema central da foto. “*Mais Brasil para o homem ocupar*” é uma frase que trai o pensamento de seus elaboradores, no qual os índios e sertanejos que vivem embrenhados nas entranhas do inimigo (a floresta) não são homens, ou pelo menos não são homens “como nós”, no mesmo patamar de humanidade. Por outro lado, a foto recorta, em primeiro plano, a estrada; logo a seguir, um grupo de pessoas que são caracterizadas pelas suas roupas, como humildes, gente do povo, e por fim os remanescentes da floresta, como uma moldura da composição. A mensagem conotativa aí é a de que os principais beneficiários da construção da Transamazônica seriam as pessoas de renda mais baixa, o que está em consonância com a apresentação que o

²³ Segundo o noticiário de então, a obra começa com uma cerimônia em 9 de outubro de 1970, em que uma castanheira árvore de 50 metros de altura é derrubada, perante presença do presidente e de todo o ministério, sob os aplausos da população e de vários meios de comunicação de massa, ainda que sob as críticas da oposição parlamentar e de alguns empresários.

²⁴ Alcir LENHARO, op. cit., principalmente o Capítulo 2 (“A Nação em marcha”).

governo Médici fazia da obra, evocando seu aspecto social de distribuição de terras, e conseqüentemente de diminuição do problema da superpopulação das grandes cidades e dos seus problemas correlatos.

Trata-se do desafio do século, para a peça reproduzida na figura 24, que necessita de coragem (como qualquer batalha) e de capital (*idem*). Em ambas as imagens, o papel da estrada é central: ela quebra a monotonia das árvores entrelaçadas, rompe o seu denso tecido, e faz presente a ação do coletivo nacional sobre a floresta inimiga, como um adversário que é cortado de feridas por onde esvai a sua força, o que permite subjugar-lo. Para esse imaginário, a floresta amazônica não tem serventia como está: só presta pelas suas riquezas, e para fazê-las vir à tona é preciso destruir – ou ao menos subjugar – a imponente arrogância e indiferença com a qual a floresta nos olha.

Por quê a propaganda do e a favor do governo do general Médici dá atenção a estas questões? Primeiramente, porque são postas na ordem do dia pelas próprias políticas governamentais relativas ao espaço, e isso se dá como um capítulo da utilização de um momento da ideologia em seu aspecto geográfico (cristalizada no “Brasil Grande” e na “integração nacional”). Trata-se de fazer saber – ou então lembrar - às consciências dos nacionais, que o território, embora gigantesco e com todas as virtudes costumeiramente assinaladas, está ainda em construção, e portanto sob virtual ameaça de esfacelamento. Ora, entre outros autores, Moraes já afirmou o caráter significativo desta idéia de território em construção para a finalidade de obter elementos para o controle social e a legitimação de políticas que atendem aos interesses da classe dominante, no geral ou de partes dela:

“ A imagem de país em construção, com uma formação territorial ainda inconclusa, estimula em muito os expedientes de controle social. Historicamente, sempre que a população aparece como empecilho à acumulação, a solução implementada se dá pela eliminação do elemento de atrito. (...) Assim, vai sedimentando-se uma ótica, ao nível das

**O grande desafio deste século
pede mais que sua coragem.
Pede seu imposto de Renda.**



A maioria de nós sabe que a Amazônia é um dos maiores tesouros do mundo. Mas poucos sabem que ela também é um dos maiores desafios do mundo.

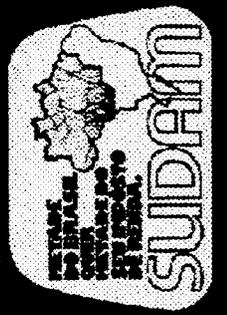
Não se trata apenas de preservar a floresta, mas também de garantir que ela continue a ser um dos maiores tesouros do mundo.

Para isso, precisamos de coragem. E de um imposto de Renda que seja justo e eficaz.

A maioria de nós sabe que a Amazônia é um dos maiores tesouros do mundo. Mas poucos sabem que ela também é um dos maiores desafios do mundo.

Não se trata apenas de preservar a floresta, mas também de garantir que ela continue a ser um dos maiores tesouros do mundo.

Para isso, precisamos de coragem. E de um imposto de Renda que seja justo e eficaz.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA
DE DESENVOLVIMENTO
DA AMAZÔNIA - SUDAM



BANCO DA
AMAZÔNIA S.A.

Fig.24 - Revista Veja n. 165, de 3/11/71, p. 16-17

classes dominantes, de claro conteúdo anti-humano, onde o país é identificado com o seu espaço, sendo a população um atributo dos lugares.”²⁵

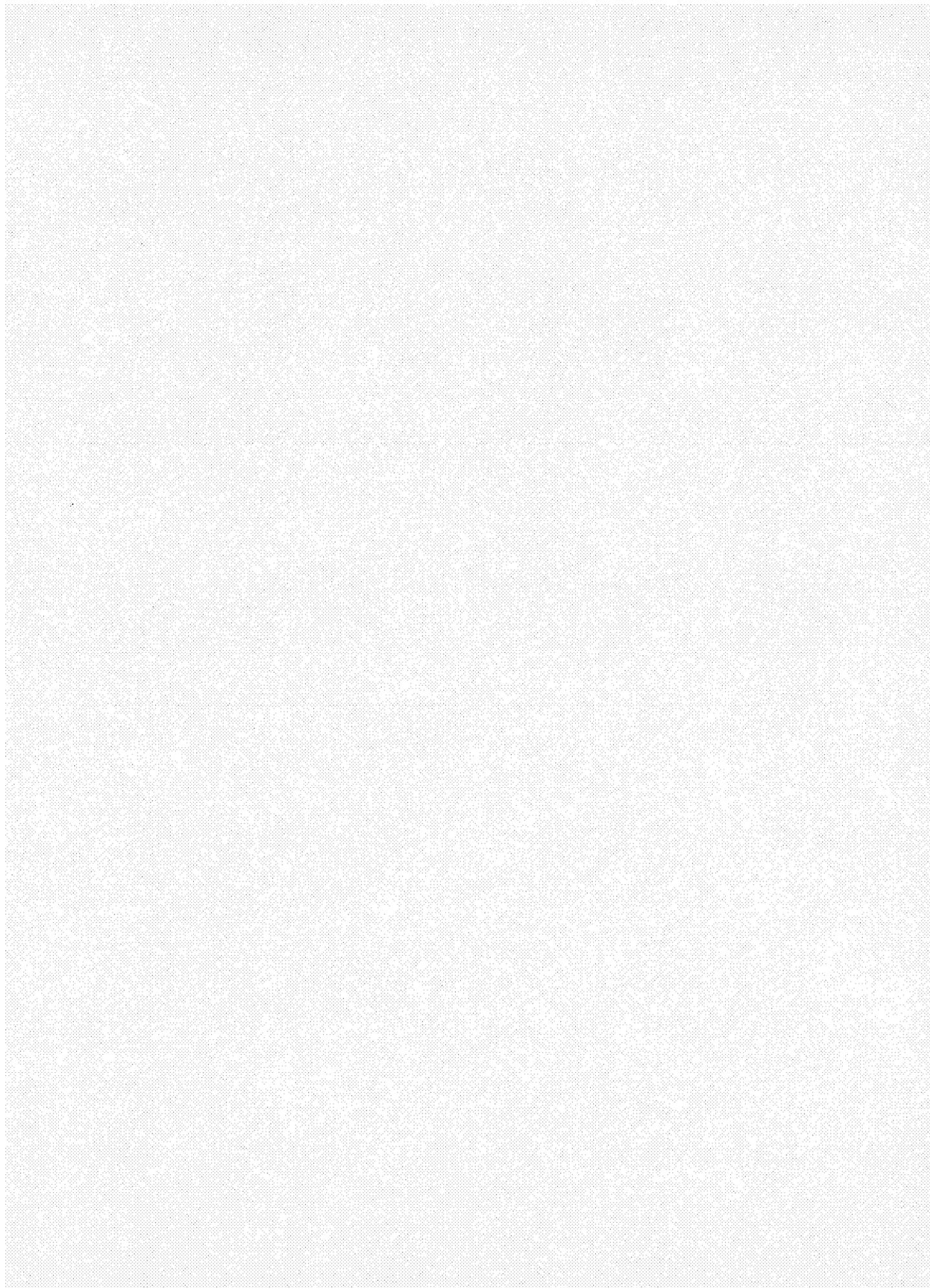
A defesa intransigente da ‘integridade territorial’ do país ilustra bem esta concepção. Garantir o espaço é objeto aglutinador dos interesses, e a manutenção do território geralmente se fazendo contra o povo. Claramente, o interesse de classe identificado com o bem comum nacional centrado na terra, e não na população.²⁶

Chamar a atenção dos brasileiros para o Oceano Atlântico (“O Brasil começa no mar”) e para a floresta amazônica, é momento essencial, portanto, da composição dos argumentos para o controle do Estado ocupado pelos militares e seus apoiadores sobre o restante da sociedade, a partir do convencimento da necessidade suprema, prioritária, de garantir a unidade e a integração nacionais. A partir da premissa inicial que se considera comum a todos os brasileiros (é preciso garantir a existência e a continuidade da nação), avança-se com o argumento que propõe o que é preciso fazer para garantir essa premissa (declarar o mar territorial de 200 milhas e vigiá-lo, ocupá-lo com a exploração de petróleo, pesca, etc. / ocupar a Amazônia) e as vantagens decorrentes destes atos. No que se refere à Amazônia, a propaganda da figura 23 informa que as estradas são o “traço de união entre os brasileiros e o Brasil do futuro”, e para a da figura 24, investir na Amazônia significa participar da história (ou seja, a história vai aonde a iniciativa governamental está). Para além dessas peças, a Transamazônica aparecia na propaganda governamental como uma alternativa capaz de, de uma só tacada, resolver o problema da distribuição de terras do país, do inchaço das grandes cidades e da migração da região Nordeste para a região Sudeste. Os colonos abandonados no meio da floresta e isolados por uma estrada intransitável na época das chuvas foram a imagem que rapidamente erodiu este grande e coordenado ato de propaganda governamental. A consequência prática, dada a “comprovação” da incapacidade do pequeno proprietário em dar conta da colonização da Amazônia, foi a rápida ocupação da mesma por latifúndios de empresas agropecuárias ligados a grandes grupos nacionais e multinacionais.

²⁵ Antonio C.R. Moraes. *Ideologias geográficas*. p. 98.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 98-9.

Por fim, o uso das ideologias geográficas do regime militar, bem como o seu nacionalismo em geral, pode ser compreendido também como ferramenta de ajustamento social, pois reforça o sentimento de pertencer a uma nação no sentido de “estar no seu lugar”. Assim, a pessoa que deixa o campo e vem para a cidade, ou que saem das pequenas e vão para as grandes cidades, ou para os que participam dos projetos de colonização como na Transamazônica, ou para os que vêem suas cidades se tornarem irreconhecíveis pela ação do progresso, tudo isso é amenizado pela sensação de que não se saiu do próprio lugar, porque esse lugar não é onde se nasceu ou cresceu, mas é, genericamente, o Brasil. O mesmo vale para aqueles que ficam de fora deste crescimento e têm seus direitos subtraídos: pertencer simbolicamente a um Estado-nação do qual nada – ou quase nada – se recebe enquanto direito...



EM SÍNTESE: A NAÇÃO ENSINADA

A seleção e a análise das peças publicitárias que compuseram esta parte do trabalho permitem-nos traçar algumas considerações sobre a imagem da nação brasileira que é ensinada neste momento, nos limites específicos que traçamos. Primeiramente, é necessário considerar que, das características que apontaremos, muitas não são específicas do período, mas comuns às diversas formas que o fenômeno do nacionalismo brasileiro tomou nas várias conjunturas históricas nas quais existiu. Há, portanto, um núcleo de temáticas nos discursos sobre a nação que permanecem, mas mesmo esse núcleo é lido e interpretado de maneira particular pelos produtores dominantes de discursos sobre a nação no período abrangido por esta pesquisa, bem como há uma série de características e ênfases exclusivas deste momento. Além disso há um grupo de expressões, de maneiras de organizar imagens e argumentos, que é típico de cada discurso nacional, respeitadas as especificidades. Feita essa ressalva, basta-nos afirmar que todas essas categorias estão presentes, pois não é possível – nem imprescindível – especificar a participação de cada uma delas nas características dos discursos sobre a nação e o nacional que elencamos a partir de agora.

Inicialmente, as peças publicitárias trazem até nós uma imagem homogeneizadora do Brasil, pois falam sobre e para a nação compreendendo-a como um corpo que, embora não monolítico, é uno: uma mesma mensagem pode ser dirigida a ela toda, pois a identidade supera a alteridade, a diversidade é incorporada enquanto parte do mesmo, e nunca admitida enquanto diferença, enquanto alteridade. Dessa maneira tudo se singulariza, “tudo é Brasil”, diversas formas existem de integrá-lo, e mesmo o que é radicalmente diferente é reduzido a apenas brasilicamente diverso, e colabora para esta imagem a condição multirracial e multicultural. Esta tem que ser assumida, porque, ao contrário de outros países em que a diferença é apenas entre “tons” de branco, negro ou amarelo, no Brasil a convivência de grandes diferenças étnicas é um fato sensível, que não admite negação. O discurso ideológico precisa assumir essas diferenças, mas não as pode tratar

como tais e reconhecer sua força centrífuga, sob pena de evidenciar as relações de poder e de dominação econômica que se vinculam com as relações entre etnias (todavia, mesmo que em algumas nações a ideologia não se utilize desse componente múltiplo, é muito difícil encontrar um caso em que a nação tenha se constituído com apenas um grupo étnico ou uma única cultura, mesmo as aparentemente homogêneas ²⁷). A saída está na idéia de democracia racial, que oculta o poder e a violência inerentes à sociedade brasileira, e em termos históricos apresenta-se pelo mito das três raças constituintes do povo brasileiro.

Na nação ensinada neste período específico do regime militar, pelo menos, existe uma definição instável dos sujeitos que compõem a nação: ela é feita pela soma de todos os indivíduos da mesma nacionalidade, ela é todos e cada um. Entretanto, ela é um outro, porque os apelos que são feitos ao indivíduo originam-se de um terceiro sujeito (nem cada um, nem todos), cujo nome é o nome da nação. O “Brasil é você”, mas ao mesmo tempo o “Brasil” espera algo de você, algo que é diferente das suas expectativas pessoais (pois se não fosse assim não seria necessário o apelo), e portanto não se trata de si mesmo, mas de outro. Esta ambigüidade liga-se preferencialmente ao pensamento autoritário e à perspectiva elitista, pois se a nação é um ser exterior aos próprios membros da nação, cujo interesse não é conhecido imediatamente pelo indivíduo (já que ele não é o todo), como um deus, há a necessidade de oráculos que interpretem e comuniquem sua vontade ao grupo. O todo nacional não é o resultado da soma das partes individuais, e cada parte não carrega consigo uma amostra representativa e equitativa da nação: a inserção dos indivíduos não ocorre em pé de igualdade, mas em estratos que separam os que simplesmente colaboram dos que comandam e que decidem. Cada um tem um lugar diferente no corpo nacional. Sair dele é colocar a ordem em xeque, e é por isso que sofrem forte crítica os “padres de passeata”, os estudantes que fazem política, as mulheres que atuam em “profissões de homem”. Essa arrumação de “lugares” ligada à fragmentação do ser humano permanece, associada a todo tipo de discriminação, especialmente racial e sexual, bem como aos estereótipos que se faz de cada identidade, seja do militar (que “perde” sua condição ao aderir à guerrilha), do

²⁷ Luís VIDIGAL, por exemplo, no texto *Memórias sociais vencidas e vencedoras na construção das identidades nacionais*, indica as raízes multirraciais e multiculturais de Portugal, apesar de um dos seus mitos nacionais ser a homogeneidade cultural, étnica e lingüística dos portugueses (p. 60). Cristian MEIER, *op. cit.*, comenta que esta heterogenidade é comum nos países europeus, destacando no caso alemão as diferenças internas, por exemplo, entre bávaros e hamburgueses (p. 339).

índio (que “perde” sua condição ao usar roupa e rádio de pilha, para este pensar por estereótipos).

Ser brasileiro não é uma opção política, mas uma condição dada pelo nascimento, e na perspectiva abordada acima, algo que muito se distancia do “plebiscito diário” que deveria ser a nação dentro do modelo “iluminista”. A inserção da grande maioria na nação, portanto, não é política, mas ocorre através do nascimento, da identidade cultural e da colaboração, principalmente através do trabalho, dentro de um caráter fortemente passivo. Compreende-se que, em consequência, há um pequeno grupo cujo “fardo” é interpretar os anseios da nação e dirigir a coletividade, zelando pelo seu bem-estar. É esse pequeno grupo, o dos próceres, que atua no palco do tempo, faz a história, enquanto a maioria apenas observa e é chamada, em certos momentos, a aplaudir. Trata-se, portanto, de uma leitura e um discurso da nação cujo objetivo é claramente desmobilizante das massas, e que se casa com uma teoria personalista do fazer histórico em que o herói tem um papel central.

Ensina-se ainda uma nação que tende à eternidade, à a-historicidade, a um conceito para o qual a passagem do tempo nada significa. A nação, em outros momentos históricos, é representada dentro do modelo composto pelo que ela é atualmente (principalmente território, mas também relações sociais, formação étnica, etc.), o que leva a ler o passado a partir das condições do presente e possibilitar a identificação com personagens com os quais não se tem, a rigor, praticamente nenhuma ligação efetiva. Assim, o “nós” é válido para outras pessoas em outros tempos, com outras visões de mundo e de grupo político, de maneira que batalhas que ocorreram absolutamente fora das relações nacionais que existem no presente podem ser abordadas dentro da idéia de que existiu o “nosso” lado, de que determinado personagem sacrificou-se por “nós” ou pela nação, quando o universo que estava em cena para os personagens no passado era completamente diferente. Não se admite, no ensino sobre a nação feito nesse momento, um outro futuro para ela que não a grandeza que já está prenunciada, dentro da unidade territorial e social tal qual aparecem na contemporaneidade; deste modo, a situação presente, conjuntural, é projetada como a fôrma dentro do qual o tempo se desenrola sem alterá-la, retirando da história seus componentes fundamentais: a criação, o inesperado, a possibilidade. O “sempre foi assim” e “sempre será assim”, típico da dominação ideológica.

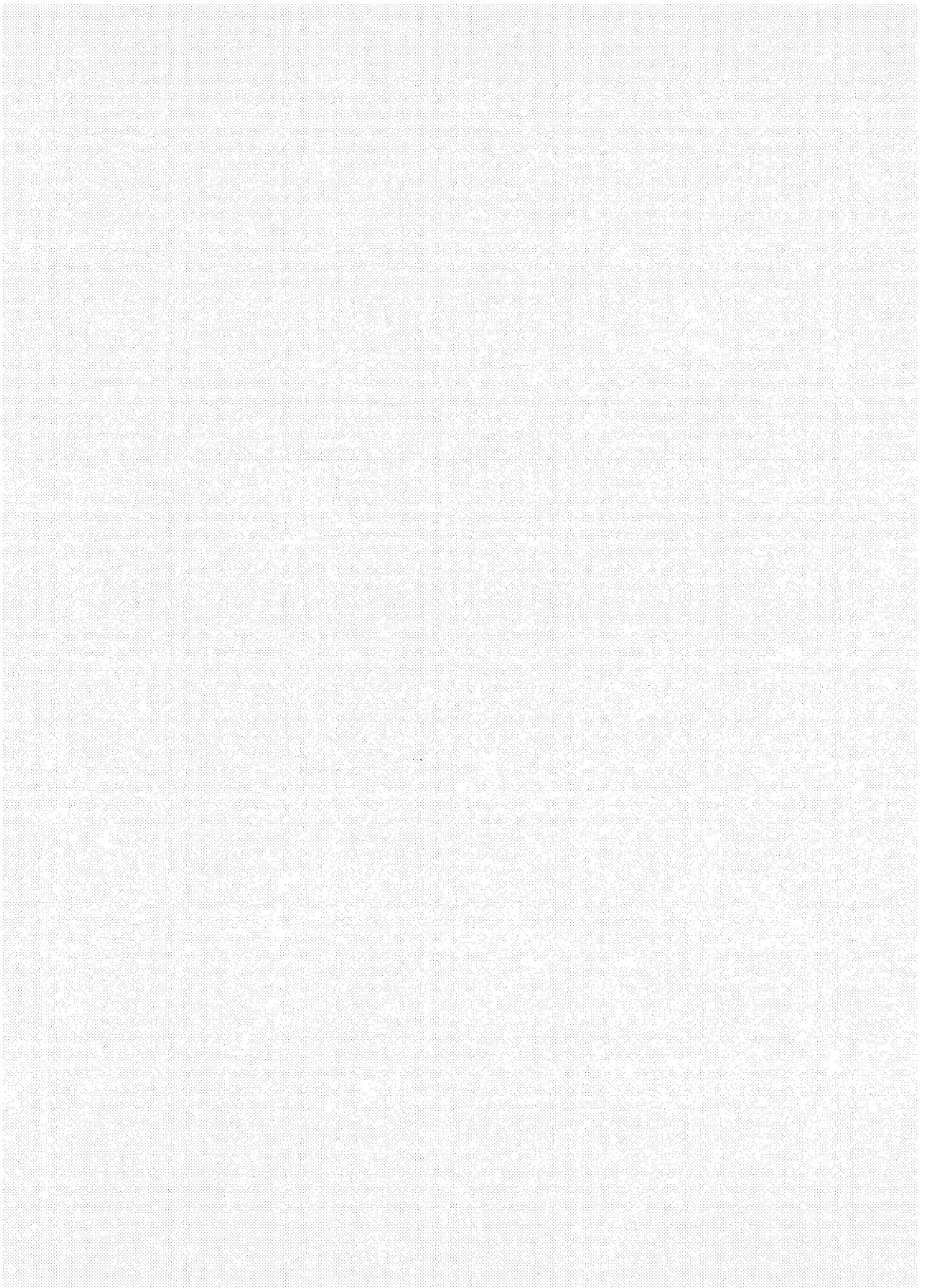
Esse destemporalização do grupo composto pela nação é auxiliada pela identificação que se faz entre o tempo, a história e a natureza, entre o tempo cronológico / natural e o tempo histórico da nação. Este tempo não é considerado em sua especificidade, mas é entendido de maneira unilinear, e escravizado ao presente, com o que se possibilita falar em nação e identidade nacional (“nós”, o “nosso” lado) bem antes de seu efetivo surgimento, de maneira a incluir várias diferentes histórias (e outras compreensões do tempo que não podem ser encaixadas na compreensão ocidental e moderna que chamamos de “história”, presentes por exemplo em boa parte das culturas indígenas) numa única história à qual tudo tem que se reduzir, sem espaço para a diferença, a alternativa, as possibilidades derrotadas (no passado) e para o imprevisto, o novo e a descontinuidade (no futuro).

Finalmente, se a internalização da representação do espaço nacional é fundamental para a formação do cidadão, e se o “mapa canônico” é também um item recorrente na educação dos mesmos, a propaganda do período coloca nos mapas os seus motivos, e contorna-o com a viagem dos restos mortais de D. Pedro, em 1972, com as 200 milhas de mar territorial, no mesmo ano, e com a Rodovia Transamazônica. Assim, no perímetro traçado pelas costas e fronteiras, na consciência do mar a leste e da floresta a oeste, fecha-se o território e a dimensão do espaço nacional é ensinada.

Até aqui, viemos tratando de ensino, ainda que num sentido inusual e mais amplo que o escolar. Mas dentro ainda da idéia de que todo conteúdo histórico transmitido de seus produtores para o público em geral (seja por qual forma for) é objeto da didática da história, e elemento que interfere na consciência histórica utilizada pelos membros do grupo²⁸ Impõe-se que trabalhem sobre a outra parte da comunicação, considerando como as pessoas se relacionam com o tipo de mensagem abordada até esta parte do trabalho.

²⁸ Cf. Klaus Bergmann. A história na reflexão didática. p. 30 / *passim*.

SEGUNDA PARTE



Capítulo 5

ELABORAÇÃO METODOLÓGICA

Retomemos a questão inicial deste trabalho: qual a consciência de Brasil que resulta da ação da propaganda oficial e oficiosa durante os anos do “milagre”¹? Nos capítulos anteriores, procuramos definir e analisar as elocuições desta propaganda, seus mecanismos de comunicação, seu apelo ao imaginário nacional e o seu papel no rearranjo do mesmo, a partir da seleção de algumas temáticas consideradas centrais. A intenção da parte da pesquisa que se apresenta a partir desse ponto foi captar, sem pretensões de ampla abrangência, o contraponto destas mensagens, ou seja, a forma pela qual os entrevistados, na condição de brasileiros, responderam (no pensamento e / ou nas atitudes) a elas.

Partimos do princípio de que a pessoa, quando passa a uma socialização que transcende a família e se coloca perante as situações de educação formal e informal, já não pode ser tomado como um documento em branco, no qual os atos educativos escrevem e programam conhecimentos e atitudes. A preexistência de informações, sentimentos, valores, associações, imagens, habilidades, preferências, faz com que, a cada conteúdo ou habilidade ensinadas pelo agente educador corresponda um conhecimento outro, fruto de uma assimilação e um rearranjo que fazem com que ele não seja idêntico à mensagem inicial. Esta incontornável “deformação” pode ocorrer com diferentes intensidades, gerando desde um conhecimento aprendido que pode ser praticamente igual ao que foi ensinado, com diferenças desprezíveis, até um conhecimento que o educador não conseguirá reconhecer como construído pela sua ação pedagógica.

No lado dos “emissores” as revistas analisadas constituem espaços privilegiados de expressão de setores que não estão na mira da ditadura militar, sob repressão. Assim,

¹ É preciso reafirmar que esta frase deve ser compreendida dentro da idéia de que não há apenas uma consciência histórica homogênea, que se transforme com a ação de um ou outro fator, mas diversas consciências que interagem e se sobrepõem desde o seu surgimento até vários anos (ou décadas, ou séculos) depois, conforme as condições sejam ou não favoráveis para a sua permanência.

manifestam-se através da publicidade variados setores do Estado (principalmente as empresas públicas) e da sociedade civil (notadamente as empresas particulares). Este canal permite a expressão de conceitos, opiniões e julgamentos de valor sobre a conjuntura nas quais se inclui uma determinada idéia de Brasil e de sua história, o que se constitui num interessante objeto para observar uma produção e divulgação da história que não passa pelas instâncias tradicionalmente estudadas na área do ensino da história, ou seja, a Universidade e a Escola fundamental e média. Estamos diante de um processo educativo ² não formal tendo a história como um de seus focos principais, que é produzido por parcelas do Estado e da sociedade civil numa situação privilegiada de poder político e econômico, e recebido pelas pessoas através de um meio de comunicação de massa.

Ainda assim, este estudo é também um estudo sobre o ensino da história, na medida em que procura identificar e analisar elementos da consciência histórica com os quais a educação formal necessita dialogar. Se compreendemos que os enunciados ³ são necessariamente dialógicos, pois ao mesmo tempo devem transmitir uma mensagem, mas considerar que ela é dirigida a interlocutores dos quais se faz uma dada idéia e dos quais se espera uma resposta (mesmo que não – verbal), e se compreendemos que o ensino da história é composto por um grande conjunto de enunciados, podemos advogar a contribuição do presente trabalho para as pesquisas sobre o ensino de História na medida em que o objeto estudado – um dado aspecto da consciência histórica – é o interlocutor privilegiado dos enunciados que ocorrem no contexto desta ação educativa, e portanto é constituinte do discurso da História para a escola. Estudar, portanto, a produção, a emissão e a resposta a mensagens publicitárias cujo conteúdo gira em torno dos mesmos temas abordados pela disciplina é importante para a compreensão dos próprios discursos que a disciplina elabora, e em consequência para a análise dela.

² No sentido amplo que compreende os processos de informação e de formação que interagem com os indivíduos e grupos, e que portanto inclui, mas não se restringe aos momentos institucional e socialmente reconhecidos e legitimados como educativos. Nesse sentido, a vida é um contínuo processo educativo, tal como ocorre nas sociedades sem escola.

³ Estamos compreendendo os enunciados enquanto unidades da comunicação verbal, tal como os define Mikhail BAKHTIN, no texto Os gêneros do discurso.

Pode-se considerar que as revistas semanais / quinzenais compõem uma base documental que permite levantar fortes idéias, argumentos e imagens a favor da leitura que o Estado ditatorial do período e os setores da sociedade civil que o apoiam fazem do Brasil e da história nacional. Estas imagens provavelmente estarão presentes, sob outros formatos e com variações no seu conteúdo, em outras mídias, uma vez que elas estão, via de regra, sob o controle desses mesmos grupos políticos e sociais. Na contrapartida, além de expressão dos pensamentos de uma importante parcela da classe dominante, esses anúncios expressam e partem de elementos do imaginário do público ao qual se destinam, como já se colocou na primeira parte.

E mesmo nos aspectos da mensagem publicitária que impõem determinadas idéias sobre a nação para os seus destinatários, visando transformar seu pensamento, é possível imaginar a possibilidade de outros usos da imposição ideológica, subvertendo – após assumir - o significado que os emissores pretendiam dar-lhe, o que não é raro na história ⁴. Por exemplo, os significados que são associados à bandeira nacional durante o período estudado (que podem ser exemplificados na peça publicitária dos empresários paulistas, reproduzida na figura 14) são reelaborados em manifestações dos metalúrgicos do ABC paulista em greves que desafiavam o governo: a bandeira, posta na frente das passeatas, era usada tanto como uma reapropriação e uma evocação da identidade nacional quanto como “escudo”, já que os manifestantes consideravam que os soldados, formados no culto à bandeira, não iriam agredir o símbolo e quem o carregava.

A questão geral que se coloca para a segunda parte deste trabalho é saber como os indivíduos interagiram com o que lhes foi ensinado pela propaganda de caráter político (no sentido amplo) do regime militar e seus apoiadores. Não nos basta identificar e analisar as mensagens transmitidas à massa, uma vez que nos preocupamos com a formação da consciência histórica, dos condicionantes do pensamento das pessoas sobre a sua identidade no tempo, a partir dos quais o professor de história trabalha. A questão, em suma, desdobra-se em dois aspectos: como as pessoas pré-identificadas com a nação e submetidas a esse processo educativo

⁴ Michel DE CERTEAU, em *A invenção do cotidiano*, p. 94 e ss., tem como um dos seus exemplos a assimilação / subversão das instituições e da ordem espanholas pelos indígenas, que as fazem funcionar sob um outro registro, que não o dos conquistadores.

tendo a história / a nação por conteúdo apreenderam o Brasil que lhes foi comunicado? Que papel ele desempenha em suas memórias pessoais, em suas identidades?

Estas perguntas crescem em pertinência se considerarmos a já comentada possibilidade do destinatário da mensagem das mídias em reelaborar a idéia que recebe a partir de seu próprio universo interior. Eco afirma que, particularmente no que se refere à comunicação de massas, a norma é a decodificação aberrante, ou seja, divergente do significado que foi elaborado pelos emissores⁵. Apesar disso ser mais importante para a mídia que Eco está estudando neste texto, a televisão, cujo público é composto por uma massa indiferenciada de receptores, a afirmação não é irrelevante ou inválida para a mídia impressa das revistas, em que o público é mais restrito, mas que se trata igualmente de meio de comunicação de massas. Porque mesmo entre pessoas que dominam os códigos escritos e que são portadoras de um certo poder aquisitivo que lhes permite o acesso às publicações, o universo de referências, experiências e modos de interpretação é presumivelmente heterogêneo. Ainda que a interpretação da mensagem central seja mais ou menos comum a todos, a percepção dos detalhes, dos elementos expressivos e seu significado segue uma lógica pessoal, e o grau de compartilhamento dessa lógica com outras pessoas pode ser mais ou menos amplo, ou mesmo nenhum. Pode-se mesmo afirmar, no limite, que a comunicação de massas não cria mensagens padronizantes e homogeneizantes, mas sim mensagens que permitam leituras variadas, em que os diferentes grupos possam adaptar a interpretação ao seu ponto de vista. Isto faz sentido também dentro da lógica de mercado, pois o maior sucesso está posto para idéias e produtos veiculados através de mensagens que não neguem crenças, valores e opiniões de nenhuma parcela da sociedade, se possível, através da renúncia a mensagens que sejam ou pareçam vincular-se a parcelas estritas da sociedade.

Definimos, portanto, que o que estava a ser feito era criar uma situação para as pessoas que viveram aquele momento expusessem o que aquelas peças publicitárias significam para elas, a que imagens, idéias e sensações se ligaram. Mas há, de saída, uma condição que precisa ser reconhecida. Não é mais possível apresentar as peças publicitárias às pessoas para as quais foram potencialmente endereçadas, pois essas pessoas não existem mais. Mesmo que a maior parte delas esteja viva, o contexto no qual aquela comunicação foi empreendida não existe mais, e as pessoas

⁵ Umberto ECO. Para uma investigação semiológica sobre a mensagem televisiva. p. 369.

que o viveram estão modificadas por quase 30 anos de outras experiências pessoais, e vivendo num outro contexto que interfere sobre as condições de recepção e análise da mensagem publicitária. Portanto, temos um determinado conjunto de mensagens num processo de comunicação está mediado pelo tempo e pela memória das pessoas às quais estão sendo atualmente destinadas. A presente pesquisa constitui-se, então, numa proposta de estabelecer uma comunicação com mensagens do passado, e coloca em tela as decodificações duplamente aberrantes (pela característica intrínseca à mídia e pelo fato de ser feita por um grupo distinto daquela ao qual se destinava), que no entanto compõem a fonte que nos permite estudar a reelaboração feita por alguns sujeitos dessas mensagens, ressalvados os condicionamentos aqui postos ⁶. Não é essencial que os anúncios tenham sido efetivamente vistos na época em que foram publicados, pois se assim fosse criaríamos uma situação de releitura, que em pouco se diferencia de uma primeira leitura, exceto pelo fato de trazer consigo alguma expectativa de resgate da impressão causada na primeira vez ⁷.

A definição seguinte foi: quem e como. O universo de colaboradores a ser abordado devia ser composto por pessoas a quem virtualmente aquelas mensagens se destinaram, ou seja, pessoas das camadas médias, encaixadas no perfil dos leitores das revistas *Veja* e *Visão*, que extrapolam os seus compradores e assinantes e incluem suas famílias e clientes, no caso de profissionais liberais. As próprias agências de publicidade trabalham sempre a partir da definição do número de leitores por exemplar, contemplando um público cujo número é sempre maior que o número de exemplares vendidos. Conforme o princípio definido na primeira parte deste trabalho, o anúncio é indicador do imaginário do grupo ao qual se dirige, é pensado para atingi-lo, e portanto não se trata de necessariamente abordar os leitores efetivos dessas revistas, mas seus leitores potenciais. Não é imprescindível também que o colaborador tenha visto os anúncios selecionados pela

⁶ Há ainda um outro contexto do qual os leitores foram alijados, o que constitui ainda uma outra limitação à possibilidade de reproduzir a reação original das pessoas às peças publicitárias. Trata-se do *gesto* envolvido na recepção da mensagem publicitária, no caso das revistas, que é a continuidade do ato da leitura entre as informações trazidas pelo suporte (a revista) e as publicidades em si, ato no qual todas as mensagens são igualmente tratadas, sejam ou não publicitárias, e ato enfim que implica “manter-se na superfície da imagem sem distinguir fundamentalmente seus conteúdos” (Roland BARTHES. *Société, imagination, publicité*, p. 508). A natureza deste gesto leva estabelecer uma relação imediata entre a publicidade e o imaginário. Como as peças selecionadas foram copiadas e apresentadas isoladamente, fora da revista em que se inseriam, este contexto e este gesto se perdem, e se transmutam para um outro, que é o relativo ao contexto de uma entrevista.

⁷ Cf. Ecléa BOSI, op. cit., p. 59.

pesquisa nos momentos em que foram publicados, mas que tenha participado do universo provável de destinatários desses anúncios.

Excluímos de saída, devido ao âmbito da pesquisa e às limitações de recursos e tempo do pesquisador, as alternativas metodológicas que envolvessem um longo processo de coleta e interpretação de dados e um trabalho de equipe. Inicialmente a idéia era utilizar um ou mais catálogos nacionais de endereços (como por exemplo o dos filiados à Associação Nacional de História – ANPUH, ou de sindicatos de professores, ou de assinantes de revistas) para dele deduzir uma amostragem destinada a compor uma lista de entrevistados, visando elaborar uma mala direta em que o questionário inicial (Vide anexo II) fosse enviado a cada um com um envelope previamente selado para a resposta. Os questionários devolvidos, desde que compusessem uma amostra significativa, seriam a base para traçar as considerações sobre os questionamentos que mobilizam a atenção desta pesquisa.

Um teste preliminar para avaliar o retorno desta modalidade de abordagem dos colaboradores foi decepcionante. Usando o catálogo do Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa e do Núcleo Regional da ANPUH - PR, um total de 26 questionários com uma carta de apresentação do pesquisador e da pesquisa e um envelope selado para resposta foi enviado a professores de diversas cidades do Paraná, mas não houve nenhum retorno. Ainda que a amostra fosse muito pequena para deduzir esse comportamento a todo um universo nacional de entrevistados, este fato nos levou a pensar sobre os motivos pelos quais as pessoas não teriam respondido. Uma possibilidade que pareceu central foi a de que as pessoas não se sentiram a vontade, ou não tiveram paciência para responder a perguntas tão abertas quanto as postas pelo questionário, principalmente considerando que teriam de fazê-lo de forma escrita, o que exigiria uma esforço adicional de elaboração. Além do que isso demandaria um dado tempo, em cujo dispêndio o colaborador possivelmente não se interessaria para esse tipo de atividade, principalmente considerando que não tinha laço algum com o pesquisador.

Esta reflexão levou-nos ao convencimento de que o que se perguntava não era conversível a questões objetivas / fechadas, e que era muito pouco provável que os questionários que não tivessem essa característica fossem respondidos significativamente, tanto no aspecto qualitativo quanto no quantitativo. Por outro lado, para quem estava a procura do relato de experiências,

memórias, idéias, sentimentos, respostas sintéticas postas no papel não seriam suficientemente aprofundadas para permitir uma reflexão que extrapolasse o levantamento estatístico de opiniões superficiais. Advogamos, também, que o tipo de interpretação esperada necessitava de acompanhamento e incentivo constantes, o que só poderia ocorrer no caso de um contato pessoal com o colaborador, de maneira a possibilitar uma situação de confiança, em que as dúvidas e inseguranças pudessem ser satisfatoriamente enfrentadas. A característica das informações a serem dadas pelo colaborador, bem como a necessidade da presença física do entrevistador restringiram radicalmente o número de pessoas a serem abordadas, bem como a sua distribuição geográfica.

Mais que interferir no critério de seleção dos entrevistados, essa trajetória deslocou-nos de uma perspectiva quantitativa, preocupada com a representatividade e a possibilidade de generalização, para uma perspectiva qualitativa, onde a importância está no significado subjetivo da experiência de cada um dos entrevistados. A validade do estudo deixa de assentar-se na sua representatividade estatística ou na condição paradigmática dos depoentes, e passa a estar calcada na experiência única e irreprodutível dos sujeitos entrevistados. Renuncia-se assim, no estudo, às afirmações universalmente válidas sobre as regularidades nas interpretações dos depoentes, e adota-se uma perspectiva subjetiva, em que a possibilidade de generalização das afirmações é posta para o sujeito que lê os resultados da pesquisa e avalia a sua experiência pessoal e as experiências com as quais travou contato no decorrer de sua vida. Diferentemente de índices de alfabetização ou curvas de preço, as peculiaridades do objeto estudado – memórias e experiências a partir de elementos de comunicação do passado – conduzem a esta perspectiva em que o subjetivo impera, em que a generalização de conclusões e quantificação de resultados não é adequada. Ou, usando os termos de Lüdke e André ao comentarem os estudos de caso: “*Em lugar da pergunta: este caso é representativo do quê?, o leitor vai indagar: o que eu posso (ou não) aplicar deste caso na minha situação?*”⁸. Na seqüência, as autoras colocam o princípio que adotamos: a generalização do estudo não se dá pela sua capacidade de mostrar a realidade, mas de expressar um fragmento específico e irrepetível da mesma, de modo que o sujeito leitor seja o juiz provisório da

⁸ Menga LÜDKE e Marli ANDRÉ. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas, p. 19.

possibilidade de encontrar elementos comuns em outras situações, na medida em que compara os dados do estudo com os que traz de sua experiência e conhecimentos.

Cada depoimento foi compreendido como um foco capaz de representar a encruzilhada entre a vida individual e social, do qual determinadas informações pudessem ser obtidas pela explicitação das marcas coletivas nas falas individuais, e pela leitura individual de produtos da comunicação de massa. Portanto, apesar de restringirmos de partida a capacidade de generalização estatística das opiniões a serem colhidas por este método, apostamos nessa capacidade do discurso individual de não apenas revelar a si próprio, mas ao mundo social no qual existe, com suas estruturações, valores, e assim por diante. Também porque, a rigor, segundo Halbwachs, não há memória individual, pois até nos momentos em que se vive algo na mais absoluto solidão, o meio que compôs a mente de cada um se faz presente nos códigos, nas sensações, opiniões, enfim, fragmentos do coletivo ou de outras pessoas que, indiretamente, não nos deixam na solidão absoluta. E neste emaranhado, Halbwachs procura estabelecer o que seria o viés do indivíduo:

No mais, se a memória coletiva tira sua força da duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que eu ali ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia, quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social.”⁹

Dentro dessa perspectiva, desistimos da preocupação com uma representatividade nacional ou mesmo regional, e, mantendo os critérios definidos acima e assumindo uma caracterização de um estudo de experiências (o “caso”, aqui, é cada indivíduo entrevistado), resolvemo-nos a selecionar os entrevistados a partir de um grupo de idosos reunidos pelo projeto Universidade Aberta à Terceira Idade, ligado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual de

⁹ Maurice HALBWACHS. *A memória coletiva*, p. 51.

Ponta Grossa, valendo-nos da metodologia dos depoimentos orais com entrevistas semi-dirigidas¹⁰ (Ver anexo III). Essa metodologia, cremos, foi a mais adequada para responder às nossas indagações, por permitir que entrássemos em contato com as lembranças e análises de “pessoas comuns” sobre a propaganda do período estudado, recolhendo com a maior eficiência possível este material ao qual não teríamos acesso por meio de fontes escritas.

Cumpramos destacar, portanto, que os idosos que entrevistamos não se encontram na situação dos personagens entrevistados no clássico estudo de Ecléa Bosi, descrito na argüição da livre-docência desta autora como “*opressão que se abate sobre todos na forma de velhice, como se nesta viessem a se concentrar todas as formas de opressão, expropriação e segregação (...)*”¹¹. Não que não sofram das vicissitudes da velhice ou as opressões comuns à nossa sociedade, mas os indivíduos que entrevistamos não estavam numa situação de abandono, mas, pelo contrário, ainda produtivos economicamente, e / ou então envolvidos num projeto de manutenção de sua auto-estima e de aproveitamento das possibilidades oferecidas na terceira idade. São, portanto, idosos que fazem aulas de artesanato e natação, participam de corais e grupos de seresta, viajam a lazer ou estudo e freqüentam as aulas do projeto da Universidade Aberta à Terceira Idade, parcialmente gerido pelos próprios participantes através de seu Grêmio da UATI.

Participamos de um dos encontros do grupo¹², onde preparamos os presentes para a atividade de interpretação de imagens, através de retroprojeção de fotos, figuras e peças de publicidade da época, abrindo, a cada uma, a palavra para que as pessoas se manifestassem sobre suas sensações, emoções, lembranças e opiniões. Propositadamente, não se transmitiu nenhum

¹⁰ Classificamos o trabalho com história oral aqui realizado como depoimento, no sentido de que se aproxima mais da definição apresentada por Maria Isaura P. QUEIROZ, no artigo Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”, no qual especifica-o como uma técnica em que “*o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador; pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade tem nas mãos o fio da meada e conduz a entrevista. Da ‘vida’ de seu informante só lhes interessam os acontecimentos que venham a se inserir no seu trabalho (...)*” (p. 21), apesar do sentido ligeiramente depreciativo que a redação dessa autora expressa, e divergindo no aspecto de que outros aspectos da vida do entrevistado não interessam para o tipo de depoimento que realizamos. Na classificação de José C. S. Bom MEIHY, no artigo Definindo história oral e memória, o tipo de pesquisa aqui relatado estaria incluso na História Oral Temática, em que é feito um “*recorte da experiência como um todo e quase sempre – ainda que não obrigatoriamente –, concorre com a existência de pressupostos já documentados e parte para uma ‘outra versão’*” (p. 57), ainda que particularmente não concordemos que esse tipo de pesquisa contraste com uma ação “*mais livremente de impressões, subjetividades*” (idem), típica das Histórias Oraais de Vida.

¹¹ Cf. texto reproduzido em Ecléa BOSI. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**, p. 24.

¹² O anexo IV traz um histórico e uma descrição do grupo, feitos pela sua coordenadora.

método fechado de análise das imagens, uma vez que a intenção do trabalho era captar as falas enunciadas espontaneamente, bem como mostrar que a colocação que se pretendia dos presentes era possível e não era difícil de ser elaborada por eles. Este foi um passo no sentido de valorizar as memórias do grupo e de convencer cada um da importância do que tinham a oferecer para a pesquisa. Em seguida, os mesmos questionários que haviam sido enviados pelo correio foram propostos aos participantes, com os devidos esclarecimentos em geral e particularmente, quando o colaborador expressava alguma dificuldade em responder, sempre no sentido de conseguir a expressão individual e não de tolhê-la ou conduzi-la. A entrega dos questionários não foi obrigatória, e foi feita nos dois dias seguintes aos encontros, com o que foi possível reconhecer os sujeitos que, a princípio, dispunham-se a colaborar. O conjunto dos questionários recolhidos possibilitou a seleção de 6 depoentes cuja elaboração mostrava uma habilidade satisfatória de expressão da análise e interpretação que haviam feito das peças publicitárias, bem como um envolvimento com o tema e uma disposição de participar que constituíram condição essencial para integrarem-se na pesquisa.

Garantindo o sigilo quanto à identidade de cada informante (o que, segundo percebemos, facilitava as respostas da maioria), foi possível realizar as entrevistas, aprofundando as respostas escritas e obtendo a análise de outras peças publicitárias, selecionadas dentre as que foram utilizadas na primeira parte desta tese. A maioria das entrevistas foi realizada na sala usada pelo grupo na Universidade nos horários em que estavam vagas e em que havia disponibilidade dos depoentes. Apenas em dois casos a entrevista se deu no local de trabalho dos entrevistados, com seu consentimento e agendamento prévio. Outros três entrevistados foram integrados a esse grupo selecionado, incluindo pessoas que não participavam do grupo de Terceira Idade, mas que foram mencionados pelos que participavam como pessoas que, na cidade, também teriam algo a dizer sobre os assuntos postos na entrevista. Dois deles, entretanto, entraram no grupo de entrevistados principalmente porque constituem as pessoas consideradas como o oposto do que a propaganda política dominante do período esperava dos cidadãos. Assumindo-se como comunistas, constituíam o “outro” necessário a qualquer processo de identificação, inclusive o nacional, e que sofreram na pele as conseqüências de sua divergência em relação ao poder ditatorial. Consideramos fundamental a fala desses personagens, e uma vez que não divergiam do

perfil traçado (alvo potencial das peças publicitárias analisadas) resolvemos incluí-los, o que acabou por enriquecer o grupo de entrevistados. Optamos por não diferenciar entre os participantes e não participantes do grupo, como maneira de garantir que o levantamento do perfil de cada um não denotasse a sua identidade. Em alguns casos isso não é possível, dadas as trajetórias de vida incomuns de alguns participantes, o que não nos incomoda, tendo em vista que as pessoas cujos perfis acabam por possibilitar a sua identificação são pessoas que não fizeram restrições quanto ao seu anonimato ou revelação de sua identidade. Dos depoimentos dos que mostraram-se reticentes quanto a esta questão, foram omitidas algumas informações no sentido de resguardar a identidade dos entrevistados.

Dividimos cada depoimento por temas, a partir das peças publicitárias que foram discutidas por cada um dos entrevistados, e reunimos esses fragmentos de modo a possibilitar comparações e a tessitura de algumas idéias gerais. Os capítulos seguintes espelham os capítulos da primeira parte, pois organizam-se em torno dos temas que foram ali destacados: sujeito, tempo e espaço. Entretanto, não se deve esperar, em cada um dos próximos capítulos, que os depoentes limitem-se a abordar o tema do capítulo em questão, pois tanto as suas falas quanto as nossas análises circulam por esses três aspectos da identificação nacional que não existem de forma isolada, mas complementam-se.

O título de cada um dos capítulos posteriores inclui a palavra “diálogo”. Estamos compreendendo este conceito dentro da discussão sobre a comunicação verbal de Bakhtin, entendendo os anúncios impressos como componentes de um gênero do discurso e cada um deles, isoladamente, como um enunciado, com todas as suas características: é delimitado por enunciados de outros falantes, existe no contexto imediato da realidade, bem como possui significação plena e capacidade (ou necessidade) de suscitar uma atitude responsiva no seu interlocutor¹³. Ou seja, o diálogo (no sentido da alternância de enunciados provindos de diferentes locutores) é o ambiente em que os enunciados – no nosso caso, os enunciados da

¹³ BAKHTIN, op. cit., p. 297.

propaganda – se dão ¹⁴. Insistimos no termo diálogo porque segundo Bakhtin, o papel dos outros (dos que irão responder ao enunciado) é fundamental no processo de elaboração deste, e portanto aqueles não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação, mesmo quando estão aparentemente no papel de absolutos receptores, sem condição de dirigir uma mensagem responsiva ao elaborador do enunciado, porque o “índice constitutivo do enunciado é dirigir-se a alguém, estar voltado para o destinatário” ¹⁵.

Se a situação das entrevistas (re)constituiu uma seqüência dialógica, é preciso considerar que, além das peças publicitárias, os entrevistados têm diante de si, como interlocutores, o pesquisador e a memória. A memória dos entrevistados, como mostram estudos recentes, não é o acesso a um continente de lembranças armazenadas, mas uma elaboração, governada pelo sujeito presente, de aspectos do passado: “os homens falam do passado pensando o presente e (...) a memória social do acontecido não é mais do que a imaginação coletiva do acontecendo.” ¹⁶. É deste diálogo entre estes interlocutores que estamos falando. A fala do pesquisador aparece no sentido de organizar e encaminhar a sucessão das falas dos entrevistados, e de somar o referencial da análise já desenvolvida sobre as mesmas peças publicitárias, procurando elaborar algumas inferências que possam fornecer elementos para um processo de síntese cujo objetivo é obter as respostas às questões que se colocam ao trabalho como um todo e a esta parte dos depoimentos, especificamente.

Pela dinâmica proposta para as entrevistas, cada colaborador fez um diálogo pessoal com as peças publicitárias com a ajuda do pesquisador. Nossa intenção é juntar as partes semelhantes de todos esses diálogos, compondo um comentário coletivo que julgamos ser revelador de

¹⁴ - “Um enunciado concreto é um elo na cadeia da comunicação verbal de uma dada esfera. As fronteiras deste enunciado determinam-se pela alternância de sujeitos falantes. Os enunciados não são indiferentes uns aos outros, nem são auto-suficientes; conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. São precisamente esses reflexos recíprocos que lhes determinam o caráter. O enunciado está repleto de ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum na comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo com ou uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera (a palavra ‘resposta’ é utilizada aqui no sentido lato); refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles.” (id., *ibid.*, p. 316)

¹⁵ Id., *ibid.*, p. 320.

¹⁶ Carlos Rodrigues BRANDÃO. O sentimento do mundo: memória, destino e cenários da vida entre errantes mineiros, p. 64.

impressões, memórias, consciências e trajetórias na intercessão entre o individual e o coletivo, o privado e o público.

Optamos por limpar o texto transcrito de algumas de suas características, como por exemplo a interferência do pesquisador em alguns momentos, “textualizando” os depoimentos para facilitar sua leitura¹⁷. Entretanto, optamos por não corrigir a fala dos entrevistados no que se refere ao “português correto”, como forma de preservar sua especificidade cultural; também a fala do pesquisador aparece quando é estritamente necessária para a compreensão da idéia que o depoente expressa. O aparecimento de reticências entre parênteses na transcrição dos depoimentos indicam trechos retirados e remanejados, com o objetivo de reunir as frases que aproximadamente referem-se à categoria que está sendo abordada naquela parte da análise.

O que também buscamos foi proceder a crítica do documento histórico que criamos através das entrevistas, sabendo já de início que não teríamos uma “fonte confiável” sobre os sentimentos, opiniões e o “clima” da época, mas sim o trabalho que a memória fez sobre estes itens para serem narrados ao pesquisador.

Os depoimentos foram organizados e comentados a partir de algumas categorias básicas que pudemos elaborar a partir dos nossos interesses, bem como da leitura e identificação das características falas:

1) a leitura, categoria em que incluímos todas as verbalizações referentes a compreensão e reelaboração do enunciado apreendido, incluindo aí as percepções dos aspectos denotativo, conotativo e referencial¹⁸ tais como foram apreendidos pelos entrevistados, o que já contém em si uma atitude responsiva¹⁹;

2) a memória, categoria em que reunimos os fragmentos das entrevistas referentes ao que consideramos a presença das vivências contemporâneas na estruturação e filtragem das lembranças para a enunciação na entrevista, ou seja, os aspectos das falas que trazem consigo o sujeito presente e sua trajetória de vida, dialogando com as fontes publicitárias e com o seu

¹⁷ Cf. Selva Guimarães FONSECA, a partir de algumas proposições de Bom Meihy, no livro **Ser professor no Brasil: História oral de vida**, p. 54-55. As transcrições integrais das entrevistas estão disponíveis nos anexos.

¹⁸ Cf. BARTHES, op. cit.

¹⁹ Cf. BAKHTIN, op. cit.

passado, sempre considerando o caráter coletivo dessas memórias ²⁰ que, a um primeiro olhar, parecem estritamente individuais;

3) a identidade político - territorial e suas conseqüências em termos de atitude individual no relacionamento com o coletivo, ou seja, a que grupo identitário cada indivíduo imagina e deseja vincular-se (o estado, o Brasil ...), quais as caracterizações e opiniões extensivas a este pertencimento identitário, bem como as atitudes pessoais imaginadas e / ou praticadas como corretas, desejáveis e decorrentes da condição de membro de uma dada comunidade política, que constituem um determinado padrão de interação entre o indivíduo e o grupo, que historicamente chamamos de civismo ou cidadania;

4) os fragmentos da consciência histórica, pois se argumentamos anteriormente a existência e o caráter multifacetado desta realidade com a qual o ensino de história lida e procura formar, pretendemos agora captar algumas das suas aparições, presentes nos momentos das entrevistas em que os depoentes referem-se à sua forma de compreender o tempo, incluindo aí as suas existências e a da coletividade (a nação) em relação ao passado e ao futuro.

Essas categorias não são excludentes entre si, até porque não raramente fundem-se nas falas registradas. Não são também exclusivas, pois o trabalho com essas peças publicitárias permite o surgimento de idéias, elementos, argumentos, enfim, de enunciados que não estejam contemplados nestas quatro categorias centrais e básicas do presente estudo, mas cuja riqueza não permite o seu descarte.

²⁰ Cf. HALBWACHS, op. cit.

PERFIS DOS ENTREVISTADOS

Pedimos aos entrevistados que fizessem uma descrição de si próprios, contextualizado-se no período sobre o qual iriam falar, principalmente. As falas foram além desta orientação inicial, no que se refere ao tempo, e traçaram os perfis que os entrevistados têm hoje de si próprios, que são importantes para definirmos em linhas gerais a subjetividade de cada um dos entrevistados, considerando que é a partir desta subjetividade que a leitura das peças publicitárias foi feita. Procuramos reproduzir abaixo essas falas como textos, organizando-as e preparando-as de modo a oferecer ao leitor um panorama geral do contexto pessoal em que os depoentes atuaram. Não se trata de biografias ou histórias de vida, mas de alguns traços fragmentários e incompletos postos como apresentação pelos próprios entrevistados, e que muitas vezes reaparecem e se complementam no decorrer do depoimento. A ordem, e portanto as letras atribuídas a cada depoente, foi definida cronologicamente, de acordo com a ordem de realização das entrevistas, que ocorreu entre junho e setembro de 1999, sendo que alguns entrevistados foram contatados posteriormente para o esclarecimento ou adição de alguns elementos.

Sra. A

A Sra. A nasceu em 1912, e tem o segundo grau completo. Ela não se opôs à gravação da entrevista, mas perguntou brincando se não ia ser presa com o que iria falar. Quando foi selecionada para entrevista e comunicada disso, também afirmou brincando se ninguém ia prendê-la, o que nos coloca diante de um ato de descontração revelador de uma percepção que liga a opinião e a crítica a alguma forma de sanção que vem de fora, mas ao mesmo tempo uma disposição de enfrentá-la, pelo menos através da última arma de que dispõe o oprimido, que é o riso. Sobre sua trajetória de vida, a Sra. A começa exatamente pela opressão sofrida pessoalmente:

Eu nunca trabalhei fora. Quando era solteira nunca trabalhei, depois de casada também não. Sabe, eu queria, mas o marido não deixava. Eu fiz curso de enfermagem na Cruz Vermelha, mas aí o marido disse que não, que ele não ia deixar eu trabalhar, porque ... bom, aquele tipo, machão, né? Tinha 2 filhos, tive... até tinha essa menina ainda que é inválida e o mais velho.

Casou-se, o mais velho casou-se. O marido não deixava a gente ir num mercado. Aí vinha tudo casa. Pra mim foi uma vida ruim, e boa ao mesmo tempo, não precisava se incomodar muito. A gente tava ... O marido sustentava a casa, a gente não reclamava pra nada, tudo o que vinha tava bom, a gente queria o melhor pros filhos, né? Ele pedia muito remoção, então quando o menino tava pra passar de um ano pra outro ele mudava... Nesse ponto foi difícil, mas a época foi boa, e a gente não tinha ... O marido não deixava sair. Então minha vida foi meia ... encarcerada mesmo. Agora eu faço tudo o que eu quero. Ainda digo assim: venha pregar agora, venha! Ele pregava. A gente fazia limpeza, ele não gostava que tirava as coisas do lugar. Então ele pregava com prego. Então a gente ficava ali, que eu era medrosa... Ele gostava de casa limpa, mas não gostava de ver limpar. E aí pregava as coisas. Esse período foi muito duro pra mim, tava acostumada a fazer, quando era jovem fazia, né, a mãe era boa, o pai também. Agora sou viúva, ele morreu em 81, pronto, agora eu faço o que eu quero. Eu vim de Mato Grosso. Fui bem nenezinho pra lá e voltei com 12 anos. Todo o primário eu fiz em Mato Grosso. Escola não tinha, naquele tempo o papai podia e ele pagava professora pra nos ensinar. Quando eu voltei pra Ponta Grossa com 17 anos eu ainda tava estudando no senador Correia. Os pais naquele tempo eles queriam que a gente ajudasse em casa, as tarefas de casa. Quando a gente estava fazendo uma tarefa eles falavam: pode largar dessa porcaria, primeiro vai fazer isso, isso e isso. Depois vai estudar. Então fazia escondido no quarto, a tarefa. Quando eu era jovem eu me escondia atrás das portas, para ler um romancce, e tudo, e gosto até hoje de ler.

Sra. B

Dona de casa e ex-comerciante, nascida em 1943, durante a entrevista a grande preocupação da Sra. B era o de responder corretamente, disse que chegou a ler alguns livros sobre o período para responder de forma certa, foi constantemente informada de que a pesquisa não procurava uma informação certa, mas sim a opinião, a interpretação e a lembrança, mas ainda assim continuou perguntando, a cada resposta dada, se a resposta dela estava correta, se satisfazia ao pesquisador, se era isso mesmo que o pesquisador queria que fosse respondido. Ainda que essa insegurança tenha se manifestado em outros entrevistados, foi no depoimento da Sra. B que assumiu sua forma mais intensa.

[Entre 1969 e 1973] Eu estava criando os filhos, só em casa, era do lar, o marido era caminhoneiro. Na época a vida muito difícil, construindo, e então foi muito difícil na época, ali. Eu não sei quem era o presidente. Esse Costa e Silva ele derrubou não sei o que que foi lá. Não me lembro o que ele fez, foi dois anos só de governo, né? Daí o Médici entrou, foi um dos melhores deles, o Médici. Foi um bom presidente, me lembro bem dele, mas não me lembro o que ele fazia, o que precisava na época. Eu sei que a gente lutou sempre com muita dificuldade, mas enfim não foi muita dificuldade que nessa época, nós, com um caminhão velho que meu marido trabalhava, a gente conseguiu construir um sobrado, sabe ... Quer dizer que ruim, ruim não foi. Agora também não tá bom mas também não tá tão ruim. Eu acho que tava um pouco melhor porque nós construímos com facilidade naquela época. Eu acho que ainda não foi tão difícil pra nós, sabe? Depois que casei não estudei mais, o marido não deixou mais. Tava em Santa Catarina, lá eu estudava e trabalhava à noite. Daí morava muito longe, daí minha mãe achou que eu tinha que parar de estudar. Aquele tempo o filho obedecia pai, né? Agora os filhos fazem o que querem. Então, por morar longe, dependia de bicicleta e tudo, mas era tudo plano, Joinvile é uma cidade plana, por morar longe da escola, que era muito distante uma da outra. Não é como agora que cada quadra tem uma escola, lá não. Lá não, lá era distante, distante mesmo, e morava bem longe da cidade. Minha mãe não deixou. Daí antes de casar, acho que um ano e pouco antes, eu já estava sem estudar. Depois quis continuar, depois de casada, meu marido disse: não, não precisa, você não vai precisar nunca trabalhar. Agora professor, ele me abandonou faz uns cinco anos, foi morar com outra mulher, agora eu não tou passando necessidade porque as minhas filhas são todas estudadas, são bem formadas, e tão me dando tudo o que eu preciso. Mas se ele me deixasse estudar, ou minha mãe, que sou revoltada por causa disso, se eles tivessem me deixado eu me formar na época, hoje eu não tava dependendo das minhas filhas. Que o meu marido até hoje não me deu um real desse tempo pra cá, na Justiça, tudo, mas a nossa justiça anda muito devagar. Eu tenho um filho adotivo com 11 anos, e a gente precisa e não tá conseguindo. Eu acho que nessa época, professor, daí ele montou uma mercearia pra mim. Mas ninguém podia me ajudar ainda, era difícil empregado, eu me batia demais. Ele viajava lá pra Manaus, lá pra Tucuruí, e eu ficava sozinha me batendo, sabe, sofrendo muito pra manter a família, pra ajudar ele, né? Daí eu toquei cinco anos, daí eu não quis mais. Quando as crianças estavam no segundo grau, que no primeiro eu consegui pagar colégio para elas no Sagrada Família com a mercearia, mas com muita dificuldade. Junto, tudo junto, no predinho que nós temos, né? Tá tudo lá, por

sinal, mas desisti, não quis mais, daí ele foi embora, daí não toquei mais. Nossa, eu sou frustrada, professor. Olha, eu vejo uma formatura, apesar que eu não fui mas minhas filhas foram, fizeram duas faculdades cada uma, então eu sou feliz porque elas se formaram, parece que foi a mesma coisa comigo, eu me sinto feliz, mesma coisa que fosse eu, que eu queria muito ser professora, né? [...] Então, eu tinha sonho de enfrentar uma sala de aula, e brincava, quando era menina tinha quadro, escrevia pelas paredes, de tanto que eu sonhava de ser professora, e não consegui, professor, não consegui. Aí agora, só que minhas filhas foram professoras, só que não gostaram, e fizeram outra faculdade e daí foram viver a vida delas.

Sr. C

O Sr. C é professor universitário aposentado ligado à área de ensino de inglês. Teve uma formação educacional inicial com religiosos católicos americanos, e apoiou o golpe militar, que ocorreu no momento em que estava iniciando a carreira como professor do ensino secundário.

Na época eu me envolvi [com o apoio ao regime], era manipulado, eu ... mas a maioria do pessoal, por exemplo, não tava nem aí. Nós estávamos muito isolados, não era como hoje, não havia assim uma televisão, as torturas, mesmo, só fiquei sabendo muito depois ... A Igreja Católica, ela foi assim também um braço muito forte da Revolução, sabe, ela que deu o aval porque a Igreja Católica naquela época era muito forte. Quando era menino, via um cartaz que até hoje está na minha mente: duas mãos assim quebrando um crucifixo, escrito assim: “o comunismo te odeia”. E eu não sabia, desde criança, se aquele cartaz era contra ou a favor o comunismo. Eu fui educado muito fortemente, desde criança, num seminário, e saí de lá com 18 anos. Eu tava analisando agora a formação que eu tive; a gente foi formado também dentro de uma consciência cristã, e eu assimilei muito esse aspecto, que a consciência cristã ela é realmente de amor ao próximo, e o amor, num sentido, também, democrático, que vê o bem da coletividade. Então eu assumi isso como um cavalo de batalha, de ser, por exemplo, uma pessoa extremamente honesta. Eu procuro sempre na vida falar a verdade, ser franco, não mentir para as pessoas. Eu comecei a trabalhar em 1961 no serviço público, 1959 em escola particular.. Concluí o curso superior em 1964, e em 1967 tornei-me professor da universidade.

E eu me lembro que quando a gente ouviu falar, eu dava aula lá no Kennedy ... não, no Regente Feijó [colégios estaduais], que os militares tinham descido de Minas Gerais para o Rio de Janeiro,

eu senti uma alegria tão grande, eu me lembro, no começo foi uma coisa maravilhosa, mas depois, realmente, os primeiros passos ... porque é o seguinte, o Brasil naquela época não era muito diferente do que é o Brasil hoje, politicamente era mais ou menos a mesma coisa, um país ainda muito incipiente, com muita miséria, e a esperança era que viesse um salvador, que mudasse tudo, e o exército parecia ser isso, que o exército ia finalmente apresentar uma pessoa honesta, que havia muita confiança no exército. Na Igreja e nas Forças Armadas. Foi na década de 70 que a minha opinião começou a mudar. Eu me lembro nitidamente que eu dava de português em cursos, no curso de direito, e eu me lembro até uma frase que eu falei, naquele tempo era perigosíssimo falar qualquer coisa na sala de aula, havia realmente espões na sala de aula [...]. Alguns alunos lá podiam ser contratados para espionagem. Teve colegas meus que era direito aí, e foi chamado lá pelo general para explicações, era uma coisa ridícula, sabe? Eles eram realmente a favor, e de repente eram chamados... Falou alguma coisa que não devia, era chamado, e ficava chateadíssimo. Então lá, em Direito, eu me lembro que eu falei a seguinte afirmação: olha gente, eu hoje não pegaria em armas para fazer uma revolução no Brasil, porque eu cheguei à conclusão - falei pra eles - a revolução não deve ser política, deve ser uma revolução cultural, tem que mudar o nosso jeito de ser, não o governo.[...]ser mais trabalhador, esperar menos do governo porque eu comecei a perceber que aquilo não tava levando a nada. E principalmente que eles tavam fechando, foi incrível, sabe? No começo não foi assim, mas aos poucos eles foram fechando o cerco, a censura não veio no começo, ela veio, e foi arrojando com o passar dos anos, chegando ao ponto do ridículo dos livros que eram traduzidos terem que passar por censura. Aquela música do Geraldo Vandré, Para não dizer que não mandei flores, ela foi, começou a ser cantada nos rádios aqui, foi censurada. Então eu percebi, foi aí que as coisas começaram a aparecer, sabe, que eu lembro. A gente já criticava. Não com muita veemência, porque eu tinha inclusive amigos militares, e eles eram bons amigos, ajudavam, eram bons companheiros. Mas o pessoal não tinha acesso à informação sobre torturas, sobre Eldorado dos Carajás. Não, isso foi agora. Araguaia, não sei o que do Araguaia, aquilo eu nunca soube, eu soube bem depois que já tinha ... por causa da censura, ninguém sabia daquilo. As coisas chegavam mais por boato. Por exemplo, notícias sobre a Argentina, sobre o Chile e a Argentina, as torturas. Depois nós soubemos que eles foram pior que nós. Não resolveram os problemas básicos do país. Eles queriam só o poder.

Nascida em 1934, a Sra. D foi professora, tendo realizado o curso normal, a graduação em pedagogia e o mestrado em Educação.

Em 1970 eu estava empregada como professora do Estado. Na época eu lecionava em escolas de 1º e 2º graus e também no Instituto de Educação aqui de Ponta Grossa, na época como professora, que eu comecei a lecionar foi em 1965. Tanto que, na década de 70, em 71, eu fiz o concurso do estado e passei em duas matérias, na área de Psicologia da Educação e também na área de Didática. Quando foi implantada a habilitação para o magistério nas escolas de 2º grau, eu era professora da então Escola Normal. Isso em termos de escola. No segundo semestre de 1971 eu comecei a lecionar exatamente nessa sala aqui, substituindo uma professora que tinha assumido as aulas e não pôde continuar, depois eu comecei a trabalhar aqui na Universidade em agosto de 71. Exatamente era a disciplina estrutura e funcionamento do ensino, que foi implantada, a lei foi implantada a partir de 11 de agosto de 71. Nessa época nós estávamos lecionando aqui, onde a gente trabalhou com os antecedentes da reforma, etc., aqueles começos, como professor daqui, da Universidade. E fora isso, na época eu ainda tinha umas aulas no Colégio Sagrada Família, professora de lá, também no magistério. Tanto que eu lecionei no Sagrada Família numa ocasião anterior a 70, eu lecionei no Colégio Santana, no Instituto de Educação [escola estadual] e eu lecionei aqui na Universidade. Então a vida, eu diria que, até em termos de escola, as pessoas diriam hoje – mas como que pode trabalhar em tantos estabelecimentos de ensino. Mas é que naquela época a carga horária que a gente tinha para cada padrão, por exemplo, era de 10 horas. 10 horas semanais. Então, por exemplo, os dois padrões que eu tinha a partir de 71, como eu falei, como professora do estado, seriam as 20 horas semanais, nem 22 eram, trabalhava um turno, na parte da manhã, e dava conta dessa responsabilidade e depois aqui na Universidade, a carga em geral nossa era sempre menor, né, era 20 horas, e assim por diante.

Eu fiz o curso de pedagogia de graduação, aqui na Universidade, fui da primeira turma, eu terminei o curso em 1965, a 1ª turma do curso de pedagogia, e depois em 1976, eu fiz mestrado, lá no Rio Grande do Sul, na UFRGS. Até foram 2 anos e meio de estudos teóricos, inclusive a dissertação de mestrado, e terminei em meados de 78.

Eu me separei do marido em sessenta e um. Eu não trabalhava, era do lar. Depois disso foi que eu ainda terminei meu curso normal, sabe, no colégio de Jacarezinho. Eu sou nascida no norte do estado, lá perto de Itamaracá, Bandeirantes, na fazenda que era dos meus pais. E na época a gente viveu os primeiros anos na fazenda, e depois nós fomos morar, porque minha

mãe ficou viúva cedo, eu tinha um ano e pouco, em Botucatu, estado de São Paulo. Em Botucatu eu e os meus irmãos estudamos por lá, até que em 47 eu já tinha meus 13, 14 anos, eu vim completar meus estudos de 2º grau, o ginásio antigo. Então, em 61 eu vim para Ponta Grossa, foi que eu comecei a minha, os meus estudos. Eu tenho 4 filhos, todos eles são, ah, três são casados e a menor é solteira, mas essa já vai ficar. Ela trabalha no Banco do Brasil de Curitiba. E os outros três filhos meus se formaram – eu posso falar? – porque eu acho aí que no meu dizer, tem muito a ver, por exemplo, com os dias de hoje. Hoje eu vejo os meus filhos, eles estão encaminhados na vida, graças a Deus, mas a vida é muito mais difícil que naquela época em que eles estudaram. Um, que nasceu em cinquenta e dois, o meu velho, então nessa época ele estaria fazendo o segundo grau, se não me engano, estudou em Curitiba, em bons colégios, depois ele fez Engenharia, em Londrina, na época a escola era paga, e bem paga. Nessa época também meu outro segundo filho fez Odontologia, no sistema de créditos que havia, e se não me engano ele se formou em 76. Então claro que eu tive ajuda também do meu marido, não tão grande mas tive, alguma ajuda eu tive. Ele não mora aqui. O arrimo fui eu. Sempre tive, assim, apoio da minha família, mas eu tenho o orgulho, a graça e a satisfação de dizer que os meus filhos estudaram e todos eles em escola particular, que, graças a Deus eles tiveram aquilo que eles precisavam, na época. Então, quatro filhos, um estudando em Londrina, outro aqui, esse que ficou em casa, essa filha que ficou em casa estudou um pouco em Curitiba e a outra, a mais nova fez a faculdade aqui, ela é um pouquinho mais nova. A diferença entre eles é de uns oito anos entre a mais velha e a caçula.

Sra. E

A Sra. E nasceu em 1935 e trabalhou num setor que pode ser compreendido como um dos estratos superiores do operariado no passado, que é a categoria dos ferroviários.

Em 1970 eu já era funcionária, né, porque eu fui funcionária da Rede há 32 anos. Quer dizer, a vida sempre não foi assim aquela maravilha para quem foi assim empregado do governo, porque aquele tempo nós era funcionário do governo, eles que mandavam em nós. Não foi aquela vantagem, aquela coisa assim. A pessoa se engana muito com ferroviário, né? Ganhava-se assim, quase que como agora, você ganha, não passa fome mas também não ganha que sobre. Então a gente trabalhou, era necessário trabalhar, e nós ... essa época eu achei que tava assim, em termos, melhor do que agora. Porque você ganhava, fazia o que

faria, e hoje você não tem realmente ... não tá dando mais. A situação mudou tanto que o ordenado da gente em vez de ele evoluir ele tá ... diminuindo. Mas, dizer que, nessa época eu achava que estava bom.

Eu entrei na Rede Ferroviária no dia 14 de ... de outubro de 1954. E trabalhei até 1985. Fui casada dia ... de 50, que eu fui trabalhar em 54, 55 me casei. Fiquei um período de 3 anos casada, foi quando o meu marido morreu acidentado no próprio serviço da Rede. Era ferroviário também. Em termos de família eu fiquei com uma filha, mas não tive assim tanta dificuldade porque aí eu trabalhava e ainda recebia pensão, né, quer dizer que eu sou uma pessoa que não soufrí muito, a gente nem pode dizer muita coisa porque a vida foi ... é relativo. Vai passando os anos e vai batalhando, tem que batalhar, pra poder ... né? Eu não posso dizer pra você até que série que eu estudei, por que eu fui assim aos poucos, e nunca dava pra completar. Porque antigamente, quando era assim mais jovem, os pais não deixavam a gente estudar. [imita voz masculina] “Aprendeu a somar já tá bom”. Amanhã casa, marido não deixa trabalhar, que mulher era pra ficar dentro de casa, não era pra trabalhar não. Mas eu tive o privilégio, graças a Deus, esse meu tio que me criou ele não pensava assim, ele pensava no amanhã. Então ele me inscreveu para concorrer naquela vaga, graças a Deus fui beneficiada com essa vaga, e aquele tempo não era como agora, que é muito mais difícil, porque jamais eu ia entrar no serviço que eu entrei aqui, no serviço federal, aquela época. Aquela época você sabia assinar o nome, fazia uma cópia de um livro lá, fazia as quatro operações que era, não era as contas de agora, então estava empregado, mas não é que nem agora, que para empregar você tem que ter bastante estudo, né?

Sra. F

Nascida em 1930, estudou em instituição de ensino particular e sempre trabalhou como dona de casa.

Em 1970, Fernando, eu era casada, dois filhos, e eu era mais do lar. Acompanhava meu marido, que era pecuarista. Então, tive muita dificuldade, né? Nessa época a gente era mais nova, né, e era totalmente diferente da vida que eu levava de solteira. Dois filhos, né, com dificuldade financeira no começo da nossa vida, então a gente tinha que, ele trabalhava e a

gente tinha que ter aquela colaboração dentro do lar. Inclusive na educação dos filhos. Porque ele dava o tanto dele, e eu que tinha que determinar tudo, desde tarefa dos meus filhos, estava tudo em minhas mãos. Então foi assim um período muito difícil pra mim, adaptação, ser mãe, e a situação financeira. Inclusive na época de transição de governo, aquilo dificultou muito, nós perdemos dinheiro que a gente tinha economizado, um pouco que estava no banco prenderam, eu não sei muito bem naquela época, então isso aqui dificultou muito a minha vida. Eu morei sempre na cidade, nunca morei nas propriedades, porque o nosso começo de vida, Fernando, foi arrendando terrenos, porque a gente não tinha propriedades. Então, com dificuldade, com os negócios, nós fomos comprando aos poucos a nossa chácara, mas eu nunca morei na zona rural pela educação dos meus filhos.

Eu me casei em 54. É, o primário, naquela época o complementar, que era o 5o. ano, que naquela época seria o primeiro ano do ginásio, em Tibagi, aonde eu nasci, e lá morei com os meus pais até 15 anos. Lia muito pouco. Agora que a gente lê, né, porque a gente tem mais tempo, os filhos também compram. Porque eu não compro, né, quando eu vou na casa deles, que o meu filho mora aqui, é médico, e a minha filha é professora e mora em Curitiba. Sobre o regime militar, eu achei que foi um período bem difícil. Foi um dos períodos mais difíceis que nós passamos, inclusive a gente não tinha liberdade nenhuma, o governo tirou quase todinha a nossa liberdade, principalmente a gente não poderia nem abrir a boca, comentar com uma pessoa, que já estava sendo ... como é que eles dizem? A gente ... a gente quando comentava alguma coisa era mais com os íntimos, né? Eu passei dificuldade naquela época, porque houve até racionamento de alimentos, então foi difícil em todos os sentidos pra mim.

Sr. G

O Sr. G tem 67 anos, e apresentou-se como lavrador e motorista de caminhão, embora já tenha atuado como oficial de justiça no interior do Paraná. Embora sua escolaridade restrinja-se ao primário incompleto, tem uma grande preocupação com a educação, que se refletiu na escolaridade dos filhos.

Na época de 69, 70, eu era caminhoneiro. Puxava porco aqui do interior, e puxava pra Belo Horizonte, São Paulo. Puxei três anos: 69, 70 e 71. Até 71. Eu comprava porco no interior, lá, aí engordava os porcos também. A vida naquela época era dura, né? Só que logo surgiu a

inflação e aí estragou o nosso lucro. Que complicou, aquilo foi subindo, subindo aquela inflação e aí não tinha jeito, a gente não entendia mais, passou uns tempos ali eu não tinha mais ... perdi o amor nas coisas que eu fazia. Se guardasse o dinheiro uns dois, três dias, o dinheiro não valia mais, valia um tanto só, né? Na época, tinha o caminhão e uma propriedade rural, fazia roça e engordava as porcada, mas aí com o negócio dos filho estudar, foi mudando, vim pra cidade trabalhar. Tivemos 6 filhos. Daí a nossa luta foi só pros filho estudar. Tem 5 formados e o último que é o bombeiro ali, terminando o segundo ano. Tem médico, tem advogado, tem uma moça que é assistente social, e uma dentista, e um engenheiro agrônomo. Tem gente que fica admirado de ver, era custoso de ganhar esse dinheiro e formar cinco filhos, mas eles queriam estudar, né? Aí alguma coisa que faltava, o que faltar não carece [risos]. O meu estudo é muito pouquinho, a gente continua estudando com a universidade agora, né. Estudar eu estudei dois anos, só. Mas aí meu pai tinha casa de comércio, trabalhei muito no balcão, no armazém, que tinha tudo, lá no interior, no sertão, bem no sertão mesmo. Hoje é uma cidade, mas lá bem no interior. Perto de Guarapuava. Daqui dá trezentos quilômetros daqui lá. Trezentos, um pouco mais, trezentos e vinte, por aí. Televisão não tinha. Tinha só o rádio, no caminhão. De 64 pra cá o que eu tinha de informação era do rádio, quem não tinha rádio não sabia nada de notícia. Daí em 69 eu comprei uma televisão, na Copa de 70, a primeira televisão. Daí eu aprendi a gostar de futebol foi de 70 pra cá, não é? Eu conhecia os jogadores, e era uma copa importante aquela, que vinha desde 1910, 1920, e foi acabar só em 1970, era importante mesmo. Quando a gente andava pelo interior aí, tinha um rádio no caminhão, aí conhecia os jogador, tava no rádio daí. Era interessante. Mas era tão engraçado aquele tempo, porque da política eu não sabia nada. Eu ajudava, eu votava, eu ajudava a eleger alguém, né, mas eu trabalhava dia e noite, na época eu tinha cinco filho. Então, pra mim estava bom, eu trabalhava sem parar, eu não fazia nada de errado, eu não mexia com política nem nada. Eu fui saber das coisas que acontecia naquela época depois que os filhos tava moço já, na faculdade. Vendia o caminhão, ficava em casa sem serviço uns tempos, daí fui começando a entender, que no regime militar para alguns foi muito ruim. Foi deportado gente, houve até aqueles que foi massacrado aí, na época, né, aí eu na época eu não sabia. Não sabia nada daquilo que se passava. Fui saber anos depois. Entre 80, 81, 82, os guris liam uns livros, contavam pra mim, comentavam dos professores, e que a gente ficou sabendo. Na época não sabia, pra mim era bom, trabalhava, ganhava dinheiro, graças a Deus nunca roubei ninguém, e nunca me envolvi com a política

também, de ser candidato. Pra mim, na política, do jeito que tava bom. Eu era filiado, né foi filiado no PDS, na época. Depois quando o meu genro entro na política daí ele dizia, o senhor tem bastante amizade, bastante conhecimento. E assim gostavam que eu ajudasse. Eu dizia: o que é que eu vou fazer, não sou político! Eu sei, mas o senhor não vai ser político, o senhor é um homem de amizade, nós queremos que o senhor converse com as pessoas e peça pra votar no nosso candidato, é um homem trabalhador, um homem bom, homem sério. E eu andei aí, mexi com a política naquele tempo, e daí eu era filiado ao PDS, não sei o que deu, e daí eu fui filiado ao PMDB naquele tempo. Eu me filiei no PDS por 70, 72, por aí. Depois em 80 eu passei pro PMDB. Eu não passei, eles foram lá e trocaram, me passaram pro PMDB, sou filiado ao PMDB até hoje. De 80, faz 19 anos já. Participei, nesses 12 anos que elegeram esse deputado, três vez seguida, é daqui de Curitiba o Renato Adura, um bom político. Aí participava lá, trabalhava pra ele. Nunca ganhei um centavo em política, nunca ganhei salário. Não, não acho que roubavam, os militares. Os caboclos organizaram uma política desgracêra ali, e daí trouxe aquela história de que os inimigos da nação eram os comunista. Que se falasse “Tem gente roubando aí”, eles tchum! mandava matar, expulsava do país, porque não podia falar.. Aí falavam : “Aquele é o inimigo”. [...] Porque houve uma época que eu fui oficial de justiça. Então daquela época pra cá que eu comecei a entender mesmo de política, fui 6 anos oficial de justiça, aí que eu fui vendo as coisas. Ali logo terminou a repressão, como eles dizem, que comeu muitos políticos. “Ah, o senhor é da repressão” . Porque trabalhava, não roubava nada, nunca fui de atrapalhar a vida dos outros, quer roubar rouba, não ia roubar, não sabia nada. Aí depois quando entrei pro fórum os piá dizia que eu pertencia pra aquele povo, né? Eu nem sabia de lá. Os meus filhos, né: “Ah, o senhor é do tempo da repressão”. Eu não queria, que eu achava muito ruim roubar as coisas, que eu gosto de trabalhar, eu trabalhei toda vida, trabalhando honestamente: o que é teu é teu, o que é meu é meu, vamos trabalhar. Nada de ficar massacrando os outros. Daí eles vai estudar, vai entender as coisas. Muita gente diz que é uma gente boa, mas não é nada! É um sem-vergonha, ladrão, bandido. Vai rezar na missa e manda matar o vizinho amanhã, né? E tem, sabe que esse tipo de gente tem bastante por aí, né?

O senhor H nasceu em 1917, é médico formado na Escola Paulista de Medicina, e foi um dos que entrou na lista de depoentes por sugestão de outro entrevistado, sendo que permanece clinicando desde 1948.

Bom, eu sou neto de anarquista, que fundaram a Colônia Cecília no município de Palmeira no fim do século passado. Graças a esse fato, o meu pai, que naquele tempo era filho dos anarquistas, eu sou neto, ele, quando tinha 18 anos de idade, ele me encaminhou a respeito de ficar sabendo do que se tratava o anarquismo. O regime anárquico. E eu li o primeiro livro, de um famoso filósofo francês, chamado “A Dor Universal”. É um trabalho a respeito do sistema anarquista. O que esse autor escreveu há mais de um século atrás está acontecendo hoje ainda: é a miséria humana, é a fome, é a injustiça social, é toda essa mazela que tá acontecendo nos dias atuais. No fim do livro eu me conscientizei que o que ele tava falando era a verdade, mas a receita para resolver o problema social não me satisfez. Eu achei que era uma utopia o anarquismo. O que quer dizer anarquismo? Ausência de governo. Prefixo a; arcos – governo – ausência de governo. O indivíduo é dono do seu nariz, faz o que bem entende, pra casar ele não precisa assinar o livro lá no cartório, que casou com fulano de tal, se não deu certo ele separa da mulher, quer dizer, liberdade total e absoluta. Eu digo, não é possível o homem, com tantos defeitos que ele tem, querer ser dono do universo, fazer o que bem entende. Aí comecei a me interessar pelo problema social. Esse livro teve o condão de me interessar pelo problema social. Eu, um jovem de 18 anos, eu pouco sabia do problema social. Aí enveredei para o marxismo, comecei a ler obras de Karl Marx, de Lenine, de Stalin, grandes ... Engels. Dos grandes filósofos políticos comunistas. E cada vez fui me apaixonando mais. E cada vez fui lendo mais. E continuo lendo até hoje. Continuo fazendo autocrítica. Leio tudo o que é livro que cai na minha mão, o que é lançado, e cada vez me convenço que eu estou dentro da razão, que eu estou no caminho certo. Não tem nada mais que vai poder fazer mudar o meu pensamento. Tudo aquilo que eu tinha previsto que ia acontecer, lendo essas obras marxistas, está acontecendo. O pior cego é aquele que não vai, não quer enxergar. Com o neoliberalismo e a globalização, compreende, tá então caminhando celeremente para o regime comunista. Nós comunistas não precisamos mais fazer revolução. Porque os neoliberais e os que aceitam o neoliberalismo e a globalização não percebem que estão cavando a própria sepultura. Não percebem. Como eu te disse, eu procuro fazer autocrítica. Será que eu tô errado? Eu tô pregando no deserto. Porque a

nossa sociedade, com os meios de comunicação que tem, não pensa, não pára pra pensar, aceita tudo o que está escrito, o que a imprensa fala, o que a televisão mostra, entende? É um festival de besteira, desculpe a expressão, um festival de besteira e de mentiras. Eu conheço vários países do mundo, eu viajei muito, conheço muitos países da Europa. Eu estive duas vezes na União Soviética, na ex-União Soviética. Eu fui em 76 e fui em 80. Na olimpíada eu estava lá. E fui duas vezes em Cuba. Conheço os Estados Unidos. Vários países da América Latina, quase todos os países da América Latina. Morei seis meses em Buenos Aires, quando fiz pós-graduação. Então eu conheço uma parte do mundo. Estudo, leio e tenho uma formação concreta, firme, de que o que eu estou fazendo está certo. E as pessoas não aceitam, não aceitam porque são dominadas pela mídia, essa imprensa mentirosa, que mente descaradamente. E o povo que não conhecem, que não viajou, que não lê o marxismo aceita. E não há quem possa tirar da cabeça das pessoas, essa formação que adquiriram. Eu tô ... vou fazer 82 anos. Eu nasci na Revolução Russa, Outubro de 17. Eu nasci na Revolução Russa, foi uma coincidência muito grande. Então, eu vou fazer 82 anos em outubro desse ano. Sou pontagrossense, adoro a minha cidade, se bem que a minha cidade é uma cidade de reacionários. Cidade formada por tropeiros, o que é motivo de atraso da cidade, entende? Eu não quero falar, é desagradável falar desse assunto, mas eu posso falar porque eu sou pontagrossense. E eu me orgulho de ser pontagrossense, e tenho a minha consciência tranqüila porque eu fiz muito por Ponta Grossa. Muito mais do que muita gente que fica se arvorando “Ame o seu país ou deixe-o”. Ou “ao sair feche a porta”, e não sei lá o quê. Esses slogans de nacionalismo imbecil. Como cidadão eu constutuí família, fui muito bem casado, tenho dois filhos médicos, os dois moram em São Paulo, uma excelente formação profissional. Tenho um filho, um neto que ingressou recente na faculdade de medicina. Tenho uma neta que terminou recentemente no ano passado o curso de psicologia, que ganhou uma bolsa de estudos pra aperfeiçoar os seus conhecimentos em Paris. Ela faz uns dois meses que está morando em Paris, vai ficar um ano. Na famosa faculdade de ... como ... esqueci, eu ando um pouco esquecido ... Sorbonne, todo mundo conhece Sorbonne em Paris. Domingo passado ainda falei com ela pelo telefone, ela tá feliz da vida. Uma outra neta que esteve agora recentemente, voltou há dez dias de Cambridge, que existe um intercâmbio que ela estuda no colégio em São Paulo, e há um intercâmbio entre os alunos, ela foi convidada por uma entidade de Cambridge, ela ficou num colégio hospedada durante um mês. E agora, depois um estudante de lá se hospeda em São Paulo.

Eu me formei, eu estudei o curso secundário eu fiz no Colégio Regente Feijó (em Ponta Grossa). O Colégio Regente Feijó na minha época era um dos melhores do Brasil, não é do Paraná, do Brasil. Eu tive uma boa formação secundária no Colégio Regente Feijó. Depois fiz o vestibular de Medicina em Curitiba, onde estudei durante três anos. Primeiro, 2º e 3º ano em Curitiba. Terminado o 3º ano, eu falei para o meu pai: eu quero aprender Medicina, não quero tirar o diploma apenas Me dei muito bem com a profissão, prova disso é que eu atuo até agora, vou fazer 55 anos de formado. Me formei em 44. Então foi a melhor coisa que eu fiz na minha vida quando me transferi para a Escola Paulista de Medicina, até hoje uma grande escola, uma das melhores escolas da América Latina. E lá, modéstia à parte, eu tive uma excelente formação profissional. Fiquei, depois de formado, mais três anos, três anos e meio em São Paulo, fui assistente da cadeira de clínica médica, dei aulas práticas e teóricas na cátedra do professor Armando Marques. Depois ganhei uma bolsa de estudos e fiquei seis meses em Buenos Aires, no Hospital Rivadavia. Depois de três anos de formado que eu comecei a trabalhar. Iniciei minhas atividades profissionais com consultório em janeiro de 48. Então, como eu disse pra você, eu tenho, no meu currículo, eu posso dizer sem falsa modéstia, que eu sou um homem útil à comunidade. Atuei 20 anos na Santa Casa, num ambulatório, numa enfermaria de 35 leitos que os meus colegas chamavam de “enfermaria do bom despacho”, tão alto era o número de pacientes que morriam. Trabalhei 28 anos no lar das vovozinhas, dando assistência médica gratuita. Depois, saí do lar das vovozinhas e estou com consultório hoje., dando assistência médica para as pessoas desvalidas. de cada 10 doentes que eu atendo, um paga. A manutenção do consultório aqui equilibra a despesa com a renda. Porque eu pago aluguel, telefone, energia elétrica, luz, água, imposto, e aqui o que é que eu dou? Assistência médica. Vêm buscar aqui atestado, vem buscar aqui amostra de medicamento, entende? Então estou prestando um serviço à comunidade. Como eu gozo de boa saúde, então eu me considero um cidadão útil à comunidade. Eu nunca tive filiação partidária, nunca fiz parte de um partido, porque eu sou contra a conduta das pessoas que entram no partido. A maioria dos partidos que existem no Brasil eu chamo de um balaio de caranguejo. Reúne pessoas de várias categorias sociais e sem nenhuma ideologia política, é um grupo de pessoas interessadas no futuro deles, político, carreirista, oportunista, e não tem um objetivo político, uma ideologia. Eu só considero um balaio de caranguejo. Hoje estão no partido, dali a um tempo estão em outro partido, depois passam a um terceiro partido, de acordo com os seus interesses eleitorais. Ele quer ser

vereador, ele quer ser prefeito, então conforme as ambições pessoais ele está nesse partido ou em outro partido. Os únicos dois partidos que têm uma ideologia são o Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores. No meu tempo de jovem eu participei, por exemplo, da UNE, União Nacional dos Estudantes. Me lembro de uma reunião que houve na Praia do Flamengo no Rio de Janeiro, eu fui para essa reunião, assisti a uma assembléia. Mas um entusiasmo extraordinário! Tratamos de assuntos políticos. Estudantes de todas as disciplinas: médico, advogado, bioquímico, odontologia, todas as profissões, estudantes, num entusiasmo extraordinário, sobre política, problema social. Depois, infelizmente, com a vinda do regime de ... militar, a UNE foi extinta. Agora é que está começando a voltar os movimentos junto à classe estudantil. Tá entendendo? Agora é que está começando a voltar, porque no tempo ditatorial, de 20 anos de regime ditatorial eles acabaram com o estudante, com a classe estudantil na política. Na época, por exemplo, eu fui preso. Foi em 64, fiquei na penitenciária. Fui preso. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Fui demitido do Instituto. Não podia ser demitido. Eu ingressei quando vim em 48 pra cá, eu fui convidado, pelo diretor do ex-IAPC, fui convidado para trabalhar no IAPC, fazer laudos dos segurados do IAPC para fins de auxílio ou aposentadoria. Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários. Então eu fazia os laudos. O agente do IAPC me mandava o segurado do IAPC, um laudo em branco, para saber se ele tinha direito a ficar afastado 15 dias, 30 dias, dois meses, quatro meses, quantos meses fosse possível, por doença. Pra ficar recebendo o benefício do Instituto. Ou se era uma doença incapacitante, que tinha que aposentar. 10 anos eu trabalhei no IAPC, isso de 48 a 58. depois, em 64 houve o golpe militar e em 67 transformaram os ex-IAPs, IAPC, IAPI, IAPFEF, em INPS. Aí eu fui convidado para ser chefe da perícia médica em Ponta Grossa de todos os IAPs. Foi uma comissão que veio do Rio de Janeiro que me escolheu. Então eu fazia, pegava laudos periciais, e esses laudos caíam na minha mão para eu analisar. Eu não entrava em contato com o segurado, eu só via o laudo. Aí eu descobri as maiores barbaridades, desculpe a expressão, barbaridades, os maiores absurdos. Em quase todos os institutos. Em alguns a patifaria era maior do que nos outros, mas em geral. Tava um fulano lá, encostado, gozando auxílio doença há dois anos. Dizia assim: persiste a incapacidade, mais um ano. Ficava mais um ano de auxílio doença. Não tinha nem diagnóstico no laudo, nem a medida da pressão arterial, nem diagnóstico, só o médico que diz "persiste a incapacidade". Aí eu chamava a minha secretária e dizia, dona fulana de tal, a senhora manda uma carta dirigida a esse

segurado, para ele comparecer aqui no Instituto. Então vinha lá o seu Joaquim dos Anzóis. Seu Joaquim, o senhor o que é que faz? Qual é a sua atividade? O que o senhor fazia lá na sua profissão. “Ah, eu era ... turmeiro da estrada de ferro”. Mas por quê que o senhor está encostado aqui, há quase dois anos? “Ah, é que eu sou surdo de um ouvido.” Mas desde quando que a surdez incapacita para o sujeito ser turmeiro? Se fosse telefonista, dos dois. Mas, seu Joaquim, eu vou lhe dar alta. “Mas doutor, é o que eu quero mesmo, quero trabalhar.” Então tá lá. Alta. E assim eu fiz com centenas e centenas de segurados do Instituto. As coisas mais absurdas. Chegou um caso de um segurado que dizia “Bom, o meu chefe não ia com a minha cara, me mandou pro médico e o médico me encostou.” Assim, a coisa mais vergonhosa, mais vergonhosa. Então aí eu trabalhei alguns anos assim nessa situação de chefe da perícia. Depois, com o golpe militar, aí os caras que, os meus inimigos gratuitos ... Eu pedi a abertura de inquérito administrativo, que eu não podia participar da bandalheira que estavam cometendo aqui, que era minha responsabilidade, eu pecar por omissão. Podiam me chamar de omissor ou conivente. E isso eu não aceito, nunca aceitei e não vou aceitar. Quando eu pedia a abertura de inquérito administrativo aqui, o chefe do Paraná, do INSS, ele levou sete meses pra organizar uma comissão de inquérito. Sete meses! Eu contei todas as maracutaias que eu descobri através desses laudos, tirei documentação, tirei fotocópias, e documentei. Eu não sou nenhum imbecil de fazer uma denúncia contra você se não tiver provas contra você. Depois veio uma comissão de três médicos e um secretário. Foram ouvidos 18 médicos. Não vou dizer o nome deles. Todas as minhas denúncias comprovadas, todas. Conclusão: EU fui demitido. Porque políticos atuantes, os oportunistas, o lado dos militares foram lá em Brasília e devem ter dito: “Mas nós fizemos revolução, como é que é chefe da perícia lá o comunista nº 1 de Ponta Grossa”. Deve ter sido alguma coisa assim. Eu simplesmente fui demitido. Eu era funcionário, mas aquele tempo não havia concurso, eu fui contratado. Adquiri estabilidade de acordo com a lei, depois de 5 anos de atividades, mas nunca me deram esse direito, perseguição política. Eu dizia: escute, eu já tenho direito, estou sendo enquadrado como funcionário. Fui enquadrado na Lei de Segurança Nacional, respondi a inquéritos policiais militares em Curitiba, e na penitenciária, fiquei lá. Eu tinha direito a sala livre, como profissional liberal, me puseram em cela. Não tinha cama, não tinha colchão, não tinha cobertor, no mês de abril, um frio danado, atrás das grades, compreendeu? Eu fiquei com a roupa do corpo 5 dias, e aquela comida que vinha lá servida em latas de 20 litros e um café preto, um pão seco no dia de

manhã, e eu tinha gastrite, eu não tomava café, e ... Ainda bem que no 3º dia o presidente da Associação Médica do Paraná, me fizeram uma visita e me compraram cobertor, compraram frutas, chocolate, e eu passe a comer frutas, chocolate, e aí tinha um colchão que pediram pro encarregado da prisão, e eles compraram cobertor e travesseiro [ri]. Eu fiquei mais ou menos cinco dias preso, na penitenciária, depois foi transferido para o quartel da política militar, depois fiquei lá mais uns cinco dias. Aí já tinha cama, comida, consegui escova de dente, pasta de dente, sabonete pra tomar banho, que não tinha nada disso. Mas nada disso me abalou, nada disso me abalou. Depois eu contratei advogado, o advogado depois de cinco anos, você veja, levou cinco anos pra julgar, minha defesa, eu fui reintegrado. Mas hoje me aposentei com 40 anos de serviço e 70 anos de idade. Recebo só sobre 15 anos. Me roubaram simplesmente 25 anos de trabalho. Nada disso me abalou, continuo o mesmo. Todo mundo que me conhece em Ponta Grossa achava que eu sou comunista. São poucos, os comunistas em Ponta Grossa infelizmente são poucos. A maior parte já morreu, outros, falsos comunistas. Covardes, que até fizeram retratação pública. Eu nunca mudei o meu pensamento e não vou mudar. Isso aí ... Porque eu digo, a minha profissão me ensinou, viu, já chamo de bicho homem, o bicho homem não pode ter liberdade, ele é um poço de defeito. Quanta desilusão eu sofri na vida. Quantos caras me apunhalaram pelas costas, me traíram. Quantos caras que eu fiz favores de tudo o que é jeito, e acabaram me traindo. Então o bicho homem, como chamo, do qual eu me incluo também como bicho, não pode ter liberdade. Se falar essa coisa de democracia, é uma mentira. Não existe democracia em parte nenhuma. Naquele asqueroso país lá dos Estados Unidos, nunca existiu democracia naquilo lá. Eu conheço os Estados Unidos. Então são os campeões da democracia. Então eu acho que o homem deve ter uma liberdade vigiada. O que acontece hoje com a família. Eu era barbado, e a minha mãe não dormia enquanto eu não chegasse em casa. Hoje o que é que acontece? A filha não dá a menor importância para o pai, para a mãe. Na União Soviética, na ex-União Soviética, vai voltar o regime lá, os babacas que ficam falando aí que o comunismo morreu, tá mais vivo do que nunca. Quem tá com a corda no pescoço, com os dias contados, é o regime capitalista. Aquilo que eu tava lhe dizendo, que nós, comunistas, vamos agradecer os neoliberais, os globalistas, adeptos da globalização, que eles estão prestando um grande favor. Porque agora nós não vamos mais precisar fazer revolução. A nossa única tarefa é jogar a última pá de cal na cova do capitalismo. Vai ser a nossa última tarefa, jogar a

pá de terra na cova do capitalismo. Eu não vou alcançar, você vai alcançar, não vai demorar muito não. No ritmo que tá indo não vai demorar muito.

Sr. I

O Sr. I é nascido em 1924, e atuou como publicitário, professor de artes e pintor. Mantém ainda um pequeno ateliê onde reúne boa parte de sua obra, onde recebeu o pesquisador para a entrevista. Percebe-se – talvez devido a problemas de saúde dos quais o Sr. I vem se recuperando – que algumas datas e contextualizações não são exatas.

Eu trabalhava com pintura. Eu tinha um ateliê lá no alto da rua 15 [de Novembro, centro de Ponta Grossa], atrás da Gravina [joalheria tradicional da cidade], e ... meu serviço era esse, fazer publicidade. Apesar de que, na revolução, fiquei até sem serviço. Nessa ocasião, se eu vinha por uma calçada e vinha um conhecido nessa calçada, ele desviava. Lembro daquela força intrínseca que tinha o regime militar, que dava para as pessoas um sentido diferente de vida, não é? Mas foi indo, foi indo, até que aquilo acabou. Porque eu era praticamente o único na profissão dentro da cidade. Não era o único, mas era o melhor, e os interessados acabaram voltando a me procurar. Desprezaram as ameaças do regime, e me passaram a dar serviço. Por que, como é que é? Vou viver do quê? Tem que trabalhar, não é? Situação horrível, vou te dizer. Só depois é que eu fundei o partido [Partido Comunista Brasileiro]. Mais ou menos por aí é que eu fundei o partido, setenta. Mas o fato de eu ser um socialista naquele tempo a turma na cidade [cita nome de 3 companheiros que coloca como comunistas, e adiciona o seu próprio nome] mais meia dúzia aí, pouca gente. Tanto é que fizeram a revolução para combater os comunistas. Que comunistas que havia? Não tinha partido! Isso é tudo pra enganar o povo, né? Nós sabemos isso, que as revoluções se fazem e usam o povo sempre como massa de manobra. Então, quando o regime militar se instalou, eu não esperava que ficasse tanto tempo. Mas o povo é manso, é ordeiro, o nosso povo é um povo bom. Eu não sei como é que tem gente que pensa em luta armada. Quando estava no Rio de Janeiro, eu saí daqui pra estudar lá no Rio. Provar a mim mesmo que já era homem. Eu me deixei influenciar pela, por aquele clima que eu encontrei na UNE, a União dos Estudantes. Então, ali começou a minha formação ideológica. Isso foi em quarenta ... e dois. João Amazonas era deputado naquele tempo. João Amazonas hoje é presidente do PC do B. Ele não entendia

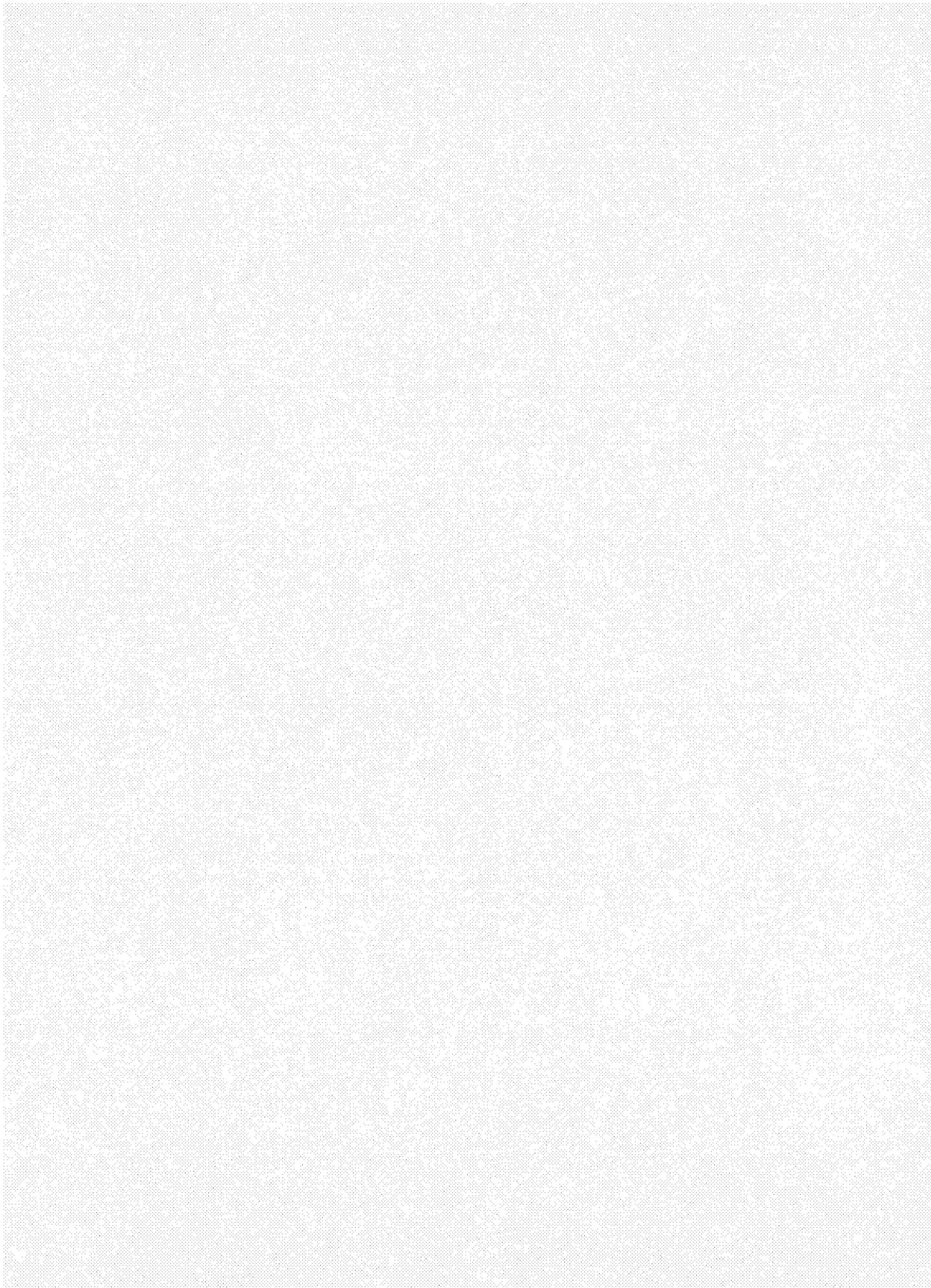
nada. Naquele tempo fazia-se uma campanha pela anistia dos presos políticos, foi quando soltaram o Prestes. Eu assisti a alguns comícios dele. Era um homem impressionante. O baixinho era ... tinha um carisma, uma coisa, a gente sentia o magnetismo do homem, quando chegava perto dele, assim como você aí, então a gente sentia aquela força que irradiava dele. Impressionante. Então eu tive a minha formação ideológica lá naquele tempo. Não tava filiado a partido, nem nada. Tínhamos amigos lá que eram comunistas, que ... o cara sempre procura aquilo que lhe é afim, não é? Então, meu amigo era sempre um camarada que tinha tendências esquerdistas, nunca me dei muito bem assim com os caras de direita, porque eles ... eu acho que a direita pratica muita injustiça. E mesmo os caras de direita são um pouco fechado, não enxergam a coisa como devem enxergar. O camarada tem que ter uma visão mais ampla do mundo, e eu acho que o mundo de ser assim como é, ele acaba no socialismo. O – se escreveu já – o socialismo é um determinismo histórico. E vai ser mesmo. Porque a humanidade cresce cada vez mais e os bens da humanidade tem que ser rigorosamente distribuídos para todos, não acha? Como é que vai viver, por exemplo, o Brasil vive bem e a China vive mal? Não pode. Todo o mundo tem que ter um padrão de vida mais ou menos equivalente. [...] Em detrimento de alguns, muitos são sacrificados. Os Estados Unidos acumulam a riqueza que muitos produzem. Não tá certo, mas isso é uma questão de visão histórica, não acha? Eu queria fazer engenharia, acabei não fazendo. Minha vontade era ser engenheiro, tanto é que trabalhei muito tempo no setor, e aqui em Ponta Grossa, depois que eu vim de lá, porque uma vez eu estava no Cine São Luiz, no Rio de Janeiro, assistindo o filme “Duas almas do demônio”, me deram uma pancada no parietal, não sei quem foi, e acordei na ambulância. Mas acordei com meia amnésia, assim, não conseguia nem lembrar o nome. Mas felizmente não foi nada de mais. Mas infelizmente, depois disso, eu fiquei sofrendo crises epiléticas, e levou muito tempo isso. Então, em vez de ser o estudante que eu pretendia ser, acabei voltando para Ponta Grossa, e afinal de contas a gente não é dono do destino, né? Tinha uma idéia, de repente acontece uma coisa assim como me aconteceu, e tem que mudar. E eu não sinto, porque eu pensei, puxa, eu não pude ser um engenheiro, mas sou um pintor, sou um desenhista, pouca gente faz o que eu faço. Aqui até fui selecionado na minha profissão, porque de engenheiro dá cem por 10, ou em cada 100 pessoas dá 10 engenheiros, e aqui em cem pessoas não dá um, precisa 200, 250, 300, pra dar um, não é? Então eu fui selecionado naturalmente, dentro da profissão. E me dei bem, porque eu não sou ambicioso, eu sou um cara consciente das coisas, procuro ver as pessoas, procuro compreender a vida. O

partido em Ponta Grossa só passou a existir devido à sacanagem do tempo da revolução. Quando eu fui preso, no quartel, sofri sanções, a ponto da população me hostilizar, me hostilizavam, o cara ou os caras que controlam e levaram a sério o inquérito fizeram muita coisa errada, que eu pensava assim: saindo daqui eu vou ser um comunista. Porque os homens tão me chamando, tão me acusando, tão fazendo o que não devem, aí foi quando saí de lá, fui a Curitiba, me entendi lá com a chefia, com os líderes do partido, e fundei o Partido aqui, e foi o maior partido do interior do Paraná. Tinha, aqui em Ponta Grossa, mais associados do que o PDT. E infelizmente tudo passa, foi uma febre que me deu aí. Porque apontavam: ah, o Fulano é comunista, o Beltrano é comunista. Ora, mas o que é isso? Nós nunca pertencemos a um partido. Agora, depois que aconteceu essas coisas todas lá no quartel, que eu fiquei preso quarenta dias, eu fui a Curitiba, conversei com o pessoal lá e eles me delegaram poderes para fazer o partido aqui, e eu fiz. E fiz com muita galhardia, porque o Partido Comunista de Ponta Grossa foi o que do Paraná que teve o maior número de filiados. Porque nas cidades todas aí existe dois, três, cinco, dez, mas aqui tinha oitocentos e poucos filiados. Depois que eu mudei aqui pro Monteiro [Conjunto Habitacional de classe média em Ponta Grossa], em 78, não durou até 78, porque aqui tinha uma cerca ali atrás, queimei um acho que um volume desses aqui de ficha. Queimei as fichas do pessoal todo. Porque naquele tempo foi feita a convenção do, o Freire fez a convenção e fez, e dividiu o Partido, fez o PPS. O PPS é a história do Partido, é a história do egoísmo humano, não tem, as pessoas não têm aquela noção de humildade, como valor. O Partido Comunista já sofreu, numa outra convenção que houve, o desdobramento pra Pcdob também. O João Amazonas pretendia a luta armada. O que é isso? Luta armada, aqui no país? Essa gente boa, gente simples aí, por quê um matar o outro, o que é isso? Tanto é que ele fez aquela guerrilha do Araguaia, morreram cento e tantos jovens lá, uma coisa triste, né?

Todo cara comunista é um sujeito de mente avançada, mas o João Amazonas levou essa gente, fez uma lavagem cerebral, não sei, porque o Prestes sempre foi contra a luta armada.

Quando eu fundei o PCB, já tinha ocorrido as Diretas-Já, já tinha ocorrido as coisas todas aí, então já era legal. Foi nesse tempo, sim. Engraçado, eu fiz as coisas aí, tá lá no fórum, não é? Conforme tem, deve ter alguma coisa, não é, do Partido Comunista de Ponta Grossa, mas eu nunca mais mexi com isso. Eu deixei o partido, falei pra comissão diretora: ói, eu vou deixar isso, se alguém quiser pegar... Mas ... Ser presidente de um partido político não é coisa boa. Dá muito trabalho. Aparentemente é ótimo, mas dá muito trabalho. E as pessoas, ninguém

se interessou. E o pessoal de Curitiba, em vez de vir aqui, em vez de insistir com os filiados, vinham falar comigo. Eu não quero mais nada. Depois que fez a divisão, como? O partido tava tão bom!



Capítulo 6

DIÁLOGOS SOBRE O SUJEITO BRASIL

A partir deste ponto, propomo-nos a colocar diante do leitor múltiplas vozes que dialogam com as fontes e com a memória, partindo das mesmas temáticas que escolhemos para organizar as análises da primeira parte do trabalho.

A nação enquanto sujeito e a relação dos sujeitos - cidadãos com a nação é um tema de suma importância para a problemática deste estudo, pois trata-se do ponto inicial de qualquer identidade individual, ou seja, as respostas à questão “quem sou eu?”, ou, coletivamente, “quem somos nós?”. Portanto, a imaginação de si e do grupo ao qual se pertence é um momento fundante da ação do sujeito no mundo, que depende ainda de como este sujeito compreende “ação” e qual a abrangência e a qualidade do “mundo” que ele concebe para nele atuar.

Neste capítulo, procuramos prioritariamente ¹ saber dos depoentes como pensam e pensaram a nação (e /ou a comunidade à qual se sentem prioritariamente ligados), dentro da perspectiva do indivíduo que age (que é a condição básica da definição de “sujeito”). A este grupo de imagens relaciona-se um outro ao qual é imediatamente ligado, das características e expectativas da ação política do sujeito - cidadão.

¹ Prioritariamente porque essas indagações não são exclusivas deste capítulo.



Retomemos aqui o que seria, de acordo com a nossa análise prévia, a interpretação desejada pelo elaborador desta peça: o apelo ao dever oriundo da nacionalidade expresso no trocadilho do texto de chamada (cumprir / comprar obrigações): o sucesso desse apelo ao dever depende do esclarecimento do trocadilho, ou seja, da passagem efetiva da leitura do nível denotativo da mensagem para o conotativo, usando os termos de Barthes. O apelo é reforçado pela figura da mão que aponta e intimida, afirmando que a mensagem refere-se ao leitor mesmo, não a uma massa anônima. O objetivo é vincular as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) aos deveres da condição de brasileiro para vendê-las, argumentando, secundariamente, com a lucratividade e segurança do investimento. As falas abaixo, mostram de que maneiras essas mensagens interligadas são lidas pela memória, pela subjetividade e pelas experiências e opiniões posteriores dos depoentes.

No que se refere ao aspecto da leitura do texto de chamada (que divide com a ilustração a atração do olhar do leitor), percebe-se que, na maior parte dos depoimentos, o trocadilho não foi “desarmado” pelos leitores, prevalecendo a compreensão de que a peça solicitava o cumprimento das obrigações, em vez da compra das mesmas. Ou seja, a maioria passou ao largo do aspecto conotativo, chegando de forma mais imediata à interpretação, à denotação. Este “salto” teve principalmente duas conseqüências: por um lado, permitiu a verbalização do imaginário do dever a ser cumprido em favor da nação, algo que vem de uma educação cívica que ocorre dentro e fora

da escola, em busca da maior parcela possível de cidadãos, desde pelo menos a estruturação do sistema educacional republicano; por outro lado, significou uma menor atenção ao aspecto referencial da mensagem publicitária, pois ficou prejudicada a definição de qual era o produto vendido (as ORTNs) e a empresa vendedora. Portanto, essas duas conseqüências da característica do enunciado referem-se respectivamente a um apelo político e a um apelo econômico, de consumo. Podemos adiantar também que, nos casos em que esse reconhecimento da marca ocorreu, a sua avaliação e a do seu apelo mercantil foi condicionada pela imagem de Brasil utilizada na parte conotativa / denotativa da mensagem, segundo a interpretação / sensibilidade do entrevistado.

Começemos pelos depoentes em cuja leitura predominou o aspecto referencial da mensagem. O que chama o olhar da Sra. A, na peça publicitária, a julgar pela sua fala, é a “assinatura” que revela que se trata de uma comunicação da Bolsa de Valores de São Paulo, da qual tem uma interpretação negativa, como uma instituição estritamente exploradora. Talvez isso adicione-se à sua crítica, que recusa as insistentes cobranças dos deveres dos cidadãos sem a contrapartida do respeito aos seus direitos, o que por sua vez significa o cumprimento dos deveres por parte dos governantes (e esta “cobrança” é de fato uma das imagens que a peça mobiliza, ainda que pretenda passá-la de modo positivo):

“Aqui eu entendi assim, essa Bolsa de Valores, que tira o dinheiro do pobre, que fazem . não é isso que quer dizer essa coisa? Eu entendi isso. Porque, você veja, quem tem dinheiro lá pra eles, para jogar. não sei o que é que jogam, não sei o que que é, não sei, acho que isso ... não sei o que, não entendi bem essa parte. Só achei muito feia [a figura da mão], não gostei.” (A)

A última frase traz também uma apreensão estética do enunciado, que está ligada à figura, com a qual não se estabelece uma relação prazerosa, mas sim incômoda e desagradável, em sintonia com o sinal negativo que se estabelece na leitura de A para toda a peça, marcada por um ceticismo em relação às exigências do poder político sobre o comportamento popular, em promessa que propõe a troca desse comportamento pela garantia de um futuro melhor. A Sra. E

também fez uma leitura em que o que aparece primeiramente é o aspecto referencial da mensagem:

*“Aqui está falando assim [lê novamente o texto em tipos menores] Aqui pelo que eu entendi ele está falando sobre uma forma de ganhar dinheiro. Sobre a bolsa de valores, quer dizer, as pessoas elas podem aplicar lá na Bolsa de Valores que elas têm muito mais ... assim, com mais renda, né?
A figura ela está com uma mão segurando, um pulso firme, né? Que quer dizer, que tá segurando alguma coisa, né? Eu acho que significa, quer dizer, segurando assim um pulso firme quer dizer que você teria que segurar ... entrar nesse plano aqui, né? Desde que tenha condição é isso aqui, né? Tendo condição é isso aqui, porque é isso aqui o que está ocorrendo.” (E)*

A fala se inicia pelo reconhecimento da marca e pelo estabelecimento de uma posição perante a mesma: não é negativa, como na fala da Sra. A, pois concorda em geral com o enunciado, afirmando a necessidade de investir “nesse plano”, mas percebe-se um certo distanciamento pessoal em relação ao produto, pois se aventa a possibilidade de não existirem condições financeiras para realizar o investimento. A identificação da figura como uma mão fechada está presente no depoimento da Sra. E, associada ao significado de necessidade de economia, de poupança, do contrário de uma atitude perdulária.

Outras leituras referiram-se aos aspectos denotativos e conotativos da mensagem publicitária, concentrando-se no texto de chamada ou dando atenção também à ilustração da mão apontando. Como já adiantamos, foi comum a leitura aberrante do aspecto conotativo, seja no que se refere ao trocadilho cumprir / comprar, seja no atinente à identificação do que a figura representa. Prevaleceu em geral a leitura do “compre” como “cumpra”, o que mostrou a força deste trocadilho em passar despercebido, calcado na exaustiva exposição da idéia e dos termos (de o Brasil esperar de cada um o cumprimento das suas obrigações), a ponto de causar sua naturalização e incorporação.

O Sr. C demonstra familiaridade com as mensagens, encontrando eco delas em sua memória, recordando a presença delas de forma difundida e generalizada:

“Elas de uma forma geral me lembraram realmente, todas elas, o período de 64, eram coisas que eu via realmente. Todas elas eu via. Mas elas não tinham assim, vamos dizer, uma coisa específica pra mim, Eu interpretei assim de uma forma geral. Porque veja, essa figura aqui. o Brasil espera que cada um cumpra suas obrigações, porque lá se falava isso, cumprir seu dever, né? (...) É, o tamanho da mão, é bem grande, os dedos, apontando para você. É isso aí. Eles usaram a propaganda, era uma coisa que estava nos olhos de todo mundo, na época. Esse é igualzinho. Aí fala das Obrigações do Tesouro Nacional, que na época estavam vendendo muito. Para tentar vender as Obrigações. Por que essa figura não era para isso aqui, viu? Ela foi tirada de um outro contexto, foi usada pra fazer propaganda, mas ela aparecia em outra, o Brasil espera que cada um cumpra seu dever, compre suas ações, compre suas obrigações era cumpra suas obrigações, eles usaram, eles transformaram para fazer propaganda da Bolsa, que originalmente não era.” (C)

Notemos o trajeto de leitura de C: parte, inicialmente, de uma não - “tradução” do trocadilho, ou seja, começa pelo aspecto conotativo da mensagem. Vai, então para o aspecto referencial, indicando a compreensão do produto e da marca para só então, após relacionar a imagem com outra da qual se recorda (e não o recorda sozinho, como veremos, revelando um referencial icônico comum), desmontar o trocadilho. Neste percurso, o que acaba fazendo é indicar uma referência, em sua memória, de uma mensagem de participação da nação através do cumprimento das obrigações (interação majoritariamente política com o grupo), evocada pela presente mensagem, em que essa participação na nacionalidade vem mediada por um ato econômico, ou seja, comprar as ORTNs.

De uma forma mais exata, o Sr. I faz a mesma identificação que C daquela imagem (que originalmente tinha outra finalidade) e que é utilizada na peça em questão:

Propaganda muito inteligente, com forte apelo coletivista, não é? [folheia as várias peças publicitárias] Tá vendo que é uma coisa muito importante isso. [longo silêncio] Muito inteligente esse. [outro longo silêncio] Essa aqui puxa pro capitalismo firme. Mas o texto de chamada é um texto simpático: “O Brasil espera que cada um cumpra com suas obrigações”. Isso é verdade.

E esse desenho, da mão ... Isso daí é mais ou menos cópia de propaganda que saiu nos estados Unidos, que tinha lá o Tio Sam no tempo da guerra, apontando lá pro cidadão, “Você, e tá tá tá...”, convocando pra guerra, mas é ... serve muito bem, né?”

Ela puxa pra idéia de compromisso, então, da pessoa com o país, né, isso é do regime militar. Não, aqui a intenção é mais capitalista. Ei vê que a origem dela já veio de um cartaz americano. Mas pena que ninguém lê isso, eles só lêem o texto aqui de chamada, mais nada. Não é assim? (I)

Podemos ler neste fragmento uma identificação do caráter de apelo econômico constitutivo da peça, na visão de I, embora ele hesite entre esta qualificação e a de um apelo político (do país, do regime), mostrando que a peça, para este sujeito, foi bem sucedida neste objetivo de vincular estas duas esferas da cidadania: a participação política com a participação econômica.

Estamos diante de um dos grandes dilemas da cidadania nos últimos dois séculos, que amplia-se do critério econômico típico dos primeiros pensadores liberais (ou seja, só os que são proprietários podem participar da vida política, pois seu sustento não depende de outros) ao critério social (ou seja participam os que pertencem à nação, independentemente de sua situação econômica), e que se nos afigura hoje como um retorno à primeira situação, pois os direitos cada vez menos são atribuições do homem político, mas do trabalhador e do consumidor. antes de mais nada ². Essa peça é sintomática não de uma passagem entre o apelo publicitário de caráter coletivo, político (ao desenvolvimento da nação, por exemplo) ao apelo ao consumo como fonte de satisfação individual ³, mas de uma perspectiva que procura integrar o sentimento nacional e a satisfação pelo consumo, a ser possibilitado pelo ganho com o produto financeiro anunciado.

No trecho a seguir apresenta-se um processo de desmontagem do trocadilho, ao mesmo tempo em que a decodificação da figura é feita de forma distinta daquela pretendida pelos seus elaboradores:

“Bom, primeiro eu acho que a gente vai no caso ler a manchetezinha ali, né, o título: “O Brasil espera que cada um compre ... é compre suas obrigações? Compre? [ri] Se fosse eu, já tinha lido “cumpre”. É, esse daí dá um ... um caminho. Agora, como? Se for em termos econômicos, posso levar para o lado da responsabilidade, de assumir o próprio compromisso, que é uma mão fechada... Deixa eu ver se é bem uma mão fechada ... Porque, veja bem, aqui tem as letras menores. A gente não liga muito com isso. A gente vai ligar com a

² Essa discussão é conduzida, por exemplo, por Patrice CANIVEZ, op. cit., p. 17 e ss.

³ Cf. Anna FIGUEIREDO, op. cit.

manchete, com o título, né, já vi que veio da revista Veja, de 70. Esse aqui é uma publicidade, de Bolsa de Valores, incitando as pessoas a aplicarem os seus recursos em alguma, aqui, como fala, as Obrigações Reajustáveis, aplicação de juros, né, aqueles juros que a partir de então ...” (D)

Ou seja, a mão apontando é entendida como uma mão fechada, mas o “fracasso” da decodificação desta parte do enunciado não significa o fracasso do enunciado em si. Se o objetivo é garantir a captação das economias para o investimento nos papéis anunciados, a compreensão da figura como uma mão fechada também dá a sua parcela de contribuição, já que a entrevistada associa a mesma a necessidade de poupança, de forma análoga à Sra. E, que vê na figura um “*pulso firme*”, “*quer dizer que você teria que segurar*”.

A peça oportunizou a estruturação de algumas lembranças, e a vivência contemporânea de alguns entrevistados participou de forma mais decisiva deste rememorar, significando mesmo algumas vezes uma elisão do passado. Este é aproximadamente o caso da Sra. A, que manifesta uma postura cética, crítica e indignada, que não existia no período em que a peça foi publicada, mas que se desenvolveu a partir da morte do marido (situação em que a opressão imediata desaparece e as portas do mundo além do lar se abrem para ela) e da vivência da situação de pensionista, testemunhando as sucessivas humilhações impingidas pelo poder público à maior parte das pessoas nesta situação, do que é são exemplo as filas intermináveis para o pagamento dos benefícios (“*Às vezes eu vou no banco receber meu ordenado, não tem vez que eu não vá que eu não venha triste ou chorando*”). Estas vivências diluem o sentimento de amor à pátria, construído na infância, na escolarização, e mantido durante a maior parte da vida: em outro ponto da entrevista, a Sra. A afirma que a bandeira nacional não passa de um pano, frase expressiva do desencantamento pessoal que experimentou para com a mística dos símbolos nacionais (e, em consequência, da nação que eles representam).

Defendemos que a posição não-crítica em relação aos deveres colocados pelo Estado, presente em 1970, entre outros motivos, deve-se a um relacionamento compreendido ou sentido como favorável com esta instituição. Ou seja, o amor à pátria (um dos deveres do cidadão, segundo muitos) está alimentado pela reciprocidade com o Estado nacional, que responde com bem-estar social. de certa forma, isenta os governos militares (“acho que cumpria” a sua parte, afirma que “os militares foram ótimos” e que pareciam ser mais humanos (visão que só se

sustenta perante o desconhecimento ou desconsideração de algumas informações, como o desrespeito às liberdades civis e aos direitos humanos praticados com a anuência do regime ou resultado direto de suas políticas), não mercantilizando todas as coisas, como percebe que ocorre hoje, mas não os governos posteriores. Se por um lado podemos relativizar esta visão dos governos militares, uma vez que a depoente, no período, tinha suas percepções da vida nacional filtradas pela sua condição de submissa ao marido e ao lar, por outro lado podemos notar que ela estabelece um contraponto entre as políticas orientadas para a prevalência do mercado, características da atualidade, e um período de maiores garantias sociais, cujo desaparecimento é lamentado. Sobretudo a fala evoca um cansaço e uma intolerância que apontam para o esgotamento da postura dos sucessivos governos em exigirem sacrifícios da população em nome da comunidade nacional, que geralmente não foram acompanhados de uma compensação ou de um funcionamento correspondente por parte dos governos. No presente, este contrato de reciprocidade com o Estado - nação é percebido como rompido pela Sra. A, perante as dificuldades financeiras que vivencia e presencia, e que entende como culpa dos que detém o poder político ⁴. É nesta chave que devemos ler a criticidade do depoimento de A: pela situação vivenciada no presente.

O apelo publicitário de um produto do mercado financeiro detona na Sra. D um processo de reelaboração e verbalização da memória pessoal / familiar no que se refere ao dinheiro e às vicissitudes da economia:

“Bom, fora da figura eu vejo um país rico, promissor, que teria assim grandes possibilidades de desenvolvimento, etc. Mas a figura me leva a pensar em muita economia, a necessidade em se investir, vamos dizer assim, mas com a preocupação em não jogar fora, preocupação de não ... até mesmo, em termos de relações internacionais, não é, de evitar aquele comércio mais aberto, aquela preocupação (...). Bom, eu vou dizer que nessa época, uns anos atrás, as famílias eram grandes, viviam mais na região rural, então a gente, eu vejo mais pela minha família, lá do meu marido, lá do lado do meu pai, todos tiveram assim grandes quantidades de terra, que foram exploradas, aquelas matas maravilhosas, aquela coisa que eu tenho saudade, mas a gente percebe que no

⁴ Sobre este ponto, é interessante acompanhar a reflexão de Sílvia Hunold LARA (no texto *Tiradentes e a nação esquartejada*), para a qual o esquartejamento de Tiradentes tem um significado muito forte, ao ser capaz de definir um aspecto que não é acessório, mas central à constituição da identidade nacional brasileira, embora isso seja sempre negado pelos que procuram edificar dentro de uma perspectiva tradicional e de cima para baixo: os brasileiros resultam de um processo em que os direitos são desrespeitados, como pedaços constitutivos do cidadão que dele são arrancados.

contexto maior, nacional, havia muita gente que tinha certas possibilidades, e ... mas sempre o regime era sempre de muita dureza. Dureza, no sentido de vamos pensar no dia de amanhã. E então eu acho que ... se dava muito valor para dinheiro. Mais que hoje porque, pelo que eu me lembro, o pessoal procurava muitas vezes guardar, e hoje o pessoal em geral, o povo, nós, eu, temos mais possibilidades, mesmo, com carro, com meios de comunicação, viagens, turismo ... Na nossa época, eram poucas as pessoas que viajavam, que faziam turismo. Viajar para o exterior era uma coisa que de vez em quando a gente ouvia. Nos últimos anos, a vida é mais facilitada. Ninguém se preocupa tanto em guardar. Então é uma vida dura, porque a vida de hoje é mais difícil que a anterior, no sentido econômico, financeiro, parece que é. Embora haja bastante quantidade de oportunidade, diversidade de ocupações, de profissões, que antigamente era mais restrito: era a área de comércio, de indústria, agropecuária e só. Eu, pelo que me parece, o Brasil espera que cada um cumpra suas obrigações, que depende muito da pessoa, da família, assim, em termos até de subsistência, porque hoje é tudo muito mais ... por meio de cooperativas, não é isso? Movimentos, agrupamentos humanos que se reúnem para buscar algo de interesse social. Que anteriormente me parecia que a coisa era muito mais fechada, certo? E coisas até de escola, antes da minha época, os pais da gente, os avós e tal, foram pessoas que tiveram professores em casa, né, porque, de certa forma, privilegiados. Porque quem estudava eram poucos, relativamente, é claro, que buscavam a escola. Era um número assim menor, até mesmo de crianças, que a escola, o estudo, a cultura, não tinham o valor que se dá. Eu vou lembrar que a partir de 60, quando então foi construída Brasília, o Distrito Federal, então pra mim, até aquela época a vida era assim, bastante estável, em termos de, com é que fala, de ... Inflação. A partir de 60, 61 a 64 foi uma coisa. Eu posso até contar um caso, minha mãe tinha essa fazenda, que era uma maravilha. Ela vendeu por x. Então, nós recebemos em títulos, um título pra daqui um mês, pra daqui um ano, ano e meio, e assim por diante. Com o pensamento daquela não – inflação, que tinha até 1960. Aqueles títulos, você vê, os últimos títulos, aquilo não valia nada, por exemplo, dava para dar entrada numa máquina de lavar roupa, porque a inflação comeu tudo. E a desvalorização da moeda. A partir daí, por exemplo, os imóveis, ou mesmo as terras, passou a ter um valor muitas vezes maior. Porque nessa época havia ainda muita inflação, então quem aplicava, crescia, ficava rico, e quem comprava até um imóvel, o valor do imóvel não crescia quanto a poupança cresceu.” (D)

Esta propaganda também evocou lembranças desagradáveis para a Sra. F:

“Tá demonstrando uma mão apontando. Eu acho que aqui tá apontando em parte o defeito do nosso governo. Porque tá muito difícil, né? Parece, que nem a gente diz brincando, parece um castigo. Isso na minha interpretação, porque esse você aqui, esse aqui você vai perder muita coisa, porque nós perdemos muito naquela

época, naquele governo. O povo da agricultura, o governo pegou, não sei como é que chama aquilo, nos bancos, né, as economias da gente ... é, recambiaram, né? Daí que nós tínhamos, o povo que tinha alguma coisa no banco eles tomaram conta, né? Mais tarde o meu marido recuperou, que ele pecuarista, então ele conseguiu retirar essa economia que nós tínhamos no banco, mas foi muito difícil, porque o governo conseguiu pegar muita coisa ... Então nessa aqui, eu acho que nessa aqui, não sei se estou certa ou errada, mas eu acho que é uma acusação, essa figura aqui, é uma acusação, apontando para cada um, que também, ou você trabalha, você tem, ou então você não tem.” (F)

Também neste caso a relação que se estabelece é a de decepção e de prudência em relação ao Estado, diante de um contrato rompido, de direitos desrespeitados. Mas, analogamente à Sra. A, o sujeito é apenas tangencialmente identificado com o “Brasil” em abstrato, mas as críticas estão centradas na atuação (que julga desleal) do governo: Brasil e governo são entidades distintas, a primeira acusando ou cobrando a segunda. De resto, percebe-se uma compreensão pouco detalhada do que realmente ocorreu com as economias da sua família neste período, donde aparece-nos a possibilidade de interpretar essas colocações como um lapso, em que as associações do trabalho da memória possivelmente resultaram numa narrativa falha em relação aos eventos que ocorreram.

Já começamos a adiantar alguns comentários em relação a categoria da identidade político-territorial, o que atesta a dificuldade (e a inutilidade) de separar rigidamente a análise de cada um desses aspectos nas falas. O Sr. I, por exemplo, ao analisar estruturalmente a propaganda, adere ao seu postulado básico, tanto no aspecto da sensibilidade quanto no cognitivo: “ (...) o texto de chamada é um texto simpático: ‘o Brasil espera que cada um cumpra com as suas obrigações.’ Isso é verdade”. Nesta frase, podemos destacar o componente de identificação que se expressa nas atitudes responsivas da simpatia e da atribuição de veracidade. Há adiante um indício das vivências posteriores do depoente na organização da sua opinião - memória sobre a peça publicitária: “Mas pena que ninguém lê isso, eles só lêem o texto aqui de chamada, mais nada. Não é assim?”. Na nossa interpretação, essa idéia de que os enunciados completos das mensagens não são compreendidos e nem mesmo lidos pela maioria da população (que se repete nas leituras de outras peças publicitárias) pode ser em parte explicada pela sensação de comunicação bastante deficiente com a

massa, que julgamos existir num dirigente do Partido Comunista Brasileiro numa cidade politicamente conservadora, que não consegue conduzir o partido a nenhum sucesso eleitoral significativo (apesar do sucesso organizativo), numa trajetória que se encerra com o fechamento do partido na cidade. Para I - presumimos - o “povo” que é eleitor na política municipal e leitor das peças publicitárias é um “outro” (“eles só lêem o texto aqui de chamada”) é um sujeito com o qual a comunicação sofre consideráveis perdas entre o emissor e o receptor. Essa percepção é inerente à incompreensão dos propósitos do Sr. I enquanto militante e dirigente de um partido que não consegue ser bem-sucedido. Em outras palavras, este “povo” é um “outro” que não “nos” entende, que não participa das esferas das quais “nós” participamos; há uma defasagem entre a mente deste sujeito coletivo e a “nossa”. I afirma que *“Todo cara comunista é um sujeito de mente avançada (...)”*, ou seja, tem uma mente que está em outro tempo e que geralmente não logra comunicar-se de modo eficiente, não pela deficiência do processo comunicativo, mas pela ausência de um código que seja comum com os receptores.

Na leitura da Sra. D, também aparece uma consideração inicial que é referente à identidade político-territorial e à atitude daí decorrente: *“(...) fora da figura eu vejo um país rico, promissor, que teria assim grandes possibilidades de desenvolvimento, etc.”*. Aparece aqui um componente do imaginário nacional que foi comentado na primeira parte deste trabalho, no qual ocorre o amálgama da idéia de “país do futuro” e de “gigante” em termos de extensão territorial e riquezas naturais, potencialidades adormecidas que manifestar-se-ão um dia. Estas imagens são freqüentes nos depoimentos, como veremos adiante, indicando um aspecto consolidado do imaginário (e da consciência histórica, porque tratam-se de visões que envolvem o tempo do grupo), que é habitual e habilmente utilizada pela propaganda do período.

No trecho transcrito a seguir, podemos identificar alguns aspectos das relações de cidadania tais como são compreendidas pela depoente:

“Não era comum essa frase, de cumprir as obrigações. Eles que tinham que cumprir. Acho que cumpria, mas não tinha essa frase.

O Brasil espera ... Pois é, mas o que nós esperamos do Brasil, me conte? O Brasil espera! Nós que temos que esperar, e não é do Brasil, é do povo que está mandando no Brasil.” (A)

Fica clara aí a falta de reciprocidade dos deveres entre o indivíduo e a instituição, e pode-se afirmar que A desmonta o Brasil como sujeito oculto, ao afirmar que quem deve satisfações não é

o Brasil, mas “o povo que está mandando”. Este “povo” composto de mandatários, tradução do grupo formado pelos governantes e seus apoiadores / influenciadores, é denominado na segunda frase como “eles”, mas não se trata do mesmo sujeito que aparece no final desse fragmento transcrito, pois o verbo para “eles” está no passado, e para o “povo que está mandando” está no presente. Interpretamos este arranjo como uma indulgência para com os governos militares, que aparece em outra parte do depoimento.

Para o Sr. H, entretanto, preso e profissionalmente prejudicado pelo regime, não há indulgência alguma:

“Bom, o que que é: “O Brasil espera que cada um cumpra suas obrigações”. É um slogan. Não é um ame-o ou deixe-o, é um slogan, mas é cheio de palavras vazias. Quero saber o que cada um faz pelo Brasil. Eu provo que eu sou útil à comunidade. Nesse 45, 55 anos de profissão, eu provo o que eu fiz pela comunidade. Estou fazendo, continuo fazendo. Tá bom? Agora esses que falam pelos cotovelos e que nunca fizeram nada pela comunidade? Só tão querendo amealhar cada vez mais dinheiro, mais recurso, mais lucro. Veja bem, o empresário, a tal da globalização. Hoje com a tal da tecnologia que está avançando em todos os ramos da atividade humana, com a automação, o que é que acontece? Os empresários, os grandes industriais tão procurando atualizar a sua entidade por causa da concorrência, pra produzir bens mais acessíveis e que sejam mais baratos, o custo para ele ter maior lucro. Então, se ele tiver que dispensar 15, 20, 50, 100, ou 500, ou ... ele dispensa! Ele não está se importando com o que vai acontecer com esses operários demitidos, ele está pensando na sua empresa. E as conseqüências sociais do desemprego? Ele não vai resolver. Então não é a iniciativa privada que vai resolver, não é a economia de mercado que vai resolver, tá entendendo? Não é a economia de mercado que vai resolver.” (H)

A propaganda, para ele, carece de autenticidade, (“palavras vazias”), pois os que a elaboraram e apoiaram (os apoiadores do regime, subentende-se, ao ler as memórias de H sobre o período) não seriam tão úteis comunidade como ele. Assim, o Sr. H traça um padrão de relacionamento desejável entre o indivíduo e o grupo, um critério de civismo conseqüente: considerando a sua atuação profissional como desvinculada da sede de lucro (prestou serviços gratuitos aos que não tinham recursos desde o início da carreira até o presente), ele vincula o comportamento do cidadão ideal que imagina a uma priorização do ser humano e do bem-estar

em detrimento do lucro e da exploração do trabalho. Esta definição é feita pelo contraste com o seu contrário, que para H é o comportamento dos empresários e da economia de mercado.

Uma cobrança semelhante de uma atitude não egoísta aparece na fala do entrevistado a seguir, que traça uma espécie de projeto normativo de cidadania:

“Nessa figura aqui eu fico achando que a pessoa tá pensando que o Brasil tá ficando pequenininho, fazendo um desenho com os dois dedos, mostrando que o Brasil tá pequeno, precisa expandir o Brasil. Que se todo mundo cumprir as obrigação, fazer as coisas como deve ser feito, procurar esses político ricão que não tem mais onde por dinheiro, que consegue um empréstimo aí do governo, que é uma enormidade, que podia servir pra muita gente, eles pegam. Claro! É a gente que paga. Por isso está esses processo aí, essa barulhada, todas essas coisas superfaturadas que eles fazem, uma porção de gente bem rico que chega ali e pá, roubar uma fortuna que podia servir para melhorar o Brasil, né? É um, dois três, que sai, nem fica aqui, a gente sabe que tá acontecendo isso, então eu acho que os brasileiros cumprir a obrigação deles, porque lá eles mandam, que fazer essas malandragens, roubar o dinheiro do Brasil, pro Brasil continuar pagando juros, que não tem, acho que nunca vai conseguir pagar esses juros se o povo não mudar, né? Então se cada brasileiro que entrar na política não entrar pra cumprir a obrigação dele, o Brasil não vai melhorar. Tem o Rolando Boldrin que ele diz lá, acredite no Brasil que ele tem solução, mas pra ter solução o político tem que mudar. Se a política não mudar, os grandes da política não, que entra lá não tratar bem dos brasileiros, o Brasil vai ter que internar não sei pra aonde, assim não vai melhorar. Entende?” (G)

O grupo que sofre a crítica de G pode ser identificado, a partir deste trecho transcrito, como os que combinam a condição de políticos e de ricos (ou pelo menos das atribuições pouco honrosas que G aponta para os políticos); com esse grupo, o Sr. G não estabelece distância ou alteridade: eles são “brasileiros” que precisam cumprir a obrigação, são “o povo” que precisa mudar, ou “o político” que precisa mudar. Por outro lado, descolando uma identidade total, esse leitor afirma que é deles a missão de “tratar bem dos brasileiros”. Note-se aí a ausência do sujeito falante na resolução dos problemas coletivos, que é algo significativo a ser retomado adiante ...

A interpretação do Sr. G sobre a figura também se distingue da que interpretamos como esperada pelos elaboradores, na medida em que ele vê um gesto que não é de intimação / intimidação, mas de indicação de que o país precisa ser expandido. Faz a ponte com outra imagem cara à propaganda política do período, que é a do “Brasil Grande”, do imperativo de

desenvolvê-lo, engrandecê-lo. Mais uma vez, o “comprar” é “comprado” como “cumprir”, e o Sr. G delinea o significado compreendido da frase como a responsabilidade individualizada para uma conduta ética na atividade econômica. Isso expressa, apesar dos caminhos interpretativos inesperados que G toma para chegar às suas afirmações, a internalização do padrão de comportamento político estimulado como ideal pela propaganda do regime, calcado na desmobilização, na despolitização e na integração do indivíduo à cidadania / nacionalidade primordialmente pelo trabalho honesto, responsável e politicamente silente.

Essa crítica do Sr. G pressupõe uma horizontalidade na relação com os homens públicos, e essa horizontalidade passa por considerá-los como “brasileiros” e como “povo”. Essa perspectiva de compartilhar identidade com os detentores do poder não está presente na fala a seguir. Pelo contrário, essa fala constitui um exemplo de uma compreensão de absoluta verticalidade na relação com “eles”:

“Ah, a da mão. Isso mostra um autoritarismo, não sei. Impõe assim uma segurança, uma firmeza, pelo menos a figura, né? Bom, ele impõe as leis, né, e daí cada um cumpre conforme pode, conforme deve, as obrigações, né, que tem que cumprir.

ENTREVISTADOR: *A senhora falou é ... eles. Eles quem?*

O governo, o presidente lá, por intermédio de seus assessores, impõe as leis e cada um deve, cada um cumpre suas obrigações, né? Ele impõe e espera que cumpram, que seja cumprido, de acordo conforme é mandado, né? Mas não é bem assim que é cumprido. Que se fosse todo mundo cumprisse conforme manda talvez não era tão bagunçado nesse país, né?” (B)

A fala da Sra. B e associa o autoritarismo com a segurança e a firmeza, o que nos leva a imaginar que não há para ela uma consideração negativa desse dito autoritarismo. As frases seguintes confirmam esta análise, quando a imposição das leis e o seu cumprimento passivo são como a expressão de um quadro natural e irreversível da relação entre o governo e o povo. Este poder, aliás, é identificado não no governo, mas especificamente no presidente, para o qual a atribuição de impor leis aparece de maneira tranqüila, e associada ao mando, absorvendo as funções normais do Legislativo numa democracia. Esta visão do papel do presidente aparece-nos como uma “seqüela” para o imaginário nacional, não resultante só do período em estudo, mas da

maior parte da vida política nacional, em que o poder centralizou-se no Executivo, e mais especificamente na figura pessoal de seus mandatários máximos. O mesmo se pode dizer da oposição entre a obediência e desordem, uma existindo apenas na ausência da outra, dispostas como antônimos. A depoente entende o país como “bagunçado”, provavelmente como resultado da subversão da ordem que indicou: o presidente impondo leis, mandando, e as pessoas cumprindo. Há, portanto, uma percepção da democratização do país como perversão da lógica autoritária, que garantia segurança, e a degeneração do convívio nacional para a ausência de ordem atual.

É interessante notar ainda como a análise do Sr. C sobre a propaganda em questão descreve em parte o posicionamento da Sra. E:

“(...) porque lá se falava isso, cumprir seu dever, né? De brasileiro, bonzinho, quer dizer, aquele brasileiro que fica quieto, trabalha direitinho, que não reclama, e deixa a engrenagem andar.” (C)

“O Brasil espera que cada um cumpra com suas obrigações”. As obrigações que nós temos é ... eu acho, em primeiro lugar é com a nossa família, com os nossos familiares, nosso dever, nosso trabalho. a sociedade, nós temos muita obrigação principalmente com os menores, né, as pessoas de idade, que temos que ter obrigações, tem que ter assim um certo respeito da sociedade. Porque cada um, cada governo ... porque a gente pensa assim, o governo não fez isso, não fez aquilo, mas tem que pensar que ele também não [in] e azma de tudo ele também tem um senhor acima dele que é Jesus. Quer dizer que nada você faz sem a vontade dele. Quer dizer que nós temos que ter obrigações, enquanto nós estamos morando aqui nesse mundo nós temos muitas obrigações. Eu acho que é isso aí, cumprir com as obrigações são essas partes, né? (E)

A Sra. E faz uma interpretação social / moral (e não econômica) do comportamento que a peça publicitária recomenda, indicando uma responsabilização individual para com as pessoas em situação de tutela, dependência ou fragilidade, sem colocar a obrigação do Estado de garantir direitos e assistência social.

Por fim, temos duas indicações sobre a consciência histórica, das falas das Sras. A e E (citada logo acima):

“Nós que temos que esperar, e não é do Brasil, é do povo que está mandando no Brasil. E não tem, não tem eles que ... achasse que queria acertar, não morreu, não mataram? Aquele que teve aquela peritonite no, no, no intestino ... aquilo não foi peritonite, foi tiro mesmo, eu sei como é que é. A gente escuta, que vive, né, o outro fala, qual era o nome dele, o presidente ... Até foi esse que ficou doente muito tempo, o Tancredo Neves. É Nem pôde governar. Aquele ia ser um governo bom.” (A)

Na fala de A ficou explícita uma visão de história nesta depoente que privilegia o indivíduo extraordinário ocupando o poder como a chave para a transformação política, econômica e social. Decorre desta visão uma perspectiva que vê o poder dissimulado agindo nos bastidores e bloqueando a ação destes homens públicos através de ações de bastidores, complôs, conspirações que, através da violência secreta jamais revelada publicamente (mas que, de alguma maneira, é conhecida), silencia os que poderiam trazer a redenção nacional.

Na fala desta depoente, mesclam-se dois dos mitos políticos analisados por Giradet, o complô e o salvador ⁵. Especialmente o primeiro, explica Giradet, tem uma permanência excepcional, repetindo-se freqüentemente por sua capacidade de tudo explicar em proveito de qualquer grupo social que se arme deste mito para elucidar o real, num método que se aproxima do exorcismo por possibilitar o desafio ao mal por revelá-lo ao olhar de todos ⁶, desencarnando e arrancando-o às trevas do segredo. Entretanto, estamos aqui diante de uma elucidação do complô que não perde seu caráter de passividade política, porque só ilumina a política retrospectivamente, só esclarece um ponto no passado, e ainda assim não é um exorcismo público, mas uma espécie de confissão privada cuja força sobre a história é nula: sua função é apenas dar ao portador o consolo de que ele não integra a desolada massa dos enganados e ingênuos.

⁵ **Mitos e Mitologias políticas.** Ressaltamos que no questionário escrito, A utilizou um filme de propaganda do Partido da Social Democracia Brasileira, exibido na época da entrevista, para exemplificar suas idéias: “eles” (que ela não soube identificar como o PSDB) estariam certos em sua comparação de que fazer as mudanças no Brasil é como cutucar uma colméia, pois existem interesses (não explicitados) que são muito poderosos, mas é preciso enfrentá-los. É interessante notar como esta propaganda utiliza de certa forma a mitologia do complô, sendo assumida por isso pela Sra. A, partidária desta explicação do mundo político.

⁶ id., *ibid.*, p. 55.

Na fala de E fica patente uma compreensão de história que imagina-a conduzida pela divindade e suas forças sobrenaturais, perante a qual a ação dos homens - mesmo dos grandes homens - tem pouca importância. Isso nos coloca diante da presença de uma consciência histórica que é distinta daquela que Gadamer descreve ⁷, e que Agnes Heller considera como um estágio da consciência em que o tempo do grupo é visto como parte do mito universal ⁸. Este estágio, para Heller, precede uma forma laica da consciência que coloca a humanidade na posição de sujeito único de sua própria história.

⁷ Conforme discutimos no Capítulo 1.

⁸ HELLER, op. cit., p. 16 e ss.

O PRÓXIMO QUE FALAR EM GIGANTE ADORMECIDO LEVA UMA BORDOADA DÊLE.

Qualquer gigante trazia uma hora, no lugar
dela.
Na manhã sempre que esse gigante acordava cedo,
a televisão não funcionava.
Por isso, empresas e economistas que esse
seu e outros vieram que alguém fez um gigante
adormecido.
E agora, a oposição do nosso gigante:
"Não dá para o trabalho."
Porque o futuro não dá para um que vive
meio e faz.
E o seu país e este, nos vultros você não
pensa de um gigante.

Horten Publicidade S. A.
A. Agência de Prop.
São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte,
Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba.
25 anos fazendo bônus para acionar o gigante.

Consideramos que esta propaganda tem um texto agressivo e até certo ponto antipático, se entendida fora de seu contexto de origem: ela surge num momento de grande euforia com os destinos do país, em que essa agressividade podia mudar seu sinal e ser entendida como ironia, como uma brincadeira até certo ponto agradável. Nela, a nação aparece simultaneamente como a soma do trabalho de todos e como um ser cujos atos não são controlados por todos, e que tem vontade, enquanto sujeito, e pune os que divergem da concepção que ela tem sobre si mesma. No outro polo, há uma exposição doutrinária sobre o comportamento que se espera do componente deste gigante, que é basicamente um cidadão que não deve discutir o gigante coletivo, muito menos negar-lhe as suas características recentes adquiridas com o “milagre econômico”: um gigante ativo, não mais adormecido. Dessa forma, em nossa interpretação, a peça oferece um modelo sumário do universo político da época: o gigante é composto por todos, mas o controle das suas ações não é exercido por todos; os componentes do gigante não devem discuti-lo, mas continuar trabalhando para mantê-lo no ritmo de operosidade em que se encontra; os cidadãos que não seguem estas determinações estão sujeitos à repressão, pois nada pode deter a marcha do gigante.

Diferentemente da figura anterior, há um distanciamento maior entre o aspecto denotativo e o aspecto conotativo, e a conotação vai se estabelecer não pela indução da leitura de uma outra palavra, mas pela familiaridade presumida com o termo “gigante adormecido”, familiaridade esta

que é historicamente construída por décadas de audição do hino nacional, o mais comum entre os vários veículos que levam esta imagem através dos meios de comunicação e da escola. A principal referência que o leitor faz quando se fala em “gigante” é ao Hino Nacional, que se constitui como expediente, texto e procedimento máximo de educação da nacionalidade. É um manancial de imagens conceituais sobre o Brasil, bem como o definidor supremo das suas características. Daí talvez a celeuma que causa toda proposta de modificar sua letra: para além da sua consideração como objeto sagrado e intocável pelo culto cívico (o que se expressa na lei brasileira), o Hino é o educador intemporal da nacionalidade, e se a nação permanece essencialmente a mesma (“ontem, hoje e sempre”), como convém a qualquer objeto ideológico, é inadmissível que a sua síntese e instrumento de vivência possam se modificar: equivale a admitir a mudança de algo que se afirma imutável⁹. É o próprio hino que traduz a raiz primeira da grandeza da nação: a natureza da qual emana o gigante.

O “gigante” foi, de fato, o componente da mensagem que mobilizou primeira e majoritariamente a atenção dos leitores, sendo que o mesmo foi interpretado a partir de referências distintas: o hino nacional: “*É, tem até no, aquele hino do ... nacional, né? Gigante pela própria natureza. Pela própria natureza, então tá certo*” (A); a identificação direta como símbolo da coletividade: “*Gigante adormecido vamos dizer que seja o nosso país*” (B); ou ainda a imposição desta imagem pelo uso, pela freqüência com que comparece a diferentes momentos do passado identificados na memória do depoente, sempre associada a uma dada qualificação do futuro da nação: “*O próximo que falar em gigante adormecido leva uma bordoadada dele. É, essa história do gigante adormecido é antiga. Que o Brasil realmente é o país do futuro, gigantesco, muito rico, isso é conversa que sempre ouvi na minha vida.*” (C). A Sra. E chega a identificar, numa primeira aproximação, o gigante como tema central a ser comentado diante daquele enunciado: “*Aqui pra falar do gigante. Qualquer gigante ... aqui fala: não espere, trabalhe.*” (E).

A Sra. D identifica-se com o enunciado da peça, apontando a concordância entre o que disse anteriormente e o que - segundo a sua interpretação - o presente texto coloca: “*Bom, eu acho que isso aqui diz mais ou menos o que eu comentei anteriormente. Que o Brasil é uma grande potência, aqui o gigante*

⁹ José Murilo de CARVALHO, em **A Formação das Almas**, resgata a primeira dessas discussões, quando da institucionalização do Hino Nacional no início da República e a continuidade que o mesmo representou em relação ao Império, contando-se para isso inclusive com o apoio popular (p. 122).

adormecido, que não é explorado convenientemente.” (D). Este ensaio de crítica à condução do país que aparece no último trecho da frase não pertence, a nosso ver, ao tom geral da peça, que é de um ufanismo irrestrito; a Sra. D faz uma leitura aditiva, assimilando e assumindo o enunciado, mas também adicionando uma compreensão própria que estabelece um pequeno ponto a partir do qual aquele ufanismo é relativizado. É bastante provável que este ponto de vista adicional e relativizante tenha sido incorporado pela Sra. D a partir de sua análise atual do país, incluindo a observação dos quase 30 anos de vida nacional entre a produção da peça e a presente leitura, sendo igualmente provável que esta relativização não estava presente para a entrevistada no início dos anos 70. Mas ela, de forma mais suave e indireta, indica um procedimento que é mais definido, mais visível entre outros depoentes, que é uma atitude responsiva negativa, logo na decodificação do enunciado, na abordagem da conotação da mensagem.

Deste grupo, esta é a leitura mais veemente: *“O próximo que falar em gigante adormecido leva uma bordoadada dele. Quem é que acredita no gigante adormecido? Você acredita no futuro do Brasil, do jeito que está, com esses governantes aí? Você acredita?”* (H). Simultaneamente, H traduz o gigante adormecido como a expressão que encerra em si a idéia do futuro do país, imediatamente ligado à ação dos governantes, repudiada por este leitor. Uma associação parecida, mas ainda mais imediata, entre o gigante e o governante, aparece nesta frase: *“Na minha opinião, este gigante é o governo. Infelizmente a gente não pode dizer o contrário, porque ele está adormecido, há muito tempo ele está adormecido, quando ele acordou está sendo um pouco tarde para ele recuperar o tempo perdido.”* (F). E, por fim, a leitura do Sr. G, em que a leitura da situação presente do mundo do trabalho participa da crítica às afirmações da peça publicitária. Após ler o texto e rir, ele verbaliza sua leitura:

“Essa aqui é interessante. Nessa época diziam que o Brasil era um gigante adormecido, né? Mas que gigante que tá aí, fora do lugar dele? ‘Há muito tempo que esse gigante acorda cedo e trabalha até tarde.’ Por isso ... sinceramente que seja a última vez que ... Agora a mensagem do gigante: pare de falar e trabalhe... porque o futuro não existe até que você mesmo o faça’. É, mas e as pessoas que não ... Eu levo esses caboclos do Brasil, mas o pessoal tá aí, só falta ... quantos milhões de família sem serviço? Não é fácil de endireitar. Onde vai arrumar serviço pra tanta gente?” (G)

Como afirmamos acima, a situação contemporânea em relação ao mundo do trabalho, marcada pelo desemprego crônico, seja de origem conjuntural ou estrutural, participou amplamente da definição das atitudes responsivas dos depoentes, bem como da estruturação de suas lembranças para a exposição feita ao entrevistador. O trecho do depoimento da Sra. A traz-nos literalmente a informação de que apenas em parte o diálogo está sendo feito com suas memórias, já que não pode se lembrar do que pensava sobre estes temas no período em que ocorreram, pela situação doméstica que oprimia e seu pensamento e condicionava (ou melhor, impedia) seu pensamento:

“Aqui em 1970, né? Eu nem pensava, meu filho. Não me deixavam pensar. Agora que eu tô ficando mais espertinha, que eu era uma bobona, eu tinha medo de todo mundo. Do marido, que eu tinha medo, que era uma pessoa, tinha medo de ofender uma pessoa agora não, agora eu sentindo eu falo mesmo. Não pode ser assim.” (A)

A Sra. B, veremos adiante, tece uma fala onde se percebe um sentimento negativo perante a desnacionalização à qual a economia brasileira atualmente está submetida, mas que não nos permite saber se este sentimento é extensivo ao período da publicação da peça, já que esta leitora não chega a estabelecer uma opinião política (num sentido mais estrito) sobre o período. Sua percepção é filtrada pelo meio familiar e pelas conquistas domésticas, o que bloqueia o estabelecimento de um significado geral sobre os governos militares ou sobre o governo Médici, especificamente:

“Esse Costa e Silva ele derrubou, não sei o que que foi lá. Não me lembro o que ele fez, foi dois anos só de governo, né? Daí o Médici entrou, foi um dos melhores deles, o Médici, na época. Foi um bom presidente, me lembro bem dele, mas não me lembro o que ele fazia, o que precisava na época. Eu sei que a gente lutou sempre com muita dificuldade, mas enfim não foi muita dificuldade que nessa época, nós, com um caminhão velho que meu marido trabalhava, a gente conseguiu construir um sobrado, sabe ... quer dizer que ruim, ruim não foi...” (B)

Ao mesmo tempo, B desenvolve uma fala de autodepreciação e não deixa de mostrar seu desconforto perante essas perguntas que parecem estar fora de seu universo, e no universo de outros, da rua, do trabalho não-doméstico, onde estão as filhas, através das quais sublimou o desejo de estudar e de graduar-se, como vimos no perfil colocado pela própria entrevistada: *“As minhas filhas se expressam bem, a gente presta atenção na conversa delas, de outras pessoas também. Elas dizem que tem que ler mais, eu leio, mas a minha cabeça já não é aquela cabeça que eu tinha.”* (B). Percebe-se uma capitulação ao papel de inferioridade ao qual ela foi relegada pela forma como ela, o marido e a comunidade compreendiam o papel de esposa e dona de casa.

A imposição que aparece no texto publicitário (“Pare de falar e trabalhe”) também é lida por E segundo a sua percepção sobre a situação do trabalho na atualidade:

“(...) aqui fala: não espere, trabalhe. Tem que ter trabalho. Tem que ter trabalho porque está muito difícil, está muito difícil o trabalho, tem milhares de gente aí que estão morando difícil, estão comendo mal, não tem saúde, há gente que bem que gostaria de trabalhar, tem muita gente que gostaria de trabalhar, mas infelizmente não tem, então o trabalho tá muito difícil.” (E)

Já para G, a apresentação da peça levou a uma reflexão sobre os males do país, e a uma lembrança do seu primeiro contato com o mais grave deles, na sua opinião, que é a corrupção:

“Quando eu comecei a entender que tinha os políticos que roubava, isso era por 50, 40 e pouco, 50, nós elegem um governador duas vezes seguidas, ele foi uma vez, aí o ano a época eu não me lembro, O governador era o Moisés Lupião. O Moisés Lupião, a primeira vez que nós elegemo ele, tudo nós no interior lá votava nesse homem, não entendia da política, achava bonita a fotografia dele. [ri] O Lupião vendeu os terrenos, os terrenos no Paraná não era legítimo, era do Estado, eles seguraram até 40 e pouco, 50, sem titular. Não sei por que que o Getúlio Vargas não quis titular, tinha os índios, que eles seguraram muitos anos, trezentos e poucos anos, 400, sem que fosse dividido os terrenos, né? Aí nós entramos fazendo picadinha no sertão, eu tinha oito anos nesse tempo, eu tou com 67, faz cinquenta e nove anos, fazia picada, arrumava as propriedades lá tudo. Na época que veio o agrimensor, foi quarenta e pouco só. Daí gente do Rio de Janeiro ficou com os terrenos lá. Chegava daí quatro cinco anos pra cima do caboclo: ‘Aqui é meu terreno!’ ‘Como, que aqui eu entrei fazendo picada?’, e aí eu comecei a perceber que tinha ladrão na cidade, não sabia onde é que estava o ladrão, mas sabia que era gente da cidade. Aí chegava, nos terreno nosso, que a gente tinha chegado

com picada, fazendo casinha de madeira com as cunha, não sei se já ouviu falar que preparava as madeira com cunha? Serra a madeira dos dois lados e com o machado, depois põe os ferros com a marreta e bate. Fazia casa de madeira partida, em vez de ser serrado em serraria, tirava madeira para arrodar e pra cobrir, tudo daquele jeito. E depois chega alguém, e diz que é dono do terreno. Mas como que você é dono que eu nunca sai daqui? Entrei no sertão, tudo os filhos se criaram aí. Ali que eu comecei entender que tinha gente que não era honesto não.

ENTREVISTADOR: *O senhor chegou a perder terra aí?*

Nossa! Nós perdemos o nosso terreno. Vou contar uma coisa, para poder... Na época, os terrenos custavam 800 cruzeiros pra pagar pro Estado. Aí tinha que pagar 10.000, 20.000 pros caboclos que compravam a 800 do Estado, aí ficava um ano, dois anos, e gente pagando. Ou saía, ou comprava dele a 10, 20. Porque um alqueire de terra pagava 20 pro caboclo que comprou aqui, né? Isso era uma sacanagem porque no preço de 800, tudo nós podia comprar tudo os terreno. Então pro meu pai eles deixaram um lote, mais um outro lá, um irmão meu, e mais um, que aí tinha um lote que era meu e outro da minha mãe, aquilo foi o que sobrou pra gente, só pro caboclo não se afogar. Tava morrendo afogado, então deixa jogar uma corda para não se afogar, pra não morrer, então ali que eu comecei a entender que tinha roubo o negócio. E continuou. Tá vendo agora? Tá bem mais melhor agora, mas ...” (G)

Ainda no que se refere à presença das memórias e da vivência presente na estruturação das respostas, destacamos a experiência negativa de F com os governos militares, que tem um grande peso na leitura que fez do enunciado composto pelo anúncio. Para ela, o gigante, entretanto, não é entendido como o povo, mas como o governo, e esta associação é feita pela via da postura repressiva com a qual o gigante aparece. Ainda que não se trate de coerção física direta ou repressão política, a Sra. F toma o governo como capaz de aplicar as mais diversas punições aos que o desafiam, estabelecendo o seu significado como um órgão de dominação, contra o qual as pessoas devem se acautelar, bem distante de um árbitro de conflitos ou uma expressão da vontade coletiva, ainda que não existam referências a razões de compromisso com uma ou outra classe para explicar este comportamento. Perguntada se referia-se ao governo atual ou ao do período da propaganda, afirma que referia-se a ambos, sendo que com os militares a coisa era ainda pior, mas ao mesmo tempo estabelecendo uma relação de continuidade entre a memória que tem do poder sob os militares e a experiência contemporânea com o governo civil, continuidade que passa pelo significado negativo do Estado comentado logo acima. Podemos dizer que a leitura da Sra. F é o mais claro “tiro pela culatra” que os idealizadores da peça receberiam dentre os nossos depoentes.

Quem é o gigante? A interpretação desta imagem traz consigo uma discussão sobre a identidade nacional e as concepções de cidadania, Estado e relações entre os cidadãos. O gigante é o próprio povo, e portanto há uma identificação grande com ele nos seguintes depoimentos:

“Nada a ver. Diz aqui: ‘há muito tempo que esse gigante acorda cedo, e trabalha até tarde’. Isso é o povo que faz, coitado. O Brasil Gigante é o próprio povo que trabalha de tarde, trabalha de noite, e tem os que são os ... por baixo do pano, mandando, tirando proveito só dos coitado trabalhador, sempre se enriquecendo, e nós cada vez mais pobre.” (A)

“Este gigante que fala aí não é a gente? Eu acho que as pessoas é o gigante, porque pra viver no mundo do jeito que nós estamos vivendo, a pessoa só tem que ser um gigante mesmo, porque senão ele vai ... ele cansa de esperar, ele ... aí acorda e muitas vezes parte pra ignorância, né?” (E)

“Há muito tempo que esse gigante acorda cedo e trabalha até tarde’. Quem faz isso, realmente, é o povo trabalhador. Vai cedo para o serviço e volta tarde.” (I)

A identificação do gigante como o povo, especialmente o povo trabalhador, não significa uma adesão ao ufanismo do anúncio. Pelo contrário, prevalece um tom de denúncia das más condições de trabalho e como foi visto anteriormente, da própria dificuldade em conseguir oportunidades de trabalho. Na fala de A, há uma tensão entre esse povo e quem emite a mensagem, um sujeito com o qual ela não se identifica, e que presumidamente é o Estado, ou tem o Estado na sua composição:

“ Pare de falar e trabalhe’. Eles que têm que parar de falar e trabalhar. O que que eu ... eu não sei, não sei se eu sou contra, o que é que eu ... o homem pode ser bom como for, entra ali não sei o que que forma [continua a leitura] Agora diz aqui: ‘Agora a mensagem do nosso gigante: pare de falar e trabalhe’. Mais trabalhar do que o Brasil trabalha, eles trabalham, mas a questão é que ... É, ‘o futuro não existe ...’. Isso aqui tá certo, a gente tem que fazer o futuro da gente né, mas de que jeito? Ganhando cento e quarenta e quatro, que futuro uma pessoa pode ter?” (A)

A indefinição final inerente à fala, sobre as identidades do gigante, do povo, do Brasil, do governo, inerente à fala, não prejudica a leitura de A, já que a questão central é a de que o locutor

do enunciado da peça publicitária (a agência de propaganda, que não foi identificada como o referencial da mensagem) impõe-se como o intérprete do gigante, e esta leitora está pouco propensa a aceitar este intérprete como válido: ela percebe o governo como emissor da mensagem, já que contra ele se dispara a crítica ao desrespeito a direitos sociais básicos: quem define 144 reais como salário mínimo invalida seu próprio discurso sobre o futuro, pois compromete-o no presente com este tipo de ação. O golpe de misericórdia de A no sentido de recusar amplamente a mensagem aparece na frase a seguir, em que mesclam-se as observações do presente sobre desnacionalização (que não são atribuídas aos governos militares, embora possamos afirmar que ela também ocorreu, guardadas as diferenças, naquele período) e as suas considerações quanto à identidade nacional: “*‘Porque este é o seu país e nos outros você não passa de um estrangeiro.’ O que é que adianta? O nosso país é esse, mas por que é que estão vendendo tudo para os estrangeiros?’*”(A).

A Sra. B enxerga a questão do trabalho de um outro ponto de vista, mas comunga com a Sra. A a apreensão com a desnacionalização da economia e do território:

“Pois é, se todo mundo trabalhar, serviço tem, porque o nosso país ele é rico, ele não tinha nem necessidade de importar, porque eu acho que tem muita coisa aí que tão exportando, deixando nós pobre, coisa que não tinha necessidade de ... [...] Todo mundo vem de lá de fora explorar nossa Amazônia, tão rica que é, e nós tão endividado, tanta dívida que tem, que o nosso país tá se aprofundando. Mas não é de agora, a gente sabe que não é de agora. E quanto mais aparece as riquezas, eu acho que, no meu modo de falar, o Brasil tá cada vez se afundando mais em dívida externa. Temos petróleo, temos tudo, quanta coisa rica que a gente tem, e o nosso país nessa situação. Nós aí, com tanta dificuldade de trabalho, com doença, a saúde que tá tão ... , hospitais abandonados que a gente vê na televisão, a gente não entende. Tem como entender, mas a gente não sabe como expressar. Você me entende? Eu não sei como falar pra você, sabe? A gente fica revoltada, humilde como sou, a gente fica sentido essa ... não é falta de organização, tem organização, mas tem muita gente ... não sei como dizer ... pondo a mão, e não é feito uma justiça. Nós tamos muito injustiçados nesse país. Os outros vem de fora, e tão roubando o nosso país.” (B)

Já a Sra. B associa o gigante ao país, e sua enumeração das riquezas naturais conduz-nos à interpretação de que o país é, antes de mais nada, seu espaço e recursos. Nesta fala, que se

autocaracteriza como insuficiente pela dificuldade de expressão, é possível perceber os ecos do ufanismo tal como foi formatado por Afonso Celso no início deste século, cuja raiz está no próprio deslumbramento do europeu com a natureza que encontra nesta parte do continente. É deste ufanismo que louva os recursos e aponta a benção da inexistência de catástrofes naturais (na parte que se refere ao componente não – humano da nação brasileira) que se desdobra a decepção atual com a situação problemática do país, como que constando o insucesso da comunidade nacional em valer-se de seus privilégios naturais. Percebe-se também uma insatisfação com a desnacionalização, com o endividamento, costurada a uma percepção de que este estado de coisas não é novo.

O Sr. C compreende também o Brasil inicialmente como o espaço ou território e suas riquezas.

“(...) isso é conversa que eu sempre ouvi na minha vida. Que futuramente nós seremos uma nação poderosa, né, que nós só precisamos ser sacudidos, ser acordados, só que nunca se investiu no povo, né, que o povo que vai fazer o ... porque nunca se percebeu, aí é uma boa lembrança ... nunca se percebeu, nunca se quis perceber, que a riqueza realmente seria nós valorizarmos as pessoas, profissionalmente, educar as pessoas para o trabalho, formar as pessoas que agora estão sentindo necessidade de se especializar, porque o povo era muito atrasado naquela época ... Hoje melhorou porque eu vejo, por exemplo, nos bancos, como é que as pessoas tem condição de chegar lá e tirar dinheiro, que é uma operação meio complicada, tirar dinheiro ali na máquina, tem vários, tem várias pessoas mais ou menos assim que conseguem fazer. Então melhorou, nesse aspecto, mas naquele tempo o povo era muito bobão, não sabia nada. Então falava-se que o gigante adormecido era o país, rico e que ia realmente ser uma potência. Entendia potência muito como potência militar. Daí a influência, principalmente da União Soviética como potência militar. Inclusive eu tinha a idéia de que a União Soviética era um país rico, um dos países ricos; tanto que para mim foi uma surpresa quando eu descobri que eles não tinham nada daquilo que a gente pensava. O militar queria ter um exército fortíssimo, só que não houve dinheiro para isso, mas eles tentaram.” (C)

C discorda, portanto, que as riquezas naturais possam significar grandeza, no sentido geopolítico, já que o povo não está contemplado neste quadro de grandezas, e sem o investimento no povo não há o aproveitamento das ditas riquezas: “nós só precisamos ser sacudidos, ser acordados, só que nunca se investiu no povo, né?”. Nesta frase, quem está para ser acordado é o povo, “nós”, e então podemos

concluir que este leitor identifica-se com o gigante enquanto coletividade, mas de maneira potencial, e não plena. Então, esta percepção da subjetividade através da imagem do gigante é fixada no tempo: o futuro, não o presente, é o momento em que esse sujeito coletivo poderá existir e ser de fato gigante. O desejo de pertencer à nação, componente do homem na modernidade, não é satisfeito pela conquista, mas pela promessa. Permanece a tensão entre ser ou não ser este gigante, entre fazer parte dele ou entendê-lo como um outro, ainda que próximo.

“É, havia um ... aqui é o seguinte: eu acho que na época – digo eu acho, porque já faz vários anos – foram várias coisas que eu percebi. Havia uma exacerbação ao nacionalismo, amar o Brasil, porque você amando o Brasil você estaria amando os militares. Então a bandeira era deles, o dia 7 de setembro era deles, até o futebol era deles. Estranhamente, Fernando, você pode me chamar de louco, porque desde a década de 70, depois da copa de 70, foi aí que eu percebi. Eu comecei a torcer contra a seleção brasileira. E você sabia que até hoje eu torço contra a seleção brasileira? Eu sempre torço para o Brasil perder. Eu vibrei com aquela derrota do Brasil contra a França, porque eu queria que o Brasil perdesse, pergunta pra minha família. Aí uma noite eu fiquei com vergonha, mas não sei por que cargas, eu contei para um colega meu, professor R. F., falecido também, ele morreu de acidente, professor de matemática, eu contei: ‘Puxa vida, eu não sei, eu torço meio contra o Brasil. Pois eu também’, ele disse, até que nos fomos no pátio e outros nossos colegas também torciam contra, porque nós percebemos que a seleção era um cavalo de batalha dos militares, eles usavam a seleção brasileira. Então havia, realmente, no futebol, a bandeira, o culto a bandeira, era tudo, são motivos para o culto ao nacionalismo. Porque cultuando a nação, esse gigante adormecido, você estaria também dando apoio a eles, que eram a encarnação do nacionalismo. Pois é, sempre conseguiram. ‘O Brasil é rico’, diziam eles.” (C)

Nesta parte da fala do Sr. C está presente uma desmontagem do artifício ideológico da do amor ao Brasil generalizado neste momento à aceitação de seus governantes militares. C considera que esta identificação é feita pelo fato dos militares portarem-se como os paladinos do patriotismo e de se apropriarem dos símbolos e cerimônias nacionais. Como argumentamos na primeira parte, esta identificação pode até ser favorecida por esta postura pública dos militares, mas sua evocação por parte do poder vai além, na medida em que é regra nos discursos dos governos brasileiros condicionar-se o sucesso da nação ao sucesso dos mandatos e suas ações, e condenar os seus opositores como opositores da nação. A identificação que C começa a desvelar entre militares e nação é maior, refere-se a governos como um todo, ou mesmo aos poderes dominantes em geral, e a nação. Mas é interessante notar, também, que esta tomada de consciência origina um caminho inverso ao que C acredita como imposto pelo poder: se a

seleção brasileira de futebol e o patriotismo eram utilizados para legitimar os militares, e se há uma decepção básica com os seus governos, o leitor transfere aos símbolos de legitimidade a mesma ojeriza que teve com a atuação política dos generais - presidentes e seus séquitos.

A idéia de potencialidade que está implícita na formulação do “gigante adormecido” e que aparece nos depoimentos anteriores também está presente na fala da Sra. D, bem como a sensação de que o Brasil, ao que se identifica o gigante adormecido, e portanto composto de riquezas naturais, está sendo roubado, ou seja, que não se consuma a unidade entre o Brasil e os brasileiros, já que estes não dispõem como poderiam ou deveriam dos recursos do gigante. Entretanto, a lógica da individualização das responsabilidades pela felicidade coletiva, presente na propaganda do regime, aparece também na fala da Sra. D. Colado a isso está uma consideração que permite imaginar que a depoente identifica, também, o gigante ao governo do país, porque critica os que criticam o governo, embalada na recriminação que a peça faz aos críticos do desenvolvimento do país (o que, em última análise, como dissemos, liga-se aos atos do governo).

“As grandes riquezas nacionais não são suficientemente exploradas. Porque o que acontece, o que tem acontecido, é que elas são roubadas, mas cada ... a gente tem que fazer a própria parte. Cada um tem que cumprir o próprio dever, e assumir as responsabilidades pessoais, de famílias, assim, nesse sentido de ... até em outras áreas. Eu estou levando muito para o lado econômico, mas tem também o lado cultural: o povo também tem que procurar a escola, certo? Então ‘o próximo que falar em gigante’: há um potencial grande, um país que depende, essa exploração, de cada um. Se nós não fizermos a nossa parte, em que cada um cumpre o seu dever, então o que será de nós e de toda a conjuntura nacional? ‘Pare de falar e trabalhe’, não esperar tanto. Agora, nesse ponto, nós em geral temos a mania de falar mal de quem está lá em cima, sabe, como coisa, que o governo, vamos dizer até o governo de hoje, o Fernando Henrique, eu sou a favor dele, estivesse outro no seu lugar o Brasil estaria na mesma situação. Então aqui eu posso reportar as questões da natureza. Se você explora logicamente as questões da terra, o ar, então eu acho que tudo vai satisfazer a própria natureza, mas se não explora convenientemente sempre tem aquela revanche. É tudo, se tira muitos peixes, a pesca predatória, amanhã vai faltar o peixe. Os animais, o clima, tudo. A poluição atmosférica, e ... Então, vamos dizer assim, que tem a volta, que não adianta falar, é preciso fazer. Criticar não leva a nada, criticar por criticar. É preciso fazer. É muito comum a gente encontrar muita gente falando mal de todo mundo. Não é capaz de reconhecer um bem que a pessoa faz. Eu acho lamentável isso. A formação que a gente teve é uma formação diferente, de respeito, sabe? De consideração com os outros, de respeito, sabe? E hoje, até mesmo em sala de aula, as próprias alunas, muitas delas falam ... uma vez eu falei que a vida é dura, é triste, é pesada. Uma

das alunas me falou: “Professora [imitando deboche] – bem nesse tom – só se for pra senhora, porque pra mim eu acho a vida muito boa.”. Aí eu parei a minha aula, entre aspas, né, que eu estava dando, e falei: pois é, filha, você é uma menina privilegiada que está aqui dentro de uma universidade, tem seu pai e tem sua mãe que estão lá fora trabalhando para que você possa estar aqui dentro, mas não é todo mundo que tem esse privilégio, que você se esquece que existe miséria, que existe a guerra, isso tudo que a gente vê por aí, nos jornais internacionais. Então nós, cada um de nós, não pode se manter assim indiferente, a gente tem que olhar pra gente, mas tem que olhar pro outro, então o que é que nós estamos fazendo para os outros? Daí vem aquela questão, também, que eu gosto de falar, de governo, governo em geral. Nenhum governo está bom. Porque quem enxerga de baixo pra cima não enxerga – não tô falando de desvios não – estou falando das dificuldades de construir alguma coisa, de construir. Em termos de governo também vale isso. Então eu levo isso pra casa da gente. Será que nós, como chefes de família, conseguimos resolver todos os problemas que a gente tem dentro de casa? Se vai ali na sala está faltando um sofá, ali está faltando não sei lá o que, um calçado, uma viagem, coisas pra saúde ... nós não resolvemos a nossa coisa tão pequena, que é dar atendimento pra uma família! Como é que nós vamos exigir que o governo, resolva todas as questões, que também são questões que vêm de quanto tempo anterior? Não é isso? Então é uma consequência do sistema. Então a gente tem que melhorar, quem é que não sabe que tem que melhorar? Qual é o chefe de família que não sabe o que os seus filhos precisam? A escola, o lazer, a cultura, a diversão, o carro e outras coisas mais. Todo mundo sabe, mas todos têm? Por que é que não tem? Então a gente levanta uma questão assim pequena, e nós não resolvemos, como é que nós vamos exigir que os outros resolvam? É claro que é o ideal, que qualquer governante, qualquer pai de família sabe o que é o ideal, o que é que precisa, é difícil, mas de qualquer forma cada um tem que fazer a sua parte. A gente recebe a recompensa até no campo de saúde. Se você se alimenta coerentemente, se você tem os seus cuidados com a própria pessoa, em termos físicos, então você não vai ficar doente, a não ser por outras causa, etc., mas se não cuida, depois tem a resposta negativa. (D)

Temos nesta fala a elaboração de um determinado modelo de cidadania que está em sintonia com o padrão da “Educação Moral e Cívica” do projeto educacional do regime militar. Para a Sra. D, governar é um conjunto de atos que não admitem a crítica cotidiana, uma vez que a complexidade deste processo é capaz de interferir sobre o governo de tal forma que, qualquer que fosse a administração ou as pessoas a desempenhá-la, os problemas não arrefeceriam. Os problemas nacionais aparecem para a Sra. D como forças que ignorariam as atitudes dos governantes; essas forças, como as forças naturais que menciona em comparação, estariam além do controle humano. O seu paradigma para essa afirmação é a casa, espaço em que o mais responsável e amoroso chefe de família não consegue atender a todos os

anseios e necessidades (e nos exemplos elencados, diga-se de passagem, manifesta-se uma visão típica de classe média): esta comparação do governante como chefe de família deixa transparecer uma compreensão orgânica da comunidade nacional, como uma gigantesca família cujos laços têm algo de parentesco biológico¹⁰. Concomitantemente, apela para a complexidade dos problemas nacionais (por isso não são resolvidos facilmente, como os problemas domésticos, em escala muito menor, não o são), mas não estende essa complexidade para as forças e sujeitos envolvidos no ato de exercício do poder de Estado. Este posicionamento permite a D opinar por uma posição de recriminação da crítica aos governantes, entendendo-a como desrespeito, inconseqüência, leviandade, evocando como exemplo a cena vivenciada na sala de aula com uma aluna que parece frívola em seus posicionamentos. Por sua vez, isso embasa a adesão a uma espécie de “pacto de silêncio” político, expresso na seguinte frase do anúncio: “Pare de falar e trabalhe”, irmã siamesa do “Não pense em crise, trabalhe” e “Com crise se cresce”¹¹.

Ainda no que se refere ao padrão de comportamento cívico que este anúncio veicula, é preciso destacar a perplexidade de algumas depoentes perante o chamado ao trabalho por parte do emissor da mensagem, que revela inicialmente que a tarefa de criar um sentimento inalteravelmente positivo perante o trabalho, cujo grande vetor esteve na propaganda do Estado Novo, foi incorporado. Mas não se restringe a isso:

“Mas isso aí que eu disse pra você. Quem diz ... não fale em crise, trabalhe, né? Mas não sei o que ele quer dizer. Trabalhar todo mundo gosta, é muito pouco o que não gosta, que não quer ter uma vida digna, né, mas muitas vezes não se encontra!” (E)

“E aqui diz assim: ‘pare de falar e trabalhe!’ Mas quem não trabalha não tem nada. Quem não trabalha, é porque o governo não contribui com nada para que ele trabalhe. O povo tá perecendo por falta de iniciativa do governo.”

ENTREVISTADOR: *O que a senhora está afirmando vale para aquele período também?*

¹⁰ É o que Etienne BALIBAR chama de etnicidade fictícia, no texto *Racisme et Nationalisme*, em BALIBAR e WALLERSTEIN, op. cit.

¹¹ Esta última veiculada à exaustão em filme institucional do Sistema Brasileiro de Televisão, durante os meses de maior gravidade da crise financeira que atingiu o país, na virada do ano de 1998 para 1999, acompanhada de mensagens de estímulo como “O presidente está atento”, “O Congresso está trabalhando”, “Novos negócios surgirão”.

Sim. E pra esse também. Principalmente pra esse, nessa época tá difícil. 'Qualquer gigante ficaria uma fera no lugar dele'. 'O próximo que falar em gigante adormecido leva uma bordoadada...'. É justamente o que o governo atual está fazendo. Porque se falar dele, ele judia, ele corta, ele não dá o seu ordenado, quanta coisa ele tem feito! Inclusive, com os aposentados, que eu acho, se chegar a falar, aí ele corta mais. Então ele fica uma fera, e corta mais. Depois quando veio o governo civil, aí melhorou um pouco mais. O governo militar foi péssimo. Pra nós, isso eu tenho lembrança, foi bem ruim.' (F)

A Sra. E trouxe uma contribuição muito significativa para a compreensão das interpretações dissonantes possíveis desta peça publicitária: para ela, como proletária, não faz sentido fazer um apelo ao trabalho, porque para essa camada social, o trabalho não é uma opção ao discurso crítico, mas uma necessidade que precede as demais, por ser a base da sobrevivência. Assim, sua perplexidade perante o “Pare de falar e trabalhe”, principalmente na situação que nota hoje, em que o trabalho, mais que uma necessidade incontornável, é um direito negado a muitas pessoas; para os que vivem da venda da sua força de trabalho, apenas marginalmente se toma a decisão de não trabalhar, sendo que a desocupação em geral ocorre pela indisponibilidade de empregos. Também ao proletariado se nega a determinação do ritmo do próprio trabalho, e portanto não faz sentido nem exigir que se trabalhe mais ou menos: esta opção repousa nas mãos dos proprietários, grandes ou pequenos.

A Sra. F, ainda que esteja posicionada mais claramente nas camadas médias da população, também demonstra perplexidade e mesmo indignação quanto à exigência de que se trabalhe em vez de se dedicar a discutir a nação (que aparece no “falar”, termo que aí é carregado com a idéia de inutilidade). Não concebe o trabalho como opção, mas encara isso de um outro ponto de vista, segundo o qual recusar-se ao trabalho não é necessariamente colocar em risco a própria existência, mas sim a garantia de bens materiais, que, segundo o estudo de Anna Figueiredo, aparece como o principal item de felicidade, identidade e bem-estar para a classe média desde a década de 60, fato que interage com o discurso publicitário.

Por fim, o Sr. G responde à mensagem que procura determinar a sua conduta traçando um padrão de comportamento para a elite política:

“Então a única coisa que eu acredito é que a pessoa seja mais companheira, não é só fazer fortuna, dois, três fazer fortuna. O Brasil não tá fácil, os negos ainda roubam demais, os pequenos se organizam e fazem aí que nem tem essas quadrilha organizada de seqüestro aí, e mata as pessoas. Que que adianta o caboclo ter uma fortuna, se seqüestra o filho dele e mata? As fortuna não devia ficar em poucas mãos, divide, eu acho que é a

única solução, de o povo ser mais companheiro. Não acho outra solução. (...) Mas pra fazer ele [o gigante] acordar e funcionar de acordo com a necessidade do país, acho que tem que ser uma política muito organizada, com muita honestidade, senão ... Do jeito que é, é muito pouquinho, não dá dez por cento dos políticos que quer a coisa certa. A maioria quer levar de qualquer jeito, um rouba um pouquinho, outro rouba ... Que não tá mais tanto do jeito que já foi, que foi muito pior.” (G)

Concluindo as considerações relativas à cidadania / identidade nacional, trazemos a fala de H, que apresenta ainda um outro padrão de relacionamento entre o cidadão, o Estado, a política e a memória coletiva:

“Não passaram nada de novidade que você pudesse seguir aquilo. Porque é que acabou o militarismo? Você vê alguém comemorar o 31 de março? Veja o primeiro de maio em Cuba. Tá ali aquela gravura lá [aponta quadro emoldurado na parede com multidão comemorando o 1º de maio em Cuba], eu trouxe lá de Havana. O primeiro de maio em Cuba. Isso é uma comemoração do dia do trabalho! Tá aqui a comparação: 31 de março alguém comemora? Alguém lembra? Nem os militares. Devia ser 1º de abril, não 31 de março. Uma mentira!” (H)

Para o Sr H, o gigante adormecido aparece como uma farsa, não em si (a potencialidade), mas na forma como o sistema capitalista, e em especial o regime militar, trata os recursos do país. Ou seja, a idéia de Brasil potência é questionada perante os atuais e costumeiros governantes, mas parte-se do pressuposto de que esse potencial existe, e que se realizará quando encontrar as condições e ações corretas, presumivelmente um Estado socialista. Com outro viés, reproduz-se aqui a concepção da nação plenificada como promessa a ser cumprida num futuro propício. O Sr. H também recusa-se a extrapolar mais definitivamente as suas considerações para o passado, fazendo o seu comentário sobre os militares em direção diversa àquela que foi proposta, abordando a temática da legitimidade através da memória que se expressa nas festas cívicas¹². Compara duas datas desiguais, o 31 de Março no Brasil e o 1º de Maio em Cuba, argumentando que o primeiro foi esquecido – prova de que nada restou do regime militar enquanto proposta para o país – enquanto o segundo é uma expressão da vitalidade e da legitimidade do regime socialista na citada ilha. Não vê a festa cívica em si como ato de construção de uma dada memória histórica

¹² Nestas afirmações, este leitor parte do princípio de que as festas cívicas não são meramente formais, no sentido de opostas a autênticas / sinceras. Segundo CONNERTON, no livro **Como as sociedades recordam**, os que celebram ritos sentem que eles são obrigatórios, e encenar um rito é estar, no geral, de acordo com o seu significado (p. 54).

¹³ interessante ao poder, mas sim como ato inerente à nação, que pode ou não ser autêntico, conforme enraíze-se ou não entre o povo, que permaneça comemorando-a.

Passamos agora aos trechos que trazem indicações sobre a consciência histórica dos depoentes. Em primeiro lugar, um aspecto que chamou-nos bastante a atenção é o referente à forma como os depoentes vêem a relação entre atraso e modernização, e conseqüentemente as percepções sobre as mudanças realizadas no país não só, mas também durante a vigência dos governos chefiados por militares.

“O povo, além de ser muita gente sobrando, ainda tem [in]. Como é que vai ficar daqui cinqüenta anos? O Brasil mudou mesmo foi de cinqüenta ano pra cá. Até cinqüenta ano atrás, eu tou com 67, até que eu tinha 17, 16 anos, o Brasil era parado. As mercadorias iam num caminhãozinho, bem pequenininho, levavam dois, três dias pra chegar, fazer 300 quilômetros aí. Então mudou demais em cinqüenta anos, mas do jeito que as coisas tão se organizando, não abre vaga, fábrica pro povo trabalhar, porque faz bastante coisa, exporta pra onde isso aí, né?”

Nessa época eu disse pra você que eu não entendia muito da política, achava que o Brasil era adormecido porque o povo não sabia ... a maioria das pessoas era analfabeta. Então um país de gente analfabeta não sabe de nada. Não sabe das coisas. E até hoje ainda existe no Brasil muito analfabeto. O povo não sabia o que tava acontecendo no mundo, então o país tava dormindo.

Ab, eu acho que o gigante acordou! Porque eu ainda era um daqueles que não enxergava nada! [risos]” (G)

Percebe-se que entre o desenvolvimento do país e a própria trajetória de vida, o Sr. G traça uma similitude que desemboca numa identificação integral entre indivíduo e nação: ambos passam como que das trevas à luz, e o momento presente é o melhor momento da vida, tanto para G quanto para o Brasil: ambos saem de uma situação de estagnação para uma nova, que se não é perfeita, já avançou muito em algumas décadas. Também o Sr. C vê o povo (principalmente as

¹³ Referimo-nos ao conceito tal como exposto por De DECCA no texto Memória e Cidadania, já citado.

peessoas mais simples) desta maneira, tendo melhorado em termos educacionais a ponto de domar as engenhocas da informática nos caixas eletrônicos ¹⁴.

Se pudemos demonstrar anteriormente que a Sra. D utiliza a vida doméstica, familiar, como parâmetro para comparação e compreensão da sociedade e da política, também poderemos apontar que o seu paradigma para imaginar o futuro da nação é organicista: é a natureza (“*é tudo, se tira muitos peixes, a pesca predatória, amanhã vai faltar o peixe*”) ou o corpo (“*se você tem os cuidados com a própria pessoa, em termos físicos, então você não vai ficar doente*”) que estabelecem os elementos para avaliação da vida política e da história. Esta última, portanto, parece ter um rumo próprio, que independe da ação humana, bem como a política independe da participação dos cidadãos (“*vamos dizer até o governo de hoje, o Fernando Henrique, eu sou a favor dele, estivesse outro no seu lugar o Brasil estaria na mesma situação*”).

Por fim, é preciso destacar a visão cíclica da história em que diversos impérios surgem, desenvolvem-se e acabam-se, na qual também o indivíduo e a sua ação parecem pequenos demais diante das grandes doses de tempo e de poder envolvidas:

“O Brasil é uma nação formidável. O que nós temos aqui faz inveja para as outras. Faz inveja mesmo. Eles invejam o nosso território continental como nós temos, com as riquezas todas que nós temos, porque é do homem ser egoísta. Ter mais. O francês, o alemão, o inglês, seja lá o que for. ‘Poxa, mas o Brasil é uma nação privilegiada’. É certo. Nós temos esse privilégio mesmo. Temos uma vasta extensão territorial, mas também temos por outro lado os olhos do mundo voltados pra cá e o interesse de muita gente sabotando o que a gente possa fazer de progresso. Não tem? O mais poderoso é sempre o que detém a hegemonia, e assim é. Mas os Estados Unidos vai cair, como caiu a Inglaterra, como caiu Portugal, como caiu aí outras nações todas. Como caiu o Império Romano. Tudo tem um começo e tem um fim. Ora, grandes civilizações do passado, como a civilização egípcia, como os gregos, como os assírios e caldeus, tudo isso passou. Naquele tempo representavam o mundo. O que que é hoje? Uma referência na História. Os Estados Unidos vai ser uma referência na História também.” (I)

¹⁴ O reconhecimento da modernização e a sua valorização são elementos que foram aproveitados largamente pela propaganda neste período. Em uma das peças que foram submetidas à análise dos entrevistados (a figura 6) mas que decidimos não incorporar integralmente nesta parte do estudo, a energia nuclear foi reconhecida como expressão desse ímpeto modernizante, significando basicamente a melhoria, o desenvolvimento, a afirmação das potencialidades. Percebe-se, portanto, o aspecto propagandístico das realizações desses governos, que ultrapassa o seu objetivo econômico e estratégico, aspecto ao qual retornaremos no Capítulo 7.

A interpretação central esperada pelos elaboradores da peça publicitária, ou seja, a de que o país (o gigante) saiu do seu sono e não se admite quem o critique como adormecido, não é exatamente a interpretação que os leitores fizeram. Ainda que as leituras não sejam totalmente desviantes deste intento original, a recepção desta mensagem em especial sofreu distorções devido às suas características intrínsecas, principalmente a de se apoiar num humor datado, referido ao tempo de otimismo nacional de sua criação.



Sesquicentenário da Independência.
Você constrói o Brasil.

1972
1822

Esta primeira imagem não é exatamente uma peça publicitária no sentido estrito, pois trata-se de uma reprodução da capa do próprio produto a ser vendido. Entretanto, por estar anunciada e reproduzida numa peça publicitária, e por ser em si uma propaganda referente à nação, optamos por incluí-la, principalmente pelo apelo que faz de identificação entre o sujeito consumidor ou o sujeito usuário da cartilha e o sujeito coletivo composto pela nação, que se expressa no título: “O Brasil é você”. Assim, pedir para os depoentes que analisassem essa figura significou, em outras palavras, perguntar-lhes sobre a forma pela qual imaginam pessoalmente compor essa coletividade nacional. A segunda imagem também é fragmento de uma peça publicitária, esta oficial. O que nos interessou nela para colocá-la perante os entrevistados foi novamente o estabelecimento das relações subjetivas entre o indivíduo e a nação, expressas principalmente no slogan “Você constrói o Brasil”. Por essas semelhanças resolvemos agrupar os comentários relativos a essas duas imagens.

Adicionamos também algumas respostas à pergunta “Para você, o que é o Brasil?”, feita a alguns dos entrevistados como forma de obter mais algumas afirmações e uma espécie de síntese da temática do sujeito e da nação e do sujeito – nação, desenvolvida até aqui.

No que se refere à decodificação da mensagem que a capa da cartilha coloca, a Sra. A identifica inicialmente a imagem da criança, processo no qual encaixa uma perspectiva nostálgica, para depois destacar sua leitura do título: “*É ... criança ... As crianças tinham mais educação. O Brasil é você ...*”. Podemos perceber o papel central da figura da criança como metáfora da nação e de seu futuro, uma que aparece vez composta com a bandeira e o uniforme escolar. Outra referência que as crianças assim dispostas trazem à Sra. A é a de educação, de bom comportamento, o que seria inerente à situação representada. Esta trajetória, da figura para o texto, geralmente fundindo a leitura da parte denotativa com a interpretação, também é realizado por C: (“*A educação das crianças, né? (...). Foi, havia muita ênfase. Naquele tempo foi criada a disciplina Moral e Civismo, e na Universidade também, foi nome Organização Social e Política Brasileira, era obrigatória, isso me lembro, foi imposta pelos militares.*”). Por fim, no depoimento de I, manifesta-se sua análise da imagem na qual destaca, como veremos adiante, o mito da democracia racial explorado pela imagem visual da peça.

Nos demais leitores, percebe-se o caminho inverso, do texto para a ilustração: “*‘O Brasil e você’. O que que é para eu falar sobre isso aqui? Nós somos brasileiros, né? Temos que trabalhar para que esse gigante não se acabe, né? E essas crianças são, tão aqui na escola, tão representando (...). Geralmente o prefeito, uma autoridade, vem hastear a bandeira. Aqui vieram essas três crianças, representando o futuro do Brasil*” (B); “*‘O Brasil é você’. Você é criança. ‘Cartilha de Moral e Civismo para o Curso Primário’*” (D); “*É verdade, o Brasil é você. Sabe, quando vejo falar no nome do nosso país, eu tenho orgulho, principalmente pelas nossas crianças e pelos rapazes, as moças, defenderam o nosso Brasil. Eu estou tão orgulhosa, tão orgulhosa, emocionada, que cada medalha de ouro que vinha para o Brasil, pra mim parece que era o meu filho que estava lá. Eu acho que a criança é tudo, né. O esporte eu acho muito gratificante no nosso país. Maravilhoso isso aqui.*” (F). Este último fragmento traz uma leitura que desenvolve uma atitude responsiva positiva e concordante com o enunciado, que é o inverso da que fez o Sr. H, para quem a imagem suscita uma leitura inconformada, com base entre a realidade observada e a representada visualmente. Em vez de crianças bem nutridas exercendo o patriotismo como representativas, ele vê, ao contrário, as

crianças abandonadas e que ingressam prematuramente no mercado de trabalho como a real imagem da criança no Brasil (e portanto a imagem que aparece na peça publicitária teria pretensão de representar o conjunto das crianças brasileiras e seria portanto uma inversão da realidade). Mas não se opõe ao momento cívico que aparece aí, e sim à sua inautenticidade: em Cuba é que se educaria as crianças num sentimento patriótico autêntico. Imaginamos que essa autenticidade que o Sr. H vê na festa cubana estaria ligado a uma suposta unidade ou sintonia entre governantes e povo, tendo os símbolos e gestos cívicos como mediação, o que não existiria no Brasil. O modelo de H para a leitura dessa representação que aparece na capa da cartilha é a sua leitura análoga do quadro de Pedro Américo sobre a proclamação da Independência, que é tomada como uma falsificação da realidade, pois a imagem se choca com os conhecimentos que tem sobre este momento, que apontam outra situação. Para ele, enfim, esta distorção da realidade tem o objetivo de controlar o pensamento da população: *“É aquela mesma história, falar em civismo, moral, pá pá pá: mentira! A criança é abandonada. Essa criança, você não tá vendo aí? É abandonada! São milhões de crianças brasileiras exploradas, cortando cana, sisal, fabricando carvão, trabalhando em olaria, você tá vendo, a televisão tá mostrando todo dia aí.”* (H)

Por outro lado, a faixa do Sesquicentenário da Independência não recebeu a atenção dos depoentes para a parte em que há o logotipo que desenha as datas de 1822 e 1972 como uma continuidade verde-amarela: o texto é que mobilizou o olhar de apenas dois dos sujeitos, como é possível notar nos excertos a seguir: *“Aqui a independência foi muito celebrada. Houve festa, mas orientada pelos militares. Você constrói o Brasil! Novamente, aquela idéia do Brasil como potência. Você é um participante, constituinte da potêncid’.* (C); *“Você constrói o Brasil! Essa frase é realista.”* (I)

As peças evocaram em alguns depoentes a organização e narração de suas lembranças, notadamente no que se refere ao aspecto da festa cívica, da celebração do pertencimento ao grupo e a apologia das condições para a sua existência, seja ocorrendo na festa, seja por meio de uma disciplina escolar específica. O Sr. C, diante desta peça, declara-se um “contra-revolucionário” precoce, apesar de ter apoiado o golpe nos seus primeiros momentos. Mas opõe-se ao regime dentro do seu próprio campo, isto é, reproduzindo boa parte dos termos que são caros à legitimação do seu poder:

“Então o Sesquicentenário da Independência, não é que estávamos propriamente interessados em festejar ‘a Independência’, pouco estava importando, não sei se foi, para eles foi, o que interessava não era a independência, era fazer uma festa, para cutucar o espírito patriótico das pessoas. Quer dizer, o amor à pátria, o amor à bandeira, o amor à pátria. Que eles estavam insistindo no hino, na bandeira, amar a pátria. Então, o Sesquicentenário foi só um artifício, um momento que eles acharam. Eu já tinha um bom espírito crítico, que nessa época, por exemplo, eu não participei dessas coisas. Já tinha percebido, quer dizer, no final dos anos 60 já tinha percebido que houve um engodo para nós. Eu não sei se foi por causa dos militares, mas eu passei a odiar nacionalismo, sabe? Aí voltam aqueles ideais que eu te falei, de jovem cristão, a minha formação. Pra mim o ser humano é um só. Se ele mora lá do outro lado do rio e ele é paraguaio, ele não é meu inimigo, é uma pessoa que sente como eu, tem os mesmos sofrimentos, tem pai e mãe, deve morrer que nem eu. Nós somos todos filhos de Deus, todos iguais, não vejo por que fazer diferença entre as pessoas. (...)

Em 69, 70, eu me lembro que eu já era um contra-revolucionário. Eu não tinha coragem de dizer isso assim em público, no meio de pessoas, eu falava entre os amigos, colegas, falava que aquilo era uma enganação, mas não podia falar em sala de aula porque seria preso, seria chamado, seria preso, podia até perder o emprego. Tinha a noção clara de que aquilo era perigoso. Tem aqui um militar, ele era bem daquela época, ele era tenente, ele mandava prender. Brigava com ele no trânsito, ele mandava o sujeito o acompanhar, e aí se não acompanhasse. E ele fez isso, levou gente lá pro quartel-general. Xingou ele no trânsito, ele pegou o cara e levou pra lá. Abusava do poder, com o que enfrentava ele ... E ele tá aí.” (C)

A negação do nacionalismo efetuada por C, negação do apelo coletivista, passa por individualismo desmobilizado politicamente, e talvez por isso a sua oposição seja inofensiva, mesmo vivenciando em seu cotidiano (indiretamente, pelo que se pode notar) o abuso de poder típico dos militares neste momento (como sempre, “sem conhecimento de seus superiores”, imagina-se). Isto leva à indignação, que porém se dilui na certeza de que qualquer ação política perigosa para si próprio e para as pessoas próximas, ainda que em outro ponto da entrevista, ele tenha declarado que não tinha conhecimento, no início dos anos 70, dos casos de tortura e assassinato de militantes políticos. Das duas uma: ou o que ocorreu foi uma introjeção de uma desconfiança do arbítrio dos órgãos de repressão, e portanto o medo prescindiu do conhecimento e da comprovação das torturas, ou então este conhecimento, sendo pleno apenas anos depois,

entrou como justificativa *a posteriori* para a justificação de uma atitude de inconformismo privado e de indiferença em público, no processo de estruturação das memórias para a entrevista.

A Sra. D trará recordações suas sobre a temática suscitada pela capa da cartilha em dois tempos: o tempo em que atuou como professora durante o regime, ministrando Educação Moral e Cívica, e o tempo em que foi aluna de colégio de freiras, para abordar a questão da disciplina e sua desintegração - a seu ver - com o passar das décadas:

Eu inclusive participei de cursos, nessa época, aqui na Universidade, de Moral e Cívica, e eu me lembro que também foi implantada a disciplina aqui de EPB. Nas escolas só podia lecionar pessoas que já tinham feito ... a coisa era meio ditatorial ... as pessoas que já tinham feito um curso aí no ... na área do exército, na me lembro agora, mas tem um nome, que daria direito ao professor de lecionar a disciplina, naturalmente dentro daquela ótica, então era uma coisa assim mais fechada, mais ... e nós, eu também sempre fui muito ingênua nessas coisas, eu acredito naquilo que eu vejo, sem pensar naquilo que está por trás, o que existe de intenção, na área política. Aqui leva a uma preocupação do Estado com E maiúsculo, se voltar mais para a nação brasileira. Como eu sou bastante idosa, eu estudei ainda na época de Getúlio Vargas. Nem me fale em que época que foi, mas a gente tinha aquela preocupação muito grande com o civismo, o que falta no homem de hoje. Nossas escolas não se preocupam de formar moralmente, então, aquele senso de responsabilidade, de moral, é muito deixado de lado nas nossas escolas. Naquela época a criança aprendia a respeitar a bandeira nacional. Você pergunta a um aluno de curso superior, como é que é feita uma bandeira nacional, eles não sabem. Tá certo que aquela noção – noção! – de módulo, a gente ... eu não sei com profundidade, mas tem as normas, tem a lei específica, é padronizado, em termos de normas, então, e o aluno não tem conhecimento. Nessa época aqui, bem, bem antes disso, era muito voltada para a pátria, o amor a pátria, valorização da pátria, do homem, da pátria. A desconfiança com essa disciplina [Moral e Cívica] foi surgindo mais tarde. Eu me lembro que eu me formei em 65, e uma das pessoas que foram convidadas para paraninfo não podiam falar em público na época, porque aquela questão de militares e tudo era muito cuidada, não poderia haver assim idéias diferentes daquelas que nos eram postas (...)

Olha, eu estudei lá nos idos de 46, 47, eu estudei em Jacarezinho, um colégio muito bom, na época era um dos melhores colégios do estado. Formação, as irmãs eram da França, falavam só francês, então estava muito bem cuidado. A gente era interna, as irmãs também. Eu vou colocar o respeito que se tinha lá dentro, quando a irmã superiora ela passava no corredor as alunas ficavam de pé e abaixavam a cabeça em sinal de respeito, não de submissão. A irmã encarregada do sino, pegava o sino para chamar as alunas, pegava no sino, e não batia

no sino, e tum! Todo mundo no pátio do colégio, eram cento e cinquenta alunas, então a gente ia pra fila, conversando, depois o sino de novo, tum! Todo mundo de boca fechada, e nós entrávamos. Quer dizer, era uma disciplina, eu não considerava assim rígida, sabe, apesar de tudo isso que eu estou de falando, mas formava bem a pessoa. Depois eu me casei, me separei do meu marido, depois de 10 anos eu voltei pra escola, que eu terminei meu terceiro ano normal, era a mesma irmã superiora, então a irmã superiora passava e ninguém nem ligava. Ela foi minha professora, dentro da sala de aula, ela estava dando aula de literatura, os alunos conversando, tá entendendo? Ela era a irmã, a superiora do colégio. E dentro da sala era uma professora, professor não pode ser autoritário, mas tem que ter autoridade, tem que ser respeitado, não é isso? Então, era a anarquia. A irmã batia o sino, batia o sino, e ninguém nem ... Não existe uma hierarquia, cada um tem seu papel, cada um tem a sua função. Então, eu acho que, aí voltando pra sua pergunta, eu gostava muito daquela formação que a gente tinha, mas hoje a coisa assim, a nossa pátria, a nossa história, não tem tido atenção, não são reverenciadas, o sentido de civismo, de patriotismo, não existe mais.” (D)

A Sra. F, inclemente na crítica aos governos militares, na posição de mãe de alunos neste período, descreve de forma positiva as suas participações nas festas cívicas de então, dando-nos o indício de que na sua compreensão as manifestações cívicas são algo completamente dissociado da questão do poder do Estado:

“Sim, porque minhas crianças eram pequenas, então a gente levava na escola, a gente contribuía com o que podia, a gente ia lá, a gente chegava até a cantar o hino nacional com as crianças na escola. sabe? Nessa época também foi bom.” (F)

Por fim, a Sra. B relata a sua experiência com a festa cívica a partir de dentro, enquanto aluno participante de uma delas, situação que descreve de modo positivo, num passado em que as coisas eram melhores, e no qual se forjou o seu encantamento com a bandeira enquanto símbolo nacional:

“O Brasil é você, que as crianças vão crescer, vão trabalhar, vão estudar, com esperança nesse grande Brasil. Assim como eu também cresci com uma esperança, decerto, quanto tava na escola. Quando eu tava na escola, numa praça pública em Curupá, Santa Catarina - já ouviu falar? - nós morávamos lá, eu me criei lá. Foi bem no dia sete de setembro, eu tinha acho que essa idade aqui, um pouquinho mais, uns dez, doze anos, aí eu fui

na praça pública e disse um verso embaixo da bandeira, hoje em dia não existe mais isso, é a coisa mais linda. Eu vejo isso aqui, eu lembro cada vez. E eu não tinha vergonha, era desinibida desde menina. Trabalhava em teatro desde pequeninha, então eu tive um bom começo. O símbolo nosso, né, a nossa bandeira, eu sinto amor pela minha bandeira, o dia em que eu vejo ela hasteada assim. É amor à pátria, que ela representa tudo pra mim. Desde criança. E o meu pai também foi assim muito patriota. O que que o senhor achou do que eu falei dessa figura? É mais ou menos isso, é assim?" (B)

A Sra. B realiza a interpretação canônica da criança como futuro que começa a se manifestar. As crianças no ritual cívico remetem ao futuro da nação, temperado pela esperança: a bandeira é amada, e a cena faz rememorar uma vivência pessoal marcante, de participação em uma comemoração cívica durante a infância. Esse fato pinçado da memória da Sra. B é narrado como um momento de contato com a nação, mediada pelos seus símbolos e pela situação do ritual em si¹⁵, do qual emana uma sensação de participação ativa e de pertencimento a esta nação que se manifesta.

Passando para a categoria da identidade nacional e do relacionamento do cidadão / indivíduo com o grupo / nação, podemos ainda aproveitar algumas dessas memórias acima, que trazem alguns modelos de comportamento cívico. Para a Sra. D, ainda que ela repete como positiva a democratização da escola e o seu investimento na formação do senso crítico, é possível perceber uma certa admiração, até mesmo um fascínio pela disciplina entendida praticamente como o reflexo involuntário e mecânico à ordem superior, o que inclui uma rígida divisão verticalmente hierarquizada de papéis. Neste sentido, a crítica é superficialmente aceita (já que as condições - currículo, material, exigências sociais - pressionam por isso), mas incorporada com uma condição: ela pode ser ensinada, desde que não seja exercida, ou seja, desde que a rígida ordem dos papéis sociais seja mantida:

¹⁵ A função identitária da festa cívica é apontada, entre outros, por Mona OZOUF, em *L'École de la France*, obra em que argumenta que nela os celebrantes dizem-se e querem-se os mesmos, postos no cimento dos valores comuns. A comemoração trança infinitas variações emotivas, e pensa a vida política sobre o modelo do doméstico, como uma festa de família comemorada pelos herdeiros (p. 144).

“Agora, no passar dos anos é evidente que é uma muito boa, o desenvolvimento do pensamento crítico, sabe, que hoje é valorizado nas escolas, e deve ser, e deve ser. Mas não é só naquele sentido de apontar o que está errado, não é, vamos dizer assim, físcal. Não é bem por aí. A minha coisa é gente que só quer saber de ser físcal. Tem que participar. Porque essas idéias que eu estou falando foi mais na década de 70. E depois de 70 deu pra abrir um pouco mais, e mais precisamente em termos de escola, a partir de 82. Então, que teve mais assim a democratização do ensino, a participação da família, dos alunos, na vida da escola, participação em termos até de governo, de administração pública. Ouvir mais o povo, uma democratização. Só que eu acho que a democratização – democracia é um bem – mas é preciso que cada cidadão cumpra o seu dever. Saiba o que é correto e o que não é correto. E eu acho que isso aí é bem fundamental, e não o liberalismo. Que eu vejo hoje muita anarquia.” (D)

A Sra. D, enquanto professora, inicia a interpretação da peça publicitária apresentada consultando as memórias da vivência, na situação de trabalho, das modificações legais que introduziram as disciplinas destinadas a cultivar o civismo na perspectiva dos ocupantes do poder neste momento: Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, no 1º e 2º graus, e Estudo dos Problemas Brasileiros, na Universidade. A referência ao civismo do período varguista condiciona a fala, onde se manifesta uma admiração pela ordem e disciplina absolutas e lamenta que não se encontram mais na atualidade. Esse lamento persiste, apesar da depoente afirmar que a sua visão mudou com a democratização e as exigências atuais de pensamento crítico na escola. O virtual desaparecimento da disciplina e do civismo que encontrou em sua infância (memória trazida certamente pelas crianças representadas na capa da cartilha e pelo anúncio da cartilha em si) é generalizado como expressão de que enfraquecem-se os momentos de relacionamento positivo do indivíduo com a coletividade representada, o que demonstra que a formatação desse relacionamento pelo processo educacional que vivenciou criam a dificuldade de perceber outras formas equivalente pelas quais ele possa se dar, como as passeatas e comícios das Diretas-Já e do Fora Collor, por exemplo. De uma forma geral, a reação da Sra. D é a que entendemos como a esperada pelos elaboradores da peça publicitária, da capa da cartilha e do logotipo e lema do Sesquicentenário da Independência: uma responsabilização de cada indivíduo desmobilizado em agir isoladamente para despertar o gigante.

A negação da nacionalidade como identificação grupal prioritária em favor da família e círculo mais próximo de conhecidos, é colocada por C:

“(...) o pessoal quando viaja diz que não vê a hora de voltar para o Brasil, eu quando viajei para a Europa, os Estados Unidos, eu não via a hora de ver a família, até quando eu desci no aeroporto me deu uma tristeza, viu? Eu vi aqueles garis, aqueles coitados que limpavam, tudo magricelo, lá na Europa era tudo gente reforçada, mais preparada. Aqui é um país miserável, não dá para ter orgulho nenhum. Como país, o Brasil não me trouxe alegria nenhuma, o que me trouxe aqui foram as pessoas, as pessoas que me ajudaram, que me deram educação, os padres redentoristas americanos, eles me ajudaram, me deram educação, me pagaram as despesas, na época eu era muito pobre, então foram pessoas que despreziosamente me ajudaram e eu sou grato a eles. Não pelo fato de serem americanos, não, porque eles eram pessoas, são pessoas que me ajudaram. E eu procuro fazer a mesma coisa. Agora essa história de Brasil, aí, que aparece no próprio esporte, tudo bem que se torça, o Brasil ali é um mero time, e o povo já percebeu que não é nem um representante do Brasil, é um representante das grandes corporações, comerciais, né, internacionais, agora. Eu já sabia disso, mas muitas pessoas perceberam que não é bem essa história de seleção brasileira, que não é o Brasil que tá em jogo ali. Que se o Brasil ganhar o Brasil ganha, se o Brasil perder o Brasil perde, não é por aí. Quer dizer, tem mais, tem algo mais atrás disso. Então pra mim Brasil são as pessoas, e as pessoas que estão ao meu redor, isso é que é importante. Do país como nação pouca coisa chega até mim, uma das poucas coisas é a moeda. E os impostos. Pois é, o país me traz mais problemas do que solução. Eu preferia que o meu país fosse Paraná no máximo.”

(C)

C denuncia a festa cívica e o nacionalismo, como construções destinadas especificamente à manipulação e ao controle social, que só são possíveis porque há um descompasso entre o povo e o seu governo, que esse leitor manifesta na frase em que relata a sua forma de compreender a lógica nacionalista dos governos militares: *“O que importa é que o Brasil seja feliz, não importa que você seja infeliz”*. Esta interpretação de C denota uma exterioridade identitária em relação ao “Brasil”, compreendido aqui como abstração útil ao discurso manipulador. Na fala do Sr. C o espírito crítico aparece como uma conquista progressiva, que passa pela superação do nacionalismo enquanto um limitador estrutural do pensamento, e viabiliza romper o elo ideológico que projeta a nação no futuro e imaginar a fragmentação nacional num futuro próximo, dada a incapacidade deste arranjo coletivo em promover a felicidade do indivíduo. Esse posicionamento revela a

falência do dispositivo ideológico para este sujeito, que imagina os seus laços identitários de maneira concreta, com as pessoas ao seu redor, evitando uma solidariedade abstrata com “a terra” e com pessoas que não conhece ¹⁶. Podemos também associar esse posicionamento ao papel de um possível liberalismo doutrinário constituinte da pessoa, o que, de qualquer forma, permitiu-lhe romper com um dos principais elementos do controle social na época. A seleção brasileira de futebol vai de roldão em seu caráter de símbolo mobilizador deste sentimento de identidade¹⁷, pois desencanta-se enquanto “pátria de chuteiras” perante este nosso leitor, que a aponta como resultado em ação de uma série de interesses comerciais. A consciência do contato com a nação que o Sr. C relata não se dá pelo ato catártico de torcer pela seleção, ou qualquer outro ato que envolve um alto grau de crença numa abstração, mas pela materialidade da moeda e da subtração da renda, que se dá pelo pagamento dos impostos. A percepção de que a nação não se manifesta concretamente a não ser como Estado Nacional é um desvelamento ao qual estão ligados os desvelamentos de itens da dominação ideológica que passam pela naturalização e compulsoriedade da nação perante os indivíduos. Por fim, é possível notar nesta fala um regionalismo que é justificado pelo depoente com um argumento administrativo: o Brasil seria grande demais, e Paraná seria um país administrável.

Para a Sra. A, Brasil é uma coletividade que a duras penas tentamos ser, mas que não conseguimos plenamente, porque dentro desta mesma coletividade há um grupo de pessoas que impede a comunhão:

“ O Brasil é nós, mas de que jeito que é nós, se o que manda no Brasil lá faz o que bem quer com o Brasil e com nós? Com nós também eles fazem. Aqui eles viviam em paz, as crianças podiam aprender, eram educadas e tudo, agora que não é mais. Esse aqui eu gostei também. O Brasil somos nós mesmos, né. Porque terra,

¹⁶ Esta percepção como vimos com Benedict ANDERSON, é o sustentáculo de todo nacionalismo, de toda identidade político-territorial moderna. Apesar de comumente utilizada para o controle social, não significa dominação por si mesma, já que significou mobilização popular e libertação anticolonial, por exemplo, em diversos capítulos da história.

¹⁷ Nada mais esclarecedor sobre esta função simbólica coletivizadora da seleção que os versos da famosa canção do período da Copa de 70: “90 milhões em ação/ Pra frente Brasil/ Salve a seleção”.

terra é ... O Brasil, quer dizer, que nem aqui é Ponta Grossa, lá é Palmeira, lá ... O Brasil é o globo todo, mas ... o Brasil mesmo é o povo que constrói, mas de que jeito? Cansado de dever pro estrangeiro?" (A)

Ser o Brasil, para a Sra. A, é um desafio, porque o grupo “que manda no Brasil” é visto como a encarnação do arbítrio, obedientes apenas à própria vontade, submetendo a ela o país e seus habitantes. Com estas pessoas a Sra. A não estabelece a relação identitária que se expressa na enunciação da palavra “nós”. O Brasil é distinto desse grupo, mas é algo que ao mesmo tempo não é definido, mas que se percebe que não é a terra, não é o espaço físico, é o “Brasil mesmo”, que transcende o lugar e a classe dominante, mas que fica mais distante, mais nublado, mais difícil de ser integrado e construído pelos brasileiros perante a dívida externa e a conseqüente dependência estrangeira.

Uma percepção parecida da heterogeneidade dos que são o Brasil aparece no depoimento da Sra. E, que lê mais do que a frase contém, e conclui que o Brasil é mais “com” alguns, os que detêm o poder de mandar, que com outros que dele são desprovidos.

“Esse é um problema sério, um problema muito sério das nossas crianças. Por causa que os pais não estão tendo condições de ter seus filhos junto com eles, ficam criados quase na rua, é muito triste. O Brasil é com você? O Brasil é com todo brasileiro, principalmente aqueles que tem a chave, aqueles que tem o poder de cuidar do Brasil. Todos nós temos que ... a nação brasileira, todos nós temos que querer um Brasil melhor, mas só querer não adianta eu querer um Brasil melhor, porque os lá de cima formam um Brasil. Porque o Brasil tem condições de ser um Brasil limpo, um Brasil bom, um Brasil que dê emprego, porque nós estamos rico com todas as coisas, de tudo nós temos aqui no Brasil. Basta que eles não joguem tudo lá pra fora.

Nós construímos o Brasil assim com o nosso trabalho, com a nossa, assim .. enfim ... ajudando as pessoas ainda que não sabem , as pessoas que ... que são melhor de vida pras pessoas que ... então é isso aí que eu acho.”(E)

Todos, raciocina, têm responsabilidades para com os demais, mas as dos poderosos são maiores (“os lá de cima formam um Brasil”), e não têm sido satisfatoriamente atendidas, pois são desperdiçadas as qualidades - que vê - do país. Novamente não há necessariamente uma

rememoração, mas uma extrapolação da opinião e do sentimento vindos para a situação presente. Reaparecem aqui os temas do Brasil com potencial natural para um grande futuro e de que as pessoas comuns constróem o Brasil na justa medida do seu trabalho.

Com isso, percebe-se que não é incomum para os depoentes encerrar, em sua concepção de cidadania, o indivíduo nas esferas restritas da família e pessoas próximas e do trabalho. O Estado não é visto como espaço do cidadão, e nem entendido como instituição por ele encarregada de garantir os direitos dos desvalidos. Este encerramento da tarefa do cidadão comum em construir o Brasil na esfera do trabalho também se faz presente nas falas seguintes:

“Você constrói o Brasil”. Isso eu já não lembro, não sei como é que eu vou sair dessa. Lógico, lógico, toda a vida! Porque se não fosse nós o Brasil não iria pra frente, não podia construir de maneira nenhuma, cada um faz a sua parte. Você como professor, eu como ... meu marido como pecuarista, todo mundo, o meu filho, hoje médico, ele faz a sua parte, minha filha professora, meu genro engenheiro, então cada um está ajudando a construir o Brasil.” (F)

“Se o sujeito é trabalhador ele está construindo um Brasil melhor, se ele é vadio tá deixando o Brasil do jeito que está, não está construindo nada.” (I)

Por fim, o Sr. I apresenta uma imagem do Brasil que reproduz um dos temas recorrentes do ensino da identidade nacional de cima para baixo, que é o mito da democracia racial. Esta “democracia” é identificada na figura, e pode ser percebida como uma idéia à qual o leitor aderiu:

“A capa em si traz, veja bem, traz a integração aí, que é uma coisa que existe aqui no Brasil. Japonês, um pretinho, um branco e uma branquinha. Então, nós temos a miscigenação aqui. De cara a gente percebe. Porque muitas vezes uma cartilha dessa cai na mão de um japonês, por exemplo. Chega lá na casa. “ah, tem aqui a fulaninha aqui é japonesa”. É característico, né, tem os olhos puxados e tal. Tá vendo que é japonês. Leva a cartilha lá na casa do pretinho, “ah, aí tá o Tiãozinho”. Então tá vendo que a coisa ... Bom. “O Brasil é você”. Mistura, miscigenação, é a porção de gente, de raças, erguendo o Brasil. Essa cartilha, essa capa tá muito boa. “Cartilha de Moral e Civismo.” Você tinha visto isso? O Brasil é você, mas aqui tá dando o sentido de integração. Bem bolada, muito bem bolada.” (I)

No que se refere à identidade do grupo projetada no tempo, temos a destacar dois trechos elementos da consciência histórica: para o passado, a leitura da história oficial como farsa, e para o futuro uma projeção do esfacelamento da unidade nacional:

“A independência do Brasil não foi uma palhaçada a independência do Brasil? Quem vê aquele quadro lá de D. Pedro, arrancando a espada, montado num cavalo árabe, branco, bah! Independência ou Morte! Diz aquilo. Ele tava montado numa mula, vinha lá de Santos, tudo aquilo é mentira, tudo mentira, mentira. Aquilo que disse. O povo que não sabe, que não lê, aceita isso aí.” (H)

“ (...) e acho que as divisões no mundo elas tem que ser mais administrativas, e a tendência, pelo jeito, que a gente vê por aí, o Brasil vai se esfacelar, ele não vai continuar sendo esse país. Talvez não vai haver guerra, mas uma coisa natural, vai haver mais autonomia regional, porque é impossível administrar isso. Tá se mostrando que é impossível administrar. Os Estados Unidos conseguem administrar porque eles dão muita liberdade para os estados, senão eles não conseguiriam manter aquilo. Não há país que consiga, administrar isso aqui é impossível. O Brasil vai logo de roldão, sabe? Nos próximos 50 anos vai mudar radicalmente isso aí, não é possível. Para mim o Brasil são as pessoas, é o que interessa realmente. É a valorização do ser humano. Que eu como pessoa, que a pessoa ser feliz. Não o Brasil ser feliz. Eu tou pouco me lixando que o Brasil existe. Não me interessa. Eu não tenho orgulho nenhum de ser brasileiro (...).” (C)

Previamente ao levantamento de algumas linhas gerais referentes à visão da nação que transparece entre depoentes, é preciso assumir o caráter fragmentado e inconcluso das mesmas. Como afirmamos anteriormente, cada depoimento, cada caso, tem um significado em si, impondo uma fragmentação estrutural de sentimentos e opiniões relativas à história, à identidade e a política nacionais. O trabalho de estabelecer tendências comuns é limitado por este caráter estrutural do material recolhido nas entrevistas, e precisaremos estar considerando isso para o fecho deste e dos próximos capítulos. As afirmações não são podem ser contudentes e generalizantes, mas condicionadas aos sujeitos entrevistados e contrapostas sempre às opiniões e idéias uns dos outros.

Podemos inicialmente identificar uma rejeição a um Brasil que seja outro e não nós, quer dizer, que apareça como um ente separado da coletividade, pairando sobre ela. É o que transparece nos comentários relativos às primeiras duas figuras, que apelam a comportamentos em nome do país. O contraponto está na fala dos depoentes que aceitam e assimilam esses discursos autoritários. Mas pode-se perceber também que esta rejeição ao “Brasil” que espera, que exige, acontece quando “Brasil” é percebido colado ao Estado, ao governo ou aos poderosos em geral, revelando, para os depoentes que se alinham neste posicionamento, uma falência do apelo a uma determinada ação cívica alicerçada pela comunidade nacional, trazida pelo nome do país. Este tipo de apelo, para ser bem sucedido, depende da crença do receptor numa homogeneidade básica entre os membros do grupo, e se rompe quando se estabelece o conhecimento a heterogeneidade e a hierarquização entre os mesmos. O exemplo mais marcante é aquele que parte da frase de Médici (de que o país vai bem, mas o povo vai mal) para notar que a felicidade do Brasil e a felicidade dos brasileiros são coisas distintas no momento enfocado.

Há um significativo sucesso da propaganda quando esta afirma uma identificação entre o sujeito que recebe a mensagem e o Brasil, principalmente quando há o apelo a símbolos e cores nacionais, que podem funcionar no imaginário como invólucros de sentimentos formados por décadas de educação nacionalizante (formal e não-formal). Estes sentimentos despertados pela visão (ou audição) dos símbolos nacionais são mobilizados pela propaganda, de modo a vinculá-los às suas mensagens específicas, ligando-as afetivamente à identidade nacional. Ainda que este

uso seja comum à propaganda política brasileira de um modo geral (bem como a propagandas dirigidas diretamente ao consumo de produtos), ele ficou bastante vinculado à figura dos militares, que se consolidaram como “guardiões” dos símbolos, imagem que se reforça a cada desfile de 7 de setembro ou comemoração cívica em geral, de balde o esforço dos movimentos populares na reapropriação, por exemplo, da bandeira nacional.

Entre os depoentes, também, é possível perceber a assimilação de termos caros à propaganda do regime militar, como a idéia de integração e unidade, seja territorial, seja social. Esta idéia pode ser interpretada como um dos fatores que dificultam o apoio e a participação nas lutas sociais, e é alimentada por mitos como a democracia racial e a vocação pacífica do povo brasileiro.

O contraponto disto é a postura de alguns dos depoentes que recusam esta apropriação, seja por não vincularem os símbolos nacionais a abordagens afetivas, seja por identificar os emissores e desautorizá-los enquanto brasileiros autênticos. Neste último posicionamento, o critério de brasilidade não é diferente dos que são utilizados pelos emissores das mensagens publicitárias em foco, mas o dado decisivo para a sua rejeição é olhar para as mensagens a partir do presente, dentro da possibilidade de constatar o fracasso das promessas feitas há 30 anos.

Os brasileiros, por fim, não aparecem como um grupo homogêneo, mas um universo que se divide entre os que se dão bem e os que se dão mal: por vezes, considera-se que o sucesso dos que “se dão bem” é construído às custas dos que “vão mal”, sendo que esta equação pode ser montada com diferentes fatores (como ricos e pobres, políticos e povo, corruptos e honestos, empresários e trabalhadores, cada uma contando com uma forma diferente de compreender o grupo social ao qual se pertence). Novamente, o contraponto está nas falas que, sem desconsiderar a desigualdade social e a exploração, encontram alguma igualdade mínima e alguma condição comum a todos os que se atribuem a alcunha de brasileiro.

Capítulo 7

DIÁLOGOS SOBRE A NAÇÃO E O SEU TEMPO

A idéia de que há uma comunidade – nacional, no caso em questão – que atravessa o tempo é o pilar de sustentação da consciência histórica, que variará conforme se caracterizem tanto a nação quanto o tempo do qual ela também é feita. Neste capítulo, propomo-nos a recuperar e analisar as respostas dos depoentes perante os enunciados das peças publicitárias cuja temática é a da nação no tempo, considerando que o discurso do regime militar e de seus sustentadores neste período tem como linhas mestras tanto a idéia de atemporalidade da nação (componente central da nação enquanto ideologia) quanto a idéia de que o golpe militar foi capaz de desabrochar as potencialidades nacionais, realizando o futuro no presente. É importante estudar o efeito dessas mensagens, pois as mesmas continuam circulando no debate político e nas mensagens de mídia até hoje, com outros termos (por exemplo, realização da modernidade) e sob outras formas.

Nesta parte das entrevistas, os depoentes pautaram-se em pelo menos três tempos: a) atualidade, compartilhada por entrevistado, entrevistador e a nação, dentro da noção de simultaneidade modernamente compreendida¹; b) o tempo próprio da memória individual do entrevistado² e c) o contexto em que as peças publicitárias foram produzidas. Essa noção de simultaneidade que é essencial à consciência moderna e à existência da nação no pensamento de seus membros está permeando todos esses tempos, e os depoimentos transitam por eles. Não estamos encetando algo novo, a não ser no que se refere à temática sob análise, pois a memória

¹ Discutida por Benedict Anderson, op. cit., retomado no capítulo 3 deste trabalho.

² Neste ponto levamos em consideração o que afirma Maurice HALBWACHS, em **A memória coletiva**, que afirma que as lembranças individuais são na verdade coletivas, pois são montadas a partir das contribuições, imagens, idéias e palavras que nos chegam, seja através do nosso grupo circundante mais imediato, seja de pessoas distantes, através dos meios de comunicação. Lembramo-nos, prossegue Halbwachs, na medida em que nossas memórias são solicitadas pelos outros. Nesse sentido, se as memórias sempre são tecidas a partir dos componentes coletivos do qual participam. Cabe ainda reafirmar a idéia que viemos encampando até aqui, de que o momento presente em que o depoente recorda condiciona sua rememoração, estruturando-a a partir da vivência posterior ao momento que recorda e evocando-a a partir do que se solicita e do que pensa na atualidade

dos entrevistados e a consideração do contexto das peças tem sido integrante das leituras e das análises, já desde o capítulo anterior. Neste capítulo, portanto, os depoentes transitam entre os tempos para falar sobre o tempo da nação com a qual se estabeleceu uma relação subjetiva / identitária – seja ela tranqüila ou problemática – que foi verbalizada no capítulo anterior.

Passamos, portanto, às propagandas e suas leituras por nossos entrevistados.



Dado o “parentesco” entre essas duas peças de propaganda, resolvemos abordar conjuntamente as respostas perante a apresentação das mesmas. A peça à esquerda é um anúncio comemorativo do dia da bandeira, publicado pelo empresariado paulista na *Veja* e em outras revistas do período; a imagem à direita é um cartaz oficial de propaganda para o dia da pátria que, como afirmamos na primeira parte, aparece no ano seguinte à primeira, mas tem uma estrutura muito parecida: a frase e a referência ao nome da nação, embora não haja outro texto além desse. O seu caráter oficial e a construção distinta da mensagem que permanece essencialmente a mesma motivaram-nos a colocar também esta imagem - que não é exatamente uma peça publicitária de revista, embora tenha sido veiculada em pelo menos uma delas - para a apreciação dos nossos leitores.

Se considerarmos a leitura do enunciado da propaganda da FIESP por parte dos entrevistados, podemos perceber que, em alguns casos, a bandeira prevaleceu sobre a frase de chamada da propaganda, que vem logo abaixo, o que demonstra a força intrínseca deste símbolo

nacional³, para além do fato desta imagem ocupar a metade da área do anúncio (mas sem deixar de considerar este aspecto) e pela intenção declarada do enunciado, que é reverenciar a bandeira no dia de sua comemoração. Isso fez com que boa parte da discussão fosse sobre os símbolos nacionais e o seu significado, dividindo espaço com a perspectiva que se pretendeu levantar inicialmente, ou seja, a da nação em relação ao tempo, concentrada principalmente na frase “Ontem, hoje e sempre”.

Na leitura da Sra. A, o dístico da bandeira nacional integra-se ao texto de chamada do anúncio e acaba por centralizar sua atenção, sendo que o segue é uma avaliação da relação afetiva entre a entrevistada, os símbolos nacionais e o poder estabelecido:

“Ontem, hoje e sempre. Ordem e progresso... Eu gosto muito da bandeira do Brasil, né? Eu penso assim: poderia ser muito melhor esse Brasil, por causa ... Até a bandeira tão querendo mudar, se é que já não mudaram. Mas bandeira não adianta nada, porque o que adianta é o que manda lá.” (A)

A Sra. B também faz sua leitura a partir da compreensão da bandeira como mensagem principal, e de uma perspectiva de concordância, de adesão, que vincula o lema “Ordem e Progresso” à idéia de eternidade nacional: *“Se não existe ordem no país não há progresso, né? Eu acho que sim, professor. Com tantas injustiças, com tantas irregularidades, ainda assim, eu concordo com o “ontem, hoje e sempre”. Eu acredito que sim.” (B)*. É provável que a “ordem” aí seja o que o Estado neste momento considerava como “segurança nacional”, principalmente se notarmos que a Sra. B tem, nas demais partes de seu depoimento, uma posição que não coloca em xeque os valores da identificação nacional promovida pelos governos militares neste período e seus apoiadores. Estes valores envolvem, não nos esqueçamos, o autoritarismo e a prevalência da “segurança” sobre os direitos civis. Nem mesmo os vários momentos que significam um afastamento entre o que se espera do “Brasil” e o que se recebe realmente “dele” são suficientes para que o “contrato” nacional imaginado seja visto como colapsado.

³ José Murilo de CARVALHO, em **A formação das almas**, sobretudo no capítulo 5, comenta o surgimento da atual bandeira da República do Brasil, bem como o teor de permanência e conservadorismo do qual ela se reveste (mantendo as cores e formato básicos da bandeira do Império). Comenta também as resistências e conflitos causados pelos projetos de mudança da mesma, posteriormente, dentro da consideração de que se trata de um símbolo que remete ao mito de origem da coletividade, e ao mesmo tempo é fundamental pela sua característica oficial e obrigatoria e de uso popular, o que lhe dá grande visibilidade e significado.

Em C, a leitura se inicia pela interpretação do significado da bandeira na peça, considera o texto e faz o reconhecimento do aspecto referencial na mensagem publicitária:

“A bandeira se associou ao Brasil gigante, ao Brasil nação, ela era a representação dessa idéia de criar realmente um país gigantesco. Depois o povo que se lixe, né, mas o país seria o importante. Essa era a filosofia dos militares. A bandeira era representação ... amar a bandeira era amar o Brasil, e eles consequentemente, eles eram os representantes. (...) São frases de efeito: “Creio no homem, creio no trabalho, creio no amor, creio no Brasil”... Eu sempre detestei esse tipo de frase tipo “O trabalho dignifica o homem”, pra mim é tudo baboseira. Isso aqui também. “creio no trabalho, no homem”, você pode ver que não há uma individualização, está sempre olhando o coletivo, “cremos no Brasil”. A Fiesp que apoiava o governo porque recebia uma série de benefícios do governo, então eles usavam a linguagem que era usada nos textos, que eram enviados para as escolas, naquela disciplina lá, Moral e Cívica, OSPB.” (C)

Para o Sr. C, o símbolo nacional também é percebido como instrumento de representação - falsificadora - de uma unidade que não existe; a mensagem tal qual decodificou é recusada por sua associação com o regime militar. Para C, o regime investiu no Brasil apenas enquanto abstração ou projeto megalomaniaco, descuidando do povo. Perceba-se que o Brasil é abstrato não por outro motivo, mas por não ser uma referência traduzível em indivíduo, mas apenas numa coletividade que parece não envolver pessoas concretas. Por fim, C foi um dos poucos entrevistados que fez, como dissemos, o reconhecimento da mensagem declarada ou referencial que é a “marca” que assina o produto vendido: a idéia de que o empresariado paulista integrava-se ao furor cívico daqueles tempos. Neste reconhecimento, C faz também a interpretação de que este civismo não é gratuito, mas ligado às benesses do governo dos generais.

A Sra. D começa a verbalizar sua leitura da peça destacando o texto em tipos pequenos, fazendo uma pequena síntese desses trechos que destaca, associando os princípios declarados com “constituição” e “política nacional”, sem necessariamente problematizar nenhum dos termos ou contextualizar seu aparecimento: “ ‘Antes de tudo brasileiros’. ‘Acreditamos no trabalho, no amor, nos padrões democráticos da nossas instituições, no respeito entre os homens, no respeito entre as nações, no entendimento ...’ Isso daí é o que diz na nossa constituição, toda a nossa política nacional. Tudo bem.” (D). Mas não é por isso que esta entrevistada deixará de referir-se ao título e ao desenho da bandeira:

“Ontem, hoje e sempre. Eu enxergo que a bandeira, que há ordem e progresso. Eu acho que é a preocupação que o povo brasileiro tem com a ordem e o progresso. No sentido da busca do desenvolvimento, com a participação nacional, que quem é a nação é o povo, somos nós, e que depende de cada um. Ontem, hoje e sempre, nós temos que nos unirmos, é um fator de integração nacional.” (D)

Curiosamente, o Estado desaparece desta parte da fala, como se não fizesse parte desta equação, e o sujeito passa a ser o povo, que é a nação; passado, presente e futuro são a matéria da integração deste povo, na fala da Sra. D, que retorna à idéia de responsabilização individual perante os destinos da nação, com a idéia de que o sucesso coletivo é a soma de cada indivíduo cumprindo o seu papel; ao lado disso, expressa que a nação é o conjunto de pessoas que precisa estar unido (sob uma orientação única) ao longo do tempo. Esta visão da comunidade nacional poderia ser bem expressa numa comparação com uma orquestra: há uma coordenação dos diferentes trabalhos por uma única orientação que obtém a harmonia. Obviamente esta perspectiva exclui a alteridade e a dissonância, e nesse sentido é ideológica na medida em que prescreve uma determinada unicidade de ações e de pensamento estruturalmente coagido, que empurra para fora do campo do plausível aquele ou aquilo que é diferente, ou explica-o através dos seus modelos de interpretação.

“Ontem, hoje e sempre” também foi o elemento do anúncio que mobilizou primeiramente o olhar de E, F e G no esforço por decodificá-lo e interpretá-lo. A Sra. E associa o futuro à idéia de esperança, e a ordem à esfera da vida privada, em sintonia com a interpretação individualizante da nacionalidade que apareceu em suas falas anteriormente transcritas:

“Fala aqui, né, o Brasil hoje e sempre. Bom, hoje e sempre porque enquanto nos vivemos aqui nos temos que ter esperança no dia do amanhã. E em tudo, em tudo, em tudo ainda tem o amor, porque o amor é a palavra-chave, porque você sem amor, não leva a nada. A bandeira do Brasil, tá falando aqui ordem e progresso. Se você não tiver ordem na sua vida, não tiver um progresso que você vai ter, também não leva a nada.” (E)

E coloca a ordem como condição do progresso, dentro uma comparação com a vida pessoal, e o fato dessa comparação poder existir é um indício da possibilidade de “biologizar”

ou personalizar a nação, recurso bastante utilizado na propaganda da época, como vimos. A bandeira é verbalizada como mobilizador da identidade nacional por excelência e torna presente o “morrer pela pátria”, que é expressão máxima tanto da priorização da nacionalidade sobre qualquer outro pertencimento, quanto da entrada preferencial para essa identificação, que é emocional e não racional.

Por sua vez, F possibilita acompanhar a ordem de sua leitura da peça, sintetizando, como E, a associação que imagina entre futuro e esperança. Além disso, faz uma profissão de fé nesta esperança e no Brasil, que portanto não é compreendido em associação com o governo, especialmente os governos militares:

“Eu fui direto nesse aqui: ‘Ontem ...’. Depois eu fui nesse aqui [texto] para ver se o que eu falei para você confirmaria. E confirmou. Eu acho que o Brasil, pelo emblema da nossa bandeira representada aqui, vai ser ‘ontem, hoje e amanhã’, mas com muita esperança, com muita fé, muito trabalho, muito amor, a gente vai sempre erguer essa bandeira.” (F)

Se por um lado G comunga com as depoentes anteriores o primado do título da peça como primeiro e principal elemento que chama a atenção, por outro lado podemos dizer que a sua fala é a que une de modo mais imediato a decodificação da mensagem literal com a interpretação da mensagem associada, e o faz de um ponto de vista crítico, que diverge do otimismo do anúncio em relação ao Brasil projetado no tempo:

“É. Tá certo. Ontem foi de um jeito, hoje tá assim, e se o povo não se explácar vai continuar do mesmo jeito. Então, cada vez vai ficando mais ... ‘A certeza de estarmos construindo um novo país. Com trabalho, com amor, com fé na boa vontade entre os homens e os povos.’ É o certo, o que está aqui, que o povo tenha boa vontade de melhorar, né? E o caminho é vocês, né? Disseram que o Brasil é nós, né? [ri]” (G)

O futuro aparece aberto, tanto podendo repetir o passado quanto ser melhor, se houver boa vontade, principalmente das novas gerações. Notemos que novamente a tarefa de transformar a história não é colocada pelo indivíduo como sua, mas como tarefa de algum “outro”, ainda que seja o mesmo povo ao qual pertence, mas uma geração mais jovem.

Por fim, na categoria da leitura, na qual procuramos identificar as maneiras pelas quais os depoentes realizam suas decodificações, temos a perspectiva analítica de I, à qual liga-se novamente a sua descrença na capacidade de comunicação de massas das propagandas que lhe foram apresentadas: “É, o cara pega e olha isso aqui, isso aqui não diz muito, é que tem a imagem do Brasil aqui pela bandeira: “Ontem, hoje e sempre”. Então o cara pensa que tem um compromisso com a pátria para sempre. Mas ninguém lê isso. É uma síntese, não é? É uma síntese, aqui tá uma porção de coisa mas a síntese é essa: Ontem hoje e sempre, Brasil. Não é muito boa essa aqui não. Não, o texto tá bom, o texto é muito bom. E é otimista, não é? Leva um sentido bom.” (I).

Este depoente reconhece que a mensagem apela a um compromisso eterno do indivíduo com a pátria, sintetizado na frase “Ontem, hoje e sempre”. Não aparece uma crítica política do conteúdo, mas da eficiência da mensagem publicitária, e a percepção geral é de que não há oposição em relação a essa mensagem. H, por sua vez, é lacônico e enfático: “É, isso é aquela coisa de ufanismo”.

Em relação às leituras do cartaz governamental, a Sra. B interpreta o arco-íris em consonância com o discurso proveniente do Executivo, evocando palavras que estão próximas (embora não coincidentes) tanto da propaganda do Brasil grande quanto da intenção declarada de expressar solidariedade, através do cartaz: “Dá uma idéia de alegria, de felicidade, crescimento, grandeza.” A Sra. D aproxima-se também dessa idéia de solidariedade enunciada pelos órgãos oficiais ⁴, ao tratar as cores do arco-íris como a convivência harmoniosa das diversidades, que se coordenam para formar uma pátria, como as cores se combinam para formar o arco-íris:

“Cartaz para o dia da pátria de 1971. Naturalmente, sem desprestigiar a nossa bandeira, não é? Aqui naturalmente são as cores do arco-íris? Aqui entra muita cor diferente: verde, amarelo, azul e branco. [risos] São outras idéias que andam pairando por aí. Agora, o que é que significa esse arco-íris aí, não é? O dia da pátria. Bom, eu posso também levar aqui para esse lado: tem pessoas com pensamentos diferentes, formas de vida diferentes, existem privilegiados, os que vivem sofrendo por aí, idéias diferentes, oportunidades ... As

⁴ Essa compreensão de tolerância e liberdade – dentro dos limites da defesa desta ordem – é a pretendida pelos seus enunciadores, conforme pudemos aferir, por exemplo, através das informações do editorial da revista Veja n. 157, de 8 de setembro de 1971, à pg. 21. Esta informação é confirmada por Carlos FICO em *Reinventado o Otimismo*, p. 126.

oportunidades são dadas para todos. Porque muitas vezes a gente ... Agora ontem, hoje e sempre, parece que o Brasil tá meio paradinho, ou vai avançando? [risos]" (D)

O final da citação introduz um componente que destoa do reconhecimento daquela conotação que a Assessoria Especial de Relações Públicas da presidência pretendeu, pois o ontem – hoje – sempre sofre a desconfiança irônica: este Brasil avança ou fica estagnado? Ou seja, em vez de transmitir exatamente a idéia de que a nação é eterna, acaba transmitindo a idéia de que a sua situação é eterna; isso pode ser muito interessante para o poder instituído um período de euforia e apoio popular ao governo, mas pode ter efeito contrário num contexto de estagnação ou crise, contribuindo para uma crise de legitimidade. É a nota dissonante, pondo em dúvida se a frase se refere a um Brasil em sólido crescimento ou em incontornável estagnação.

O Sr. C faz uma leitura procurando um distanciamento crítico que não envolve as impressões sobre o presente da vida nacional, e que lê o governo militar procurando eternizar o seu tema de propaganda mais caro, o Brasil grande: *"É, ontem, hoje e sempre, o Brasil permanentemente gigante. Eu não me lembro bem dessa frase, porque faz tempo, já, mas ela estava por aí. Mas com a idéia, realmente, de patriotismo que eu acabo de dizer."* (C).

Para além do texto, a propaganda mostrou-se hermética para a Sra. F: *"Esse aqui eu não estou compreendendo, eu não imagino o que seja. Sempre Brasil, mas nessa parte aqui, que está como um arco-íris, eu não estou entendendo não. É, é um arco-íris, mas sobre esse aqui eu não posso dizer nada."* (F) Já a Sra. E faz uma leitura particular da imagem do arco-íris, relacionando-a com a religiosidade cristã que professa, e indicando um sentido possível (talvez não previsto originalmente pelos elaboradores?) para muitos dos leitores: *"Esse aqui é o nosso Brasil, está mostrando as cores do nosso Brasil, o nosso concerto. Muito bom, Brasil hoje e sempre. Esse arco-íris aqui ele representa muita coisa pra nós, são as cores brasileiras ... um concerto entre a gente e Deus, né, então é muito bonito isso aqui."* (E) A peça toca, portanto num componente sensível do imaginário religioso judaico - cristão, para o qual o arco-íris, mais que um belo fenômeno natural, é a reaparição (com função mnemônica) do sinal do acordo feito entre Deus e os homens numa época ancestral, pelo qual é selada a aliança entre a divindade e a humanidade através do personagem Noé, logo após o dilúvio universal, com compromissos mútuos. É uma aliança eterna, no que se assemelha a eternidade com a qual o cartaz pretende caracterizar a nação. Considerando a estrutura deste mito, o cartaz tem a capacidade de referir-se

a um acordo imaginário entre o Estado e o povo, com base na tolerância à diversidade, mas numa leitura que não prescinde da existência do mal, contra o qual deve haver vigilância e rigor: seu maior objetivo é desfazer o “concerto”. Este “mal” - mal definido - é a garantia de um espaço imaginário a ser ocupado pela imagem dos comunistas, dos subversivos, dos guerrilheiros, dos opositores em geral, na interpretação dos que aderem a essa forma de pensar.

Para a categoria de análise dos depoimentos envolvendo explicitamente a memória das experiências de cada indivíduo entrevistado, podemos iniciar pela Sra. A, cuja compreensão da história nacional tem por parâmetros as suas vivências na infância:

“Que saudades do Brasil de 1500, porque os índios não faziam de nada, não roubavam, nada. Índio, independente de ... Quando eu era menina lá em Mato Grosso, a gente podia ficar sozinha em casa, não tinha bandido, estuprador, não tinha nada. O papai saía, que ele viajava de carreta, e deixava três que nós éramos, três meninas, ficava naquela casa, com o negócio, que nós tinha um negócio de secos e molhados, né, negócio enorme lá. Pegava, ia lá, chamava os índios, eles dançavam a noite inteira na frente da nossa casa, eles ficavam cuidando lá. Depois o papai vinha de viagem, ele dava fumo, ele dava mantimento, dava, que é que eles gostavam ... de cachaça, aquele tempo eles gostavam, vinho, então papai agradava eles assim, com mantimento, leite, tudo o que nós tinha. Minha infância foi muito feliz lá no Mato Grosso. Minha infância foi muito boa. Não que tivesse ladrão, nada, mas só para garantir que nós, a mãe ficasse bem sozinha.” (A)

1500 é visto como um momento dos mais altos da história nacional, pois a partir dele, com a presença do homem branco, as relações deterioram-se até chegar à atualidade, que para A é muito ruim. O 1500 – infância da nação e o 1500 – infância de A interpenetram-se. O ponto a destacar aqui é a visão de história e a concepção de tempo que estão envolvidas nesta fala, às quais retornaremos adiante, quando trataremos da consciência histórica expressa nos depoimentos a partir destas peças publicitárias. Uma vivência contemporânea na qual a Sra. A permite entrever o desencanto nas relações humanas, e especialmente nas relações entre Estado e povo: *“Fui receber minha pensão, e veio com um desconto. Aí eu perguntei no banco por quê que faziam aquilo? E aí disse: não, isso*

é pra pagar a dívida do Brasil... E tão tirando um real daquelas pobrezinhas que ganham cento e quarenta, tão tirando! Agora pode ser que parem, porque já houve encrenca, né?” (A).

A Sra. D, logo após identificar a profissão de fé do anúncio do empresariado paulista à política nacional, emenda imediatamente a figura presidencial, identificando-a com os princípios e valores postos no anúncio.

“Inclusive nesta época o Médici esteve aqui em Ponta Grossa, não é? Foi um pouquinho depois. Ele veio inaugurar aquela estrada de ferro aqui, a ... Rede Ferroviária, um trecho lá. É, eu me lembro que teve junto com as escolas, então ... Ele veio para acionar uma locomotiva, e naturalmente inaugurar algum trecho de estrada de ferro. Então o pessoal, a comunidade, veio e ficou ali naquela ponte, aquele pontilhão que tem quando a gente vai para o Campus, embaixo passa a linha do trem. Então eu me lembro que o Médici veio ali, acho que foi o Médici, sim, foi ele sim.” (D)

A presença de Médici ⁵ funciona como um gancho com o qual a história da cidade e a trajetória pessoal de D ligam-se, fundem-se todas num único processo.

Iniciemos considerações sobre a nação, a identidade nacional e a cidadania pelos depoimentos que em geral se identificaram com os enunciados, partilhando ao menos em parte de seus argumentos. Neles, a bandeira teve um papel fundamental de mediação para as falas que caracterizaram a nação:

“Bom, eu, pela formação que eu tive, adoro bandeira nacional. Ela precisava ser mais respeitada. No meu tempo não se podia rasgar uma bandeira. Hoje, as bandeirolas que fazem por aí, jogam, pisam no chão, as bandeirolas. Eu acho que a gente tem que sentir o povo, o país, a nossa bandeira, ordem e progresso, o nosso lema é esse sempre, né? Depende de cada um. Enquanto a gente estiver tendo aí roubo, seqüestro ... Claro, quer dizer, o exército está lá de prontidão, pronto para defender a pátria, mas cada um tem que fazer a sua parte, e espera que cada um cumpra o seu dever. Agora, a gente fala muita coisa, mas também a gente erra muito, né? Isso é a coisa mais natural.” (D)

⁵ Na verdade, o presidente que esteve em Ponta Grossa foi Ernesto Geisel, mas este equívoco, a nosso ver, serve para destacar uma certa impessoalidade na percepção dos governantes, como se a instituição presidência prevalecesse sobre eles enquanto indivíduos, também amalgamados por sua origem institucional comum.

Deste primeiro trecho, podemos destacar idéias acessórias: a compreensão ingênua do papel do exército como força tutelar, uma constelação de papéis sociais estanques que devem ser cumpridos por cada um dos cidadãos e uma percepção da criminalidade como a negação da identidade nacional. Mas a idéia central é a sacralidade da bandeira, a adoração prestada a esse símbolo. Bastante próximo do depoimento de D – no que se refere à idéia de que o país se faz pelo correto cumprimento dos papéis sociais por cada cidadão – é o de F, ainda que a bandeira não seja o seu tema central:

“É como diz naquela gravura ali das crianças, a gente ... você sabe que a gente crê no Brasil, nós temos muita esperança no Brasil. E trabalhamos, cada um no seu setor, cada um na sua maneira de viver, eu acho que nós estamos ajudando a construir o Brasil. E tenho esperança de que o Brasil vai se safar dessa. Com muita dignidade, ainda. Talvez não seja nesse governo. A esperança é a última que morre, né? Se Deus quiser, a gente vai ter outro presidente, é difícil, né, partido ... mas eu tenho esperança que o Brasil vai melhorar.” (F)

Para E, ainda, a bandeira vai aparecer como objeto de devoção, de uma fidelidade que não passa pelo aspecto racional: *“Eu não sei o que significa a bandeira do Brasil, mas se eu vejo uma bandeira do Brasil eu sei que eu sou brasileira e que eu morro pelo Brasil e que eu tenho que defender meu Brasil.”* (E).

Outros depoentes trouxeram uma fala que revela uma antipatia perante o anúncio, e mesmo perante a bandeira. Como indicamos atrás, o risco do “Ontem, hoje e sempre” é eternizar não só a nação e a nacionalidade, mas também uma virtual compreensão negativista / pessimista dela:

“Não adianta a bandeira, você pode por tudo, tirar aqui essas estrelinhas, por de ouro aqui, isso não interessa. Interessa quem tá dentro do Brasil. Ah, eu adorava a bandeira, quando ia fazer passeata, de menina, tudo, ah, para mim era uma coisa mais maravilhosa, mas era um pano, né, agora que eu sei! Eu gosto da bandeira do Brasil, mas ... Ontem, hoje e sempre, quer dizer que o Brasil tanto o de ontem, é o mesmo de hoje, e vai ser sempre a mesma coisa. Que se ficasse como ontem não piorava aqui; lá pode ser, mas, senão não vai ser ontem, hoje... Eu tenho saudades de ontem, porque o hoje tá ruim, feio. Eu não sei, não tive tanto estudo pra fazer uma análise, né, mas é o que eu acho. A bandeira não adianta. Podia até ter uma bem pretinha, uma bandeira mas o povo que mandasse, e mandasse, e não deixasse tantas pessoas tão humildes sofrer tanto, pessoas que plantam pra nós comer, que havia de ter mais ... mais carinho, mais atenção, mais, como é que se

dis, mais união com aquelas pessoas que plantam, pros próprios filhos deles comer. Eles judiam, se puder tirar trator, tiram, como já tiraram.

É como dizia ali, amor ... se não fosse o amor, se não fosse o amor, meu filho, o amor é tudo, o amor, a amizade. Mas isso o que eles dizem quando estão hasteando a bandeira, lá ... isso é tudo banana frita. Quero ver eles fazerem isso aí.” (A)

É no sentido de uma comunidade política a-histórica, um destino traçado além das ações de homens e mulheres comuns, que a Sra. A abordou o “Ontem, hoje e sempre”, num viés particular que vê decadência do respeito mútuo no passar do tempo. Então, partilha com os elaboradores da peça a idéia de eternidade da nação, mas discorda no que se refere às características a atribuir ao seu tempo eterno. A bandeira, por sua vez, é alvo de um sentimento contraditório: por um lado é amada na infância (e portanto a relação com a nação mediada pelo símbolo é outra, neste momento da vida de A), por outro ela não passa de um pano, que não significa nada se a elite dirigente não está em sintonia com os anseios da população, que é o que ocorre na maior parte das vezes. Se a função do símbolo é trazer a nação, o desencantamento do símbolo reflete o desencantamento com a nação que ocorre na Sra. A, para quem a nação deixa de significar um acordo de todos pela reprodução do respeito a cada um, e passa a significar a subtração de direitos e mesmo de condições de vida e trabalho, e disso é exemplo a situação dos pensionistas (que vivencia pessoalmente) e dos pequenos proprietários rurais (que observa). Trata-se de um processo de desencantamento do símbolo nacional e da nação em si (enquanto contrato – atualmente não cumprido pelos governantes - de “amor” e “amizade”), ao qual se resiste frouxamente em nome de um passado mais agradável em que o significado e o sentimento ligados à bandeira não estavam degradados (e esse tempo localiza-se na infância); esse processo em curso na Sra. A parte de suas diferentes vivências e das informações sobre a nação que recebeu na escola, nas comemorações cívicas e na mídia, com as quais ela compõe uma síntese pessoal, que tem na sua trajetória de vida o padrão para análise da nação no tempo.

C e H, em perspectivas diferentes, abordaram outras nações como exemplos (positivos ou negativos) de relação dos indivíduos com a coletividade, mediada pelos símbolos e gestos cívicos:

“Você nota que o governo não consegue, nem o Fernando Henrique consegue tirar da mão dos militares a celebração do sete de setembro. Não é festa do povo, é dos militares. Eles que desfilam, eles que carregam a bandeira, quando muito algumas escolas, mas não é uma festa como nos Estados Unidos, que o povo faz piquenique com a família, soltam foguetes, balõeszinhos. Foi uma coisa que eu sempre comparei, o patriotismo do americano com o nosso. O nosso patriotismo não existe mais, e nos Estados Unidos o povo é extremamente patriota. É claro! Porque o país supre tudo pra eles. Lá o país responde aos anseios do sujeito, exceto na saúde, que é um ponto fraco dos Estados Unidos, que é muito caro, nos Estados Unidos a justiça é uma maravilha, ela funciona muito bem. O direito individual lá tá acima, até do coletivo, em certos aspectos.” (C)

“Nos Estados Unidos em todo lugar que você vai tem a bandeira dos Estados Unidos. Então isso é sinal de civismo, de patriotismo, porque é a bandeira deles. Mas são os maiores patifes, canalhas, mafiosos, gangsters. Sabe de onde vem o nome gangster? Dos Estados Unidos. Eles intervêm em todos os países do mundo, com o seu poderio bélico. Qual é o direito que eles têm de fazer bloqueio econômico contra Cuba? Por que que eles invadem o Iraque, o Kuwait, países, a Etiópia, os países miseráveis, Angola. Agora põe o dedinho lá na China, lá na Rússia, quero ver. Esses covardes. Eles não puderam nem com o Vietnã, tiveram uma derrota política e militar inigualável, não tem outra igual. Foram derrotados vergonhosamente, no Vietnã, e usaram de todo o armamento mais sofisticado. O que todo mundo fala de Fidel Castro? Que o Fidel Castro é um segundo Pinochet. É uma mentira. Estou dizendo pra você, estive duas vezes em Cuba, e eu não fui conversar com o Fidel Castro porque a quantidade de pessoas arredeando o Fidel Castro era enorme. Ele tem um carisma extraordinário. O que o Fidel Castro e o Che Guevara, fizeram, o Camilo Cienfuegos fizeram? Eles expulsaram o Fulgêncio Batista, expulsaram os americanos de lá e transformaram a ilha num exemplo para os demais países. Não tem um país da América Central que tem o padrão de vida que tem Cuba. Que Cuba sofre por bloqueio econômico, inclusive do governo brasileiro. Foi reatar relações comerciais em 76, em 86.

Claro que o civismo cubano é mais autêntico. Eu fui duas vezes pra lá, eu fiquei adorando. Levei primeiro o meu filho, depois levei minha esposa e minha neta. Ficaram adorando Cuba. Povo educado. Esse mesmo cretino do Casoy, declarou na carta dele que o povo cubano é asável e educado, por puro provincianismo. Ah, por puro provincianismo? E os patifes, criminosos aqui do Brasil, é por desenvolvimento moral? E os basbaques aqui que lêem jornal entreguista falam horrores sobre Cuba, e não sabem nada sobre Cuba. São papagaios de corrente, eu chamo. Repetem aquilo sem saber.” (H)

C, em sua fala, parte da negação do sentimento nacional, que já havia exposto anteriormente, e mostra que percebe a associação entre símbolo nacional, nação e governantes

(militares); com isso, podemos notar que este leitor supera o mecanismo ideológico de ocultação dos sujeitos históricos através do recurso ao “sujeito-Brasil”. Isso resulta de um processo iniciado com a decepção que este depoente teve com os militares por não cumprirem a promessa redentora do país, que se associou com o uso que estes fizeram da nação e seus símbolos, o que contribuiu finalmente para a percepção de que esses símbolos eram, no Brasil, vazios de seu significado. Isso se expressa, por exemplo, na indisposição com as frases “edificantes” do texto da peça, que está presente também em alguns trechos da fala do Sr. H ⁶. Concomitantemente, a nação simbolizada revelava-se como frustração de seus objetivos primordiais. Portanto, não se trata apenas de uma usurpação dos símbolos nacionais por governos ilegítimos (que poderia ser simbolicamente redimida, por exemplo, com as Diretas-Já, em que uma bandeira gigantesca acompanha os comícios e votações, cobre a multidão e volta simbolicamente às mãos do povo), mas de uma insatisfação com a própria nação que é irreversível. Mas o modelo de um patriotismo autêntico está nos Estados Unidos, para o Sr. C, que mais uma vez demonstra uma tendência ao individualismo e a uma perspectiva liberal da nação, em que o coletivo só tem razão de existir (e por isso a identificação positiva) por satisfazer o individual. Evidentemente é uma visão simplista que não contempla os problemas sociais daquele país, mas que essencialmente coloca os termos ideais para que houvesse identificação positiva entre o cidadão e a nação no Brasil, na opinião do depoente.

O Sr. H também refere-se aos Estados Unidos para dar um exemplo de civismo, mas a caracterização não é positiva, como no depoimento de C. O Sr. H associa os atos do Estado norte-americano aos seus cidadãos (o que advém, supomos, desta identificação entre povo e Estado que se expressa no patriotismo que o Sr. H percebe), caracterizando a ambos a partir dos atos de imperialismo e genocídio perpetrados pelos Estados Unidos ao redor do mundo, bem como aos atos de cupidez de suas investidas econômicas sobre os demais países. Novamente, em contraposição, aparece o civismo cubano como autêntico, personificado pela carismática figura de Fidel Castro. Da mesma forma que C, H não leva em consideração as heterogeneidades do país

⁶ O significado pejorativo adquirido pelo “slogan” e manifestado por H, no sentido de jogo de palavras que transmite um engodo, bem como a problematização e contextualização disso é o tema do primeiro capítulo de **O Slogan**, de Olivier REBOUL.

escolhido como modelar, e como ele vislumbra a possibilidade da existência de um relacionamento autêntico de identificação simbólica entre o cidadão, o Estado e a nação.

Sobre as manifestações referentes à consciência histórica dos depoentes em relação à figura ou evocadas por ela, podemos dizer que a peça pressiona no sentido de atemporalizar a nação e a bandeira enquanto símbolo nacional. Na fala de alguns dos entrevistados, pode-se perceber que essa atemporalização foi assumida integralmente, por exemplo em D e E. Mas é a fala de A que nos traz uma indicação interessante da forma desta depoente conceber a história; já notamos anteriormente que para A o passado sempre é melhor que a atualidade, e na sua fala que reproduzimos acima, onde narra sua vivência de infância entre os índios, há uma determinada compreensão da história nacional. Por ela, a história do Brasil segue uma linha geral de decadência, pois a entrevistada localiza em 1500 uma espécie de último momento em que existe um bom relacionamento entre o homem no que viria a ser o território nacional; essa percepção depende de uma idealização do índio (*“não faziam de nada, não roubavam, nada”*). Mas essa idealização não é originada do estudo dos poetas, escritores e historiadores que desenham uma história nacional romântica, mas da experiência do contato direto com índios em Mato Grosso e da generalização da qualidade deste convívio para todos os índios e para o tempo da chegada da expedição de Cabral. Este é o momento em que provavelmente o Brasil começa a existir de alguma forma para a Sra. A, pois é possível ter saudades e mesmo falar dele. Esta expressão remete para a personalização ou individualização da experiência, no sentido de que a memória da depoente estabelece um parâmetro central para a sua compreensão da história: pela sua própria biografia, tem um parâmetro para traçar sua compreensão da história nacional.

Mas a Sra. A não vivenciou 1500, mas sim a primeira metade do século XX, ou seja, para ela o seu contato com os índios configura-se como uma reedição do contato de 1500, e portanto a nação não inicia em um só momento, mas estende-se pelo tempo conforme vão ocorrendo contatos parecidos em vários pontos do território. Pelo que se pode perceber, a Sra. A entende esses momentos como inoculadores da decadência nas relações humanas no Brasil, pois conforme o tempo passa depois deles terem ocorrido, o desrespeito à pessoa só faz ampliar-se.

Estamos diante de um resquício da compreensão medieval do tempo ⁷, pela qual um determinado evento, embora já tenha ocorrido, continua ocorrendo, pois não se liga a um encadeamento de causa – efeito, de antes – depois. A compreensão de A assemelha-se à perspectiva cristã medieval do tempo, para a qual o passado é o presente: por exemplo, a sexta-feira santa não é apenas um rememorar, mas um momento em que Cristo novamente passa pela paixão e morte. O descobrimento, então, embora já tenha ocorrido, continua ocorrendo, pois o Brasil de 1500 ainda existe, talvez não aqui, mas agora.

⁷ Novamente referimo-nos a Benedict ANDERSON, na obra citada e comentada no Capítulo 3.



Um outro cartaz governamental comemorativo, igualmente publicado em revista semanal de circulação nacional. Considerando que os detentores do poder político realizam um determinado discurso sobre a história, faz parte de suas características a necessidade de periodizá-la, interpondo um momento de origem como uma ruptura que funda, finalmente, a nação, realizando seu potencial oculto⁸. Este momento, neste caso, é representado pelo ano no qual o regime militar se instalou

Por posicionar no tempo da nação (composto de promessa e de conquista⁹) o próprio regime como a realização da conquista simbolizada pelo futuro que chega, é que este cartaz foi selecionado para o comentário dos leitores, que puderam fazer suas considerações sobre o tempo da nação e do regime militar. Percebemos que, quando se trata de comentar sobre o “Brasil”, as falas costumam ser mais favoráveis, mas quando o sujeito é identificado sem esconder-se atrás da nação, mesmo os depoentes mais conformistas acabam por mostrar alguma incredulidade.

⁸ Cf., por exemplo, Edgar DE DECCA. 1930: *O silêncio dos vencidos*, p. 73 e passim.

⁹ Mona OZOUF. *L'école de la France*, p. 154

Para analisar as leituras feitas, iniciamos pela Sra. A., que expressa uma atitude responsiva verbal e não verbal, integrante do processo pessoal de decodificação da mensagem associada, pela qual fica patente a rejeição ao discurso governamental: “*Sim, país do futuro, era, né? ... Depois o futuro chegou [faz uma expressão de deboche, incredulidade] Não tinha tanta coisa, né? Bonito, esse eu gostei, mas em 1964 ... Era apenas um país de futuro, e então o futuro chegou.*’ *De que jeito? Que futuro? Se futuro for esse que ele está nos proporcionando, então ...*” (A). Pode-se notar que a medida da aceitação ou rejeição não é o regime militar em si, mas a situação atual: ela é o futuro do qual o cartaz fala, para A, e ela é vista de uma forma bastante negativa. Registremos que também a leitura de H traz uma resposta não – verbal e crítica: ele apenas ri, após ler em silêncio o enunciado.

A decodificação da mensagem associada ou conotativa por C é conduzida a partir de um reconhecimento prévio da mensagem referencial (o regime militar instalado), e por isso a sua fala está permeada pela enunciação da promessa da realização do futuro, sem assentir a chegada dele: “*Isso aqui é lógico: O Brasil é o país do futuro e eles iam trazer, realmente concretizar aquilo que é o nosso sonho, aquilo que nós sempre falávamos, que o Brasil é o país do futuro.*” (C). Podemos notar que este entrevistado verbaliza o enraizamento da expressão “país do futuro” em seu grupo de convívio cotidiano (“*nós sempre falávamos*”), e é a essa expressão enraizada que o anúncio se dirige, levando em consideração que os seus leitores já trazem dentro de si uma significativa carga de imagens vinculadas à expressão.

A Sra. B, apesar de um tanto quanto desnorteada no que se refere ao significado político da ascensão dos militares ao poder, estabelece também um ensaio de posicionamento crítico, no processo de reconhecer os militares como a “marca” deste cartaz de propaganda: “*‘O futuro chegou.’ Mas os militares... Eles só aprontaram, eles impuseram a democracia, não foi assim? A ditadura, isso eles impuseram a ditadura militar. Eles entraram com a ditadura no país. Tão comemorando que eles conseguiram o que queriam que era entrar, tomar conta do país.*” (B). Diferentemente dos entrevistados anteriores, B não se faz suscetível ao apelo da expressão “país do futuro”, pois sua leitura do significado geral do cartaz anuncia apenas a comemoração da chegada dos militares ao poder, e não a percepção de toda a carga simbólica que está proposta pelas figuras e pela expressão “país do futuro”. A identificação da autoria do cartaz através da data mencionada, bem como uma postura crítica em relação ao regime ao qual a data se refere é também a estrutura da decodificação feita pela Sra. D:

“Veja bem realmente a revolução foi em 64. E eu me lembro bem, sabe. Eu me lembro que ... É, mas o Brasil foi entregue pra muita coisa ruim, sabe, nessa época.”

Para a Sra. E, a crença religiosa foi a chave de leitura, desviando da parte textual e privilegiando a imagem das rosas:

“Bom, eu por exemplo eu gosto muito de falar porque eu leio muito a Bíblia. Então tá falando a Bíblia, que Deus criou o homem, criou todos os seres, e criou a terra. A terra era vazia e não tinha vida. E os anjos pairaram sobre a terra. Então Deus disse: haja luz. Tudo o que Deus ordenou foi feito, inclusive isso aqui, que no meu pensamento ... assim ... é uma nova vida, é uma nova vida que vem brotando com aquelas flores maravilhosas.” (E)

Perceba-se o encadeamento que acaba por dar algo de direito divino ao poder assumido pelos generais-presidentes (que E não chega a mencionar diretamente, tratando-o por “*isso aqui*”, provavelmente por não ter conhecimento do marco 1964, e ficando portanto impossibilitada de fazer as ligações que possibilitam a compreensão da mensagem referencial): Deus – natureza – flores – poder. Este encadeamento está junto ao simbolismo das rosas, que é lido por E como o ressurgimento da vida, que, como defendemos em nossa análise desse cartaz, faz parte das intenções dos elaboradores.

G capta o “país do futuro” primeiramente, e compreende esta expressão a partir da sua vivência, do seu conhecimento sobre o país naquele tempo, para entabular um dos poucos comentários favoráveis aos militares: *“Esse negócio que tá falando aqui tá muito certo. Era apenas o país do futuro. O povo não sabia nada aquele tempo, 80% dos brasileiro era analfabeto, só filho de gente rica que estudava. É o país do futuro, mesmo. Agora tá aí o futuro, tá na mão nossa. Eu acho que no tempo dos militar abriu os olhos das pessoas, né?” (G)*. Dada a preocupação de G com a educação enquanto via de ascensão social e esclarecimento, que já pudemos notar nas suas falas anteriores, podemos concluir que ele se refere à ampliação do acesso ao sistema educacional e aos projetos de alfabetização, ao afirmar que o futuro chegou: em sua percepção, esses avanços são cruciais para que ele concorde com o enunciado composto neste cartaz.

O depoimento da Sra. F permite-nos passar da categoria da leitura para a que se refere à verbalização das memórias, uma vez que a sua decodificação do cartaz é uma rememoração de aspectos importantes da sua vida pessoal, concomitantemente a uma avaliação do regime militar, que portanto é percebido como tema ou como mensagem referencial do cartaz:

“É justamente nessa época de 1964 que eu me casei, né? Então pra mim era maravilhoso, que a gente casa, a gente tem fé que a gente vai vencer tudo. Nessa época foi ditadura militar, não foi? Isso eu lembro. Pouca coisa mas eu lembro. Então, aí, depois do regime militar, essa flor fechou, criou pétalas, como o país criou raízes mais fortes. Porque eu tenho a impressão que aqui em 64 foi difícil. Não foi fácil. Inclusive meu pai, ele trabalhava no comércio, aí ele teve muita dificuldade, porque houve muito racionamento, essa flor justamente representa, era o botão, era o início, onde que quase murchou, e depois do regime militar desabrochou. A flor desabrochou com eles? Na minha opinião, não. Desabrochou, mas foi depois, né? Inclusive eu estava conversando, o primeiro governo após o regime militar foi o mais difícil.” (F)

Neste trecho, a negação do enunciado é feita por F através do deslocamento do tempo do desabrochar da flor (metáfora do Brasil, para F), do golpe de 1964 para a redemocratização, numa recriação do cartaz que nega a sua mensagem original. Fica evidente que esta leitura na contramão resulta de uma apreensão negativa da relação entre si própria (incluindo a família) e os ocupantes do poder no momento especificado: para F, esses últimos são responsáveis pela maior parte dos seus problemas. Por outro lado, para o Sr. G a apreensão é contrária: nos governos militares é que surge a sua possibilidade de urbanizar-se, educar todos os filhos e ter acesso a integrar o serviço público, portanto a sua memória sobre a relação com o poder neste período é distinta da que F tem:

“Durante muito tempo no nosso lugar [cercanias de Guarapuava, região central do Paraná] só tinha um estudado, que era o guarda-livro. E ainda era um homem malandrão assim, não era um homem que cuidava de ensinar o povo. Só se fosse rico mesmo pra vir na cidade, era complicado. E era aqui, em Guarapuava não tinha universidade. Eu acho que no tempo dos militar abriu os olhos das pessoas, né? O povo começou a entender melhor as coisa.” (G)

Os demais depoimentos não permitiram entrever o aspecto da rememoração de si próprio no período. Por referirem-se todos a uma avaliação da história recente, resolvemos reuni-los dentro da categoria dos depoimentos que se referem à consciência histórica. Neles, o regime foi um tema que dividiu espaço com a imaginação sobre o futuro nacional.

Percebe-se que a questão que emana de alguns depoimentos é sobre a definição (ou indefinição) do futuro. A Sra. A manifesta, indiretamente, que para ela o futuro é uma situação necessariamente positiva. Quando insistimos para que falasse a partir do fato de que aquele cartaz era do tempo dos governos militares, ela afirmou que *“eles se enganaram, não tá chegando não, meu filho, porque tá feia a coisa, tá feia. Não sei se não vai haver qualquer coisa aí”* (A). Para que o futuro daquele momento tivesse chegado, o hoje deveria ser bom. Também a Sra. D tem uma idéia próxima, de que o futuro é algo positivo, e não é homogêneo para todos: *“O futuro não chegou. O futuro chegou para uns, mas o futuro ainda está por fazer. O futuro não chega.”* (D). A última frase parece corrigir a anterior, lembrando o futuro como o tempo por vir, no qual nunca se vive. Mas a afirmação de que o futuro chegou para uns deixa entrever que “futuro” é entendido como metáfora de bem-estar, de acesso a bens essenciais e principalmente não-essenciais (como tecnologia avançada, por exemplo). Este significado atribuído ao termo “futuro”, que não raro é utilizada na linguagem publicitária, parte de uma compreensão linear e progressista da história, tendendo a acreditar que o futuro é necessariamente melhor que o presente, e que se isso não se realiza, o futuro não chegou ainda (valendo também o inverso), embora seu destino inexorável, no final, seja chegar.

É assim que G pode afirmar que o Brasil é realmente o país do futuro, que ele chegou (pois não é mais o mesmo Brasil rural no qual nasceu), e que continua em nossas mãos fazê-lo continuamente chegar. Assim, cada um é sujeito da história e faz o futuro; entretanto, analisando o que G considera ser a chegada do futuro, cruzando isto com suas memórias e valores, pode-se perceber que essa subjetividade e essa participação que aparecem não entram em choque com a ação propagandística desmobilizante do regime militar: a ação à qual o indivíduo é chamado a ser o sujeito é sempre adjetiva, secundária, de efeitos simplesmente individuais. Ele não é chamado a ações nas quais seja o sujeito que age sobre o poder político substantivo. Podemos perceber que, afinal, G é indulgente para com os militares no poder:

“Agora o presidente aqui, diz que ele é ruim demais, mas ele realizou que ninguém no Brasil pode ter ordenado de mais de 12 mil. Não pode ter mais que uma aposentadoria também. Tem gente aí que foi fazer duas, três, quatro aposentadoria, na época dos militares, aquilo eles davam pros militares pra agradar eles, pra eles continuar roubando. E tem muita gente aí com um fortunão de aposentadoria. Então eu acho que tem que tirar. Não pode perder a esperança, né? Você imagine se todo mundo perdesse a esperança, na sua idade, por exemplo, que tá na hora de começar a mexer com as coisa, perder a esperança no país, aí não adianta. Ensinar pras pessoa novo conseguir segurar, que as pessoa não fique só roubando, que trabalhe, com amor. Então se você começar a roubar, que futuro vai dar pros filhos? Não tem futuro! As pessoas que começam a roubar ali não pensam em futuro, eles pensam em deixar dinheiro. Só dinheiro não adianta, amanhã depois alguém vai matar o filho deles: “se ele rouba eu vou roubar também!”. Então eu acho que, vamos procurar ser mais amigo, ter mais dignidade nas coisa, ser uma pessoa digna de respeito, aí o filho vai dizer: “Ó, meu pai é um caboclo bom”. E arrespeita ele. Você vai ter um caboclo bom. O caboclo procura ser bom, fica com vergonha de ser ruim. Eu acho isso aí, que o país é nós mesmo (...) Mas eu ainda acho que o futuro das coisas ainda tá pra vir daqui pra frente. Porque até agora o Brasil cresceu, mas cresceu nas mão de pouquinha gente. O povo apertado do jeito que tá, tem que mudar as coisas, não sei como mas tem que mudar. Daí que vai ser o país do futuro mesmo, que vai ser de agora em diante. Então tem que estudar o nosso povo, cada vez estudar mais, procurar entender. Daí o país vai melhorar mesmo...” (G)

O Sr. H também aparenta ter compreendido o futuro como a chegada de um tempo de usufruto harmonioso dos bens, à semelhança de A e D: *“é aquela mesma história, o papel aceita tudo! Você acredita nisso aí? “O futuro chegou”. Nós estamos vivendo o futuro? Eu com quase 82 anos de idade, com 55 anos de profissão, nunca vi uma situação tão grave como essa no Brasil.” (H).*

Ainda no que se refere à decodificação do “futuro” mencionado na propaganda, vejamos o que afirma o Sr. I: *“‘Até 64 o Brasil era apenas o país do futuro. Então o futuro chegou.’ Quer dizer, uma propaganda do regime militarista. Ainda bem que chegou e já foi embora esse futuro aqui. Não pode, pô! Mas o povo não entende.”.* concomitantemente ao reconhecimento da mensagem referencial, I estabelece uma rejeição do “autor”, entendido como o regime militar. Em relação a ele, I demonstra alívio por “este futuro aqui” já ter ido embora (considere-se as informações do arbítrio que sofreu no período, fornecidas na entrevista e reproduzidas no “perfil dos entrevistados”). Na sua verbalização, portanto, não há um, mas diversos “futuros”, que aparecem como sinônimo da realização de determinados projetos políticos, ou pelo menos como realidades transitórias, pouco

solidificadas em termos de longo prazo, não- definitivas. A sua afinidade com as peças que versavam sobre o Brasil, apesar de sua ligação (não notada?) com o poder, não se estende a esse cartaz que enuncia explicitamente o seu sujeito, no caso os realizadores do Golpe de 64.

Resta-nos trabalhar, nestes trechos das entrevistas relativos ao cartaz do quinto aniversário do movimento de 1964, as manifestações relativas ao regime instalado a partir deste momento. A concentração de renda é uma das características que alguns entrevistados já manifestaram, como D e G. A percepção de que o regime militar foi um período em que a diferença entre pobres e ricos se acentuou é manifestada também pela Sra. B: *Foi um governo bem, assim, querendo derrubar a classe média. E eles, os ricos subiu. Quem sofreu foram os pobres. A classe média ia acabar de existir, quando o militarismo chegou, os pobres iam ficar no chão como ficou naquela época, o rico ia ficar por cima, e a classe média ia ficar como eram os pobres, e quase chegou nisso.*” (B). Também o Sr. C partilha desta sensação de que pessoalmente não cresceu, em termos econômicos, tanto quanto o Brasil, de modo que alguém embolsou a sua parte:

“É, eu não sei em que momento da vida eu percebi que para nós termos riqueza, eu percebi muito cedo, faz tempo que eu percebi isso. Que em primeiro lugar nós não tínhamos nem capital para explorar nossas riquezas. Segundo que as riquezas também são passageiras. Falava-se por exemplo que o Brasil tinha ferro que não acabava mais, agora o ferro está caindo em desuso, o cobre está sendo substituído pela fibra ótica. Aquela frase do Delfim Neto, esperar o bolo crescer para depois dividir, eu quero saber quando é que vai chegar aí a nossa vez de comer, nossos netos não interessa, eu estou vivendo agora, eu sou a bola da vez. Então eles transmitiram essa idéia de país do futuro, mas eu logo percebi que não é por aí. Não se resolviam as coisas. E tanto assim que não se resolveram mesmo. Continuamos com o mesmo número e com a mesma proporção de pobres que tínhamos antes.” (C)

Por fim, a análise da Sra. F é bastante interessante (e, cremos, significativa para a parcela da classe média que aceitou e incentivou a derrubada do governo democraticamente eleito de João Goulart), pois avalia o regime militar como mal menor diante do comunismo, argumento este que foi partilhado por muitos desde as vésperas do golpe. É interessante notar, também, que ela atribui ao comunismo uma série de restrições às liberdades civis que foram praticadas pelo

governo brasileiro durante o período, dando a entender que se tratavam de valores dos quais, na verdade, não usufruíam, de cuja ausência não se ressentiu:

“Eu acho que o futuro não chegou com os militares, não. Apesar que houve época do comunismo, que justamente os militares tomaram conta do país por causa desse regime que queria tomar conta do país, né, o comunismo. Então, se é isso o que tá representando aqui, aí melhorou. Porque felizmente a gente se viu livre deste jugo, não é? Pelo que ouvia falar, pelo que eu escuto falar, que o comunismo priva de todos os nossos direitos, priva de toda a nossa liberdade, o que é nosso é repartido com o governo, nós não temos aquela liberdade, nem de divulgar nada, nem de falar. Então eu acho que pra mim, o regime comunista é pior.” (F)



Esta peça encerra as leituras relativas à temporalidade apreendida pelos entrevistados. Ao mesmo tempo, já começa a introduzir o capítulo seguinte, relativo ao espaço, pois trata diretamente dos dois temas: enquanto a frase – título evoca a questão do tempo, a imagem de uma parcela do mapa do território nacional evoca a questão do espaço. Esta peça, no nosso entender, responde ao cartaz governamental que anuncia a chegada do futuro. Em sintonia, ambos transmitem a idéia de que passou o tempo de falar em país do futuro, porque as potencialidades nacionais, suas forças armazenadas por tantos anos em seu território, estariam em plena explosão criativa no presente. A parte do mapa das terras emersas aqui desenhado é tomada por todos os que analisaram esta figura como um contextualizador natural da frase, informando não verbalmente que o “país do agora” ao qual o escrito se refere é o Brasil.

Os entrevistados foram colocados diante da necessidade de decodificar a mensagem literal (a frase ao lado de uma imagem visual), e não houve leituras inesperadas quanto a isso no tocante à decodificação da mensagem conotativa: o país ao qual o texto se refere foi identificado por todos como sendo o Brasil. A leitura da Sra. A mostra inicialmente uma perplexidade, pela impossibilidade de abraçar o Brasil; em seguida, percebe que não se trata do Brasil território, mas da nação, da comunidade política. Diante disto, verte aquela primeira impossibilidade, física, em uma impossibilidade “social”: abraço não é algo que se possa dar em pessoas cuja ação contradiz totalmente o que desejamos delas: essas pessoas, “os que mandam”, inserem uma fratura incontornável na comunidade nacional: “*País do agora, aquele abraço. Que jeito meu filho, vamos dar abraço no Brasil? No Brasil pode ser, talvez, mas os que comanda o Brasil? Quanta riqueza tem esse Brasil, pode imaginar quanta coisa. [apontando para os símbolos de localização de riquezas, no mapa] A terra, quanto, é ... é ferro, é diamante, olha, enfim, coisas que a gente nem sabe o que ... O Brasil, mas o povo que manda?*” (A)

Por outros caminhos, esta fratura na comunidade nacional é apontada pelo Sr. C:

“Eu não chegava a esse ponto, de pensar que agora a coisa vai, de que agora está se realizando o futuro, só que certamente faziam isso numa propaganda subliminar. E já existia uma orientação em termos de marketing. Mas eles quiseram impingir a nós, repito, nacionalismo. Claro que o Brasil era uma miséria e agora é diferente, então eles quiseram passar essa idéia de que agora vai, claro, ficou essa imagem. Isso talvez não atingia tão de perto o povo, o povo era manipulado mais pela igreja que pelo governo. Claro que o povo brasileiro sempre confiou no governo, por isso que tem hoje as decepções, porque nós esperamos demais do governo. Um trabalhador pouco informado, sempre foi passivo, né? Um dos motivos do voto obrigatório no Brasil é que esse povo não iria votar. Eles não querem. Eles não querem participar, eles não sentem que o Brasil é uma coisa deles. O Brasil é governo, mas não resolve o problema deles, então não é bom, os políticos são tudo, sei lá, só querem saber de roubar, eles não tem, não são politizados, e não foram. Quem hitou realmente foi o pessoal assim, mais o pessoal universitário, as universidades foram um foco de resistência, e perseguiram, os milicos perseguiram duramente as universidades, eles eram politicamente muito fortes até 64, e foram duramente castigados, foram presos, perseguidos ... mais ou menos como agora, né? [risos]” (C)

O Sr. C, portanto, também não concorda com os termos da peça publicitária, e questiona a veracidade de sua mensagem, ao afirmar que os militares no poder não cumpriram a promessa de resolver os problemas nacionais, e por isso o (questionável) potencial brasileiro não foi liberado.

Disto, passa à afirmação da dependência popular em relação aos atos governamentais, que deplora em favor de uma postura mais independente, criativa, que se depreende ser aquela que se atribui à iniciativa privada (e novamente aparecem as raízes do seu posicionamento individualista de tipo liberal). Não aponta causas deste comportamento, como as décadas de paternalismo e clientelismo, e indica o que caracteriza como um sentimento de não-pertencimento à nação por parte daqueles com quem o Estado não favorece com benefícios (que, por sua vez, não são vistos como direitos ou obrigações do Estado perante um contrato entre este e as pessoas).

Na fala a seguir, que transcreve a decodificação feita por D, podemos notar a ocorrência concomitante da leitura das mensagens literal, conotativa e referencial. Na segunda, acaba por estabelecer uma leitura aberrante, contrária ao que pretendiam, segundo nossa análise, os elaboradores:

“País do agora, aquele abraço’. É, mas agora está muito cheio ... 70! Veja. Quer dizer, agora ou nunca, né? Bom, é que aqui eu acho que há uma distribuição, uma preocupação com a pecuária, com a, talvez, mas em 70 eu não sei como é que estava a coisa. Aqui ó, o desenvolvimento, energia, na área ... Elclor. Bom, isso aqui é difícil. Não sei se tem contradição: Brasil, país do agora, aquele abraço, aqui já era, aqui é ontem hoje e sempre, é futuro, ontem hoje e sempre [retoma as figuras, folheia as reproduções das propagandas], acho que essa é das mais negativas, não? Se não foi até aqui ... ponto final.” (D)

A leitura aberrante consiste em compreender o texto de chamada não no sentido de uma saudação afetuosa ao “país do agora, mas de uma despedida, de um “sinto muito”; assim, acaba por conotar a peça como negativa e pessimista, como se comunicasse que a última chance do país tivesse sido perdida. A depoente não tem em mente o contexto político social em que a peça surgiu (apesar de ter reconhecido o ano), no qual não faria sentido esta forma de interpretar o “aquele abraço”: o que torna a leitura aberrante é este esquecimento do contexto, bem como um não partilhar do sentido daquela expressão.

No que se refere à identidade nacional, às imagens do Brasil portadas pelos depoentes, foi possível notar uma reafirmação da adesão, apesar de todos os pesares, ao contrato entre o indivíduo e o grupo – nação, embora este contrato nem sempre seja entendido como envolvendo

o Estado. A Sra. D diz, na seqüência da fala logo acima, que não concorda com a mensagem tal como a percebeu: *“Mas não, acho que nós temos muito para crescer. É um país promissor. O povo brasileiro tem muito valor. Existem ainda umas questõeszinhas para serem resolvidas, mas agora a gente pelo menos ... Aqui tem um mapa do Brasil, que é diferente de um outro símbolo qualquer, que representa mais de perto.”* (D). No final das contas, mesmo que a leitura tenha divergido da intenção do publicitário, a atitude responsiva não o fez, pois há uma leitura que preserva a idéia básica de que a nação vale a pena, e que é preciso investir na união que ela representa.

A leitura da Sra. E traz a nacionalidade como um destino ligado ao nascimento, que não comporta escolhas por parte do sujeito, não aparece como opção, mas como uma condição da qual não se pode fugir, e que exige determinadas atitudes sociais para que os problemas sejam superados, ou que pelo menos se possa conviver com eles de modo suportável. Essa perspectiva da nação como uma fatalidade está ligada à compreensão da nacionalidade por nascimento, que é típica da vertente do pensamento nacional tradicional e impropriamente chamado de “alemã”, que privilegia o componente étnico e cultural em detrimento do componente político e voluntário¹⁰: *“O país, ele, embora que ainda tenha muita coisa que a gente acha que tá errado, mas ainda é o nosso Brasil, ainda tem que lutar por ele, temos que lutar e querer bem uns aos outros e lutar pelo nosso país, porque nós temos que ficar aqui mesmo.”* (E)

Por fim, a percepção do passar do tempo por parte de E traz um indício a mais para construirmos uma análise das consciências históricas dos depoentes. Para ela a nação caminha em uma espiral descendente: *“A esperança nesse tempo era mais. A situação sempre piora, não vi desde lá um ano em que as coisa melhorasse.”*

¹⁰ Esse componente, em oposição ao alemão, seria o francês, na definição de Ernest Renan comentada e relativizada por Suzanne CITRON, no texto O mito da nação francesa, p. 800.

Neste capítulo, aparecem novamente as questões relacionadas à condição de brasileiro: os temas da ordem, da obediência e da submissão aos poderes constituídos são aceitos por alguns e rejeitados por outros, que não submetem ao comportamento de apoio passivo que as peças sugerem, embora fique claro que no período de publicação das propagandas, a opção tinha contornos diferentes: não era aceitar ou rejeitar, mas consentir ou calar.

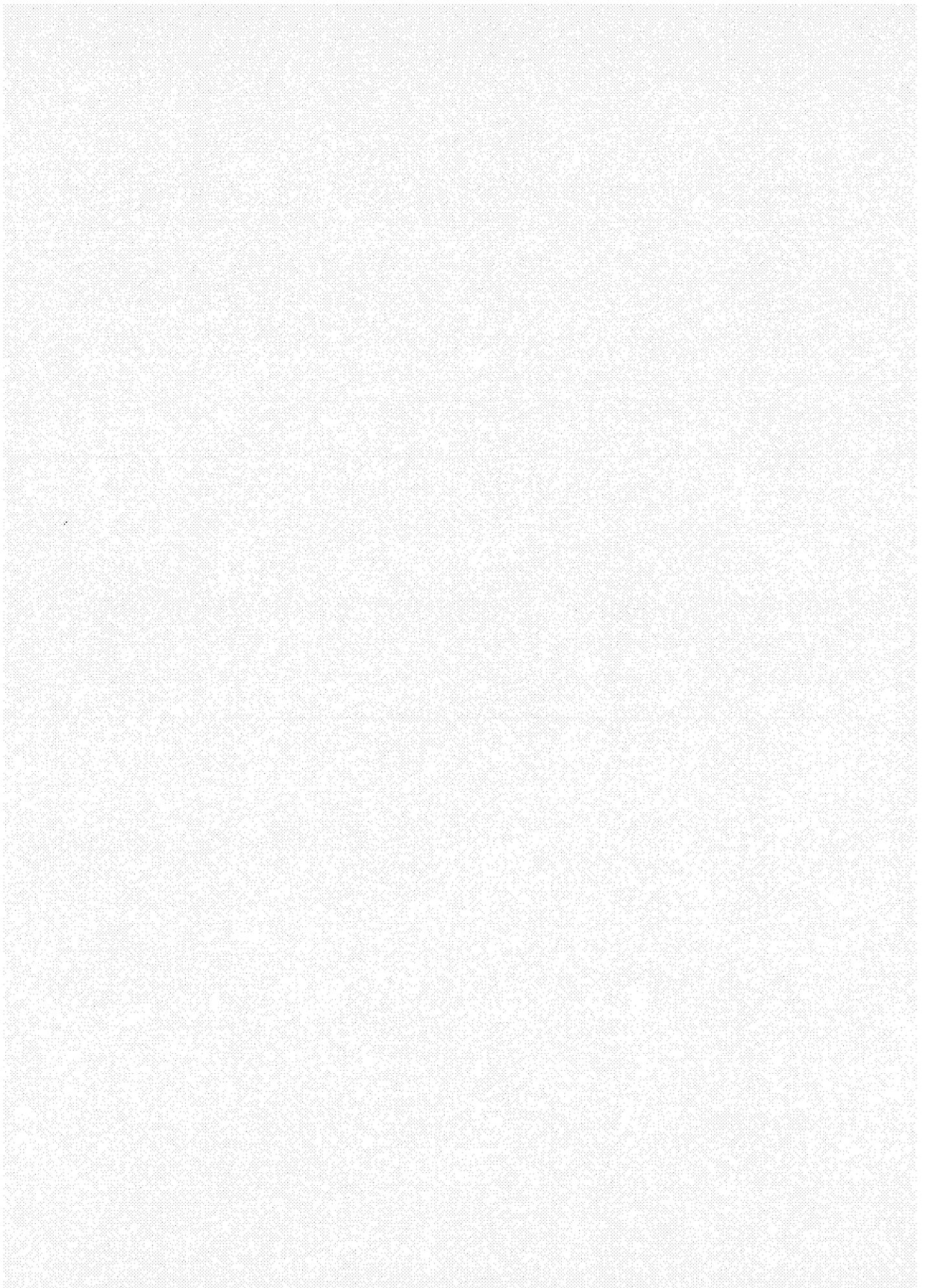
O comentário relativo aos símbolos que expressam a nação novamente teve presença obrigatória, e as tendências já elencadas no capítulo anterior em relação a esse tópico permaneceram aparecendo. O símbolo nacional é um instrumento eficiente porque permite uma grande continuidade de referências imaginárias entre o elaborador e o receptor da propaganda, funcionando com uma grande eficiência como uma linguagem cujos atributos são bastante comuns entre os comunicadores que dele se utilizam. Ainda assim, a bandeira que significa uma nobreza que paira acima dos interesses parciais e das diferenças, ordem, orgulho, lágrima de emoção nacionalista para alguns; pode pelo contrário ser lida por outros depoentes como lágrima de decepção, como pano sem um sentido elevado, ou ainda como evocador ou expressão de indignação.

No que se refere ao tempo da nação, os depoentes apontam principalmente os aspectos naturais e consideram a partir disso a comunidade nacional como portadora de um grande potencial, que se percebe pouco aproveitado devido à situação presente do país, que não é condizente com a sua grandeza natural. Esse potencial a realizar aparece de formas diferentes, tanto como destino certo de grandiosidade, ou como futuro provável que depende de alguém (de quem manda, da próxima geração, do desenvolvimento histórico ...) ou ainda, numa perspectiva menos otimista, como algo já irremediavelmente desperdiçado que rumo para o colapso.

O Brasil Grande, promessa de uma nação com seus anseios básicos satisfeitos, imagem cultuada pelo regime no final da década de 60 e início da década de 70, aparece para os seus receptores, aproximadamente três décadas depois, com a decepção de uma promessa não cumprida, de um salto que não foi alto o suficiente. Isso se contrapõe, por outro lado, àqueles que viram suas vidas e seus lugares mudarem de forma significativa. A região na qual a pesquisa foi feita foi uma das que passou por uma significativa urbanização, e pelo desenvolvimento relacionado a um novo modelo de industrialização. Efetivamente, nos anos 70, Ponta Grossa e

região (como todo o país) viram alterar-se a sua paisagem, tanto nos campos quanto na cidade, que se urbanizou e teve a população bastante aumentada. Numa cidade média, o efeito dessas transformações foi sentido de uma forma bastante positiva, ainda que tenha trazido, no médio prazo, efeitos perniciosos como o “inchaço” da cidade. Mesmo com seus “efeitos colaterais” indesejáveis, este “progresso” foi sentido e reconhecido por boa parte dos depoentes, mesmo por aqueles que tinham uma posição completamente antagônica ao regime militar. Desta forma, esse componente sensível da modernização tornou-se um índice de uma passagem positiva do tempo, expressando em parte aquela “chegada do futuro” que os governos pós-64 arrogavam para si.

Enfim, podemos apontar a tendência de que a mensagem relativa à nação, o apelo à nacionalidade, é bem sucedido quando não se percebe um emissor claro, ao contrário de mensagens onde sujeitos históricos concretos (os militares, o governo, uma determinada instituição, financeira, por exemplo) aparecem explicitamente. Quando o regime de 64 “assina” a peça, a aceitação da mensagem associada reduz-se; ou, dizendo de outro modo, a “nação” é um referencial com ampla possibilidade de aceitação. Isso ocorre tanto em 1970 quanto em 1999, donde a sua utilização freqüente e recorrente como recurso de ocultação dos sujeitos históricos.



Capítulo 8

DIÁLOGOS SOBRE O ESPAÇO E A NAÇÃO

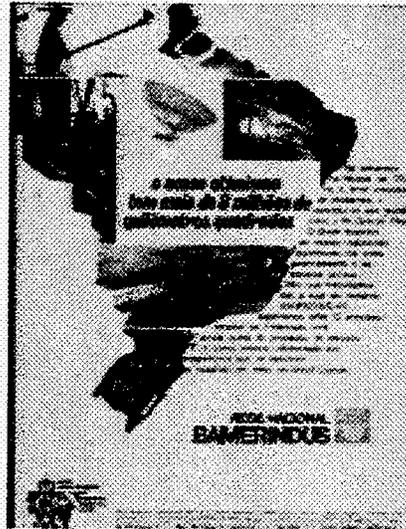
Tempo e espaço são termos que expressam uma divisão artificial que utilizamos para tentar compreender algo que é uno na complexidade da vida social. Para Agnes Heller, o núcleo da consciência histórica é a noção de aqui – agora, de sermos tempo, bem como espaço¹. Como argumentamos anteriormente, o lugar ao qual o indivíduo imagina pertencer é um elemento fundamental da sua identidade. O período que estudamos é pródigo em referências ao espaço nacional, a momentos em que o Estado age sobre ele e que acabam se constituindo como situações de um determinado discurso sobre esse espaço. Enraizado numa tradição secular de nacionalismo brasileiro, os órgãos estatais de propaganda e os sustentadores do regime na sociedade civil projetam a imagem central desses discursos sobre o espaço, que é a do “Brasil Grande”, seja assumindo-a como tema, seja colaborando com a sua própria elaboração e fortalecimento.

Interessa-nos saber como o nosso grupo de depoentes percebeu estes discursos (que em outro ponto do trabalho tomamos como elementos de uma ideologia geográfica própria ao regime militar, ao menos na fase que recortamos cronologicamente), e como eles afetaram a forma como imaginam o espaço nacional, a forma como representam o espaço no qual vivem, convivem, e têm um contato direto, e como se efetuam as intersecções entre estas imagens

Este capítulo traz os comentários dos nossos leitores sobre as três figuras que escolhemos para representar estes discursos oficiais e oficiosos sobre o espaço referenciado à nação. Nestes comentários, será possível perceber que a consciência histórica é também uma consciência geográfica: juntas (ou fundidas) elas formam o pilar central da identidade de cada indivíduo. Embora o componente espacial não tenha aparecido de forma explícita nos capítulos anteriores, sua presença não foi esquecida, pois as referências ao passado são compostas também pelas

¹ Op. cit., p. 14.

referências aos outros lugares pelos quais os depoentes ou seus próximos passaram estiveram ou se relacionaram. Neste último capítulo, abre-se a oportunidade de explicitar a importância do espaço nas verbalizações sobre a identidade nacional, numa pequena série de propagandas selecionadas que mostram um dos aspectos mais originais do regime militar no estabelecimento de imagens da nacionalidade, em que as imagens não significam majoritariamente uma reelaboração do já existente no manancial do nacionalismo, mas uma grande dose de criação.



Esta peça publicitária apela para alguns cânones da representação espacial da nação brasileira: a referência ao seu território gigantesco, o mosaico de imagens (recurso de inspiração televisiva hoje comum, forjado na busca de identidade comum pela exposição de imagens julgadas concernentes ao Brasil e aos brasileiros ²) e a moldura deste mosaico em forma de mapa das terras emersas do território nacional. O publicitário aposta na capacidade expressiva deste conjunto, baseando-se na difusão dessas imagens visuais e conceituais e em sua impregnação no imaginário político e nacional partilhado pelo público-alvo, para transmitir uma determinada idéia de Brasil e vinculá-la à imagem de seu cliente, o Banco Bamerindus.

Pelo que foi possível perceber perante os depoimentos registrados, esta aposta foi bem sucedida. A decodificação da mensagem visual mostra a comunidade de referências entre elaboradores e leitores. A mensagem pretendida pelos elaboradores da peça, na nossa análise, vai no sentido de dizer “Brasil” visualmente, através do recurso ao mapa canônico recortando as imagens do desenvolvimento econômico, para associá-las à nação e ao seu crescimento, que resulta em otimismo tão grande quanto o território. Pelo que foi possível perceber, em geral os depoentes identificaram as figuras representadas dentro do mapa como “indústrias brasileiras”, “desenvolvimento brasileiro”, e assim por diante, indicando que essa identificação nacional de toda imagem associada ao mapa é comum, e arriscamo-nos a afirmar que é tão comum a ponto

² FICO, op. cit., refere-se a este mosaico a partir da necessidade da propaganda política dos anos 60 em lidar com a televisão e de “interpretar, segundo seus interesses, esse conjunto heterogêneo de leituras sob uma perspectiva imagética” (p. 36).

de identificarmos este tipo de composição como um dos signos componentes de uma virtual “gramática visual”.

A Sra. B inicia sua leitura decodificando a imagem como “as indústrias brasileiras” (que, se não é exata, aponta para a percepção da entrevistada sobre o carro-chefe do desenvolvimento no período), e emenda uma fala sobre o acelerado crescimento do Brasil. A Sra. D dá um passo além, e faz a decodificação da mensagem referencial, além de reconhecer a brasilidade e o significado de cada uma das figuras representadas:

“ ‘O nosso otimismo tem mais de 8 milhões de quilômetros quadrados’. Aqui está falando do desenvolvimento agrícola, do apoio à agricultura, que tem barragens, indústrias, hidro ... como é que fala? Hidrelétricas, não sei se isso aqui é um carro, da industrialização, que realmente nesse ponto cresceu o Brasil. ‘Você não imagina o que podemos fazer por você’. Mas é ... Aqui é uma propaganda do Bamerindus, não é? Dizendo que, naturalmente, se coloca ajudando o crescimento nacional. Que aqui é comunicação, né, desenvolvimento [aponta para a antena de telecomunicações].” (D)

Destaquemos que, na atividade de interpretação, a Sra. D vai estabelecendo uma atitude responsiva positiva: reconhece e concorda com o crescimento argumentado pelo texto e pela imagem, e faz a associação entre estes valores positivos e a marca anunciada. A antena de comunicações reconhecida como “desenvolvimento” atesta a divulgação e a freqüência da observação desta imagem visual associada a essa imagem conceitual em outras peças e em outras mídias com as quais a Sra. D tomou contato em sua vida de ouvinte, telespectadora, leitora.

Já a Sra. F inicia a narrar a leitura que fez pelo reconhecimento da mensagem referencial, mas o reconhecimento dos valores postos na peça é bastante semelhante à interpretação feita por D: *“Esse aqui é uma propaganda do Bamerindus? 70. É o que eu disse pra você. De 70 pra cá, que o seu trabalho está sendo, eu acho que o Brasil está mudando pra melhor, com muita dificuldade, mas tá mudando pra melhor, pelo que mostra, que você está pedindo aqui.” (F)* Não deve nos escapar que esta perspectiva enunciada por F não se encaixa com a avaliação pessoal que tem do período, de modo que podemos avaliar que a peça publicitária em estudo faz parte de um conjunto maior, um esforço de propaganda cujo resultado final, para muitos sujeitos, é o de relativizar a avaliação do período, de

modo que as percepções pessimistas do regime para a vida familiar não sejam extrapoladas para comunidade nacional como um todo.

O Sr. C, por sua vez, também identifica a mensagem de forma parecida com o que fazem D e F, mas a continuidade de sua interpretação é distinta: ele identifica e caracteriza o relacionamento entre o proprietário da marca e os detentores do poder político:

“É, pelo jeito que está mostrando aqui o Brasil todo ele trabalhando, o progresso, uma usina grande, aqui, em toda parte aqui só coisas boas, o agricultor. Quer dizer, todo mundo trabalhando gera otimismo, veja agora como temos um nível de desemprego alto como há um clima mau de medo, de insegurança. E aqui não, aqui eles querem transmitir que o país estava indo muito bem.

Eles usavam isso aqui, porque havia uma comunhão, claro, entre a elite brasileira – eu quando falo elite eu digo a indústria, o comércio – essa palavra elite o pessoal esquece, o pessoal aqui vive falando em elite, “é, porque a elite...” e eles são elite, não percebem isso. Então eu me refiro aos donos, aos empresários, aos grandes empresários, eles é que foram muito fortemente beneficiados. Os empresários da indústria e da agricultura também. Então eles procuravam usar isso aqui para ficar numa boa, com os governos. Usavam os meios de propaganda.” (C)

As diferentes situações relativas ao mundo do trabalho são o instrumento de comparação entre o presente e o passado: o passado, de maior emprego, tinha um clima bem melhor que o presente, marcado por altas taxas de desocupação, segundo este leitor. Este clima de otimismo, presume-se então da leitura deste trecho da transcrição, independência da propaganda, pois a função da mesma é apenas a de azeitar os mecanismos de troca de favores e granjeamento de recursos que se estabelece entre o Estado e a elite econômica. Percebe-se aí, na interpretação de C, uma arrumação de sujeitos históricos em que o povo aparece apenas enquanto observador, ou mesmo como uma massa cujo movimento é indiferente para o poder: o destinatário efetivo da peça não é a população, mas o governo, funcionando como o render de homenagem a um soberano cujo poder inclui distribuir os recursos da nação para aqueles que o agradam. Neste planetário, não estranham as declarações anteriores de C sobre a relação entre o povo (colocado como passivo, decepcionado com e dependente do governo) e o Estado, pregando um modelo de comportamento político aproximado do liberal, em que o cidadão cuida da maior parte dos

assuntos que interessam a si (e em consequência, à coletividade) e o Estado existe apenas para dar condições para que essas ações individualizadas ocorram sem contratempos.

H e I, embora não expressem como C um padrão de comportamento para o cidadão, também têm uma leitura cuja atitude responsiva é de contestação e de negação da mensagem transmitida:

“Bom, ‘o nosso otimismo tem mais de 8 milhões de quilômetros quadrados’. Os oito milhões de quilômetros quadrados são a extensão territorial do Brasil. Isso é palavra feita. Isso aqui pra mim não representa nada. Não é isso aqui que dá o sentido de brasilidade, de soberania. Você tá vendo todo dia aí as mazelas que estão cometendo, mas é uma vergonha, uma vergonha. No jornal você tá vendo todo dia, massacre .

Percebe-se que a decodificação de H privilegia o texto de chamada. É por ele, principalmente, que faz sua entrada na idéia de que é o Brasil que está em foco. Após fazer esse reconhecimento, H passa a desqualificar a peça em sua capacidade (ou legitimidade) de expressar a nação. A referência ao espaço, à dimensão territorial, não é suficiente para isso. A menção à grandeza não pode ter significado diante das mazelas do país. O Sr. I é menos incisivo, mas aponta para a função que imagina na peça, ou seja, domesticar os cidadãos, executando o controle social pela exposição de mensagens que são apenas parcialmente verdadeiras: *“Nosso otimismo tem mais de oito milhões ...’ Esse aí tá bom! Isso tudo é pra enganar o povo, essa é a verdade. Pode levar um pouco de verdade, mas muito mais de sugestão para deixar o camarada mais manso.” (I).*

O Sr. G começa a sua fala após ter reconhecido a mensagem declarada ou referencial: a Rede Nacional Bamerindus, e o comentário que lhe vem imediatamente é a lembrança recente da quebra do banco (de origem paranaense) e a sua venda para uma instituição financeira internacional. Após esse reconhecimento e essa lembrança, passa à leitura de algumas das frases do texto que margeia a figura do mapa, que menciona as grandes realizações do período: *“A correria foi bonita, né? Não, foi o que aconteceu ali, o Bamerindus acabou, né? ... No ano de 70, há um firme propósito de mudança ... conserto do país. Grande país, o Brasil mostrará ao mundo realizações gigantescas nas áreas governamentais”.* (G)

Na seqüência, G passará a expor a sua opinião (e nisso a sua compreensão) sobre o que seriam essa “realizações gigantescas”. Mas antes de chegarmos aí, retomemos a leitura de A, que encerra de uma maneira *sui generis* esta parte da análise dos depoimentos, que privilegia a forma

pela qual os depoentes decodificaram o enunciado: *“Ah, o robôzinho. Porque aqui diz: você nem imagina o que podemos fazer por você. O robôzinho disse pro homem, não é? Eles podem fazer, porque eles fazem tudo ... Os coitados dos homens vão ficar sem trabalho. O robô não tem culpa, é quem fez o robô.”* (A). Percebe-se, então, que o que chamou a atenção foi a figura do robô apoiando um pequeno ser humano ao seu lado. A figura do robô, embora simpática, pode ao mesmo tempo ser ameaçadora: o homem é frágil e pequeno ao seu lado. Simpatia, segurança, força para ajudar, não foram as interpretações que A elaborou a partir desta figura. Podemos pensar que a mobilização do olhar da Sra. A pelo robôzinho e o homem no canto inferior ocorre pela preocupação atual da depoente com a precarização do emprego perante as tecnologias que substituem mão de obra humana. Portanto – e esse fenômeno não é inédito – a chave de leitura do robô não é a do período em que a peça aparece (pois neste momento um robô poderia ser compreendido como sinal de alta tecnologia e de uma alvissareira promessa de melhoria da vida das pessoas), e é possível notar uma relação humanizada com a máquina, ao eximi-la de culpa pelos seus efeitos perante as relações entre os seres humanos.

No que se refere à identidade nacional e os padrões imaginados de exercício da cidadania, pudemos notar, nos depoimentos que se atém a esse aspecto, três temas básicos. O primeiro deriva do “em se plantando tudo dá” das adaptações da Carta de Pero Vaz de Caminha e a longa tradição que se segue de exaltação das maravilhas da terra. Mas esse tema não vem dissociado de outro, inversamente proporcional, que é a preocupação, a angústia, o desconsolo e a indignação com aquilo que os depoentes apreendem como a desnacionalização do território e das riquezas nacionais. A Sra. B afirma, diante do mapa coalhado de representações de atividade econômica, esses dois temas concomitantes:

“As indústrias brasileiras... Eu acho que o Brasil cresceu muito desde a época do seu ... do seu desenvolvimento, posso dizer aqui que aumentou, que mudou, [...] É como eu te falei: um Brasil rico, que tem tudo para ser feliz, pra ter as suas riquezas, tem indústria, tem máquinas, ali em Volta Redonda tem aquela siderúrgica maravilhosa, riquíssima aquilo ali, a gente tem tudo para ser um país que não precisava depender de nada, pegando de fora que não tem nem precisão. Ah, eu acho que tudo nós temos aqui dentro do país, ouro que é o mais de tudo, nós temos aqui, né? E tão roubando, tão exportando a nossa riqueza pra fora, é isso que

eu acho a grande injustiça nossa . Precisava ter gente para cuidar da Transamazônica, que é o pulmão do mundo, né?” (B)

As riquezas nacionais são colocadas como um misto entre as possibilidades naturais do país e o trabalho dos brasileiros cristalizado na indústria, mas este arranjo se desfaz perante a figura indefinida que rouba e expatria. Também a Sra. A vê essa realidade de espoliação: *“Otimismo ... Na década de 70... O Brasil é uma posse estrangeira mesmo. Tudo o que eles faziam vinha o estrangeiro, e ficando com o Brasil. E o sem-vergonha não viu e dava tudo pra eles.” (A)*. Nesta fala o “outro” é um pouco mais especificamente nominado: ele é o “estrangeiro”, que no entanto não poderia agir sem a colaboração de um sujeito que não é um “outro”, e isso já é datado na década de 70, lida do texto da propaganda.

A Sra. F traz também a imagem de país naturalmente promissor, mas aponta o fator que limita a realização dessa promessa que o espaço nacional contém:

“Mas é que o governo, ele não está assim, medindo conseqüências, porque tem coisas que o país não tem condição de mudar, pela parte do exterior, infelizmente é isso. Eu acho assim que com o tempo a gente vai conseguir mudar, se eles cuidar daquilo, daquela riqueza que nós temos aqui. Nós não precisamos importar. Nós temos aqui, nossa, aqui nós temos riqueza de monte. Eu vejo pelas sementes. Nós plantamos soja, e um saco de semente, o que a gente recolhe, o que a gente, como é, o que a gente semeia recolhe uma quantidade ... [estala os dedos]. Então existe uma grande riqueza aqui no Brasil. Se o Brasil, se o Governo Federal der pra explorar isso, nós vamos ser um grande país.” (F)

O fator que limita e inibe é o governo, e o que faz com que a promessa com a qual se lê o espaço se mantenha em pé é o tempo: ele permite imaginar a realização do potencial, no futuro.

O Sr. G traz o terceiro tema ligado à caracterização da ação sobre o espaço, que são as grandes realizações citadas no texto da peça publicitária, as grandes obras, em sua compreensão. A marca das mesmas é a improbidade:

“E fica tudo com raiva ... nesse tempo eles fizeram, pra fazer um Brasil bem grande, o que tem de dinheiro jogado foram, que os caboclo fizeram, no Nordeste ali, hospital eles gastaram uma fortuna de dinheiro, fazendo

os prédios, comprando ... tudo, faltando só funcionar. Só pra roubar, né, esses deputados sem-vergonha do Nordeste, tá lá, com mil leito, apodreceu tudo. Montaram, gastaram dinheiro que foi uma barbaridade, só pra fazer política, pra mandar, pra ... não sei porque alguma coisa daquele jeito. E o Bamerindus foi quebrado de uns tempos pra cá, depois teve que vender pra outros aí, porque os homens gastaram dinheiro à toa, não sei como.” (G)

Por fim, no que se refere à imagem do Brasil, a Sra. D aponta para a modernização que testemunhou, que já foi tema de outras falas suas e de outros depoentes quando da análise de outras figuras:

“Então é verdade, o Brasil passou a crescer ... pois é. Porque tem um surto de desenvolvimento. Porque foi quando vieram grandes indústrias, também. Aí foram implantadas indústrias maiores de automóveis, e tal, né, em São Paulo, Belo Horizonte, essas áreas industriais. Ponta Grossa é pequenininho mas cresceu, antes não tinha nada. Eu vim pra cá em 61, aí, meu Deus, o que era [rí]. Cresceu um pouco, apesar de não ter crescido tanto, mas pelo menos nessa parte de indústria. Teve aumento da tecnologia, isso que ajudou, e automaticamente o Brasil cresceu junto.” (D)

A tecnologia aparece na última frase como o sujeito que cria a mudança. Com esta ponta do novelo, podemos puxar a categoria seguinte a qual dedicamos nossa atenção, que é o aspecto mais especificamente temporal desta consciência histórico-geográfica que viemos tratando. Quem traz uma reflexão neste sentido diante desta peça publicitária é a Sra. A. A leitura da imagem visual do mosaico de fotos recortado pelo mapa, estimulada por nós, faz com que a depoente se concentre na foto em que um carro é trabalhado:

“Aqui não entendo muito bem. Aqui que tinha ... não sei o que é isso. Um carro! Agora as cidades são cheias de carro! A cidade está que a gente não pode nem andar mais, de tanto carro! Trouxeram uma fábrica de carro aqui, acho que diz que lá nós não queremos carro mais, vamos trazer pra esses bobos aqui de Ponta Grossa. Eles tão trocando o Brasil, as nossas coisas pelas coisas de lá, do estrangeiro, e no fim tá uma porcaria porque ... chamando o que a gente já tem de bastante. Quando não tinha, que era caro, eles seguravam seguravam, agora tão mandando até fábrica pra cá. Você, o que que entende, é assim mesmo, tá certo? Eu fiquei com raiva aí, não do robozinho, de quem mandou fazer ele, tirar o emprego dos homens.” (A)

Salta à vista o desconforto do corpo idoso para deslocar-se numa cidade coalhada de carro que impõem limites e condições para o andar, impondo restrições a um direito adquirido no passado, que é o de assenhorear-se do lugar em que se vive, transitando por ele. A tecnologia, então, não aparece como alvissareira, tal como na fala da Sra. D, principalmente porque os carros e as indústrias automobilísticas têm atrás de si os sujeitos estrangeiros, os mesmos que espoliam território nacional, e provavelmente os mesmos que dominam a tecnologia, capaz tanto de fazer carro que limita o passo quanto o robô que retira o emprego. Nos artefatos tecnológicos (pelo menos os citados), para a Sra. A, aparecem elementos que colaboram para que os tempos se corrompam, para que o presente seja pior que o passado e que o futuro seja uma incógnita assustadora.



A floresta subjugada e a nação que se expande, tomando-lhe terreno. Esta mensagem, bem como o apelo ao investimento individual nesta cruzada de desmatamento e colonização da Amazônia, compõem a interpretação que imaginamos que os elaboradores desta peça esperavam. As leituras de nossos depoentes chamam a atenção porque neles a narração de experiências pessoais com a Rodovia Transamazônica ou com o desmatamento ganha uma dimensão expressiva, talvez porque esta peça tenha remetido a algo específico, concreto e localizado, algo com o que as narrativas pessoais possam – do ponto de vista de seus narradores – ser comparadas, ainda que se considere a diferença de escala entre a vida e a propriedade do depoente e o tempo – espaço da nação.

A imagem de uma mata fechada cortada por uma estrada de terra acabou canonizando-se como a rodovia Transamazônica ou uma imagem em referência a ela, dada a frequência com a qual este tipo de composição se fez presente nos meios de comunicação de massa, num discurso visual exaustivo. Nas falas dos depoentes, esta imagem faz referência a um “lugar” específico, um “lá” e não, como o território nacional, uma elaboração mais abstrata em que “aqui” e “lá” são a mesma coisa, em que o “Brasil” é toda a parte. Talvez por isso, esta tenha sido uma das propagandas que mais evocou as memórias dos depoentes, nas quais se estabelece uma relação com os termos da imagem que se criou da Amazônia, da natureza e do papel do homem.

No que se refere à decodificação do enunciado, à estruturação da leitura, a questão do imposto a ser pago e da devastação do meio ambiente, bem como a espoliação estrangeira das riquezas naturais do Brasil foram elementos presentes nas atitudes responsivas que se moldaram. O Sr. aponta, em sua leitura, o “*apelo capitalista*” da peça. A Sra. F lamenta a exploração da região: “*Uma outra riqueza do Brasil. Mas está sendo muito explorada né, muito explorada, infelizmente, meu Deus. Essa é boa parte do Brasil, não é?*” (F) A Sra. D e o Sr G apontam para a questão do imposto de renda, que deveria ser revertido para investimentos na Amazônia, mas que sofre de uma falha central:

‘O desafio deste século pede mais .. pede o seu imposto de renda’. Pode ser. Esse aqui é que é o problema. Então parece assim que houve bastante incentivo para que cada um fizesse a sua parte, trabalhar, plantar, claro que o imposto de renda para ajudar ... sei lá, uma necessidade, o imposto de renda, agora os valores, a abrangência, quem participa, nesse ponto a gente se preocupa porque nós, os assalariados, nós eu acho que sustentamos tudo.’ (D)

“ ‘O desafio do século pede mais que a sua coragem, pede o seu imposto de renda’. Imposto de renda os caboclo não pagava. Que se pagasse direito... 72. É bem a época dura, da repressão. 72, depois da Copa do Mundo, a Copa de 70, que desviou tudo a atenção do povo tudo, a Copa de 70. O que foi comido, o que foi matado de gente aqui foi uma barbaridade.” (G)

Se por um lado a análise de D leva-a a apontar os vícios da tributação, por conta dos quais sente-se prejudicada enquanto assalariada, por outro a leitura de G é contextualizante, e aponta seu conhecimento atual dos mecanismos de controle social e de coerção política. Essa contextualização vai disparar sua rememoração, de modo a achar-se em meio a esse tempo e localizar-se em relação a este espaço, com o qual tem uma relação relativamente privilegiada, porque ele viaja com seu caminhão pelo país, e lhe é possível ir até a Amazônia.

Mas retornaremos ao Sr. G depois de notar que, já no processo de decodificação do primeiro elemento da peça notado pela Sra. A (a exuberante vegetação), inicia-se a rememoração da relação desta depoente com florestas e desmatamento:

“As mata. Eu vou te contar uma. ‘O grande destino deste século pede mais que a sua coragem...’. Quando eu comprei um terreno lá na praia de Ipanema, tinha árvore deste tamanho lá no meu terreno. Eu falei para o que eu comprei: eu não quero que ... eu vou pagar a mais por este terreno, mas eu não quero que eu tenha essas árvores aqui pra eu armar uma rede pra dormir debaixo dessas árvores. Quando eu fui ver outra vez o terreno pra cercar, cadê as minhas árvores? Tem aqueles homens que tomam conta lá, e cortou, mandou cortar e vendeu, fora a desmatção que estava por perto. Quando eu comprei o terreno, tinha macaquinho, era bem fechado aquele matto. Quando eu voltei lá já estava tudo desmatado, e os macaquinho ainda vi dois ou três, mas lá pro lado das mata mais fechada. Com o meu filho, dei parte lá em Curitiba, contei das árvores, tudo, que eles desmatando as árvores tudo, que eles fossem ver lá. O Ibama foi lá, viu a destruição, e eu tinha o retrato do terreno com as árvores, quiseram dizer que lá não tinha árvore e eu mostrei o retrato do terreno. Tinham tirado as árvores pra vender pra Sadia. Você sabe que o próprio do Ibama pediu pra mim tirar a queixa, porque o homem era pobre, porque tinha bastante filho, e papapá. Mas como que eu vou retirar a queixa? Eu disse assim: eu não retiro a queixa, vocês façam como vocês quiserem. Se o senhor tem filhos, eu também tenho. Isso não é motivo pra acabar com as matas, porque isso é tudo, é o nosso oxigênio, e a mata precisa ter. Olha os rios, por quê é que seca tanto, porque não tem água? É por causa das árvores, que não tem mais! A Amazônia, você nem queira saber como estão desmatando. Eu me lembro de quando eles pegaram a abrir, e daí já logo falaram que ia desmatar, dizia que não ... Depois nasceu árvore nova, não é? Não como era aquelas árvores, pau-brasil, cambuí, pau de lei, mesmo. Aqui também, nas praias nossas, já não tem mais. Você vai, é só casa, asfalto, rua e tudo. Depois se queixam. Essa estrada que abriram foi a que acabou com tudo.” (A)

Na leitura da Sra. A, bem como na da Sras. B, D, como veremos, os planejadores e executores da Transamazônica não são identificados, nem indiretamente, apesar de estarem indicados como mensagem associada ou referencial na peça, através dos nomes e dos logotipos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, do Ministério do Interior e do Banco da Amazônia. Para a Sra. A, a figura da mata virgem sendo cortada por uma estrada recém-aberta dispara a rememoração da sua experiência pessoal com o desmatamento em uma propriedade que adquiriu. Essa narrativa demonstra que, para a Sra. A, sua experiência pessoal é elucidativa e mesmo exemplar de um processo mais amplo, do qual o desmatamento propiciado pela existência da Transamazônica seria o evento mais notório. Estamos diante de uma fala que traz em si a compreensão de um “tempo vazio” em que ocorrem processos simultâneos que envolvem as

pessoas em diferentes locais, sem que tenham contato direto entre si ³. Há um paralelo latente entre o espaço da nação, com o qual se estabeleceu uma relação afetiva já verbalizada em outros momentos pela Sra. A, e o terreno que comprou no litoral, ainda “puro”, livre da intervenção depreciadora da civilização, que seria usado para o descanso, sem perverter sua configuração natural, e que foi inadvertidamente desfigurado pelo interesse econômico (ainda que não se trate diretamente do grande poder econômico, como o depoimento parece indicar).

Também a Sra. D tem suas lembranças pessoais sobre florestas evocadas pela peça em questão:

“Olha, eu vou dizer que no tempo de criança a gente não ouvia dizer nada disso [preservação ambiental], e eu como lhe falei, morei na fazenda, até uma fazenda bem grande, tinha quase mil alqueires, de mata, aquela coisa maravilhosa, as árvores, ih, precisava de quantas pessoas assim em volta? E não tinha nada disso de meio ambiente. Nessa região de Andirá, Itamaracá, não sei se você conhece o norte ali? Então, tudo aquilo era fechado de mata virgem, não tinha asfalto, não tinha nada. Ia de carro da fazenda pra Jacarezinho, se chovia a gente não podia ir, então o pessoal da família, meu irmão que ia me buscar, o pessoal ficava na estrada, era horrível, porque muita mata, as estradas custavam pra secar, e aquilo tudo foi destruído. Não tem. Tudo foi explorado pra café, serraria ... Eu me preocupo um pouco hoje, porque na escola a gente não aprendia isso. Em jornal não tinha nada que falasse da preservação. As leis que existem hoje também são mais recentes. Se tivesse feito isso anteriormente, a gente não tinha o norte devastado como nós temos hoje. E isso daí foi pra Amazonas também. Eu tinha um pouco de visão, um pouco.” (D)

A relação da Sra. B com a Amazônia é mais direta. A peça faz com que se lembre das angústias que a família vivia quando o seu marido, caminhoneiro, ia para a região a trabalho:

“O meu marido foi pra lá, sofreu muito, encalhou, arreventou o caminhão, ficou tudo lá. Acho que foi nessa época que eu lidava com a mercearia que ele ia pra Tucuruí, acho que Tucuruí não é nessa época que ele foi, Tucuruí é pra cá também. Mas aí pra Manaus ele foi, acabou com o caminhão velho, sofreu, ficou não sei

³ Esse contato, que é uma comunhão, é provido pela existência da nação enquanto comunidade imaginada, que só é possível dentro dessa compreensão de tempo que envolve a simultaneidade, que foi comentada por Benedict Anderson e citada em outra parte deste trabalho. Em outra fala da Sra. A, referente ao Descobrimto do Brasil e aos povos indígenas em 1500, o tempo pode ser caracterizado como distinto desta descrição acima, pois liga-se mais à idéia de um tempo cheio, de um destino que se cumpre, resquício da concepção medieval do tempo.

quantos dias entalado no barro, e não tinha quem puxasse, nem tinha que puxar: esperava o tempo melhorar e saía, desatolava e ia embora. Então foi muito sofrido, mas isso foi demais. Ele se matou pra criar os filhos, trazer tudo o que nós precisava, pra construir, e dar o estudo que deu pras meninas, então a gente acha que foi 'O grande desafio desse século pede mais que a sua coragem, pede seu imposto de renda'. É bem isso mesmo, precisava de coragem para ir lá pra Manaus. Ficava quarenta e cinco dias fora. A gente não tinha telefone naquela época, pra comunicar como agora, né? Pensava que tinha morrido, porque não vinha mais.” (B)

Vê-se que a imagem da Amazônia é bastante próxima daquela de viajantes europeus que descreveram a floresta como “ inferno tropical”. E a atitude que esta imagem exige também se aproxima daquela resultante do simbolismo da floresta, discutido na primeira parte deste trabalho a partir dos estudos de psicologia social de Elias Canetti, que remete a um exército perfilado, um inimigo ameaçador a ser vencido, que traga homens e equipamentos na batalha pela sua derrubada.

O Sr. G tem a relação mais direta entre os depoentes com o lugar representado na figura, por ter estado na Amazônia:

“Eu naquela época corria com que nem louco com o caminhão. Anoitecia, saía de casa assim, saía de madrugada, e corria. Sei que anoitecia mais 200 quilômetros pra frente, caminhão carregado, ia pra Belo Horizonte, dá 1.120 quilômetros daqui lá. Aí tinha que chegar lá quando tava clareando o dia. Quando acontecia de clarear o dia retiradinho pra cá, era uma barbaridade, o prejuízo que dava. O porco quebrava o peso, morria. Andava ... Em 70 eu fui na Amazônia, nesse lugar aqui, eu passei nesse lugar aqui. Eu andei aqui mil e duzentos quilômetros. Disseram que asfaltaram, mas eu passei nesse lugar aqui, só tem um lugar chamado Marabá, que tem 4 km asfaltado. Só.” (G)

Se dissemos acima que a consciência histórica é também geográfica, a identidade nacional passa também por definir de quem é a propriedade ou quem faz uso do espaço entendido como nacional. A experiência direta do Sr. G na Amazônia permitiu que ele fizesse algumas considerações sobre esse ponto:

“Depois, bastante gente entrou lá, certo que serve pra bastante gente. Mas o dinheiro que foi gastado lá não foi vantagem nenhuma pro Brasil. A maior parte entrou gente pra se apropriar do lugar. Eles jogavam veneno

com avião nos mato, pra secar, e aí carcavam fogo sem derrubar, sem nada, jogavam pasto, com avião, né. Tem 40, 50 mil alqueire tem lá as fazenda, que eu conheço lá. Alguns chegam a ter fazenda de 100 mil alqueire lá, no Mato Grosso. Por que 100 mil alqueire pra uma pessoa? Cem mil alqueire, não é cem alqueire. É muito terreno, e vá lá, só tem cobra agora aqueles terreno. Tem uma fazenda da Mercedes, da indústria, que nem é do Brasil a Mercedes, né? cem mil alqueires do Sílvio Santos, que eu conheço. E tem a outra. São trezentos mil alqueires que tem, e três fazenda. Tem outra, uma firma de planejamento, de terraplanagem, parece, CPPO, a terceira fazenda. Então fala da Transamazônica, mas não tem ninguém lá, só tem fazendeiro. Alguém ganhou muito dinheiro, vendeu os terrenos tudo pro povo. Tem muita gente que foi lá, morreu de malária, sem ter como sair de lá, naquela época.” (G)

Viajar possibilitou ao Sr. G uma experiência do significado econômico e social da rodovia Transamazônica: a presença dos enormes latifúndios de grandes grupos empresariais, locais e estrangeiros, bem como a trágica experiência dos colonos que não tiveram apoio suficiente para permanecer em seus lotes, que foram absorvidos pelas grandes fazendas. É preciso lembrar que esta sensibilidade certamente está ligada à experiência vivida pelo Sr. G, de perder terras para os detentores de um grande poder econômico, com a ajuda da corrupção e da insensibilidade oficial.

Enfim, a Transamazônica, para os nossos depoentes, significou um desperdício de dinheiro público, um risco de desnacionalização e uma tragédia ecológica:

“A Transamazônica eu acho que não deveria. Não que o povo não merecesse. Mas a distância é muito grande e, por exemplo, tem que preservar. A intenção não é abrir, explorar a mata, não é. Mas acontece que hoje ela quase não é usada, meio abandonada ... Olha, eu não tenho opinião formada. Porque também o que parece é que existiriam outros meios de comunicação, fluvial. Eu não tenho opinião formada, eu acho só que é uma região muito grande, uma região cheia de, apesar de ser mais ou menos plana, né, uma região toda ... uma planície, né, então não sei se seria bem por aí.

O que pelo menos se fala é na preservação das matas da região amazônica toda. A gente sabe que existe grande destruição. Que existem grandes clareiras. Agora, o que a gente também sabe é que existem empresas, por exemplo, de outros países, que exploram. Então aquilo que como o ouro já foi daqui, então a madeira, também vai, e quais os benefícios que ficam? Mais ou menos nesse sentido.” (D)

“Quando começaram a fazer, quando começaram a falar dela, eu achava que ia ser uma negação. Eu achava que não ia ter futuro nenhum, de jeito nenhum. É interessante que a gente vê comentário de um, comentário de outro, né? Então eu achava, no meu pouco conhecimento, que estava sendo feita aquela abertura pra ... pra outro país. Isso é verdade, mesmo. Porque no fim a gente tem medo que os americanos tomem conta mesmo, acabar perdendo para o exterior. Se ele souber manter, tudo bem, fica pra nós essa riqueza, né?” (F)

“A Transamazônica é pras onças tomarem sol. O que que aconteceu com a Transamazônica? Dinheiro jogado fora! Acabou, o mato voltou a tomar conta, não existe a Transamazônica. Não existe. Isso é dinheiro jogado fora, mais uma obra do regime militar aí.” (H)

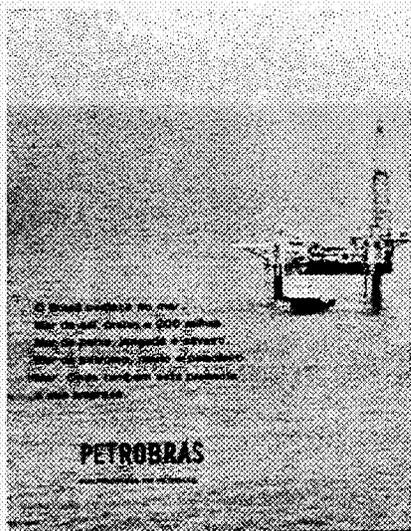
Enfim, é a fala de C que resume o desencanto do grupo de depoentes com a Transamazônica:

“É como eu disse. Se a idéia deles era nacionalista, país gigante, eles perceberam que o Brasil gigante só existia pela metade, que havia uma parte imensa ainda que estava inexplorada. Então a construção dessa estrada ela tinha um valor simbólico muito grande. Que era uma obra gigantesca que ia trazer propaganda pra eles, em primeiro lugar, e que ia unir o útil ao agradável, e aí realmente levar o progresso para esses lugares, para as matas. Na época não se pensava em destruição de matas, não se ouvia falar em meio ambiente, essas coisas. Isso é coisa recente. Então foi uma grande propaganda, mas que foi uma das coisas que mais rapidamente caiu. Foi impressionante, sabe. Eu não sei que ano que foi a construção da Transamazônica, mas foi o blefe que pegou os milicos de calça curta, porque tanta propaganda, e até o fracasso dela foi logo sabido pelo povo, que não tinha jeito de construir aquilo, era uma obra fantástica, grande demais, e não tínhamos recurso para aquilo. Então virou uma contra-propaganda. Saiu o tiro pela culatra, isso foi o grande blefe deles, e não deu certo.” (C)

Por fim, para retomarmos o fio das falas sobre a consciência histórica, a análise do Sr. I acaba por buscar na história o motivo pelo qual a Amazônia não seria perdida para os estrangeiros. Destaquemos que I assume termos e valores dos detentores do poder, como “integração”; mas o que mais nos chama a atenção é a baliza que usa para caracterizar o povo brasileiro:

“A Transamazônica foi muito bom. Dá integração. Ainda hoje é a parte mais desfalçada do país, de população, vamos dizer. Fácil de ser invadida, fácil de ser conquistada, a não ser por essa coisa que tem o brasileiro de ser aguerrido. O brasileiro é muito pacífico, mas tem uma frase de Euclides da Cunha que me marcou: “Canudos, exemplo único na História, não se rendeu. Foi disputado palmo a palmo, até cair o seu último defensor.” Quer dizer, eles não são guerreiros, mas vão com fé naquilo que fazem porque acreditam no seu futuro. O cara enchia o bolso de farinha, um pedaço de rapadura, e ia lá enfrentar o exército. E como enfrentaram o exército! Tudo se faz de uma maneira errada aqui. Veja bem que Antônio Conselheiro afinal de contas era um beato lá sem instrução, mas foi capaz organizar o povo do sertão lá, contra o exército nacional. E precisaram 4 expedições militares pra que pusesse abaixo com Canudos. Os caras com espingardinhas lá e eles com canhão. Tem uma página lá dos Sertões, que diz assim: “Pai, eu vou matar o matador”. O rapazinho saiu lá, no meio dos espinhos lá, pedaço de cano na mão, pegou o canhão e deu umas bordoadas, na hora do almoço, então aquilo lá fez eco. Eu imagino o que foi isso. O que é isso? Não tem noção da coisa, não é isso! Ia acabar com o matador se explodisse aquilo, não é? Conseguisse arrebentar o canhão! Mas bater em cima com um pedaço de ferro? Boa vontade, só!” (1)

O fato de compreender que este povo pacífico, porém aguerrido, resistiria à internacionalização da Amazônia revela uma leitura dos brasileiros como portadores de um elevado senso de integridade da posse do território nacional. O modelo que estabelece para a resistência popular aos desmandos vindos “de cima”, o Arraial de Canudos, tal como narrado por Euclides da Cunha, é também uma fonte de onde também extrai sua definição sobre o brasileiro: é aguerrido, valente, generoso, voluntarioso, tem fé no futuro ... mas ao mesmo tempo é ignorante, incapaz de amalhar por si próprio atitudes que dêem conta de uma efetiva vitória contra os que o oprimem. Se Canudos é o paradigma, a derrota popular parece um *déjà-vu* que sempre volta à cena, embalada pelo “tudo errado” com o qual se fazem as coisas no país. Esta definição esclarece alguns dos posicionamentos anteriores deste depoente e a análise que fizemos sobre o fato do povo aparecer recorrentemente como um leitor superficial (da propaganda e da vida política também) que não sobrevive a um mergulho mais profundo no sentido dos enunciados.



Apesar do mar dominar a foto, envolvendo quase todo o espaço da peça publicitária, como fundo da figura, é a plataforma de petróleo que domina os depoimentos. E o petróleo em si, apesar de não estar representado visualmente, é evocado pelo texto e pela referência à Petrobrás. Esta acaba ficando em primeiro plano, secundada pelo texto menor, pela plataforma e por fim pelo mar e o céu.

Esta peça é uma das expressões da ideologia geográfica do período, um dos fragmentos do brado Estatal que reivindicou o mar como espaço de soberania da nação, através da afirmação e da disputa diplomática pelas 200 milhas territoriais. Este tópico foi menos freqüente na lembrança dos entrevistados que os fatos envolvendo a Transamazônica, talvez porque não tenha envolvido nenhuma transformação significativa na paisagem, nem tenha interferido de forma importante na vida cotidiana desses sujeitos que entrevistamos.

A leitura da Sra. A começa por um esforço de reconhecimento, recordação, montagem de um quadro que descreva a figura, para enfim verbalizar a identificação da marca (que aliás impõe-se de forma pouco tímida): *“Essa é tirando gasolina do fundo do mar. Óleo, óleo. Não gasolina. Petrobrás, 1972.”* A leitura da Sra. D explicita os planos da figura: primeiro a marca, depois a mensagem sobre o mar, depois a extração do petróleo, para enfim arrematar com a ligação da presente peça com outras cujo tema (para esta leitora) é também o desenvolvimento: *“Petrobrás. Tá. O Brasil começa no mar ... ‘Mar de sal, praias, 200 milhas’ ... Aqui o Brasil começa no mar, porque naturalmente quando foram perfurar, procurar petróleo... 72. Mas isso aqui foi junto com aquelas outras figuras que falam de desenvolvimento.”* (D)

Também para a Sra. F o petróleo / Petrobrás aparece como “personagem principal”: *“Ah, esse é o petróleo, né? Olha, primeiro vai falar de praias, né? Nós temos praias riquíssimas aqui no país. Maravilhosas, e isso faz muito bem, são ponto de turismo, maravilhosas. E também no mar, também é rico, fazer a extração do sal, salinas, né? E mais do que nunca o petróleo. Aqui nessa ilustração a gente vê também, o texto, diz tudinho da riqueza que a gente tem, tem de peixe, de navegação, também grande.”* (F). Um outro exemplo é dado pelo Sr. H: *“Pois tá aqui. Não querem acabar com o monopólio da Petrobrás? Em pesquisa oceânica, nós temos a tecnologia mais avançada do mundo. Nós temos, petróleo, quantas bacias para explorar? Toneladas de petróleo para explorar.”* (H). O Sr. G, por sua vez, enxerga primeiro a plataforma fotografada: *“Isso é aquela coisa que tira petróleo do mar, lá do Rio de Janeiro.”* (G).

Diferentemente dos anteriores, as leituras de C e I tiveram um enfoque mais geral, destacando o nacionalismo inerente ao enunciado:

“É, veja bem, sempre usando a palavra Brasil, né. Brasil começa no mar, mar de sal. Então, na televisão, aquela linguagem do nosso hino nacional, aquela linguagem romântica, é a mesma coisa, o Brasil maravilhoso... ou seja, é transmitir a idéia, principalmente, do amor à pátria, nacionalismo, e a Petrobrás era símbolo desse nacionalismo. Aliás um forte símbolo.” (C)

“Eu acho que é muito boa. Essa aqui é muito boa, é mais nacionalista. Essa aqui é uma propaganda que vale para o mundo inteiro.” (I)

Dois depoentes recordam-se de algo ligado ao combustível: a Sra. D comenta o alto consumo, devido à quantidade de automóveis, que era incomum em sua infância, e o Sr. G tem no combustível um meio indispensável para ganhar o sustento e realizar seus objetivos de vida:

Bom, aqui a gente também tem que considerar o consumo do combustível. Quando eu morava em Botucatu, claro que tinha carro por lá, mas era muito pouco, na cidade inteira. E hoje o carro com combustível no Brasil é uma coisa fenomenal. Agora as estradas, tem grande extensão territorial, o que influi muito no consumo do combustível, claro, né? Então a necessidade sempre de exploração dessa riqueza que nós temos. Que tem que ser feita, na minha opinião, de uma forma metódica, porque nós temos os nossos descendentes, porque nós temos que pensar no dia de amanhã.

“Daí aumentou a quantidade de automóvel, mais pessoas podiam trabalhar, voltar, com o automóvel, e tinha gente que não sabia nem ler, que nem eu, comprei o caminhão e saí pro mundo, correndo, e quantos anos. E pra mim eu vivi pros meus filhos, que graças a Deus eles estudaram e se formaram. Porque se não é o estudo, o que a gente tinha, e o que nós gastamos nesse tempo que nós passamos, gastamos a vida se batendo, como muita gente, porque não sabia das coisa. Eu tinha um armazém, e era folgado que era uma barbaridade. Podia trazer os filhos da cidade, e ficar com armazém do mesmo jeito, eu cuidando lá e a mulher com os filho aqui na cidade. Mas não sabia, falei, ah, vou pra cidade. Porque lá tem tudo mais fácil. Tudo mais fácil de se acabar! Eu já fiquei pobrezinho mesmo quatro vez, de ficar sem ter como se mexer, porque as coisa muda e a gente não sabe, aquele que valia muito já não vale mais nada. Então não sei se ... tem que melhorar, tem que mudar o negócio mais pra frente. Porque aqui foi meio atropelado.” (G)

D aborda um tema que já foi trazido por A, que é a profusão de carros no espaço urbano como um índice do significado da atualidade; além disso, o futuro é uma outra ponta da sua fala, ao tratar da questão da preservação do recurso não-renovável. O testemunho da modernização coloca o combustível e os veículos, mais que como coadjuvantes, quase como protagonistas, como a seiva que impulsiona e permite a urbanização, do Brasil e do Sr. G. Mas, ao contrário de outras partes da entrevista, nesta G coloca as ameaças e decepções com a cidade: pela primeira vez é possível perceber uma relativização da cidade enquanto lugar em que se deve estar para progredir, e alguma saudade do campo enquanto lugar em que as referências permanecem seguras, fazendo com que os riscos sejam menores.

No que toca à imagem da identidade nacional, o petróleo (melhor, sua exploração soberana pela nação) aparece em algumas falas como condição de independência e manutenção da nacionalidade. Na fala de A, essa condição aparece como um presente divino, desperdiçado pela desnacionalização:

“Pois é, pra você ver, meu filho. É uma riqueza tirada do fundo do mar. Deus deu água, deu tudo pra gente, e vai ver pra tirar essas coisas daqui eles tão cobrando da gente. Essa aqui não é mais nossa! “O Brasil começa no mar”. Do mar tira o sal, tira tudo quanto é coisa boa. A Petrobrás não é mais nossa. Eu me lembro das 200 milhas, mas eu acho que isso ninguém tira do estrangeiro. O brasileiro é um coitado!” (A)

A desnacionalização é também o tema que mobiliza a fala indignada do Sr. H:

“Nós temos, petróleo, quantas bacias para explorar? Toneladas de petróleo para explorar. Por que nós temos que distribuir, dividir com o estrangeiro? Porque está acabando o petróleo nos ... As reservas dos Estados Unidos dão pra mais 5 anos. Por isso é que eles invadem lá o Iraque, e tomar conta do Kuwait, dos Emirados Árabes, da Arábia Saudita, porque lá tem petróleo. Eles pegam aqueles muçulmanos fanáticos, imbecis, compreende, e tomam conta do subsolo que eles têm lá, petróleo. Petróleo leva quantos anos pra se formar petróleo, no subsolo? Porque nós vamos entregar? Nós precisamos entregar? Aqui tem companhia Texaco, Esso, pra distribuir o petróleo que nós refinamos! Não precisamos ter companhia estrangeira aqui pra distribuir. A gasolina. Precisamos? Podia ser só a Petrobrás, não precisamos das outras..” (H)

Esta visão, que faz o petróleo aparecer como uma espécie de sangue que permite que a nação exista e se movimente, e que na ausência de soberania na utilização dele gera um gigante esquálido, submetido, “coitado”, não é a que orienta a leitura de C sobre a Petrobrás. Pelo contrário, seu comentário utiliza-se de argumentos e posições comuns ao discurso privatizante atual:

“Foi criada realmente como símbolo de independência do Brasil, temos que defender, e até hoje tá aí. Claro que hoje quem manda são os funcionários, que não querem perder os privilégios deles, não é? Que o povo não tá nem se lixando, que não resolveu o problema do Petróleo, nós ainda estamos importando a metade do petróleo, custa uma fortuna, dinheiro que podia ser usado em outras coisas. Mas simbolizava realmente nacionalismo.”
(C)

A discussão paralela a esta é a lembrança do significado da imposição do mar territorial de 200 milhas, que passa também pela afirmação do espaço nacional. A maior parte dos depoentes não se recordou deste gesto que, além de político, foi de um forte simbolismo cujo alvo era a identidade nacional. Pelo que se pode ver, entre os nossos depoentes, este foi outro gesto da ideologia geográfica dos militares que caiu no vazio, passando a um lugar discreto no imaginário da nacionalidade, exceto para o Sr. I:

“Também foi muito explorado, os militares estabeleceram que o mar do Brasil terminaria somente 200 milhas depois, contrariando os Estados Unidos, então aquilo foi um cavalo de batalha para eles, mostrar que eles eram

fortes, que eles eram capazes de desafiar até o Tio Sam. Que no fundo não adianta nada essas 200 milhas, nunca teve consequência prática nenhuma.” (C)

“200 milhas de mar territorial para o Brasil, eu me recordo mais ou menos. Porque poderia explorar até 200 milhas, não é assim? Distante da costa. Dali pra frente não. Daí era internacional, me parece, não?” (D)

“Não sei se a extensão do mar territorial pra 200 milhas foi obra do tempo do Médici mas é mais que obrigação, defender o interesse do Brasil. Não tô lembrado disso aí, não tô lembrado, do que que fizeram, viu? Dividiram a costa brasileira, e quantas empresas tomaram conta aí, empresas estrangeiras. Pra quê? Nós temos necessidade?” (H)

“Eu sei, lembro dessa discussão das 200 milhas. Muitas nações achavam que o Brasil, que 200 milhas é muito mar, mas não é. Tá na plataforma. E hoje nós temos a melhor tecnologia de extração de petróleo a grandes profundidades. Como outros exportam tecnologia, por exemplo Israel de revitalizar desertos. Nós, nós podemos fazer isso melhor do que qualquer nação. Melhor que os americanos, que os alemães, que os russos, qualquer um. Nós damos aula. As 200 milhas foi bom e foi feito pelos militares, não existe pessoa que só tenha positivo ou só tenha negativo. Então o cara negativo tem muita coisa positiva com ele. O bandido tem uma porção de coisas que são favoráveis a ele. Conhece algum cara mau? Isso vale pros governos também, vale pra tudo, é a lei da vida!” (I)

Por fim, no que se refere ao estabelecimento de padrões para a cidadania, o Sr. I faz uma fala que se nos apresenta como surpreendente para um ex-presidente do Diretório Municipal do PCB:

“Engraçado que quando a gente fala as coisas, muita gente diz “o que é que esse caboclinho brasileiro pode fazer?” Pode fazer isso, e muito mais. Dá condições pro camarada, e ele deslancha violentamente. Dá as condições necessárias para esse povo plantar e colher, e vê que nação rica nós teremos. Tem aí agora o Movimento de Sem Terras. Ah, o que é isso?! Não é assim. O país tem muita terra. Tem que fazer um plano agrícola que dê guarida a essa gente. Tão aí na porta de fábrica, recrutando operários que nunca teve uma enxada na mão, fazer acampamento de sem-terra. Não pode! Isso não tem sentido. Tá errado. Mas o

governo faça um plano lá, de vilas agrícolas, cidades agrícolas, e ponha essa turma pra trabalhar. Faça o que o Lerner tem feito aqui, e essas agrovilas que ele têm feito aí são coisas muito boas. Não, é pouca coisa, mas é muito boa, que o exemplo frutifique. Que pegue no Brasil inteiro. Larga mão dessa coisa de matar gente aí por um palmo de terra. Não tem sentido. O camarada que não tem terra, o agricultor sem terra, ele que espere a sua vez quietinho lá. Não tem? Vai tirar de quem tem, que às vezes ganhou com muito sacrifício. Eu sei de um caso aí que um camarada que trabalhou 20 anos pra formar uma fazendola. Há um 6 meses aí invadiram a í a fazendola, entraram lá, mataram o gado, comeram a carne, venderam a carne, tudo bandido, né? Não é bandido? Na minha opinião, quem não respeita o direito estabelecido tá fora da lei. Fizeram isto, e o cara, perdeu a causa, tocaram ele de lá, perdeu a causa, foi lá no tribunal, então veio uma ordem de ocupação, mas deixaram lá meio, tudo meio esculhambado lá. Depois, dois meses depois voltaram, tiraram o cara de novo. Pode? Não pode! Então, dá pra quem precisa de plantar, dá um pedaço de terra que ele vai plantar e se houver vocação para a vida do campo, eles vão fazer isso, senão, que vão cuidar de pedir esmola na cidade, que é o que tem bastante hoje. Que não se justifica tanta gente aí perecendo, passando fome, com o país tão grande e tanta terra disponível. Era só plantar isso, puxa.” (1)

Há, antes de mais nada, uma visão otimista sobre o povo brasileiro, pois basta-lhe que existam condições para que ele possa mostrar o seu potencial e ser liderança mundial naquilo que sabe fazer; desta forma, o povo é uma continuidade do espaço, que aguarda um evento redentor para que todas as suas gigantescas forças sejam desencadeadas. Concomitantemente, podemos notar que I assume os termos e argumentos dos opositores do Movimento dos Sem-Terra, identificando-o como assassino e transgressor das leis, desrespeitando a propriedade produtiva e honestamente adquirida (é a exata caracterização feita pelos meios de comunicação comprometidos com os adversários do MST). A frase final é contraditória, é metáfora da contradição que permeia toda essa parte do depoimento, pois ao mesmo tempo em que se coloca a necessidade de que os excluídos esperem as atitudes do governo, em vez de incorrer no crime contra a propriedade, também se apresenta uma indignação contra a miséria oriunda da inatividade do governo para solucionar o problema agrário e o da miséria. Esta aparente contradição encontra sua coerência na concepção que o Sr. I expressou, de que as pessoas que estão nos mais empobrecidos estratos do povo brasileiro não têm conhecimento para fazer algo que realmente modifique as coisas. Para essa concepção, é significativa a alegoria do menino morador da Canudos de Conselheiro que quer matar o canhão com uma barra de ferro, que

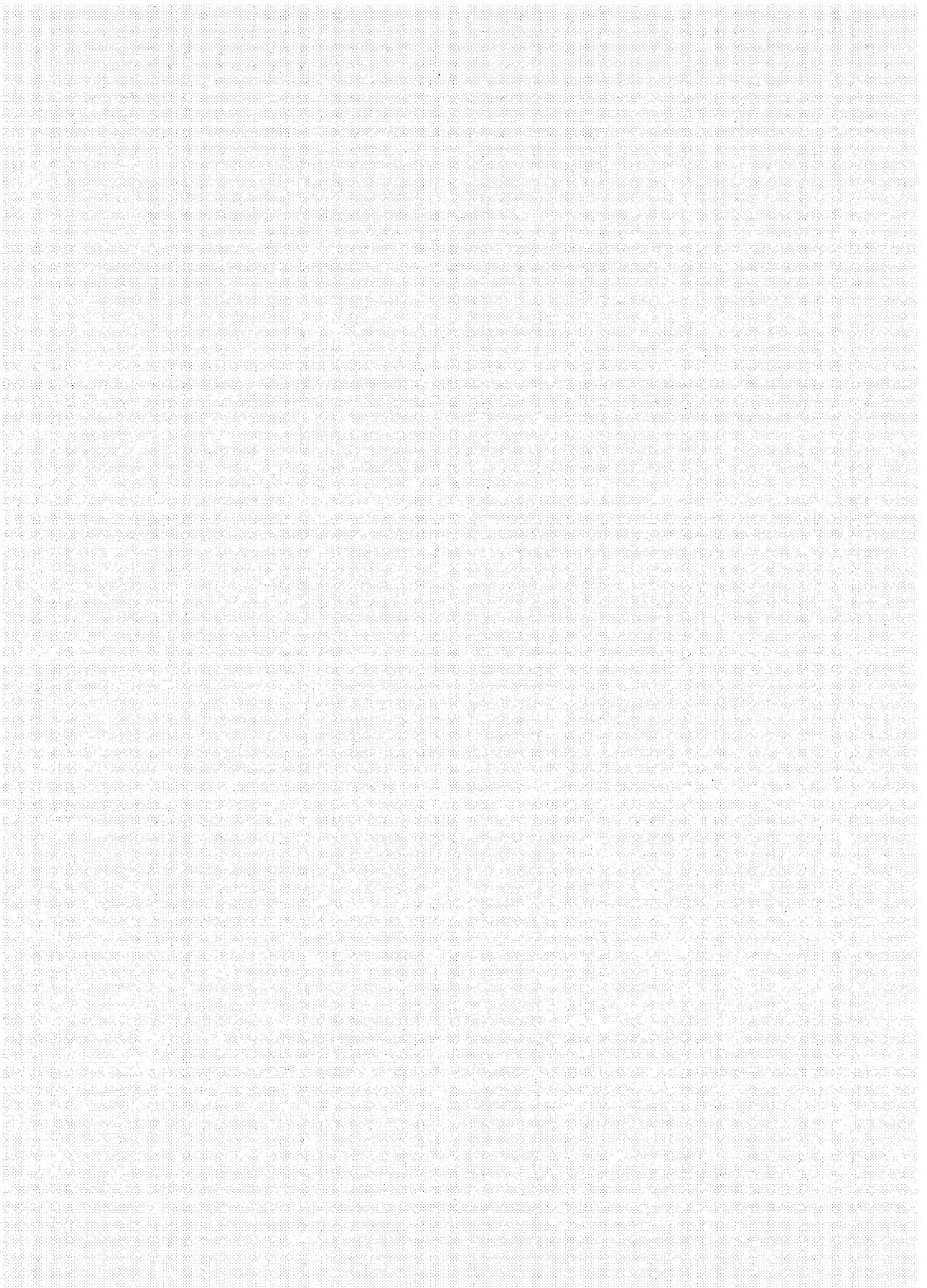
colocou no comentário anterior. Há também coerência com a afirmação que fez na análise de quase todas as peças, em que a maioria do povo aparece como incapaz mesmo de compreender os apelos peça, quanto mais de interpretá-la e criticá-la. A massa, os pobres, permanecem incomunicáveis, para I.

A idéia mais comum no que se refere à relação entre a nação brasileira e o espaço é a de um território de riquezas ubíquas, seja no solo, no subsolo, nas matas, nos mares ... Referindo-se a esta grandeza (sem permanecer nela), o governo Médici utilizou-se da ideologia geográfica do Brasil Grande, que pode ser sintetizada como a grandiosa realização do grandioso potencial natural brasileiro. Neste sentido, como já afirmamos, as grandes obras foram também grandes atividades de propaganda.

A rodovia Transamazônica, por exemplo, foi uma dessas obras ao mesmo tempo estratégicas e de criação de uma imagem concreta para aquela ideologia geográfica. Entretanto, os depoentes entendem-na, na atualidade (e alguns afirmam que assim pensavam também no início da década de 70), como a porta que se abriu para que as potencialidades da Amazônia fossem colocadas em xeque. Alguns apontam a grande devastação do meio ambiente que seguiu-se à abertura da estrada, outros apontam a desnacionalização à qual esta parte do território foi submetida, ou ainda indicam que o loteamento das terras amazônicas serviu como uma reforma agrária ao contrário, perdendo-se a oportunidade de enfrentar graves problemas sociais como a desigualdade no acesso à terra e à renda, e a migração para os grandes centros. Provavelmente isto se deve à forma como alguns dos depoentes compreendem a dadivosa natureza que costumeiramente se atribui como característica nacional, que não é vista como um inimigo a ser derrotado, mas como um bem a ser preservado. Isso aparece no sentimento de perda com que alguns depoentes narram suas experiências com o desmatamento de regiões próximas, com as quais estabeleceram uma relação afetiva ao longo de suas vidas. Em vez de inimiga do progresso, a floresta aparece como vítima.

Bem ou mal, a Transamazônica ainda permanece como conteúdo familiar na memória dos entrevistados, talvez por seu significado físico, concreto, que resultou numa transformação do meio, numa nova paisagem com a qual alguns chegaram a ter até um contato direto. O mesmo não ocorreu com a afirmação do mar territorial de 200 milhas. A lembrança (e conseqüentemente a valorização) deste processo foi vaga, esfumada, confundindo-se no turbilhão de notícias que chegam às pessoas todos os dias, sem significado prático em seu cotidiano. Os conflitos diplomáticos, a apreensão de pescadores de outros países, a distensão da linha imaginária territorial, nada disso alterou o dia-a-dia dos depoentes, e nem o mar, e este ato de soberania não é

trazido, via de regra, nem pela imagem da plataforma de petróleo em alto mar. Pelo contrário, perde-se nas sucessivas demonstrações de submissão e de desnacionalização que são vistas ainda durante os governos militares (sendo a dívida externa a mais expressiva, talvez), os governos posteriores, e o governo atual.



Considerações Finais

A NAÇÃO APRENDIDA

Não estamos e nem poderíamos estar em busca de um julgamento sobre a posição de cada depoente perante o regime militar e a propaganda, ou de uma possível coerência ideológica entre o que anunciam como sua visão de mundo (quando o fazem) e seus “verdadeiros” pressupostos no momento de ler as peças publicitárias e de recordar o período. Até porque, como lembrou Ecléa Bosi, “‘paradoxo’ é o nome que damos à ignorância das causas mais profundas das atitudes humanas.”¹ O objetivo das entrevistas foi, principalmente, dar-nos meios para considerar a presença da propaganda do período no pensamento do grupo selecionado, ou, em outros termos, avaliar o quanto da “nova consciência de Brasil” mencionada por Médici ainda permanece, e qual a importância do conhecimento histórico nisso.

Apesar do presidente Médici ter usado o adjetivo “nova” para a consciência de que falava, podemos avaliar, recorrendo à bibliografia, o quanto de uma longa tradição de discursos sobre a identidade nacional está presente na propaganda do e a favor do regime. Então, muito do que talvez consideremos como permanência desta consciência seja oriundo de outras fontes: parecem-nos, principalmente, que o Estado Novo tem um papel central, enquanto formulador das diretrizes ideológicas que cercam a educação cívica de boa parte dos depoentes, cuja educação primária ocorre entre 1930 e 1940. Isso não nos impede de continuar falando em permanência de uma pedagogia do civismo e da nacionalidade por parte do regime militar, e de seus efeitos sobre a consciência histórica dos depoentes, pois esta pedagogia assimila e reelabora os princípios que lhe são anteriores, e transforma-os em seus. Da mesma forma, avaliam vários analistas políticos que o período autoritário em si não foi a criação de um modelo radicalmente novo para o país, mas sim a adaptação das relações de dominação que já existiam anteriormente, a partir da

¹ Ecléa BOSI. op. cit., p. 459.

existência de novos fatores nos planos interno e externo ². Mesmo em termos de seu significado político, o regime militar foi resultado de uma síntese que não gerou um produto totalmente novo nem repetiu a experiência anterior. O mesmo se pode dizer da sua ação propagandística.

Uma das primeiras considerações gerais que podemos inferir das falas apresentadas é referente às condições físicas e psicológicas nas quais de dava o relacionamento com as mensagens da propaganda. A fala de alguns dos colaboradores traz a idéia de que o trabalho intenso (e sua extensão, a exaustão e o descanso) cria uma desatenção sobre o mundo das idéias políticas e sociais, constituindo assim um dos fatores do convencimento ideológico. Para A, B, D, E, F e G, principalmente, o mundo do trabalho, seja ele o volante de um caminhão em movimento sôfrego pelas estradas, uma sala de aula e as suas intermináveis tarefas extra-escolares de planejamento e correção de atividades, ou o lar e suas tarefas repetitivas, associado ou não a outras atividades profissionais, esse mundo absorve quase toda a atenção consciente. Em qualquer um desses ambientes, as atividades cotidianas ocupam o tempo dos depoentes de modo a obnubilar a preocupação com e a percepção dos fenômenos que escapem a essas esferas. Com isso não estamos querendo afirmar uma separação entre o mundo da produção e o das idéias, mas que as atividades de reprodução da própria sobrevivência ocuparam a atenção e o tempo dos depoentes de forma preponderante, mobilizando uma gama restrita de idéias e reflexões e não propiciando oportunidades de reflexão política mais ampla. Então, a dominação essencial se estabelece a partir do trabalho explorado, cuja reprodução é dada pelas formas de identidade que os depoentes assumem: por exemplo, o Sr. G assume a meta de ser um bom pai perante os demais, e trabalha desassombradamente para possibilitar que todos os filhos estudem; a Sra. D mergulha no trabalho de professora dentro e fora da sala de aula e renuncia a uma informação mais ampla e a uma compreensão mais aprofundada da realidade em nome de um modelo de bom profissional que lhe foi transmitido; é igualmente um modelo, o de mãe dedicada e esposa subordinada, que leva A, B e F, por exemplo, a adotarem posturas parecidas na sua forma de olhar o mundo. Não há oportunidade de se deter com maior atenção sobre os muitos apelos da propaganda,

² A título de exemplo, podemos citar Guillermo O'DONNEL e seu clássico **Reflexões sobre os Estados burocrático-autoritários**.

especialmente a propaganda que ganha um caráter mais diretamente político, e esta oportunidade só surge agora, no momento em que a entrevista recorta e dispõe algumas peças, num gesto praticamente inédito, de retirá-las de seu contexto natural, que é composto tanto pelo momento em que foram produzidas quanto pelo turbilhão de apelos e mensagens entre os quais se inclui. Daí o desconforto, o titubear, a evasiva em alguns depoentes em alguns momentos da entrevista, perante a situação nova de analisar, discutir e extrair sentido das peças publicitárias apresentadas.

Os apelos ideológicos chegam a esses depoentes, na sua faina cotidiana pela existência, pelo rádio ouvido durante o trabalho, pela revista ou o jornal folheados no cabeleireiro ou na sala de espera do médico, pelo telejornal assistido distraidamente após o jantar ... O que não ocorreu no passado foi uma disposição de observar essas informações de maneira atenta, seja porque a pessoa não vê determinados temas como de sua alçada (como a Sra. F, por exemplo, que afirma que não se interessava na época pelas temáticas levantadas nesta pesquisa, pois tinham uma relação muito fraca com as suas preocupações de dona-de-casa, e que se trabalhasse fora ou tivesse algum emprego público certamente teria se interessado por esses assuntos), seja porque a luta pela sobrevivência monopolizava suas energias, seja porque simplesmente isso não era permitido pelo pai ou pelo marido, como relata a Sra. A, por exemplo.

Em suma, a dominação se dá prioritariamente pelo controle do tempo através do desempenho dos papéis ligados ao mundo do trabalho e pela representação que se faz sobre esses papéis (e mesmo neste mundo a ideologia já está presente, estabelecendo as formas às quais se espera que as pessoas correspondam no exercício de suas funções), e é complementada pelos discursos sobre a nação e outras peças ideológicas, que por sua vez vêm em outras formas de preenchimento do tempo dos indivíduos: o entretenimento e a informação. Para não dicotimizarmos, recordemos que o entretenimento e a informação apareceram relatados enquanto espaços para a crítica em boa parte dos depoimentos.

Outro aspecto que salta à vista é o papel do presente enquanto baliza para olhar o passado, para rememorar. As preocupações presentes dos entrevistados chegam mesmo, por vezes, a impedir uma rememoração, uma análise contextualizada do objeto que é posto para o comentário. Evidentemente, isto é angustiante para o historiador que polícia-se no sentido de não ser

anacrônico, mas esta é uma preocupação que não faz sentido algum quando se trata da memória. Sobre isto, Ecléa Bosi esclarece, com base em Halbwachs, que *“Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho”*³

Diversas concepções da História estão presentes nas falas registradas, e não foram necessariamente aprendidas na escola; muitas delas, pelo contrário, são estabelecidas num olhar panorâmico sobre o tempo da vida pessoal. Estão intimamente relacionadas às crenças e vivências de cada um dos colaboradores, e em alguns momentos misturam-se com as suas próprias trajetórias de vida, isto é, os significados que a história toma para a pessoa são baseados na avaliação que ela faz de sua vida ou do que observa nesta trajetória. E não poderia ser muito diferente, pois a lembrança da política, da nação, dos feitos e falas dos governos só fazem sentido quanto traduzidos de alguma forma na vida cotidiana, e só assim podem ser lembrados. É por isso que constatamos, por exemplo, que a afirmação do mar territorial de 200 milhas pelo governo Médici foi algo de extrema importância nas relações externas no período, mas não foi lembrado por boa parte dos depoentes.

A Sra. A, por exemplo, tem uma visão da história enquanto decadência, vendo o passado com nostalgia, como um momento em que as coisas (a natureza, as relações entre as pessoas, a nação) eram melhores, e o futuro como tendendo a ser pior que o presente. Quando afirma, em determinado ponto de seu depoimento, que tem saudades do Brasil de 1500, por conta da pureza e da ausência de maldade que imagina entre os índios antes da chegada dos portugueses, podemos interpretar na verdade como saudades da infância relativamente privilegiada em Mato Grosso, em contato com índios amistosos, com fartura, com liberdade de se movimentar sem restrições, ao contrário do presente em que as ruas coalhadas de carro tolhem o seu passo. Atualmente, a vida de pensionista e suas dificuldades traçam um quadro oposto, e esta trajetória baliza as considerações da Sra. A sobre a história. Não se trata necessariamente de saudosismo, mas de uma perspectiva de dar o conselho a partir da sua experiência de vida, alertando-nos das coisas – sensações, padrões de relacionamento interpessoal, emoções, valores - que estamos nos privando

³ Op. cit., p. 55.

no “nosso tempo”, que eram abundantes no “tempo dela” (as aspas estão aí para expressar o nosso mal-estar para com essas expressões).

O caso oposto é o do Sr. G. Ele vê a história (e quando falamos em história estamos nos referindo também à história nacional, que aparece amalgamada na fala dos colaboradores) como uma sucessão de pequenas conquistas que elevam as condições de vida; o presente é melhor que o passado, e o futuro é esperado como continuidade deste avanço. Essa perspectiva não é estranha para quem teve uma trajetória pessoal de urbanização e de desfrute dos benefícios que os centros urbanos oferecem. A evolução parece mais clara quando se considera que o início da vida se dá em meio às matas do oeste do Paraná, derrubando árvores e fazendo a lavoura com técnicas rudimentares e penosas, disputando-as e perdendo-as para pessoas melhor preparadas para o relacionamento com a Justiça e o poder público em geral, e que a situação atual é de relativo conforto e de vitória (nos termos do próprio Sr. G) por ter conseguido graduar os filhos em profissões liberais e urbanas, não reproduzindo a sua situação de privação dos saberes do ensino formal e de vida sacrificada, em termos de trabalho penoso.

Uma história composta por ciclos de grandes civilizações ou nações é uma compreensão está presente na fala do Sr. I., e parece ter sido elaborada a partir de conceitos e informações oriundas do ensino formal (principalmente quando passa a desfiar uma lista de civilizações típica do ensino tradicional e eurocêntrico da história). Uma história que necessariamente, e apesar de todas as indicações em contrário (como por exemplo a rarefação da militância), conduz à realização da utopia à qual o Sr. H se coloca vinculado, o socialismo, e orienta a leitura que ele faz da nação no tempo; esta concepção determinista e teleológica é partilhada também pelo Sr. I.

Mas há uma outra forma de abordar as concepções de história dos depoentes, que não a do sentido que atribuem a ela, que é a dos sujeitos que eles entendem que a façam.

Para a Sra. A, a história inclui, em seu tecido, uma série de fios invisíveis e estruturantes cujo controle é detido por poucos, que ao mesmo tempo sabe-se que existem, mas não há uma precisa identificação de quem são. “Eles” são, nos dizeres da Sra. A, como uma “casa de marimbondo”, e, agindo nos bastidores, controlam a política e fazem a história, recorrendo mesmo ao assassinato de presidentes como Getúlio Vargas e Tancredo Neves para que seus interesses políticos e econômicos sejam garantidos. Essa mitologia do complô, anteriormente comentada, explica a

forma pela qual a história é conduzida pelas mãos de poucos, longe do acesso da maioria, que fica como espectadora nem sempre informada da existência desses manipuladores mal definidos.

Para as Sras. B e D, o sujeito da história pode ser identificado nos próceres, nos homens que fazem o governo. Desta maneira, a esperança nas mudanças para melhor no país está assentada no advento dos homens e dos governos certos, como catalisadores da realização, na prática, das potencialidades nacionais.

Mais destacadamente na visão da Sra. E (mas não absolutamente ausente em outras falas), a história surge conduzida por um fator sobrenatural, que é a figura divina. O insondável projeto de Deus condiciona a ação do homem comum e dos governantes, e governa a história de uma forma a tornar seu controle inacessível para os seres humanos.

Para os senhores H e I, a história é regida por uma lógica própria que não é comandada nem mesmo pelos mais poderosos. Ela caminha inexoravelmente para o socialismo, a despeito das adversidades.

Apenas na fala do Sr. G é possível deparar-se com a idéia de que a história é feita pelas pessoas, proporcionalmente ao poder de cada uma delas, sem teleologias. Para os demais, a história é sempre feita pelo outro (o governo, o “grande homem”, Deus, o desenvolvimento das forças produtivas ...), o que aponta para a sintonia com a historiografia tradicional criticada já pelos fundadores da revista *Annales*, entre outros, sendo que um dos sustentáculos dessa crítica é a explicação da história através da ação de poucos indivíduos privilegiados. Essa historiografia tradicional é a que está na base da história nacional e de feição nacionalista, que por sua vez sustenta, por exemplo, o ensino escolar da história neste período e a visão da história que transparece nas elites cujas mensagens são difundidas nas revistas que analisamos ao longo deste trabalho. Em suma, a mensagem desta história é a de que alguns poucos fazem a história, e a maioria é paciente, observadora passiva que quase sempre apenas sofre as conseqüências das ações dos “grandes”, sem poder atuar sobre as mesmas.

Os depoentes, em geral, não se vêem como fazedores da história. O que fazem é outra coisa, e o lugar onde a história é feita não é entendido como o lugar em que estão. Todavia, entendem-se como fazedores de algumas coisas, e determinadas mudanças são entendidas como dependendo da nossa ação: o auxílio ao próximo, a criação de condições para que as novas

gerações estudem, a preservação da natureza. Geralmente o voto e outras formas de participação política não aparecem neste conjunto de coisas que podemos fazer para influir no mundo.

O Estado nacional, um desses lugares em que a história é feita e no qual não estamos nem chegamos, é visto na maior parte das vezes como adversário. A relação com o Estado e com o governo vem permeada de uma qualificação que raramente inclui idéias como favorável, benéfica, confortável, positiva. Pelo contrário, esta relação pressupõe que o Estado / governo é algo a ser suportado, contra o qual pouco ou nada pode ser feito. Trata-se de um opressor, não de uma instituição que colocada a serviço do conjunto da população, executando um contrato de convivência entre todos. Mais que à educação cívica do regime (que na prática pressupõe uma relação de distanciamento entre o povo e o poder político), essa elaboração deve-se, a nosso ver, a uma experiência pessoal e a um conhecimento não elaborado de uma história política em que o Estado é um estranho: não foi construído pela nação, mas por uma elite, que o coloca a seu serviço. Nem sempre esta relação entre o Estado nacional e o poder econômico é enunciada, mas o Estado é sempre o opressor a ser suportado, já que poucas saídas são vistas, e os meios para uma mudança via de regra não são vislumbrados.

Essa forma de compreensão da história e de representação do grupo nacional com o qual se estabelece uma identidade, tal como aparece nas diversas leituras feitas pelos entrevistados, deságua na atitude por desmobilização política e passividade dos cidadãos que é encorajada pelo regime autoritário. Evidentemente, este regime não é seu criador, mas seu beneficiário. Esta atitude agrega significado à palavra “civismo”, que geralmente se encontra em sua companhia, notadamente nas atividades ligadas à disciplina escolar de Moral e Civismo. A ponto do Sr. C mencionar que associava diretamente o civismo, os atos e símbolos cívicos aos militares. Desta forma, os movimentos oposicionistas, no momento da reelaboração da identidade nacional para uso dos que pretendem tomar o poder das mãos dos militares para governá-lo à sua maneira, ficam absolutamente indispostos a retomar todo o universo de símbolos e palavras relativos à nacionalidade sem operar-lhes uma “purificação”. Esta passou por atribuir outros significados a velhos símbolos (a bandeira, por exemplo, que não aparece nos mastros carregados por soldados em paradas militares, mas reproduzida em enormes tecidos e carregada pela multidão que com ela se protege) ou palavras diferentes para substituir palavras desgastadas, preservando-lhes a essência,

mas ainda mudando algo de sua significação. É o que ocorre, por exemplo, com “cidadania”, que anteriormente estava muito mais ligada ao significado de pertencimento a um determinado Estado nacional, e adquire o sentido de relação dignificada e ativa do cidadão com a sua comunidade política, ganhando mesmo, nos anos 90, o significado de responsabilidade individual com os dramas sociais, com a grande projeção da Campanha da Cidadania contra a Fome e a Miséria, idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza, na esteira do movimento pelo *impeachment* do presidente Collor.

Ligada a esta visão da identidade nacional, podemos apresentar uma outra inferência possível, que é o sucesso das mensagens relativas a algo que poderíamos chamar de “ideologia dos lugares”. Não se trata de considerar se a propaganda do regime criou ou não esta ideologia, mas de reconhecer seu sucesso comunicativo, pela presença de seus pressupostos nas falas que expressam as formas dos depoentes verem o relacionamento entre o cidadão e a nação. Estas formas em geral admitem a existência de esferas isoladas em que a ação é aceitável e desejável: fazer algo pelo país é esmerar-se no exercício da própria profissão ou função social: produzir, cuidar da casa, transportar, ensinar, vencer competições esportivas ... Governar é também uma esfera cuja atividade é exercida por pessoas que não somos nós, e que são especificamente talhadas para a função. Essa idéia se expressa em máximas como “se cada um fizer a sua parte, o todo será melhor”, ou “não pense em crise, trabalhe”, que poderia ser resumida a “não pense, trabalhe”, porque há outros a pensar em crise por nós. Os depoentes não são ingênuos. Expressam todos que esta esfera quase impermeável onde se exerce o governo é marcada pela improbidade, pelo uso do Estado para o favorecimento de uns poucos. Mas os lugares de cada um parecem intransponíveis, de modo que só é possível uma visão pessimista sobre o país. Na visão de I, por exemplo, quando o povo resolve fazer alguma coisa para alterar a situação, acaba metendo os pés pelas mãos, como no exemplo que cita do Movimento dos Sem-Terra.

Diante disso, em geral, o tempo do Brasil permanece sendo o futuro, e a esperança é o seu quando e o seu onde privilegiados.

O mecanismo de ocultamento dos sujeitos históricos através da referência à nação, ao “Brasil”, em geral mostrou-se um recurso bem sucedido da propaganda do e a favor do regime. Por exemplo, a Sra. F e o Sr. I detestam os governos militares, pelas coerções e restrições que

passaram em sua vigência, mas concordam com mensagens em que os militares governantes são ocultados, enquanto sujeitos, pelo “Brasil”, pelo “interesse nacional”.

Por fim, retomemos a idéia de que a vivência presente é decisiva no rememorar. Embora respeitando este pressuposto da memória enquanto trabalho, no que se refere à leitura de apelos políticos, é preciso considerar que as pessoas que nos auxiliaram com os seus depoimentos não tinham à disposição, evidentemente, algumas habilidades fundamentais do historiador, ou seja, não tinham a possibilidade de olhar o passado como história, mas como memória. Assim, estiveram, nos depoimentos, privados de ferramentas como a identificação dos sujeitos históricos, a recuperação do contexto, o olhar não – anacrônico, que possibilita uma compreensão mais acurada das situações em estudo. É claro que tudo isso é de pouca ou nenhuma valia para a reflexão sobre a própria história de vida, mas é indispensável para refletir sobre a coletividade, sobre a política, sobre a identidade nacional e vários outros aspectos pertinentes à relação entre o indivíduo e a comunidade política à qual se vincula.

Estas considerações levam-nos à questão do relacionamento entre a memória e a consciência da história. Para isto, utilizamo-nos desses conceitos nas suas caracterizações tais como foram levantadas sinteticamente por De Decca: a memória como fenômeno natural e espontâneo ligado à experiência do que foi vivido, sempre aberto às modificações e à dialética do lembrar e esquecer, e a história como elaboração reconstrutora, como exercício de representação do passado, mas principalmente como exercício intelectual que vale-se da análise e do discurso crítico. A memória é afetiva e procura, a partir do presente, as lembranças que acomodam-no, enquanto a história desconfia da memória e busca superá-la⁴. Se considerarmos ainda o significado de consciência histórica tal como o utilizamos neste trabalho (ou seja, como o aspecto temporal da auto-compreensão da identidade do grupo), bem como as leituras que analisamos acima sobre as visões de história entre os depoentes, poderemos apontar a tendência da trajetória da vida de cada indivíduo em ser parte integrante da sua forma de receber e processar as informações e valores sobre o grupo ao qual pertence. Em suma, a memória, enquanto reelaboração presente da experiência vivida, é um dos vetores do estabelecimento da consciência

⁴ No texto Memória e cidadania.

histórica. Existir de forma plural é a sua característica nas sociedades de massa, daí a convivência entre diferentes “estágios” que se pode verificar nos depoimentos, daí também a leitura aberrante das mensagens de propaganda como um dos componentes da comunicação contemporânea.

De DECCA refere-se, no artigo citado, a uma tendência, na modernidade, de estabelecimento de memória histórica, ocupando o espaço da memória. Aquela se caracterizaria, ao contrário desta, por não ser espontânea e por não estar necessariamente vinculada à experiência vivida: trata-se de ensinar ao sujeito lembranças que não vivenciou, mas que julga-se serem de suma importância para o resgate ou a conservação da sua identidade. A memória histórica, para De Decca, caracteriza-se também pela ausência de sentido crítico, de análise do passado e de busca da diferença. A memória histórica encontra no passado apenas o que a confirma no presente, fugindo da negação, da contradição, da diferença, porque o seu sentido é harmonizar e unificar, é identificar. É possível exemplificar esta afirmação com a discussão feita na primeira parte deste trabalho sobre a forma como algumas propagandas recuperaram o período colonial, entendendo-o como momento da nação submetida, mas já existente. É neste sentido que o ensino de história – na escola ou fora dela - é mobilizado pelo Estado moderno para formar o cidadão que se integra à pátria. Portanto, não é exagero afirmar que o ensino de história tal como se estabeleceu historicamente ao longo do século XIX, mais que um ensino da história (saber laico, exercício da crítica, questionamento da memória) é um exercício de memória histórica a ser assumido por uma nação como uma das formas principais de identificar-se.

A análise das mensagens da propaganda e dos depoimentos neste trabalho apresentam uma realidade que precisa ser considerada pelo ensino de história. Ou seja, não se trata apenas de pensar os métodos para melhor ensinar os conteúdos, mas de uma reflexão sobre os conteúdos e, mais que isso, da própria função da história na escola, tal como aparece no parágrafo anterior. Frente a essas questões, qual o papel do ensino de história que tenha como norte a formação do

sujeito para a autonomia ⁵, e que portanto procure escapar do “vício de nascença” dessa disciplina escolar, bem como do ensino não-formal que ocorre na divulgação da História?

Trata-se, obviamente e antes de mais nada, de não reproduzir acriticamente os conteúdos estabelecidos tradicionalmente, mas de torná-los como objeto de reflexão e de crítica- ferramentas da história, para além dos mecanismos inerentes à memória.

No estudo dos depoimentos, foi perceptível uma grande dificuldade em pensar o passado sem carregar neste trabalho o peso do presente, dos sentimentos e concepções que se vive na atualidade. Este tem sido um objetivo perseguido pela História, no sentido de compreender o passado – sim, a partir das questões postas pelo presente – sem olhá-lo segundo os conceitos da nossa época ou do ponto de vista de quem já conhece o desenrolar posterior dos fatos. Assim, o reconhecimento da necessidade de historicidade, assim como a habilidade de estabelecê-la no olhar sobre o passado impõem-se como tarefas deste ensino de história.

Outro aspecto inerente à ciência histórica que deve ser missão desse ensino de história em perspectiva autonomista é a crítica, ferramenta que pressupõe a capacidade de perguntar para além das aparências dos discursos sobre o grupo no tempo, identificando os sujeitos e os autores, bem como os contextos e interesses. Faz parte deste processo não perder-se nos fragmentos estilhaçados que originam-se da idéia de que “tudo é história”, e manter um mínimo de capacidade de olhar o todo e atribuir-lhe sentido, ainda que provisório.

Ensinar história não pode ser um exercício de memória, porque não basta lembrar o que não foi vivido ou experimentado: é preciso pensá-lo não enquanto o abstrato “passado de todos” ou “história da nação”, mas enquanto uma construção cujas fundações cumpre pesquisar.

Os depoimentos tiveram como marca, também, a idéia de que o outro faz a história, até porque se compreende a história como um processo de fatos extraordinários dos quais apenas os próceres tomaram parte. Não se trata de fazer demagogia e dizer que a história é feita pelo povo, mas de reconhecer que a história se desenvolve em múltiplas esferas além da oficial, da história do

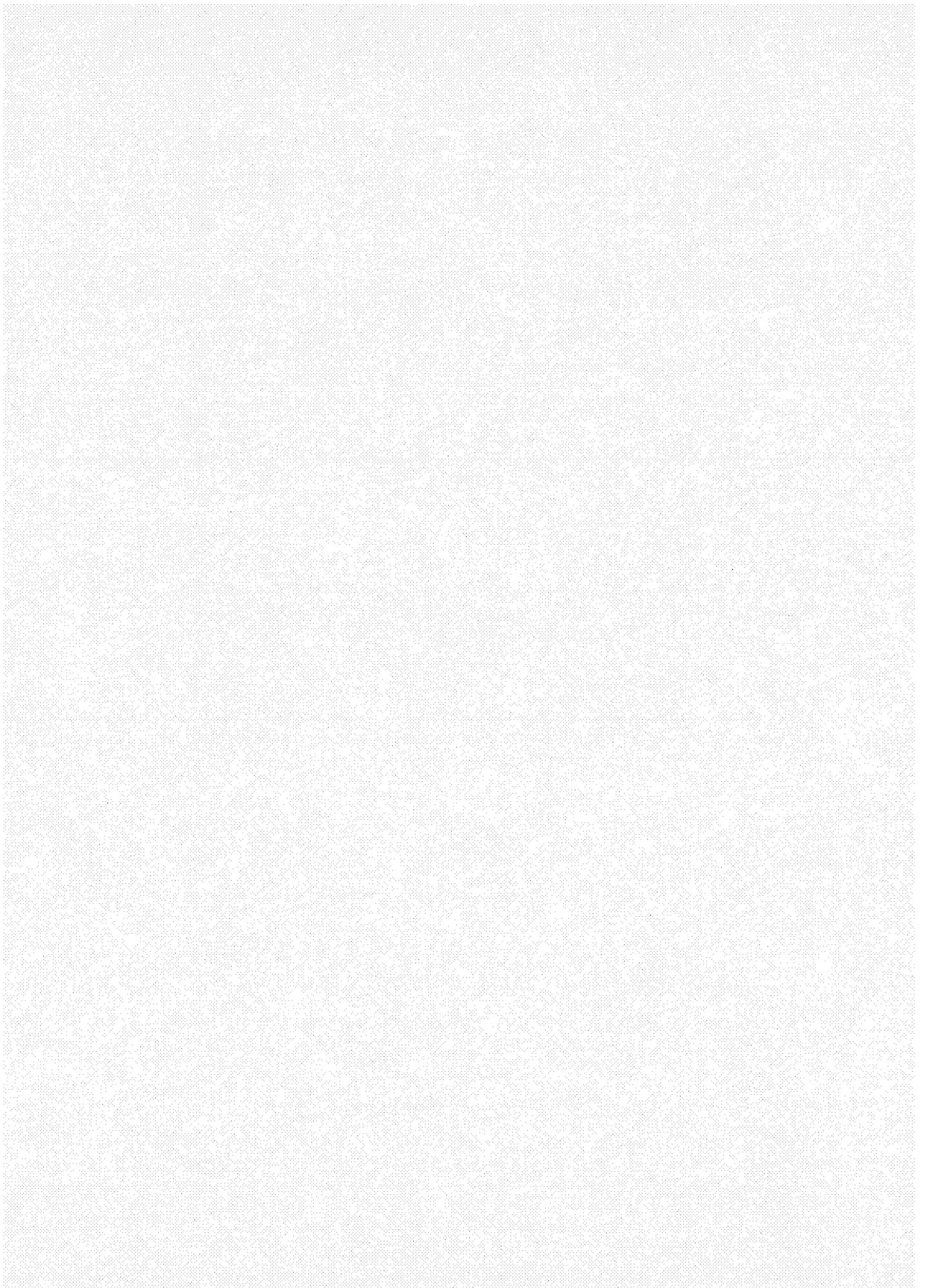
⁵ Para ser ao mesmo tempo geral sem ser perigosamente imprecisa, a definição desta disposição autonomista, não só no ensino de história mas na educação em geral, pode ser compreendida como aquela que objetiva a formação de um indivíduo que seja consciente de suas determinações e limitações, mas também de suas possibilidades, capaz de analisar informadamente o mundo e agir nele segundo a sua própria análise, sem limitações estruturais ao seu pensamento. Nesse sentido, excluem-se as concepções doutrinárias, como as teleológicas, místicas, nacionalistas, ou seja, as que impõem uma leitura prévia da sociedade como uma verdade absoluta para o sujeito.

Estado-nação, da diplomacia, das batalhas ... Os que aprendem história precisam saber que podem fazê-la, que podem ser sujeitos nas esferas nas quais circulam cotidianamente, e que assim agindo podem inclusive interferir na tessitura do processo histórico em outras esferas. Enquanto cidadão comum não faço leis para o Estado nacional, mas organizados em movimentos amplos há a possibilidade de pressionar o parlamento a ponto de obter conquistas interessantes para mim e para o grupo ao qual me associei. Portanto, cumpre ensinar história de modo a deixar claro que, embora alguns indivíduos tenham se destacado, o processo histórico é conduzido por coletividades, desde estados – maiores formados por uma dúzia de líderes, passando por cortes com algumas centenas de nobres, até classes sociais organizadas ou movimentos por um objetivo específico, com milhões de membros.

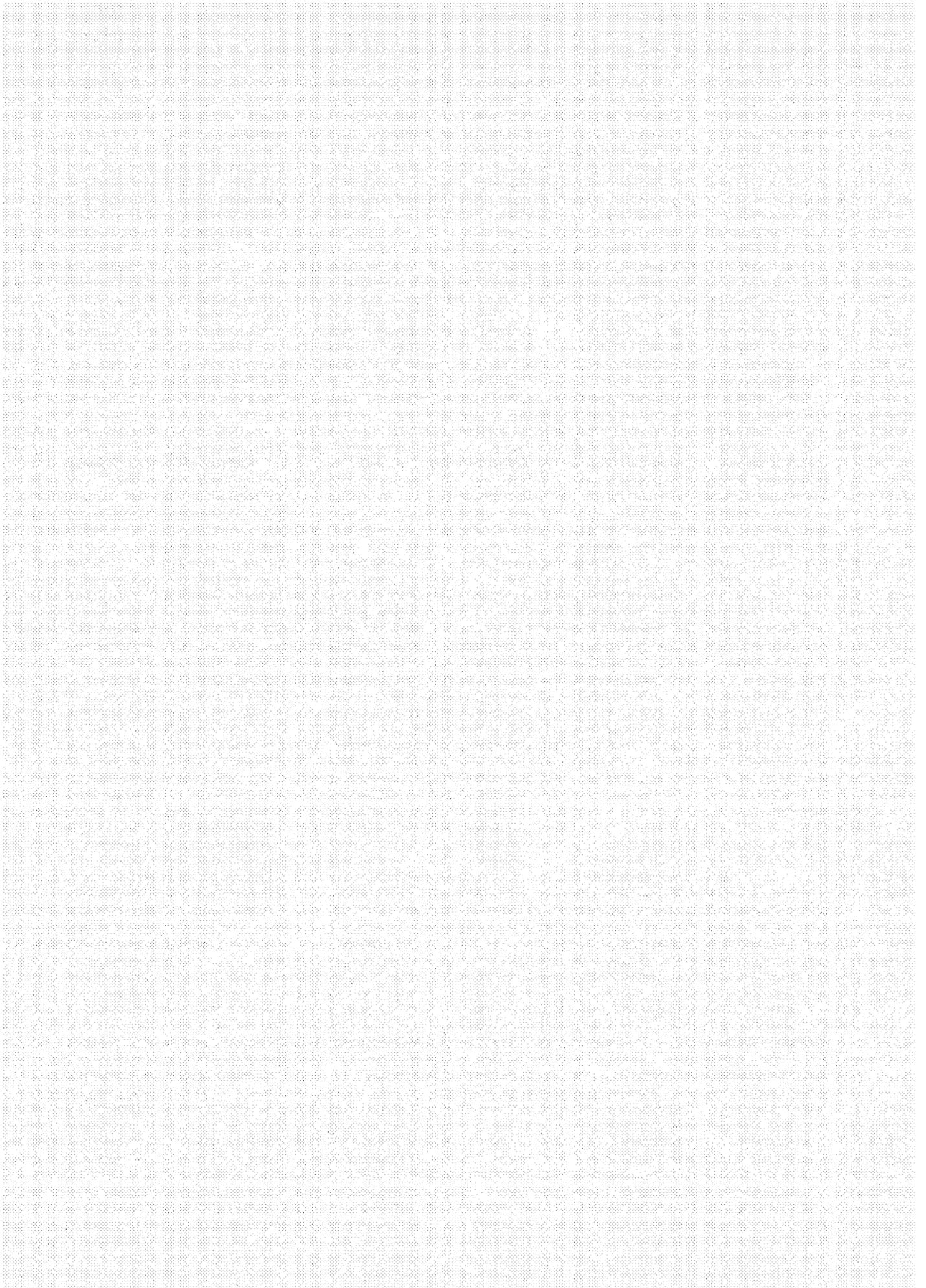
Por fim, este ensino de história não se presta a formar o bom cidadão cumpridor dos seus deveres para com uma pátria pronta, que via de regra é a representação da sociedade elaborada por suas classes dominantes que esperam trabalhadores obedientes e adaptados às exigências tecnológicas da produção, por seus generais que esperam soldados dispostos a sacrificar a vida, por governantes interessados em cidadãos que votem e participem politicamente apenas conforme as opções que lhe são dadas, e que não ponham em discussão as próprias bases da nação e dos pactos entre Estado, sociedade e indivíduo: em resumo, um indivíduo para o qual a utopia não seja plausível, e muito menos pensável. Pelo contrário, este ensino da história deve apresentar a identidade nacional, a nação, o civismo / cidadania como históricos, e não como naturais, o que implica negar que se trata de algo pronto ao qual devemos nos conformar e aderir, ou então que apenas nos desagrada e que basta negar; é preciso evidenciar esses termos como resultados de uma construção constante e cotidiana, que inclusive, no nosso caso, clama por redefinições. Isso deve ser decorrência, também, de um ensino de história que rejeita qualquer fatalismo ou teleologia.

Não tivemos com essas considerações a pretensão de traçar um programa em poucas linhas. O presente trabalho pretendeu apenas fornecer subsídios para pensar os postulados acima, que, se não são consensuais, são pelo menos de grande aceitação entre os profissionais que pesquisam o ensino da história com o objetivo de aperfeiçoá-lo.

Se o ensino da História puder ser pensado como contribuição para que os sujeitos possam pensar o passado da nação, portanto sua consciência histórica, com alguns instrumentos a mais que os exigidos pelo trabalho da memória, municiando uma ação mais esclarecida sobre o presente da sociedade e da política, então ele terá contribuído de forma fenomenal para a autonomia do cidadão e portanto para que a cidadania possa encetar saltos de qualidade. Cremos que este é o significado atual dos objetivos do ensino da História na formação dos cidadãos, possibilitando que pensem historicamente, ou seja, e que não apenas se lembrem.



ANEXOS



ANEXO I

PEÇAS PUBLICITÁRIAS SELECIONADAS

Arquivo *	TEMA	EMPRESA/PRODUTO/AUTORIA
vs1529a	Transformar o Brasil Grande num país pequeno	Kosmos Engenharia – referente ao Plano Nacional de Telecomunicações
vs1529b	Alterosa põe Vespasiano no Mapa do Brasil Grande	Cia. Alterosa de Cervejas – instalação em Vespasiano (MG) dinamiza cidade
vs1529c	País do Agora, aquele braço	Grupo Elclor - SP (matéria prima para plásticos)
vs1529d	Tudo por um país menor	Banco Província de Investimentos - RS
vs1529e	Ninguém segura esse país – quem acredita nisso	Banco Halles de Investimentos – SP e RJ
vs1529f	Nós o amamos	Prosdócimo - PR
vs363	Conhecer um país, conhecê-lo a fundo	Bank of London & South American Limited
vs 363a	Citação de frase de discurso do presidente Médici	Goyana
vs363c	O nosso otimismo tem mais de 8 milhões de quilômetros	Banco Bamerindus - PR
vs368	Quando uma idéia conquista um país	UNIVEST – Investimentos de Capital
vs372	Citação de frase de discurso do presidente Médici	MWM Diesel – Motores a Diesel
vs377	Nós apostamos no progresso do Brasil	Union Carbide – Petroquímica
vs3710	D. João, o futurólogo (“... acreditou no Brasil Grande”)	Banco do Brasil
vs3710c	Brasil Grande, nós o conhecemos desde pequeno	Metal Leve - Metalúrgica
vs389	Temos mais de 400 anos de experiência no Brasil	Bansulvest – Banco de investimento
vs392	Como transformar Cabral em George Washington	IBM
vs394	O novo Brasil é uma máquina	General Electric
vs395ab	No dia em que esse país for uma superpotência, vamos dar uma festa – Só entra quem acreditou desde o início	Villares - Metalúrgica
vs404	Lutamos primeiro pela independência	Prefeitura Municipal do Recife
vs404a	Não se fazem mais reproduções como antigamente (Indep.)	Interama – Grupo Nashua – Copiadoras Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vs3912	1972 – 150 anos de independência	Bansulvest – Banco de investimentos
vs406	V. sente algum orgulho em ser brasileiro?	São Paulo – Cia. Nacional de Seguros

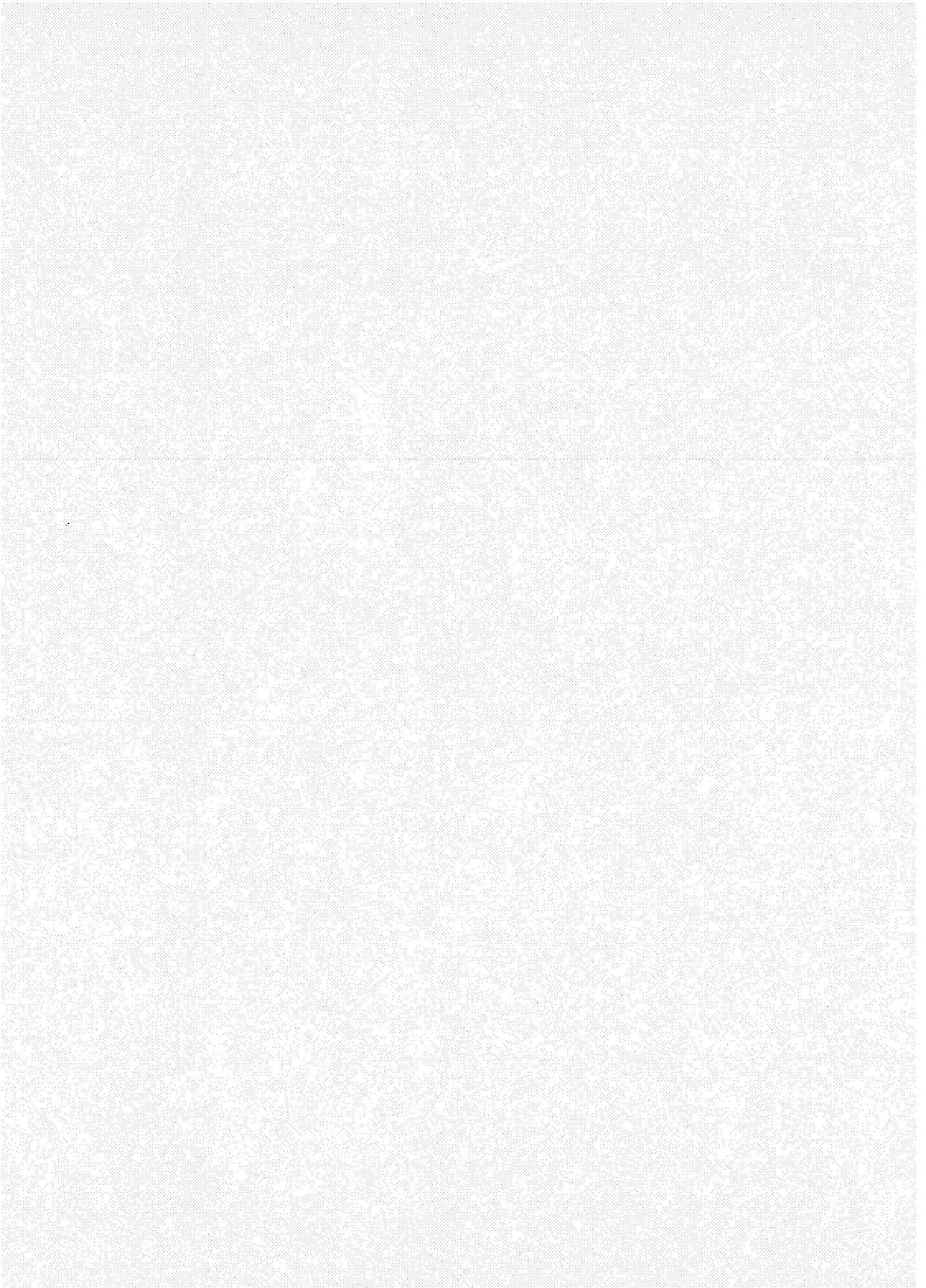
vs409	Brasil ao cubo	Grupo Financeiro Ipiranga
vs4012	O gigante tem fome de aço	Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira
vs412	Já raiou a liberdade no horizonte do Brasil	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
vs413ab	Está fazendo 150 anos que o Brasil é um país livre	VARIG
vj027	Brasil: bons ventos o levem	Socic Refirgeração – PB
vj028	Nem ordem, nem progresso	Banco Bamerindus – PR
vj030	Até 1964, o Brasil era apenas o país do futuro. Então o futuro chegou	Cartaz produzido pelo Governo Federal, publicado em reportagem da Veja
vj047	Doença de grandeza (...) A ordem do Brasil é o progresso	Conselho Nacional de Propaganda
vj049	É assim que muitos brasileiros assinam. A culpa é do governo	Governo Federal – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
vj076	O Brasil espera que cada um compre suas obrigações	Bolsa de Valores de São Paulo
vj079	Brasil Grande em ritmo Siemens	Siemens do Brasil
vj091	O futuro das crianças é responsabilidade nossa	Editora Abril – Divisão de Educação
vj104ccp	Já estou na Transamazônica	Ultragaz S.A.
vj104	Quantos elos tem aquela corrente prá frente?	16 empresas privadas, ajudando a divulgar o Censo 70
vj105	Os clientes do Lavoura vão comemorar o dia da Pátria o ano todo	Banco Lavoura
vj105b	O próximo que falar em gigante adormecido leva uma bordoadia d'êle	Norton Publicidade
vj110cap	A década da Amazônia	Revista Veja - Editora Abril
vj113cap	A Revolução das Telecomunicações	Revista Veja – Editora Abril
vj115	Ontem, hoje e sempre	FIESP, CIESP, SESI, SENAI
vj138	Ponha a sua empresa na mesma velocidade d'êste país: abra o capital	Bolsa de Valores de São Paulo
vj140	O MNB vai segurar o Brasil	Montepio Nacional dos Bancários
vj154ab	Presidente: o símbolo da Villares quer ter uma conversa séria com seu governo e seu povo	Villares - Metalúrgica
vj157b	Ontem, hoje e sempre: Brasil	Cartaz do Governo Federal para o Dia da Pátria publicado em reportagem da Veja
vj157e	Onde o Brasil vai buscar tanta energia?	Copersucar
vj165ab	O grande desafio d'êste século pede mais que a sua	Ministério do Interior – Superintendência de Desenvolvimento da

vj167ab	coragem ... Brasil, doce Brasil – Homenagem ao Dia da Bandeira	Amazônia – Banco da Amazônia S.A. Copersucar
vj173	Lançamos ao mar toda nossa fé neste país	L.Figueiredo Navegação S.A.
vj176	Num país totalitário, este livro seria proibido (Incidente em Antares)	Editora Globo
vj181	A Amazônia tem dono! Você é um deles.	Ministério do Interior – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Banco da Amazônia S.A.
vj185	Quatro fábricas de cimento que são um verdadeiro orgulho para o Brasil	Cibresme – Estruturas, Calderaria e Montagens
vj186ab	“Não se ouça entre vós outro grito que não seja União”	Petrobrás – Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj187	Há 8 anos lançamos um novo modelo de revolução latino-americana	Grupo J. Macedo
vj189bc	“Sem independência econômica não há independência política”	Petrobrás - Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj192ab	“A pátria não é ninguém: são todos”	Petrobrás - Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj193	Cada indústria tem a cor que merece	Grupo Mangels
vj194	A energia do Brasil mais forte	Eletrobrás – Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj198ab	“E o Brasil, por seus filhos amado, poderoso e feliz há de ser”	Petrobrás - Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj198c	A noite no Brasil é cada vez mais dia	Eletrobrás - Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj201ab	90 milhões continuam em ação	[Gov. Federal] – há apenas o Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj206ab	A independência do Brasil nas mãos de todos	[Gov. Federal] – há apenas o Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj208	Vamos cantar (Hino Nacional)	Editora Abril
vj209bc	O Brasil espera que cada um abra o seu coração	Banco Português do Brasil S.A. - Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj209fg	1972: O maior orgulho da Rhodia é estar 100 anos atrás do Brasil	Rhodia - Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj209h	Era chegada a hora do cafezinho – Café, 150 anos de divisas	Café Solúvel Brasília
vj209ij	Ponha mais amor no Brasil de seus filhos	Singer

vj209k	O Brasil começa no mar...	Petrobrás
vj209lm	Presidente Médici: O futuro chegou. Estamos aí.	Cia. Siderúrgica Nacional - Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj209h	Reserve um pouco da alegria dos 150 anos para que está fazendo apenas 7	SERPRO - Ministério da Fazenda
vj209o	São Paulo começa a ganhar seu transporte de massas. Nesta velocidade, ninguém segura mais, Sr. Presidente	Sociedade Construtora Heleno & Fonseca S.A.
vj209pq	É tempo de construir	Constrol S.A - Logotipo oficial do Sesquicentenário da Independência
vj209s t	8 de setembro. E a festa continua [alfabetização - Mobra!]	Editora Abril
vj210a	7 de Setembro de 1822. Foi lançada a melhor semente deste país	Icapeva Florestal Ltda.
vj213ab	Mais Brasil para o homem ocupar [Transamazônica]	Construtora Mendes Jr. S.A.
vj213c	O Brasil explora suas riquezas onde quer que elas estejam	Petrobrás
vj220	Esta bandeira é o pano de fundo de todas as nossas conquistas	Ministério dos Transportes - Superintendência Nacional da Marinha Mercante
vj2229	A televisão tem muito a ver com o Brasil que cresce	TV Difusora, TV Rio
vj236	O que é bom para o Brasil é bom para o mundo	Pirelli
vj251	Um gigante entra na era nuclear: Brasil	Confab industrial S.A.
vj261	A capacidade brasileira	Salzgitter AG (Instalações industriais)
vj261a	Viva o futuro!	Sasse (Cia. Nacional de Seguros Gerais)
vj262a	Nem tudo está perfeito nesse país	Construtora Mendes Jr. S.A.

* As primeiras duas letras referem-se à revista da qual a peça foi extraída: vj=Veja e vs=Visão. O número a seguir é o número da edição, sendo que na revista Visão os dois primeiros números são o volume e o(s) seguinte(s) é o número.. As letras a seguir significam a ordem da peça na edição das revistas; ccp= contracapa e cap= capa.

ANEXO II
(QUESTIONÁRIO)



Ponta Grossa, abril de 1999

Caro(a) sr.(a.)

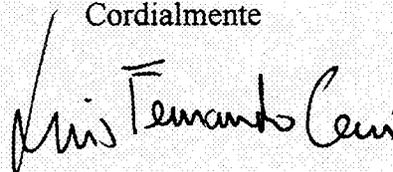
Meu nome é Luis Fernando Cerri, sou professor na UEPG e doutorando na Faculdade de Educação da Unicamp. Para a minha tese, estou pesquisando as imagens sobre o Brasil, compostas no período de 1969 a 1973. Mais que uma análise minha dessas imagens, preciso saber o que as pessoas sentiram, como entenderam e o que significam hoje algumas dessas imagens, e por isso estou solicitando que o (a) sr. (a.) responda a esse questionário.

Dentro da idéia de comunicação visual, a função das questões é oferecer um objeto (peças de propaganda) para produzir nos sujeitos (os colaboradores dessa pesquisa) um conjunto de estímulos e respostas, que serão, pelo menos em parte, registradas na escrita dos colaboradores. Assim, creio que será possível escrever essa história não do ponto de vista dos ideólogos ou das pessoas no poder, nem somente dos estudiosos da Comunicação e da Educação, mas principalmente do ponto de vista dos cidadãos e cidadãs que viveram o período e / ou vivem hoje muitas conseqüências dele.

Nem preciso insistir, portanto, na importância de sua participação, respondendo ao questionário, para possamos compreender melhor como se aprende a História dentro e fora da escola, contribuindo assim com idéias e análises para aprimorar o ensino da disciplina.

Por sua contribuição, de antemão agradeço.

Cordialmente



Luis Fernando Cerri
Conjunto Monteiro Lobato, bl. 32, ap. 28
84015-900 - Ponta Grossa - PR

tel res. : (042) 223-3432
DEMET: (042) 220-3374
e-mail: lfcerrl@convoy.com.br

QUESTIONÁRIO

PRIMEIRA PARTE - Dados gerais

Sexo ()M ()F

Idade: ____ anos

Renda familiar atual aproximada: () de 1 a 5 salários mínimos
() de 5 a 10 salários mínimos
() de 10 a 15 salários mínimos
() de 15 a 20 salários mínimos
() acima de 20 salários mínimos

Qual a sua formação acadêmica?

Fez curso normal / magistério () sim () não

Fez curso superior? () sim () não

Se sim, seu curso foi em () História () Geografia () Estudos Sociais
() Outro. Qual? _____

Instituição em que se graduou: _____
() pública () particular

Qual a sua opinião sobre o regime militar no Brasil (1964-1985)? Justifique. (Use o verso para a resposta)

SEGUNDA PARTE

As figuras a seguir foram produzidas e reproduzidas no período de 1969 a 1973, por várias entidades: governo, imprensa, empresas particulares, associações. São amostras de como se via o Brasil e a nacionalidade no período. A presente pesquisa quer saber como essas visões foram recebidas e interpretadas pelas pessoas.

Todas as figuras referem-se, de uma forma ou de outra, ao Brasil.

Certamente cada uma delas traz diferentes memórias, impressões e idéias. É importante que isso reflita em suas respostas, e por isso peço que esteja à vontade na elaboração das mesmas: não há uma resposta obrigatória, o importante é que as suas idéias e impressões apareçam, e portanto é desejável que a resposta vá além da pergunta feita. Sempre que necessário, use o verso da folha.

Novamente, muito obrigado pela sua colaboração.

erve a figura abaixo e responda: na sua opinião, de que maneira o Brasil é compreendido
e maneira é representado nesta figura?

O BRASIL ESPERA QUE CADA UM COMPRA SUAS OBRIGAÇÕES.



Não só espera como gostaria de
ver todos os brasileiros ganhando
dinheiro com as Obrigações
Reajustáveis do Tesouro Nacional.
Elas oferecem, a curto prazo, três
vantagens indiscutíveis: juros, cor-
reção monetária mensal e garantia do
Governo Federal. E podem ser negocia-
das a qualquer momento na Bolsa de
Valores de São Paulo. Essas três vanta-
gens também podem ser resumidas
nessas três palavras: lucro, segurança
e liquidez. Consulte hoje mesmo uma
das 134 Sociedades Corretoras membros
da Bolsa de Valores de São Paulo.
E ganhe dinheiro tranquilamente.

**BÔLSA DE VALORES
DE SÃO PAULO.**



Figura 1 - Publicidade na Revista Veja de 18/02/1970, n. 76

2) Observe a figura abaixo e responda: na sua opinião, de que maneira o Brasil é compreendido e de que maneira é representado nesta figura?



ONTEM, HOJE E SEMPRE

Ontem era a esperança.
Hoje, a certeza de estarmos construindo um grande país.
Com trabalho. Com amor. Crendo na boa vontade entre os homens e entre os povos.
E sempre será assim.
Como ontem e hoje, seremos sempre, antes de tudo, brasileiros.
E como brasileiros, continuaremos acreditando no trabalho. No amor. Nos padrões democráticos das nossas insti-

tuições. No respeito entre os homens. No respeito entre as nações. No entendimento entre os homens. No entendimento entre os povos.

Sempre, como ontem e hoje, continuaremos crendo em todos os valores que dignificam o homem. E engrandecemos os povos.

Em todos os valores representados desde os primórdios da nacionalidade, pelo símbolo da Pátria, que hoje reverenciamos.

Creemos no homem.
Creemos no trabalho.
Creemos no amor.
Creemos no Brasil.

São as palavras de fé que a Indústria de São Paulo traz, no Dia da Bandeira, ao povo. Aos trabalhadores. Aos empresários. A juventude, especialmente à juventude que estuda e à que trabalha.

As mesmas palavras de fé em nossos destinos, reiteradas sempre pelo Presidente Médici em todos os seus pronunciamentos.

São Paulo, 19 de novembro de 1975

Theobaldo De Migue



Presidente do
Federação e Centro das Indústrias do Est. S. Paulo
Diretor Regional do Serviço Social da Indústria - SESI
Presidente do Conselho Regional de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI



Figura 2 - Publicidade na revista Veja n. 115, de 18/11/1970

Moventas milhões cominçaram a construção.



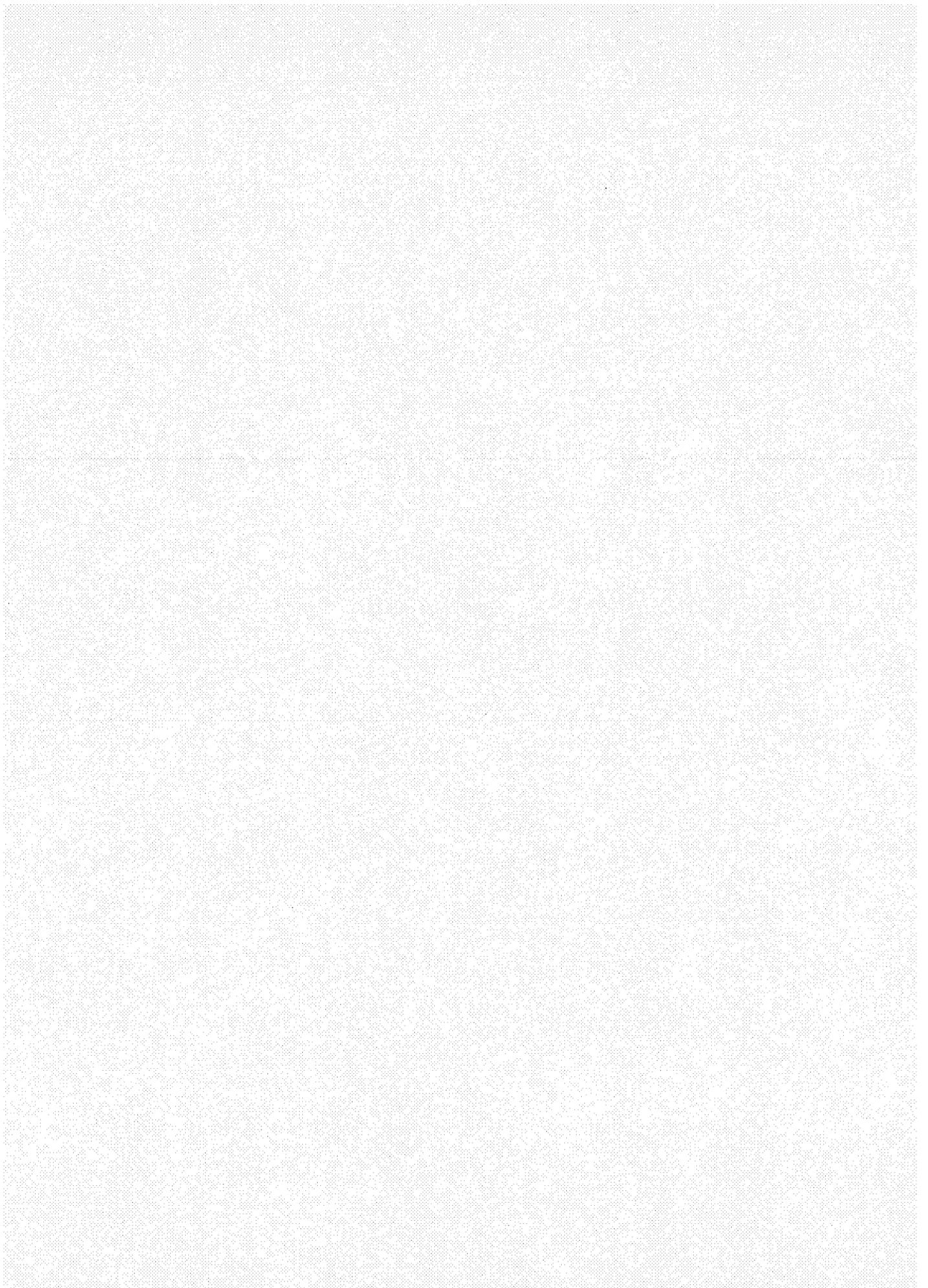
No campo e na cidade. Nas escolas e nos hospitais. Nas fábricas e nos escritórios. Nas usinas e nos laboratórios. No mar das 200 milhas e nas estradas multiplicadas. Na Arte e no Esporte.
A Independência é a soma de muitas vitórias.

Na hora em que se comemoram os 130 anos da Independência do Brasil, vale a pena lembrar que este é um dos países que mais cresceram no Mundo. Você constrói o Brasil. Com suor e fé, trabalho e união, orgulho e esperança.

Sesquicentenário da Independência. **1822**
Você constrói o Brasil.

1972

ANEXO III



QUESTÕES GERAIS PARA ESTRUTURAÇÃO DA ENTREVISTA

IMAGENS DA NAÇÃO SOB O REGIME MILITAR

- ASPECTOS DA HISTÓRIA DO DEPOENTE NESTE PERÍODO

- Situação econômica – trabalho
- Situação cultural / educacional
- Situação familiar
- Como se informava?
- Como era a vida cotidiana?
- Qual era a opinião sobre o regime / e depois?
- Participava de movimentos / agremiações / e depois?

- BRASIL – SUJEITO

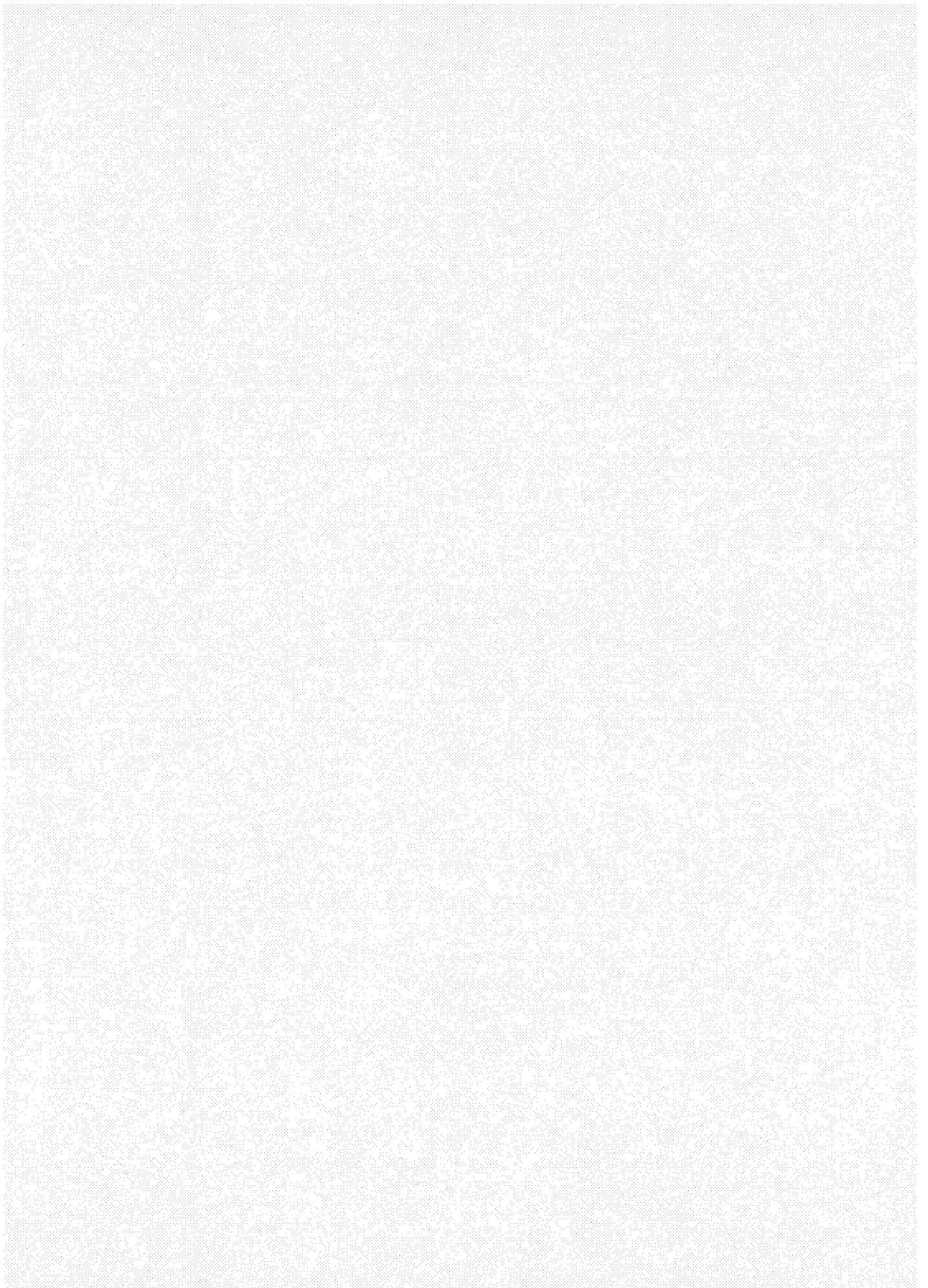
- Retomar análise da peça do questionário escrito
 - Primeiro análise espontânea;
 - depois chamando a atenção para as partes (desconstrução)
 - O mesmo com as demais figuras:
 - O próximo que falar em gigante ...
 - Um gigante entra na era nuclear ...
 - O Brasil é você
 - Sesquicentenário: Você constrói o Brasil
 - Para você, quem é o Brasil?

- BRASIL – TEMPO

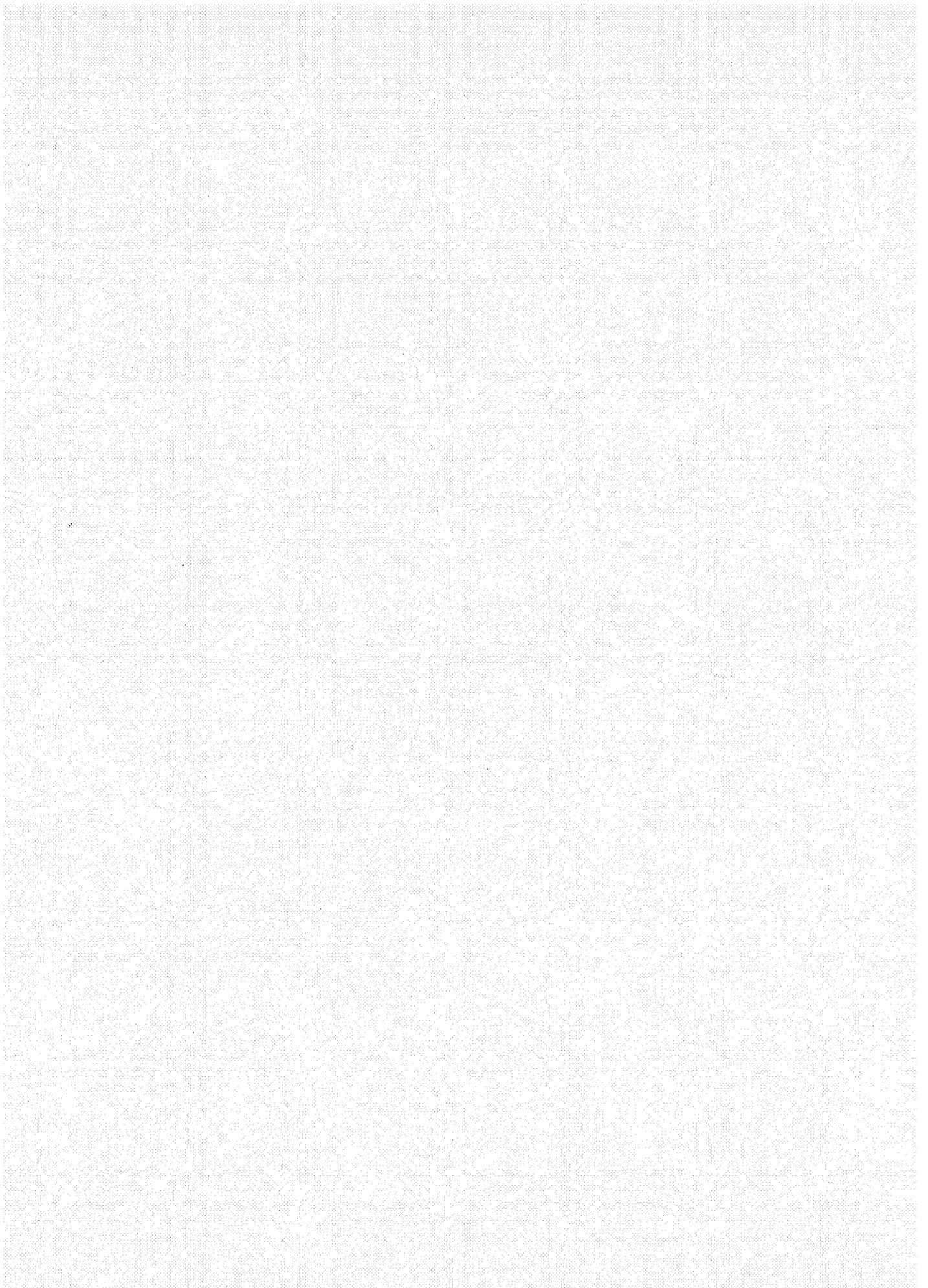
- Retomar análise da peça do questionário escrito
 - Primeiro análise espontânea;
 - depois chamando a atenção para as partes (desconstrução)
 - O mesmo com as demais figuras:
 - Até 1964, o Brasil era o país do futuro
 - Ontem, hoje e sempre – Brasil (as duas)
 - País do agora, aquele abraço
 - Como pensa o passado e o futuro do Brasil?

- BRASIL - ESPAÇO

- Retomar análise da peça do questionário escrito
 - Primeiro análise espontânea;
 - depois chamando a atenção para as partes (desconstrução)
 - O mesmo com as demais figuras:
 - Transamazônica
 - Mar territorial
 - O que achou dessas manifestações



ANEXO IV



A questão do idoso e as promoções extensionistas da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Na década de 80, a Universidade Estadual de Ponta Grossa desenvolveu vários projetos relacionados a Seminários, Cursos e Encontros, na área da educação, destinados a pessoas idosas da comunidade. Inicialmente, os resultados foram diversificados: alguns destes eventos obtiveram grande êxito, enquanto outros tiveram uma repercussão não tão satisfatória e significativa quanto o esperado e desejável.

Desde 1992, têm sido ofertados, anualmente, os Cursos Universidade Aberta para a Terceira Idade - UATI, sempre apresentando uma grande demanda de cursistas, num índice cada vez maior. Neste ano de 1999, está sendo desenvolvido o VIII Curso UATI, cujos propósitos são, basicamente, a valorização do idoso, sua dignificação pessoal e integração social por meio de uma atualização cultural, prática de ações assistenciais, vivenciadas em atividades de Inserção Comunitária e participação em atividades sócio-recreativas diversas, como passeios e excursões, entre outras.

O Curso tem a duração mínima de 240 horas de atividades, distribuídas em um ano e meio, sendo organizadas em seis módulos de ensino com 30 horas de atividades cada e um módulo, com 60 horas de duração, correspondente à Inserção Comunitária.

Há quatro módulos teóricos, de frequência obrigatória para todos, que dizem respeito aos conteúdos curriculares seguintes:

- a) Aspectos históricos e psicossociais da Terceira Idade
- b) Aspectos biológicos do envelhecimento
- c) Organização sócio-econômica, Política e Legislação
- d) Aspectos culturais.

Os conteúdos citados são desenvolvidos com o enfoque de temas relacionados às questões gerontológicas e de interesse das pessoas idosas.

Além dos quatro módulos teóricos citados, há dois práticos com trinta horas de duração, cada, correspondentes a atividades optativas diversas, sendo obrigatória a frequência em, pelo menos, uma das opções seguintes:

- a) Grupo de Seresta "Reviver";
- b) Oficina Literária e Teatro;
- c) Artesanato;
- d) Natação e Hidroginástica.

O Curso desenvolve-se em três semestres letivos, tendo seu início anualmente em março. Os módulos apresentados acima são trabalhados no primeiro e segundo semestres letivos do Curso. No ano subsequente ao início do Curso, os alunos desenvolvem ações comunitárias, orientados tecnicamente por uma Supervisora de Estágio. Trata-se da programação do terceiro semestre letivo, em que ocorre um Estágio de Inserção Comunitária.

Os resultados dos Cursos, como um todo, têm se revelado satisfatórios, atendendo às expectativas dos envolvidos e ao que diz respeito à frequência dos alunos, ao desempenho docente e aos aspectos qualitativos destes eventos. Esta avaliação positiva levou a Universidade a institucionalizar o "Curso Universidade Aberta para a Terceira Idade - UATI", em 1997, sob a Resolução C.A. nº. 56/97. Portanto, a partir dessa data, tem havido continuidade ininterrupta da oferta desse programa sócio-educacional importante para as pessoas idosas, de forma sistemática e realizado com o mínimo necessário de burocracia, em termos de projetos e relatórios.

Os alunos mantêm o Grêmio Universidade Aberta para a Terceira Idade - GUATI - que lhes proporciona diversas atividades socializantes, de lazer e recreativas.

Também, conforme o Projeto do Curso, os Cursistas participam de excursões a locais turísticos e culturais, como: Litoral Paranaense, Capital do Estado, Usinas Hidrelétricas, Águas Dorizon, Águas de Ouro Fino, Lapa e Tibagi,

além de outras localidades históricas da Região do Paraná.

Pelo êxito verificado no programa, os alunos que já concluíram o Curso e que não desejam se desligar da Instituição têm oportunidade de realizar os Cursos Universidade Continuada para a Terceira Idade, já institucionalizados, também, oferecidos aos alunos desde 1995.

Tais eventos são estruturados em etapas de duração bimestral, desenvolvendo temas selecionados de acordo com os interesses dos Cursistas, como:

- a) Informática Básica;
- b) Natação;
- c) Hidroginástica;
- d) Grupo de Seresta "Reviver";
- e) Qualidade de Vida;
- f) Liderança na Terceira Idade ;
- g) Técnicas Psicodramáticas para a Terceira Idade e relaxamento.

Dessa forma, os ex-alunos continuam a frequentar a Universidade onde usufruem de uma convivência saudável com a sua Grande Família e onde são recebidos com carinho e satisfação pela Instituição que os acolhe com o devido respeito à sua cidadania e admiração pelos seus feitos e realizações.

O apoio e incentivo do Reitor Prof. Roberto Frederico Merhy impulsionam e são a mola mestra dos Cursos destinados à Terceira Idade, na UEPG. Também, os responsáveis pelo Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Educação e Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários proporcionam os meios indispensáveis para o desenvolvimento dos Projetos destinados à valorização dos idosos.

Para fins de avaliação, os alunos e ex-alunos idosos prestam depoimentos orais e escritos a respeito de suas vivências durante o transcorrer dos Cursos que já realizaram na Universidade Estadual de Ponta Grossa, sempre expressando entusiasmo, novo ânimo de viver, melhor qualidade de vida e saúde, novos e atualizados conhecimentos, ampliação de seus relacionamentos sociais na Instituição, além de maior integração e participação na vida comunitária.

O interesse da UEPG pelo atendimento à questão do idoso é cada vez maior, tendo, por isso, em 1998, implantado o Curso de Especialização em Gerontologia - Pós-Graduação Lato-Sensu, com a expectativa de implantar, também, o Mestrado em Gerontologia, nos próximos anos.

A Instituição reflete, portanto, uma grande preocupação com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos da Terceira Idade, oportunizando-lhes a atualização cultural e integração social, valorizando pessoas humanas, que, em sua jornada de vida, muito têm contribuído para o bem estar da família e da sociedade como um todo.

As pessoas da Terceira Idade merecem o carinho, o reconhecimento e o respeito de toda a sociedade, conforme os preceitos legais relacionados às Políticas de Atenção ao Idoso, nos níveis: Federal, Estadual, Municipal e Institucional. O Corrente ano, 1999, identifica-se com o Ano Internacional do Idoso, cuja comemoração abrange atividades variadas em todos os setores da cultura, esporte, lazer, saúde e educação.

Juntos, família, escola e sociedade, crianças, jovens, adultos e idosos, vamos comemorar com o devido entusiasmo e alegria, que esta causa merece, na busca de uma dignificação cada vez maior daqueles que atingiram a plena realização pessoal, ao transpor a sexta década de vida, ou seja, os seus sessenta anos de existência.

Nossas congratulações ao idoso de hoje e aos jovens, nossos idosos de amanhã, neste Ano Internacional do Idoso.

Ponta Grossa, 28 de abril de 1999.

Vilma Marinho Salles
Coordenadora UATI

BIBLIOGRAFIA

1. ABUD, Kátia Maria. O Ensino de História como fator de coesão nacional: os programas de 1931. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 163-174, set. 92/ ago. 93.
2. ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
3. AUMONT, Jacques. *A imagem*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Campinas, SP: Papirus, 1993.
4. AUDIGIER, François, et. alii. La place des Savoirs scientifiques dans les didactiques de l'histoire et de la géographie. *Revue Française de Pédagogie*. Paris, n. 106, jan-mar. 1994, p. 12.
5. BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. V. 5: Anthropos - Homem. p. 296-332.
6. BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 277-326.
7. BALIBAR, Etienne. La forme nation: histoire et idéologie. In: BALIBAR, Etienne e WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, classe: les identités ambigües*. Paris: La Découverte, 1990, p. 117 a 144.
8. BALIBAR, Etienne e WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, classe: les identités ambigües*. Paris: La Découverte, 1990.
9. BARTHES, Roland. *Mythologies*. Paris: Seuil, 1970.
10. _____. *The semiotic challenge*. New York: Hill and Wang, 1988.
11. _____. Societé, imagination, publicité. In: _____. *Oeuvres complètes*. Paris: Seuil, 1994, p. 507-517.
12. BERGMAN, Klaus. *A História na Reflexão Didática*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 19, p.: 29-42, set. 89/ fev. 90.
13. BEZERRA, Holien Gonçalves. *As artimanhas da dominação*: São Paulo, 1932. São Paulo: Tese de Doutorado FFLCH-USP, 1981.
14. BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. *Pátria, Civilização e Trabalho ; O ensino de história nas escolas paulistas (1917 - 1939)*. São Paulo, Dissertação de Mestrado FFLCH - USP, 1988.
15. _____. As tradições nacionais e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime. (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988.
16. _____. Procedimentos Metodológicos em Pesquisa sobre Imagens no Ensino de História. ANAIS do II Encontro de Professores Pesquisadores na Área de Ensino de História. Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995, pp. 263-268.

17. _____. Os confrontos de uma disciplina escolar: da história sagrada à história profana. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 193-221, set. 92/ ago. 93.
18. _____. Livros Didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.) *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 69-90.
19. BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
20. BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Trad. Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
21. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O sentimento do mundo: memória, destino e cenários de vida entre errantes mineiros. In: _____. (org.) *As faces da memória*. Campinas, SP: Centro de Memória - Unicamp, s.d.
22. BRASIL: Nunca Mais. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
23. BREULLY, John. *Nationalism and the state*. (reimp.) Manchester, Manchester University Press, 1985.
24. BUENO, Ricardo. *ABC do entreguismo no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
25. CANETTI, Elias. *Massa e Poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
26. CANIVEZ, Patrice. *Educar o Cidadão? Ensaio e textos*. Campinas, SP: Papirus, 1991.
27. CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda Política e construção da identidade nacional coletiva. São Paulo. *Revista Brasileira de História* v. 16 n. 31-32: p. 328-352, 1996.
28. CAPRETTINI, G.P. Imagem. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. V. 5: Anthropos - Homem. p. 177-199.
29. CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
30. CARDOSO, Ciro Flamarion S. Iconografia e História. Resgate. Campinas, n. 1, p. 9 - 17, 1990.
31. CARDOSO, Fernando Henrique. Associated - Dependent Development. In: STEPAN, Alfred. *Authoritarian Brazil*. New Haven; London: Yale University Press, 1973.
32. _____. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
33. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. O imaginário da República no Brasil. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
34. CAVALCANTI, Rosa Maria Niderauer Tavares. *Conceito de Cidadania: Sua evolução na educação brasileira a partir da República*. Rio de Janeiro: SENAI, 1989.
35. CERQUEIRA LEITE, Rogério. *Quem tem medo do nacionalismo?* São Paulo: Brasiliense, 1983.
36. CERRI, Luis Fernando. *Non Ducor, Duco - A ideologia da paulistanidade e a escola*. Campinas-SP: Dissertação de Mestrado - FE UNICAMP, 1996.
37. CHAUI, Marilena de Souza. *Conformismo e Resistência - Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
38. _____. *Cultura e Democracia*. O discurso competente e outras falas. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 1990.
39. CIVITA, Roberto. As revistas. In: CASTELO BRANCO, Renato et al. (coord.).

- História da propaganda o Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.
40. CITRON, Suzanne. *Le Mythe National: L'histoire de France en question*. Paris: Editions Ouvrières;Edi, 1987.
 41. _____. O mito da nação francesa In: SCHMIDT, M. A. e CAINELLI, M. R. (orgs.), *III Encontro Perspectivas do Ensino de História*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1999.
 42. COLLEY, Linda. Whose Nation? Class and National Consciousness in Britain - 1750 - 1830. Past and Present. Oxford, n. 113, , p.97-117, nov. 1986.
 43. COMBLIN, Joseph (Pe.). *A Ideologia da Segurança Nacional - O poder militar na América Latina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
 44. CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta, 1993.
 45. CONTREIRAS, Hélio. *Militares: confissões*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
 46. CORDEIRO, Jaime Francisco P. Ensino de História e Identidade Nacional: Desmontando o século Dezenove. *História e Ensino*. Londrina, 3: 7-21, abr. 1997.
 47. COSTA PINTO, L.A. *Nacionalismo e Militarismo*. México: Siglo Veinteuno, 1969.
 48. COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.
 49. CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Empresariado e Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo: FAPESP, 1995.
 50. DA MATTA, Roberto. Brasil: uma nação em mudança e uma sociedade imutável? Considerações sobre a natureza do dilema brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 204-219, 1988.
 51. _____. *Carnavais, Malandros e Heróis (para uma sociologia do dilema brasileiro)*. 5. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1990.
 52. _____. *A Casa e a rua*. 4.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
 53. _____. Brasil: uma nação em mudança e uma sociedade imutável? Considerações sobre a natureza do dilema brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 204-219, 1988.
 54. _____. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
 55. D'ARAÚJO, Maria Celina et al. *Visões do golpe*. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
 56. DAVIS, Horace B. *Para uma teoria marxista do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
 57. DE CERTEAU, Michel. Fazer com: usos e táticas. In: _____. *A invenção do cotidiano*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
 58. DE DECCA, Edgar S. Memória e cidadania. In: São Paulo (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
 59. _____. *1930: O silêncio dos vencidos*. Memória, história e revolução. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
 60. DEUTSCH, Karl W. *Nationalism and social communication*. An inquiry into the foundations of nationality. 2ª ed. Cambridge: M.I.T. Press, 1965.
 61. DIAS, Maria de Fátima Sabino e CERRI, Luis Fernando. História do ensino de História e História da América. In: CERRI, Luis Fernando e MARTINS, Maria do Carmo (orgs.)

- Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História.* Campinas, SP: Gráfica da FE/Unicamp, 1999, p. 113-115.
62. DREYFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe.* 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
 63. EAGLETON, Terry. *O que é ideologia.* São Paulo: Editora da Universidade estadual paulista; Editora Boitempo, 1997.
 64. ECO, Umberto. Para uma investigação semiológica sobre a mensagem televisional. In: _____. *Apocalípticos e integrados.* São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 365-386.
 65. FERRO, Marc. *Cómo Se cuenta la historia a los niños en el mundo entero.* Mexico: Fondo de Cultura economica, 1990.
 66. _____. *A História Viglada.* São Paulo, Martins Fontes, 1989.
 67. FICO, Carlos. Enterros, posses e aparições públicas de governantes. Pós-História. Assis, SP, v. 5, p. 83-92, 1997.
 68. _____. *Reinventando o Otimismo - Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
 69. FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. “*Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*”. Publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: Hucitec, 1998.
 70. FONSECA, Selva Guimarães. *Os Caminhos da História Ensinada.* Campinas, SP: Papyrus, 1993.
 71. _____. *Ser Professor no Brasil: História oral de vida.* Campinas, SP: Papyrus, 1997.
 72. FOUGEYROLLAS, Pierre. *La Nation - Essor et déclin des sociétés modernes.* Paris: Fayard, 1987.
 73. FUMAT, Yveline. L'éducation du citoyen à partir de quelques cartes de France. *Mappe Monde.* Montpellier, v. 4, p. 29-33, out-dez 1989.
 74. FURET, François. *A Oficina da História.* Trad. Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: Gradiva, s/d.
 75. GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
 76. GANDINI, Raquel Pereira Chainho. Notas sobre a construção do Estado-Nação e a educação pública. Campinas, SP. Pro-Posições, v. 3, n. 2, p. 28-40, jul. 92.
 77. GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985).* São Carlos, SP: Dissertação de Mestrado CECH-UFSCar, 1998.
 78. GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e Democracia.* Brasília: Editora da UnB, 1981.
 79. GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil - 1964 - 1985.* São Paulo: Cortez, 1993.
 80. GIRARDET. *Mitos e mitologias políticas.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
 81. GONÇALVES, José Henrique Rollo. Como Martim Afonso virou trineto de Mavutsinim?. História e Ensino. Londrina, v. 3, p. 23-36, 1997.
 82. GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.
 83. GRACIOSO, Francisco. Marketing no Brasil: evolução, situação atual, tendências. In:

- CASTELO BRANCO, Renato et al. (orgs.). *História da propaganda no Brasil*. T.A. Queiroz, 1990, p. 85 a 97.
84. GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
85. GUYON, Nicolle et alii. *Des nations à la Nation - Apprendre et conceptualiser*. Paris, Institut National de Recherche Pédagogique, 1993.
86. _____. La construction d'un concept par les élèves: le concept de nation. In: AUDIGIER, François e BAILLAT, Gilles. *Analyser et gérer les situations d'enseignement - apprentissage* (Actes du sixième colloque). Paris: INRP, 1991.
87. HAGOPIAN, Frances. *The Politics of Oligarchy - The persistence of traditional elites in contemporary Brazil*. Massachusetts: PhD Thesis - MIT, 1986.
88. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.
89. HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
90. HEATER, Derek. *Citizenship: The civic ideal in world history, politics and education*. London: Longman, 1990.
91. HELLER, Agnes. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
92. HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780 - programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
93. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
94. JESUS, Antonio Tavares de. *Educação e Hegemonia No Pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez: Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1989.
95. KENSKI, Vani Moreira. Memória e Prática Docente. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *As faces da memória*. Campinas, SP: Centro de Memória - Unicamp, s.d.
96. KNAUSS, Paulo. Imagem do espaço, imagem da história. A representação espacial da cidade do Rio de Janeiro. *Tempo*. Niterói - RJ, v. 2, n. 3, p. 135-148, jun. 1997.
97. KOHN, Hans. *Nationalism - Its Meaning and History*. Princeton (New Jersey): Van Nostrand, 1955.
98. LAMOURNIER, Bolivar. O "Brasil autoritário" revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
99. LARA, Silvia Hunold. Tiradentes e a nação esquartejada. In: SÃO PAULO (município). *Pátria amada, esquartejada*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura / Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 19-28.
100. LAVILLE, Christian e DIONE, Jean. *A construção do saber*. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
101. LEITE, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro - História de Uma Ideologia*. 4ª ed., São Paulo, Pioneira, 1983.
102. LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. Campinas, Papirus, 1986.
103. LINZ, Juan J. The Future of an authoritarian situation. In: STEPAN, A. (org.) *Authoritarian Brazil*. New Haven; London: Yale University Press, 1973.
104. _____. Regimes Autoritários. In: O'DONNELL, Guillermo. *O Estado autoritário e*

- Movimentos Populares* - Um debate. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
105. LUCA, Tania Regina de de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Editora da Unesp, 1999.
106. LÜDKE, Mega e ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
107. MACHADO, Lia Zanotta. *Estado, escola e ideologia*. 2ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1987.
108. MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. A lógica da suspeição: Sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.
109. MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria*. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Editora da Unesp: Moderna, 1997.
110. MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Trad Meton P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
111. MAUAD, Ana Maria. História, iconografia e memória, In: SIMSON, Olga Rogrigues de Moraes. *Os desafios contemporâneos da história oral*. Campinas: Centro de Memória – Unicamp, 1997, p. 309-320
112. MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Nova consciência de Brasil*. 2. ed. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1973.
113. _____. *O Jogo da Verdade*. Brasília: Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1971.
114. MEIER, Cristian. Sobre o conceito de identidade nacional. *História: Questões e Debates*. Curitiba, n. 10, v. 18-19, p. 329-347, 1989.
115. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Definindo história oral e memória. *Cadernos CERU*. [São Paulo], n. 5, série 2, p. 52-60, 1994.
116. MORAES, Antonio Carlos R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1991.
117. MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os livros didáticos contam, depois que acabou a ditadura no Brasil. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 271-298.
118. NADAI, Elza. O Ensino de História e a “Pedagogia do Cidadão”. In: PINSKY, Jaime (org.) *O Ensino de História e a Criação do Fato*. São Paulo: Contexto, 1988, p. 23-30.
119. _____. O Ensino de História no Brasil: Trajetória e Perspectiva. *Revista Brasileira de História*. São Paulo v. 13, n. 25/26, p. 143-162, set. 92/ ago. 93.
120. NUNES, Clarice (org.). *Escola e Cidadania: Aprendizado e Reflexão*. Salvador: UFBA / Empresa Gráfica da Bahia, 1989.
121. O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os Estados burocrático - autoritários*. Trad. Cláudia Schilling. São Paulo: Vértice; Editora da Revista dos Tribunais, 1987.
122. OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
123. _____. As Festas que a República Manda Guardar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, jul.-dez., 1989.
124. OLIVEN, George Ruben. *A Parte e o Todo: A diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
125. ORLANDI, Eni Pulcinelli. O Discurso da História para a Escola. In: *As formas do*

- discurso*. 2ª ed. Campinas, Pontes, 1987.
126. ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
127. _____. *A moderna tradição brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
128. OZOUF, Mona. *La Fête Révolutionnaire*. Paris, Gallimard, 1976.
129. _____. *L'École de la France*. Essais sur la Révolution, l'utopie et l'enseignement. Paris, Gallimard, 1984.
130. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.
131. PINSKY, Jaime. Nação e Ensino de História no Brasil. In: _____. (org.) *O Ensino de história e a criação do fato*. São Paulo: Contexto, 1988.
132. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON, Olga de Moraes (org.). *Experimento com histórias de vida*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-43.
133. RAPOSO, Eduardo (org.). *1964 - 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
134. REBOUL, Olivier. *O Slogan*. São Paulo: Cultrix, s.d.
135. REIS, Elisa P. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.
136. REIS, Fernando. Sobre o colonismo publicitário e as publicações especializadas. In: CASTELO BRANCO, Renato et al. (orgs.). *História da propaganda no Brasil*. T.A. Queiroz, 1990, p. 55-69.
137. ROBIC, Marie Claire. Sur les formes de l'Hexagone. *Mappe Monde*. Montpellier, v. 4, p. 18-23, out-dez 1989.
138. RUBEN, Guillermo Raúl. *O que é nacionalidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
139. SÁFADY, Naief. *Publicidade e propaganda*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.
140. SALIBA, Elias Thomé. As imagens canônicas e o ensino de história. In: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene Rosa (orgs.) *III Encontro Perspectivas do Ensino de História*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.
141. SÃO PAULO (Município) Secretaria Municipal de Cultura, Departamento do Patrimônio Histórico. *Pátria Amada, Esquartejada*. São Paulo: DPH, 1992.
142. SCHAPOCHNIK, Nelson. Como se escreve a história? *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 67-80, set. 92/ ago. 93.
143. SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
144. SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou Contragolpe?*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
145. SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e nativismo*. A História como "biografia da nação". São Paulo: Hucitec, 1997.
146. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 5. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
147. SMITH, Anthony D. *Las Teorías del nacionalismo*. Barcelona: Península, 1976.
148. SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã - Memórias do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1994.
149. SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada*. O Brasil como corpo político autônomo:

- 1780-1831. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.
- 150.SOUZA, Maria Inês Salgado de. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- 151.STOPINNO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. v. I. 9.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, p. 94-104.
- 152._____. Ditadura. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. v. I. 9.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997, p. 368-379.
- 153.TAJFEL, Henri. *Grupos Humanos e categorias sociais*. Lisboa: Horizonte, 1983.
- 154.URÁN, Ana Maria Bidegain de. *Nacionalismo, militarismo e dominação na América Latina*. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 1987
- 155.VAIDERGORN, José. *As Moedas Falsas: Educação, Moral e Cívica*. Campinas (SP), Dissertação de Mestrado da FE-Unicamp, 1987. (mimeo)
- 156.VIDIGAL, Luis. Memória sociais vencidas e vencedoras na construção das identidades nacionais. In: CERRI, Luis Fernando e MARTINS, Maria do Carmo. (orgs.) *Anais do III Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Campinas, SP: Gráfica da FE/UNICAMP, 1999.
- 157.VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História - Fantasmas e certezas das mentalidades desde a Idade Média até o século XX*. São Paulo: Ática, 1997.
- 158.WEBER, E. L'Héxagone. In: NORA, Pierre (dir). *Les Lieux de Mémoire II. La Nation*. t. 2. Paris, Gallimard, 1986, p. 97-116.
- 159.WIEVIORKA, Michel. *La démocratie à l'épreuve: Nationalisme, populisme, ethnicité*. Paris: La Découverte, 1993.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

